



Suely Salgueiro Chacon

O SERTANEJO E O CAMINHO DAS ÁGUAS

POLÍTICAS PÚBLICAS, MODERNIDADE E SUSTENTABILIDADE NO SEMI-ÁRIDO



O SERTANEJO E O
CAMINHO DAS ÁGUAS:
POLÍTICAS PÚBLICAS,
MODERNIDADE E
SUSTENTABILIDADE NO
SEMI-ÁRIDO

Série BNB Teses e Dissertações Nº 08

- 1 – Trabalho e Sociabilidade em Espaços Rurais
- 2 – A Morte do Sertão Antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia
- 3 – Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST
- 4 – O Extrativismo da Carnaúba no Ceará
- 5 – A Aventura da Sobrevivência: migrações cearenses na década de 1990
- 6 – A Gestão Ambiental e o Pólo Turístico Cabo Branco: uma abordagem sobre desenvolvimento e meio ambiente
- 7 – O Programa Polo da Bacia Leiteira do Banco do Nordeste à Luz da Teoria do Desenvolvimento Sustentável
- 8 – O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido

Série BNB Teses e Dissertações
Nº 08

O SERTANEJO E O
CAMINHO DAS ÁGUAS:
POLÍTICAS PÚBLICAS,
MODERNIDADE E
SUSTENTABILIDADE NO
SEMI-ÁRIDO

Suely Salgueiro Chacon

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2007

**Banco do
Nordeste**



Presidente

Roberto Smith

Diretores

Augusto Bezerra Cavalcanti Neto

Francisco de Assis Germano Arruda

João Emílio Gazzana

Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães

Pedro Rafael Lapa

Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Sydrião de Alencar Júnior

Coordenador da Série BNB Teses e Dissertações

Paulo Dídimo Camurça Vieira

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Cássia Alencar

Revisão Vernacular: Antônio Maltos Moreira

Diagramação: Vanessa Teixeira

Tiragem: 1.500 exemplares

Mais Informações

Internet: <http://www.bnb.gov.br>

Cliente Consulta: 0800.783030 e clienteconsulta@bnb.gov.br

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994,
de 14/12/2004

Copyright © 2007 by Suely Salgueiro Chacon

C431s

Chacon, Suely Salgueiro

O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido/ Suely Salgueiro

Chacon.- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

354 p. (Série BNB teses e dissertações, n. 08).

ISBN 978-85-8706296-3

1 – Desenvolvimento sustentável. 2 – Políticas públicas-
Ceará. 3–Sertão–Ceará. 4–Sertanejo–Ceará. 5–Semi-árido.
I–Título. II–Série.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

A força que nunca seca

Chico César/Vanessa da Mata

Já se pode ver ao longe
A senhora com a lata na cabeça
Equilibrando a lata vesga
Mais do que o corpo dita
O que faz o equilíbrio cego
A lata não mostra
O corpo que entorta
Pra lata ficar reta
Para cada braço uma força
De força não geme uma nota
A lata só cerca, não leva
A água na estrada morta
E a força nunca seca
Pra água que é tão pouca

DEDICO

À Francisca Bernardino, minha avó,
mulher sertaneja, forte e simples, que me
ensinou a sorrir e abraçar o Outro sem
medo, e me deixou o Sertão de herança.

Ela partiu no meio deste trabalho, mas
seu sorriso e seu abraço me confortam e
estão na minha memória para sempre.

A todas as sertanejas que fazem o
Sertão continuar, a despeito de todos os
obstáculos naturais ou artificiais que se
apresentam no dia-a-dia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por esta existência cheia de oportunidades e encontros especiais.

À minha filha Johanna, por existir e fazer a minha vida mais completa, por sua paciência, sua compreensão, seu cuidado e pelas nossas conversas e brincadeiras que sempre amenizavam a tensão ao longo dessa caminhada. Com você, filha, eu aprendi ao longo de nossas vidas, o significado da presença.

Ao meu pai Manuel, pelo amor incondicional, pelos exemplos, pela serenidade e pelo olhar. À minha mãe, Antonia, pelo apoio sempre, pela força, pela fé e pela história. Aos irmãos, Verônica, Manuel Jr. e Vanessa, pelo apoio, carinho, amizade e companheirismo. A todos pelo esteio e pela certeza de ter um “porto seguro”.

À prima Valéria, pela acolhida em sua casa de Brasília. Sem esse abrigo carinhoso que fez com que eu me sentisse em casa, não teria sido possível chegar até aqui. Também sou grata à Luciana, ao João, à Ceiza e ao Dudu, pelo apoio e compreensão. E especialmente à Luciana que me emprestou seu quarto e me fez companhia ao longo das horas de estudo em Brasília.

Aos Tios e Tias, pelo entusiasmo, pelos cuidados ao longo da vida e pela dedicação que sempre tornou a vida em família um momento precioso. Especialmente às tias Maria, Tereza e Rita, que junto com Mãezinha me contaram sobre o tempo que viveram no Sertão de Quixeramobim com meus avós. Como foram boas aquelas conversas. E mais especialmente à tia Antonieta, que voltou ao Sertão comigo e me acompanhou na aventura de redescobri-lo.

Aos amigos que viraram irmãos, Alípio e Marcelo, por todas as angústias e alegrias compartilhadas, pelo apoio incondicional e pelas substituições quando eu precisava me ausentar; Alencar, que sempre acreditou mais em mim do que eu mesma, pela força e apoio constantes, além da ajuda logística, e Haroldo, pelo carinho, atenção e pelos *insights* valiosos em nossas longas conversas. A vida ficou mais leve por causa de vocês meus queridos.

À querida amiga Josiane, pelo carinho de sempre, pelas conversas e pelos sonhos. À amiga Vera Sílvia, pelo seu entusiasmo e vibração pelas

minhas idéias. Ao amigo Afonso, pelo compartilhar de idéias e ideais. Ao amigo Stefano, por ter-me feito sorrir e ver além de mim em mim. À Clara, pelo carinho, amizade e cumplicidade. Ao Berthyer, que se tornou amigo e companheiro de estudos. Seus conhecimentos e experiências muito contribuíram para ajudar nas minhas reflexões.

Às amigas Eliane e Maria, pela sua amizade e dedicação diárias. As duas são muito queridas e conseguem me deixar tranqüila para navegar no dia-a-dia das minhas tarefas. Sem elas não teria sido possível conciliar a coordenação do curso de Economia da Unifor e o trabalho de Tese.

Ao prof. Martônio, diretor do Centro de Ciências Administrativas (CCA) da Universidade de Fortaleza (Unifor), pelo apoio e pela compreensão. A todos os colegas da Unifor, que proporcionaram um ambiente saudável de convivência diária e souberam compreender minhas ausências. Aos meus alunos queridos, por “viajarem” comigo, pela interlocução, pela cumplicidade e pela torcida.

Ao prof. Marcel, que acreditou no meu trabalho antes mesmo de me conhecer, e continuou acreditando, pela confiança e atenção em todos os momentos ao longo do Doutorado e pelo cuidado com a Tese. Suas sugestões tornaram mais clara a minha exposição.

Ao prof. Francisco, especialmente pelo apoio constante ao longo de toda a minha vida acadêmica. E pelas inúmeras leituras e sugestões para as várias versões desta Tese e do projeto para o Doutorado.

Ao Prof. Bartholo, por ter-me permitido sonhar e ter sido cúmplice desta Tese desde seu início, quando era apenas uma idéia ainda vaga, no primeiro dia de aula do Doutorado.

Ao prof. Cristovam, principalmente pela inspiração que suas idéias e ideais transmitem. E por ter aceitado o convite para participar da Banca, mesmo com sua agenda lotada. Seus comentários e sugestões enriqueceram o ritual de defesa da Tese.

À profa. Doris, pelas conversas ao longo do Doutorado, pelas sugestões para a Tese e principalmente pela percepção apurada do trabalho.

Ao prof. Magalhães, pela leitura criteriosa da Tese e por suas observações e sugestões, além da disponibilidade com que atendeu o convite

para a Banca, conseguindo tempo em sua rotina cheia para ler o trabalho e estar presente na defesa.

Aos professores do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), pelos conhecimentos, especialmente ao Prof. Otho, que acreditou no meu projeto, ainda na Seleção do Doutorado, e me fez acreditar que eu era capaz.

A todos que me deram um pouco do seu tempo e de suas memórias para que eu pudesse encontrar o Sertão.

Prefácio

SER OU NÃO SERTÃO

Por muito tempo, o Nordeste – em particular o Semi-árido – esteve em evidência como “região problema” do Brasil. O Sertão nordestino tem sua história econômica, social e política diretamente associada ao seu caráter de território onde se instalou uma atividade acessória à outrora pujante economia açucareira da Zona da Mata. Ali não foi a mão-de-obra escrava que serviu de base ao sistema produtivo – no caso a pecuária – mas sim a unidade familiar atrelada ao que veio a ser o latifúndio. Esse modelo se formou a partir do sistema de sesmarias, e se valeu de formas pré-capitalistas de exploração, como a parceria e a meação.

Nesse contexto, a seca sempre foi um fenômeno marcante, que periodicamente provocava flagelo e era citada em relatos históricos. A mais notável foi a de 1877-1879, famosa por ter provocado elevadas perdas humanas e por ter levado grande contingente de migrantes no rumo da Amazônia, onde se iniciava o próspero (e efêmero) ciclo da borracha. O imperador Pedro II visitou a região, naquela ocasião, e numa bravata prometeu não deixar mais que tal flagelo assolasse os sertanejos, nem que para isso tivesse de vender as jóias da Coroa!

O século 20 testemunhou diversas iniciativas governamentais voltadas ao semi-árido. Já na primeira década, foi criada uma inspetoria federal que mais tarde se transformaria em Dnocs – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Foi o início de uma fase que se caracterizou por práticas que mais tarde ficaram conhecidas como indústria da seca: transferências de verbas federais, por intermédio de investimentos em ajudagem ou pagamento de frentes de trabalho, dentro de uma lógica tipicamente clientelista. A seca era, nesse sentido, paradoxalmente, um problema a não ser resolvido. Se o fosse, ficariam inviabilizadas as práticas políticas dos currais eleitorais.

Com a criação da Sudene, ao final da década de 1950, reforçaram-se os mecanismos de apoio à economia nordestina, mas naquela ocasião as atividades industriais ganhavam importância e os incentivos fiscais se transfor-

mavam no vetor de promoção de tais atividades. O modelo de agência de desenvolvimento regional foi reproduzido em outros contextos brasileiros, a partir da década seguinte.

A crise estrutural da economia brasileira, ao final dos anos 1970, trouxe à tona um impasse: a incapacidade fiscal do Governo Federal em seguir subsidiando atividades que, embora suprissem dividendos políticos, eram de pouca efetividade produtiva, no longo prazo. Começa então um período de ocaso das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, que só não foi maior por conta de programas financiados com recursos de agências multilaterais, como o Banco Mundial. Tais programas serviam também para internalizar no País divisas que ajudavam a manter o precário equilíbrio de nossas contas correntes.

Um fato relevante, nesse período, foi a emergência da “questão ambiental” como foco das atenções da opinião pública e, principalmente, dos mecanismos de fomento ao desenvolvimento regional, agora sob a égide do conceito de sustentabilidade. Foi a senha para que a atenção, no caso brasileiro, migrasse do Nordeste para a Amazônia. Dali em diante, o apelo ecológico da imensa floresta ameaçada eclipsaria a preocupação com a seca e o semi-árido, em um contexto em que o Estado, como ente regulador maior, passava por um processo dramático de auto-restrição.

Por cerca de duas décadas a Amazônia “roubou a cena” do Nordeste, como “região problema”.

A novidade, que resgata a atenção para com o semi-árido, são as mudanças climáticas como um tema ambiental da atualidade. Os processos de desertificação entram na agenda internacional com as Conferências das Nações Unidas de Combate à Desertificação. A seca como objeto de políticas públicas passa, então, da esfera do assistencialismo à do meio ambiente. E o Sertão nordestino readquire uma certa visibilidade.

A oportunidade é positiva para reacender debates sobre desenvolvimento regional, trazendo para a arena das reflexões o paradigma da sustentabilidade. Isso implica, evidentemente, espaço de oportunidade para se rever fórmulas gerais que serviram de pano de fundo aos planos de desenvolvimento regional propostos no passado. A noção de desenvolvimento sustentável traz, no seu bojo, o princípio de que não se deve brigar com a natureza, mas sim, conviver com suas características e limitações impostas.

Portanto, não se trata mais de pensar a “redenção” do Semi-árido mediante o “combate” à seca, mas sim de saber lidar com ela: convivência com a seca. Isso muda o olhar sobre o Sertão.

A obra de Suely Salgueiro Chacon é uma importante contribuição nesse sentido. Sertaneja de alma – 30 anos atrás, Chico de Oliveira nos ensinou que o Nordeste é uma re(li)gião! –, ela foi buscar nas suas raízes a inspiração para uma importante releitura da natureza natural e da natureza humana no Sertão cearense, a partir de suas andanças em Quixadá e Quixeramobim. Por lá, (re)encontrou um ambiente castigado pela incerteza das chuvas, mas adornado pela certeza de uma cultura rica e resistente. Encontrou um quadro humano diferente dos tempos que inspiraram relatos sobre coroneis, retirantes, flagelados e carcarás.

Um mundo fortemente marcado pelos novos instrumentos de assistência e proteção social – bolsa família e aposentadorias – tornou o território estudado por Suely algo ao mesmo tempo novo e preocupante. Novo, pelo fato de que, diferentemente de outras épocas, a transferência de renda às populações locais não se dá apenas nos momentos de maior crise de estiagem. Agora, há uma certeza de que ao final do mês haverá como pagar as contas e a caderneta das compras fiadas na mercearia. Mas é preocupante, pois são os mais velhos (aposentados) e as crianças (filhos de jovens casais emigrados que são deixados com os avós) os atuais sertanejos.

Isso nos permite antever um panorama sombrio: a persistirem as atuais tendências, os velhos morrerão e as crianças emigrarão. O Sertanejo já não se reconhece como tal. A um meio rural já em franco processo de despovoamento, se somarão cidades fantasmas? Desaparecerá o legado cultural sertanejo? Será esta uma fatalidade, ou haverá meios de reverter tal cenário? A obra da professora Suely Salgueiro Chacon mergulha nesse novo mundo do Semi-árido e apresenta importantes contribuições para explicar os processos em curso e para a identificação de vias para orientar políticas públicas. É, portanto, leitura necessária ao entendimento do mundo sertanejo desse início de século 21.

Marcel Bursztyn

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social.

É professor da Universidade de Brasília, onde dirige o Centro de Desenvolvimento Sustentável.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	21
LISTA DE FIGURAS DO ANEXO	23
LISTA DE TABELAS DO ANEXO	25
LISTA DE SIGLAS	27
INTRODUÇÃO	31
CAPÍTULO 1 – SERTÃO: UMA ARENA DE CONFLITOS, UM ESPAÇO PARA O ENCONTRO	45
1.1 – Representações Sociais, Memórias e o Ato de Pesquisar	46
1.2 – Alianças e Conflitos: Elementos Para a Construção de um Mapa de Atores Numa Arena	49
1.3 – O Conflito Essencial: o que É Ser Humano?	54
1.4 – Martin Buber: a Relação e o Diálogo Distinguem o Ser Humano	58
1.5 – A Ética Como Elemento Norteador: o Respeito à Alteridade Permite o Encontro	65
1.6 – O Encontro no Sertão	66
CAPÍTULO 2 – O PAPEL DA MODERNIDADE NA HISTÓRIA DO SERTÃO	71
2.1 – O Tempo da Modernidade	71
2.2 – Estado e Modernidade	74
2.3 – Formação Econômica e Social	78
2.3.1 – A formação econômica e social do sertão	81
2.3.2 – A gestação do moderno: o fim dos coronéis?	84
CAPÍTULO 3 – MODERNIDADE E POLÍTICA NO CEARÁ	87
3.1 – Os Coronéis Modernizados do Ceará	88
3.2 – A Moderna Apropriação das Políticas Públicas Garante a Continuidade	92
3.3 – Os Anos 1970 e a Solidificação do Modelo de Coronelismo Modernizado	93
3.4 – O Primeiro Coronel Industrial e Banqueiro e a Nova Política Central Para a Seca	97

3.5 – O Segundo Mandato de Virgílio: Solidificação do Estado Promotor da Modernidade, Parceria com o Banco Mundial e a Seca na Mídia	99
3.6 – O Fim dos Coronéis Rurais Modernizados e a Ascensão dos Coronéis Urbanos Modernos	101
3.7 – O Sertão no Processo de Modernização no Ceará	102
CAPÍTULO 4 – ENTRA EM CENA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	107
4.1 – Reflexões Sobre o Desenvolvimento	107
4.1.1 – Celso Furtado e o mito do desenvolvimento	112
4.1.2 – Enrique Leff e o saber ambiental	116
4.1.3 – Ignacy Sachs e o ecodesenvolvimento	119
4.2 – O Desenvolvimento Sustentável como um Conceito Universal	124
4.3 – Aplicação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável ...	128
4.4 – Estado e Desenvolvimento Sustentável	129
CAPÍTULO 5 – DA MODERNIDADE À SUSTENTABILIDADE: OS CORONÉIS URBANOS E AS INOVAÇÕES NO DISCURSO POLÍTICO NO CEARÁ	133
5.1 – O Coronelismo Modernizado e o Nascimento da Oligarquia dos Empresários	134
5.2 – A Sustentabilidade Para Mudar o Ceará	136
5.2.1 – O “governo das mudanças” em cena: os atores nos dois primeiros atos	137
5.2.2 – A água no contexto do “governo das mudanças”	147
5.2.3 – A projeção nacional dos protagonistas do “governo das mudanças”	148
5.2.4 – O “governo das mudanças” continua em cena: mais dois atos e o desenvolvimento sustentável define os novos atores	150
5.3 – A Grande Contradição: Onde Está o “Moderno” e Sustentável Sertão do Ceará?	155
CAPÍTULO 6 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O USO POLÍTICO DA ÁGUA NO SERTÃO	159
6.1 – Seca, Política e Conflitos no Sertão	159

6.2 – Seca e Políticas Públicas no Sertão	162
6.3 – Políticas Para a Seca no Final do Século XX.....	170
CAPITULO 7 – MODERNIDADE E SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DE ÁGUAS NO CEARÁ	175
7.1 – Antecedentes da Política de Água no Ceará	176
7.2 – Principais Diretrizes da Política de Água no Ceará	178
7.2.1 – Sistema integrado de gestão dos recursos hídricos (SIGERH)	180
7.2.2 – Programas que fornecem a base financeira para política de águas no Ceará	189
7.2.3 – Cobrança pelo uso da água	190
7.2.4 – Bacias hidrográficas como unidade de gestão da água – os comitês de bacia e a participação como centro do processo de gestão da água	196
7.3 – Para Além da Lei e do Discurso: a Política de Águas no Ceará na Prática	201
CAPÍTULO 8 – BACIA DO RIO BANABUIÚ, UM RETRATO DO SERTÃO	205
8.1 – A Pesquisa de Campo	207
8.1.1 – Escolha do local da pesquisa	207
8.1.2 – Os interlocutores	208
8.2 – Elementos que Compõem o Desenvolvimento Sustentável na Arena Sertão	210
8.2.1 – Dimensão sociocultural	211
8.2.2 – Dimensão econômica	240
8.2.3 – Dimensão ambiental	249
8.2.4 – Dimensão institucional e política	253
8.3 – Água: o Conflito Explícito do Sertão	258
8.3.1 – Elementos que compõem o mapa de atores na arena sertão	259
8.4 – Um Sertão Retrato: o Verdadeiro Conflito se Revela	266
CONCLUSÕES	271
O Conflito Essencial: Ser ou Não Sertanejo	272
O (Re)Encontro com o Homem e o Lugar Para Promover o Desenvolvimento Sustentável no Sertão Conclusões Gerais e	

Proposições	276
REFERÊNCIAS	287
ANEXOS	305

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – Evolução Populacional e Participação Percentual da RMF (1970, 1980, 1991, 1996 e 2000)	144
Tabela 2 – Ceará - Resumo dos Indicadores Sociais (2003)	146
Tabela 3 – Percentuais de Cobrança por Categoria de Usuário de Água no Ceará	193
Tabela 4 – Brasil, Nordeste, Ceará, RMF Municípios da Bacia do Banabuiú – População Total e sua Respectiva Distribuição Percentual, por Sexo e Situação de Domicílio (2000)	214
Tabela 5 – Municípios da Bacia do Banabuiú – Densidade Demográfica, Taxa Média Geométrica de Incremento Anual Urbana e Rural e Taxa de Urbanização (1991-2000)	215
Tabela 6 – Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Número ee Matrículas de 7 a 14 Anos e Taxa de Escolarização no Ensino Fundamental (2002)	222
Tabela 7 – Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – População Residente com 10 Anos ou Mais de Idade, Total, Alfabetizada e Taxa de Alfabetização (2000)	223
Tabela 8 – Municípios da Bacia do Banabuiú – Analfabetismo por Faixa Etária (1991 – 2000)	224
Tabela 9 – Municípios da Bacia do Banabuiú – Analfabetismo por Faixa Etária (1991 – 2000)	225
Tabela 10 – Municípios da Bacia do Banabuiú – Esperança de Vida ao Nascer, Probabilidade de Sobrevivência até aos 40 Anos e Até aos 60 Anos (1991 – 2000)	226
Tabela 11 – Municípios da Bacia Do Banabuiú – Mortalidade Infantil Até 5 Anos de Idade e Mortalidade Infantil Até 1 Ano de Idade, em Número de Mortos por 1.000 Nascidos Vivos (1991 – 2000)	227
Tabela 12 – Municípios da Bacia do Banabuiú – Percentual de Pessoas Que Vivem em Domicílios com Água Encanada, Percentual de Pessoas que Vivem e Domicílios com Água Encanada e Banheiro e Percentual de Pessoas Que Vivem em Domicílios Urbanos Com Coleta De Lixo (1991-2000)	231
Tabela 13 – Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Domicílios	

	Médio Mensal Domiciliar Per Capita em Salários Mínimos (2000)	344
Tabela M –	Brasil, Nordeste, Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Número de Homicídios (1980-2002)	345
Tabela N –	Municípios da Bacia do Banabuiú – Percentual de Crianças e Pessoas em Domicílios Situação Abaixo da Indigência e Percentual de Crianças e Pessoas em Domicílios com Situação Abaixo da Pobreza. (1991-2000)	346
Tabela O –	Municípios da Bacia do Banabuiú – Porcentagem da Renda Domiciliar Apropriada por Faixas da População (1991-2000)	347
Tabela P –	Municípios da Bacia do Banabuiú – Indicadores Sintéticos da Desigualdade de Renda (1991 e 2000).	
Tabela Q –	Municípios da Bacia do Banabuiú – Receita Orçamentária Arrecadada (2001)	348
Tabela R –	Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Produto Interno Bruto a Preço de Mercado (1996-2002)	349
Tabela S –	Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Produto Interno Bruto Per Capita (1996-2002)	349
Tabela T –	Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Distribuição Percentual do PIB por Setores (2000).	
Tabela U –	Brasil, Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – IDH Municipal (1970, 1980, 1991 e 2000)	350
Tabela V –	Brasil, Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – IDH-M. (1970, 1980, 1991 E 2000)	351
Tabela X –	Municípios da Bacia Do Banabuiú – População Economicamente Ativa Segundo Grupos De Atividade Econômica (2000)	352
Tabela Z –	Municípios da Bacia do Banabuiú – N° de Vínculos Empregatícios Ativos por Ramo de Atividade (2002)	353

LISTA DE FIGURAS DO ANEXO

Figura A – Faces do Sertão: As Mulheres Fazem o Sertão Continuar (Quixeramobim, 2004)	308
Figura B – Faces do Sertão: Os Idosos que Guardam o Sertão na Memória (Quixadá e Quixeramobim, 2004)	309
Figura C – Faces do Sertão: Idosos e Crianças, Passado e Futuro Guardam a Possibilidade de Fazer o Sertão Continuar (Quixeramobim, 2004)	310
Figura D – Idosos no Sertão: Há Dez Anos Vivendo com Sacrifício e Hoje com Melhores Condições Depois da Aposentadoria (Senador Pompeu, 1994 e Quixeramobim, 2004)	311
Figura E – Educação: Transporte Escolar Feito por Paus-de-arara que Levam os Alunos pelas Águas ou pelas Estradas do Sertão (Quixeramobim e Quixadá, 2004)	312
Figura F – Saúde: Melhoria nas Instalações (Senador Pompeu, 1994 e Quixadá, 2004)	313
Figura G – Moradias no Sertão: Casas de Taipa Isoladas (Quixeramobim e Quixadá, 2004)	314
Figura H – Moradias do Sertão: A Simplicidade e Pobreza das Casas Contrastam com a Tecnologia das Parabólicas e Aparelhos Eletrônicos (Quixadá e Quixeramobim, 2004) ..	315
Figura I – Costumes do Sertão: Velhos Costumes Convivem com os Novos	316
Figura J – Faces do Ambiente no Sertão: Caatinga Verde em Ano de Inverno Bom (Quixadá e Quixeramobim, 2004) .	317
Figura K – Faces do Ambiente no Sertão: Caatinga Seca em Ano de Pouca Chuva (Morada Nova, 2003)	318
Figura L – Política no Sertão: Antigos e e Novos Movimentos Populares	319
Figura M – Faces do Acesso À Água no Sertão: Precariedade e Sacrifício (Sertão Central do Ceará, 2004)	320
Figura N – Faces do Acesso à Água no Sertão: a Bomba D'água Resiste ao Tempo (Senador Pompeu, 1994 e Quixadá, 2004)	321
Figura O – Faces do Acesso à Água no Sertão: Cisternas como Alternativa Viável (SERTÃO CENTRAL, 2004)	322

Figura P – Faces do Acesso à Água no Sertão: o Carro-Pipa Persiste como Solução Política (Quixadá, 2004)	322
Figura Q – Faces do Acesso à Água no Sertão: Uso Indiscriminado sem Controle da Água Escassa do Sertão (Sertão Central, 2004)	323
Figura R – Faces do Acesso à Água no Sertão: Açudes da Bacia do Banabuiú	324
Figura S – Faces do Acesso à Água no Sertão: Equipamentos Modernos da Gestão de Água no Ceará	325
Figura T – Evolução do Volume de Água Armazenado na Bacia do Banabuiú no Estado do Ceará de Jan./1995 a Jan./2005 e Situação em 01-04-2005	326
Figura U – Situação dos Açudes da Bacia do Banabuiú do Estado do Ceará Em 15/04/2005	327
Figura V – Faces do Acesso a Água no Sertão – Dez Anos de Gestão das Águas no Ceará e Nada Mudou, o Jumento e as Crianças Ainda São os Principais Provedores de Água no Sertão. (Sertão Central, 1994-2004)	328

LISTA DE TABELAS DO ANEXO

Tabela A – Brasil, Nordeste, Ceará, RMF e Municípios da Bacia do Banabuiú – População Residente por Situação de Domicílio e por Sexo em Habitantes (1970-2000)	332
Tabela B – Brasil, Nordeste, Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Taxa de Urbanização (1970-2000)	335
Tabela C – Municípios da Bacia do Banabuiú – Percentual De Adolescentes de 15 A 17 Anos com Acesso ao Ensino Médio, que Frequentam o Ensino Médio, que Estão na Escola e com Menos de Oito Anos de Estudo (1991-2000)	336
Tabela D – Municípios da Bacia do Banabuiú – Taxa de Fecundidade Total, Percentual de Adolescentes do Sexo Feminino entre 15 E 17 Anos com Filhos e Percentual de Crianças do Sexo Feminino com Filhos (1991-2000)	337
Tabela E – Municípios da Bacia do Banabuiú – Número de Postos de Trabalho na Área de Saúde por Categoria (2002).	
Tabela F – Municípios da Bacia do Banabuiú – Número de Médicos Residentes por Mil Habitantes (1991- 2000)	338
Tabela G – Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Classe de Consumo de Energia Elétrica (2000)	339
Tabela H – Brasil, Nordeste, Ceará, RMF e Municípios da Bacia do Banabuiú – Domicílios Particulares Permanentes Total e Percentuais por Situação de Abastecimento de Água (2000)	340
Tabela I – Brasil, Nordeste, Ceará, RMF e Municípios da Bacia do Banabuiú – Domicílios Particulares Permanentes Total e Percentuais por Tipo de Esgotamento Sanitário (2000)	341
Tabela J – Municípios da Bacia do Banabuiú – Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios com Acesso a Bens de Consumo Duráveis (1991 e 2000)	342
Tabela K – Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Domicílios Particulares Permanentes Total e Percentual por Classes de Rendimento Médio Mensal Domiciliar <i>Per Capita</i> em Salários Mínimos (2000)	343
Tabela L – Ceará e Municípios da Bacia do Banabuiú – Número Médio de Moradores por Domicílio Particular Permanente, Segundo as Classes de Rendimento	

	Particulares Permanentes: Total, Urbano e Rural e Média de Moradores por Domicílio Particular	
	Permanente Total, Urbano e Rural (2000).....	233
Tabela 14 –	Municípios da Bacia do Banabuiú – Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios com Densidade Acima de 2 Pessoas por Dormitório e Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios e Terrenos Próprios e Quitados	234
Tabela 15 –	Municípios da Bacia do Banabuiú – Percentual de Indigentes, Percentual de Pobres, Intensidade da Pobreza e Intensidade da Indigência (1991 E 2000)	241
Tabela 16 –	Municípios da Bacia do Banabuiú – Percentual da Renda Proveniente do Trabalho e Percentual da Renda Proveniente das Transferências Governamentais (1991-2000)	243

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BANDECE – Banco de Desenvolvimento do Ceará
BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CDs – Conselhos de Descentralização
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIC – Centro Industrial do Ceará
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COELCE – Companhia Energética do Ceará
COGERH – Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPS – Conselho de Participação da Sociedade
CRDS – Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DRI – Desenvolvimento Rural Integrado
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EIA – Estudos de Impactos Ambientais
FIEC – Federação das Indústrias do Estado Ceará
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNE – Fundo Constitucional para o Nordeste
FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNORH – Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

GTIs – Grupos de Trabalho Internos
GTZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia
ICID – Conferência Internacional Sobre Impactos Climáticos e Desenvolvimento Sustentável nas Regiões Semi-Áridas do Planeta
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE – Instituto de Pesquisa do Ceará
KFW – Cooperação Financeira Alemã
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
METROFOR – Metrô de Fortaleza
MIT – Massachusetts Institute of Technology
MST – Movimento dos Sem Terra
NUTEC – Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDRI's – Programas de Desenvolvimento Rural Integrado
PDS – Partido Democrático Social
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Programa de Integração Nacional
PLAMEG – Plano de Metas do Governo (Ceará)
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROARES – Programa de Apoio às Reformas Sociais

PROGERIRH – Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos

PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste

PROMOVALE – Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e incentivos à Agricultura do Norte e Nordeste

PROURB – Programa de Desenvolvimento Urbano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSF – Programa de Saúde da Família

PT – Partido dos Trabalhadores

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SANEAR – Programa de Saneamento da RMF

SEAGRI – Secretaria de Agricultura Irrigada

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMAM – Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República

SIGERH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – Ceará

SINIMA – Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SOHIDRA – Superintendência de Obras Hídricas (Ceará)

SRH – Secretaria de Recursos Hídricos (Ceará)

SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UDN – União Democrática Nacional

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – United States Agency for International Development – Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

INTRODUÇÃO

*Viver significa ser alvo da palavra dirigida;
nós só precisaríamos tornar-nos presentes,
só precisaríamos perceber.*

Martin Buber

(Do Diálogo e do Dialógico)

Esta tese fala sobre o Sertão e sobre os sertanejos. Esse lugar e essas pessoas têm sua história marcada por uma luta constante pela sobrevivência em um ambiente marcado por dificuldades relativas à escassez periódica de água. Como consequência, foi construída uma cultura de resistência e solidariedade, que ajudou o sertanejo a transcender as adversidades, especialmente aquelas ligadas à sua própria organização social e à sua relação com o meio ambiente, especialmente no que se refere ao acesso ou não à água. Por outro lado, também originou uma série de conflitos e manipulações políticas também relacionadas à água, o que leva a um segundo aspecto que marca a história do Sertão: os impactos das políticas públicas que ora se esquecem, ora se lembram desse lugar, conforme seus próprios interesses.

A principal hipótese desta tese defende que as ações do Estado, de um modo geral, têm causado uma desmobilização gradativa do Sertão, seja pela perpetuação da pobreza e da dependência, seja pela desarticulação social e cultural do povo, ou ainda por ações indiretas que promovem o deslocamento de fato desse povo para outras regiões, notadamente para o meio urbano.

O Estado dominado por grupos de poder político esquece aquele que deveria ser o seu foco principal, o ser humano, que, inserido em seu espaço, é susceptível aos aspectos sociais e naturais locais e às relações construídas historicamente. O sertanejo é também atingido por forças externas, que ignoram por completo a sua condição e o tornam ainda mais vulnerável, à medida que retiram de suas mãos a possibilidade de decidir sobre si, sobre seu entorno e sobre suas possibilidades.

O resultado dessa postura, que se repete, é que a história do Sertão é marcada por conflitos, que muitas vezes ficam invisíveis para quem não

conhece esse espaço. O fato de a imagem do Sertão ter sido associada à seca, à pobreza e à dependência parece ter estabelecido uma “concordância” não discutível sobre esse estado de coisas. O meio ambiente considerado hostil é o principal responsabilizado e isso justifica uma suposta relação consensual entre a sociedade e seus governantes em torno desse “problema”. Nessa visão superficial e simplista se perdem inúmeras relações que se desenrolam nesse cenário. Na verdade o que se vê ao longo de toda a história do Sertão é este como uma arena de lutas e conflitos, conchavos e alianças. As relações entre os atores oscilam entre a solidariedade e a disputa, conforme se descortinam os interesses, e também conforme estes são manipulados.

Alguns conflitos são silenciosos, internos, cotidianos, permanentes, e muitas vezes se disfarçam em alianças circunstanciais. Outros são ferozes, ruidosos e efêmeros. O primeiro tipo de conflito é visto com mais profundidade neste trabalho, pois abriga explicações para que se entenda não só sua própria dinâmica, mas as suas conseqüências dos mesmos para o Sertão e para o sertanejo até os dias atuais. E um conflito que se destaca é o conflito interno do sertanejo em relação a si próprio, à sua identidade.

Ser ou não ser sertanejo é uma questão que se coloca hoje com persistência, especialmente para os jovens que não vêem no Sertão as oportunidades que almejam. A rápida entrada dos meios eletrônicos no Sertão, trazendo um turbilhão de informações sobre um modo de vida estranho a esse lugar, propiciou a criação de novos anseios e desejos em uma população, que na verdade foi deixada de fora do processo de desenvolvimento implementado pelo sistema econômico e político dominante. Esse sistema não foi capaz, ou não teve interesse, de reproduzir suas condições básicas no espaço do Sertão, tomando-o apenas como um apêndice, usando-o conforme a conveniência conjuntural exigisse. As pessoas têm sido sistematicamente ignoradas. Sua auto-estima é abalada, a ponto de negarem sua origem e acalentarem como único objetivo o alcance de uma nova vida longe do Sertão, reproduzindo o modo de vida urbano que parece tão melhor na tela da TV.

O Estado, capturado por interesses dos diferentes grupos que assumem o poder, também não é capaz de fortalecer o Sertão como um espaço diferenciado, com organização social e produtiva próprias. As políticas públicas não se preocupam em olhar este lugar e escutar com atenção seu

povo, apenas repetem há décadas uma postura de descomprometimento, justificada na maioria das vezes por uma suposta inviabilidade econômica e produtiva da região.

Para agravar esse quadro, um modelo que foi se fortalecendo nas últimas décadas do século XX, transformou o Sertão em um espaço totalmente dependente. As políticas públicas de cunho assistencialistas foram se sofisticando e sendo incorporadas ao dia-a-dia de políticos e sertanejos, que convivem hoje com essa circunstância como se a vida tivesse sido sempre assim. Essas políticas de cunho compensatório, que deveriam ser passageiras, e apenas deveriam amenizar uma conjuntura desfavorável para as atividades produtivas geradoras de renda, têm-se tornado regra e substituído as políticas capazes de gerar emprego e fortalecer a sociedade e a economia de lugares carentes. Esse quadro chegou hoje a tal ponto de conformação que, em média, 70% das rendas dos municípios do Sertão são provenientes de transferências governamentais (Tabela 15), como aposentadorias rurais e repasse de programas assistencialistas do governo federal.

Por outro lado, toda a história do Sertão é marcada pela interferência do Estado, sempre pautada no tema que é a própria espinha dorsal das políticas públicas para a região: a seca. A escassez de água ajudou a justificar inúmeras ações governamentais e a definir o quadro apresentado acima. Todo um arcabouço econômico e político se cristalizou, condicionando as relações sociais. A seca é, nesse sentido, estruturante da vida política regional. E, por conta disso, é suscetível de ser apropriada como vetor de uma nova forma de perpetuar e “regular” as relações na região. O fato novo é que a seca é um elemento cabível no discurso ambiental, no âmbito do conceito de desenvolvimento sustentável. Quando o mundo em geral e o Brasil em particular se inclinam diante do apelo ambientalista, a seca mais uma vez serve de base e fundamento para uma aclimação do discurso. Uma aparente mudança ocorre, para que não mude de mãos o poder.

É importante observar que a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável como algo positivo e necessário revolucionou a forma de gerenciar recursos em todo o mundo. Porém, esse conceito foi apropriado pelo discurso político como uma “fórmula mágica” que abre portas, consegue recursos e tudo justifica, legitimando e revestindo de modernidade o antigo jogo do poder que define as políticas, seja ao nível do “governo mundial” ou nacional, ou ao nível local, nas mais recônditas localidades.

Promover o desenvolvimento sustentável virou moda, e um discurso ou plano político para o desenvolvimento que não contivesse essa expressão, já nos anos 1990, não teria chance de ser levado adiante. Em seguida, foi o combate à pobreza e à exclusão social que se tornou a ordem do dia. O que também cabe como uma luva para o Sertão pobre.

Misturando tudo, proliferaram textos expressivos em diversas instâncias de poder. Contudo essas “cartas de intenções” de políticos, instituições, organizações e governos não se têm se traduzido em melhorias verdadeiras e permanentes para a grande parte da população mundial. Pelo contrário, informações recorrentes atestam o aumento da pobreza, da fome, do desemprego, da violência e, o que é pior, da desesperança em todo o mundo, especialmente para os pobres dos países chamados “em desenvolvimento”, como o Brasil.

Questões sociais e ambientais, por séculos sobrepujadas pelas questões econômicas, passaram “da noite para o dia” a fazer parte fundamental da vitrine do desenvolvimento. Apesar do alcance ainda limitado e das distorções evidentes desse novo discurso, é inegável que ele representa um passo à frente, uma evolução na forma de a humanidade pensar sobre sua própria existência na Terra. Aos poucos a palavra “sustentabilidade”, ainda que desgastada pelo uso exacerbado, chegou para dar nova tonicidade às questões socioambientais, e proporcionar novas perspectivas para as populações carentes, como as que vivem no Sertão semi-árido do Nordeste do Brasil.

No momento em que o conceito de desenvolvimento sustentável se fortifica e se insere cada vez mais no discurso político no Brasil, especialmente no que se refere ao Nordeste, a seca passa a ser tratada paulatinamente como um problema ecológico, mudando o enfoque secular das políticas públicas que viam a seca como uma calamidade natural sem solução. O discurso político fala agora de convivência com a seca e não mais de combate à seca, preconizando a necessidade da gestão dos recursos hídricos para a promoção do desenvolvimento sustentável, e a diminuição da fome e da miséria no Sertão. Parece um pequeno detalhe, mas representa grande diferença. É um deslocamento paradigmático, da ótica da negação das características ecológicas da região, para um enfoque de aceitação. Isso é básico para uma efetiva “convivência” do homem com o seu meio ambiente. Nesse sentido esta tese trabalha a partir da concepção básica de Martin Buber (1974) acerca da condição humana, que pressupõe que esta só pode

se desenvolver a partir do encontro dos seres, em um diálogo face a face, em um verdadeiro encontro. Esta idéia é válida não só para o encontro entre os homens, mas também para o encontro do homem com outros seres e com o meio em que vive.

E sobre essa nova forma de ver a relação do homem com seu meio no Sertão, a idéia de convivência com os fenômenos naturais significa um novo *status* que permite um tratamento mais adequado ao problema que marca toda a história do Sertão. Por outro lado, ao se apropriarem dos novos conceitos, os políticos e elites que detêm o poder passaram a usá-los indiscriminadamente. Mesmo com novos mecanismos de controle e com o incentivo à organização e participação da sociedade, aos poucos as práticas politiqueras se adaptaram e foram forjadas novas formas de apropriação dos recursos financeiros destinados para projetos e programas que envolvem o alcance do desenvolvimento sustentável no Sertão.

Partindo dessas premissas, o principal objetivo desta tese é responder por que as políticas públicas não conseguem reverter o processo agudo de exclusão social e promover um processo sustentável de desenvolvimento para o Sertão.

O Sertão semi-árido do Ceará, situado no Nordeste do Brasil, foi o local escolhido para empreender esta pesquisa. Ali os aspectos geográficos, climáticos, sociais, culturais, econômicos e políticos se apresentam em um cenário de pobreza e espoliação social, que agora se agrava com a crescente e contínua descaracterização cultural.

A história política do Ceará está povoada de movimentos que se intitulam de revolucionários, mudancistas, mas que, numa análise apurada, demonstram sua verdadeira face: movimentos de adaptação e reacomodação que garantem o mesmo objetivo, qual seja, permanência ou ascensão ao poder do grupo que propõe o tal projeto de mudança, sem que isso signifique melhoria real na qualidade de vida da população, sempre à mercê de mandos e desmandos dos políticos.

O mais recente projeto, e que aparece na mídia como sendo pioneiro e transformador, começou com o chamado “Governo das Mudanças”, em 1987, protagonizado por Tasso Jereissati, com o aval das elites empresariais locais, que o forjaram dentro de uma linguagem tida como moderna. Esse projeto que entra pelo século XXI, bem como suas conseqüências, aos pou-

cos são reveladas sem o véu da aparência midiática. Esse governo é um ponto de ruptura, que dá início a uma nova forma de fazer política e que desloca o eixo do poder. Ele, promovendo um projeto que é eminentemente de cunho urbano-industrial e tem como objetivo precípua a manutenção do poder conquistado. Isto é comum aos demais projetos, então considerados como causadores do atraso do povo cearense. Tal deslocamento espacial do poder – que é uma novidade – traz sérias consequências para o meio rural cearense, como veremos ao longo desta análise.

A história política do Estado do Ceará se desenrola em paralelo com a do meio ambiente. Embora só ao final do século XX este tenha se evidenciado como elemento constituinte dos discursos políticos e objeto direto das políticas públicas, sempre foi o grande mote para atos e campanhas políticas, sendo usado de várias maneiras. A mais clara é usar a seca como uma determinante ambiental para a pobreza, especialmente no meio rural. O que fica pouco evidente é seu uso como instrumento de controle da população e dos recursos financeiros e naturais do Estado, isto ocorrendo com todos os grupos políticos que já detiveram o poder.

Com o discurso “da mudança” veio o discurso da sustentabilidade e da modernidade administrativa. Nesse ponto são identificados claramente dois conceitos-chaves para o entendimento desse projeto: modernidade e sustentabilidade, que passam a ser palavras facilmente encontradas nos pronunciamentos políticos. Contudo, seu significado é variável, conforme os interesses em jogo, e pouco tem a ver com os significados elaborados em profundidade por diversos estudiosos. Os conceitos são apropriados pelo discurso político para legitimar seus interesses próprios, baseados no modelo global de acumulação de riquezas e exclusão social.

Com o desenrolar desse projeto governamental modernizante, o meio ambiente vai se revelando no seu papel usual. Agora, evidenciado e valorizado, passa a ser peça-chave na política preconizada pelo governo, usado como símbolo de um “novo tempo” para o Estado.

Embora a água, ou falta dela, sempre tenha sido a maior motivação para as políticas públicas para a região Nordeste e para o Ceará em particular, o novo enfoque ambiental trazido pela valorização do conceito de desenvolvimento sustentável, coloca a gestão racional da água como o “novo” e grande objetivo do governo. Há uma superação de antigos discursos; não se enfatiza

mais o “combate à seca”, e mesmo a idéia de “convivência com a seca” se enfraquece diante de uma nova perspectiva: a construção das condições para viabilizar um projeto urbano-industrial que tira o Sertão de foco e desvia toda a atenção e recursos para garantir um novo cenário de progresso e crescimento econômico. A urbanização da capital do Estado, transformada em metrópole, traduz a idéia de modernidade perseguida pelo governo.

Essa postura traz graves consequências para o Sertão e para os sertanejos, que perdem importância no âmbito das ações governamentais, que concentram esforços nas medidas que garantiriam o fortalecimento de atividades eminentemente urbanas, como a indústria, o turismo e o comércio. As atividades agropecuárias e os recursos para o desenvolvimento rural são grandemente prejudicados nesse novo cenário.

O controle dos aspectos ambientais, e mais especialmente como o uso da água, passou a ser uma prioridade para o governo, inserida dentro de um novo contexto, e agora justificada pela necessidade de gerar a infraestrutura para a construção do novo “Plano de Desenvolvimento Sustentável” para o Ceará. Este plano é promovido no segundo mandato do governador Tasso Jereissati, em 1995, logo após, portanto, a ECO-92. Este governo tem como carro-chefe a industrialização, incentivada por subsídios, renúncia fiscal e investimentos públicos. Tal estratégia atrairia as empresas, que gerariam emprego e renda e mudariam o perfil produtivo do Estado, acabando assim com a “sina” de dependência e pobreza do povo, advinda dos aspectos climáticos. Contudo, em 2005, os dados socioeconômicos – , que são apresentados nesta tese –, demonstram claramente que essa promessa não foi cumprida devidamente.

A água é, e sempre foi, um vetor de poder no Sertão. Deslocar o controle desse recurso para o espaço urbano é retirar do poder local a sua mais forte arma de controle político, retirando a possibilidade de “barganha” do poder local em relação ao central.

Mas como esse processo histórico de apropriação, pela política, do meio ambiente, conforme seus objetivos e com o intuito de manter (ou tomar) o poder, tem afetado a vida da população do Estado, em especialmente a que vive no espaço rural do Sertão semi-árido? Descobrir essa resposta foi o caminho para chegar ao objetivo proposto e responder por que as políticas públicas para o semi-árido, um espaço de exclusão, não logram sucesso.

As relações sociais no Sertão vêm sendo desmanteladas por esse modelo. Ele tem ramificações e justificativas ligadas a um modelo de dominação e de produção muito maior, global, que se consolida fora do espaço do próprio Estado, mas que o influencia demasiadamente. É adotado um projeto de cunho claramente urbano-industrial e liberal que retira o Sertão e o sertanejo do seu foco. Tanto o espaço quanto a pessoa são deslocados e levados a uma condição de “não-existência” ou de importância secundária, visto que não se encaixam no novo modelo produtivo e político.

Os mecanismos de relações sociais não são apenas ignorados; são destruídos. A eletrificação rural, por exemplo, promove a massificação de uma propaganda consumista que leva ao sertanejo um sentimento de inutilidade, promovendo o deslocamento deste para os meios urbanos à procura não só de ocupação, mas principalmente de significação e pertencimento a esse novo padrão levado até por diversos instrumentos da modernização, como as antenas parabólicas. O sentimento de pertencer ao sertão não apenas desaparece, mas é verdadeiramente extirpado, visto que é traduzido como atraso. Essa destruição do nexos das relações sociais afeta não apenas as pessoas, mas toda uma teia de atitudes e processos que norteiam a cultura sertaneja, inclusive no que se refere à relação do Homem com a Natureza. Em termos culturais, os impactos de tal transformação só serão percebidos em profundidade no longo prazo, embora já hajam sintomas claros de mudança.

Especialmente em relação ao meio ambiente, os novos paradigmas (inclusive de produção agrícola) afetam a forma como este é visto pelo sertanejo, destruindo laços históricos e culturais que por séculos comandaram a vida no Sertão.

Toda uma tradição no manejo da biodiversidade desse espaço especial é aos poucos esquecida pelo povo do lugar, usurpado em seus modos e atitudes, levado a acreditar que sua organização social e produtiva é “ultrapassada”, e que o que é bom é o que está fora dali, ou seja, o modelo urbano de produção e consumo.

Parece-lhes só restarem duas opções: partir em busca da inserção nesse modelo, ou tentar reproduzi-lo em seu espaço, negando sua cultura e suas tradições. De uma forma ou de outra negam suas possibilidades e as do seu espaço, convencidos de que ali já não é mais possível viver respeitando o que aprenderam com o tempo. Assim, vão apagando suas lembranças. Esse é um movimento assistido em todo o mundo entre os pobres, e com mais

força especialmente nas localidades mais afastadas, mas já afetadas pelas ondas de mudança ou pela exclusão destas.

A grande motivação desta tese foi a busca pelo entendimento da real situação do Sertão e do sertanejo diante de um processo histórico de transmutação do papel e da atuação do Estado, especialmente a partir da inserção no discurso político dos conceitos de modernidade e sustentabilidade. Ao mesmo tempo a tese também procurou alternativas para que se encontre um novo caminho, de tal maneira que conceitos e preceitos deixem de fazer parte apenas do discurso político e passem a constar das práticas dos governos e o processo de desenvolvimento sustentável se efetive plenamente no Sertão. A expectativa é que esse espaço deixe de ser visto apenas como um lugar pobre, carente e dependente, e possa ser reconhecido por sua diversidade natural e cultural, como um espaço de relações sociais plenas.

A tese faz um resgate das idiosincrasias e valores do ser(tanejo) e, com isso, desconstrói uma imagem de objeto e (re)constrói uma de sujeito para os sertanejos. Em outras palavras, vista pela ótica ambiental, a região pode ser suscetível de um olhar que reverta a conveniência do paternalismo, do clientelismo, da sujeição, do fatalismo bíblico. Para isso é preciso olhar para o Sertão e deixar o sertanejo falar, em um diálogo verdadeiro, disposto, que permita o encontro do Sertão e no Sertão, por meio da (re)descoberta do sertanejo por ele mesmo e por quem se dispuser a mudar essa realidade sem seguir essa tendência de desprezo pela pessoa.

Isto significa a viabilização da sustentabilidade baseada no princípio relacional que distingue o ser humano na natureza e permite a construção de uma ética do encontro, pelo respeito à alteridade do outro. O outro aqui é o sertanejo, alijado de toda e qualquer participação social por um projeto que se auto-intitula de modernizante, mas que o exclui, e ainda se utiliza da situação de exclusão produzida para justificar os planos de governo perante organismos internacionais que financiam a tal modernização. A modernidade apregoada e agora reforçada pela idéia de sustentabilidade se fixou nos textos, povoou os documentos oficiais, mas ainda não chegou de fato às terras sertanejas.

Para construir os capítulos desta tese foram empreendidas pesquisas de cunho bibliográfico e empírico. A pesquisa bibliográfica incluiu, além dos títulos relacionados com a base teórica, a revisão da literatura que discute em várias épocas a organização social, econômica e política do Sertão em

geral e do Ceará em especial, e os documentos oficiais relativos às políticas públicas estudadas.

A pesquisa empírica parte de um estudo de caso sobre a prática de gestão de águas implementada pelo governo do Estado do Ceará e busca compreender como esta foi construída e como afeta a vida dos sertanejos. A partir daí é focada a distância entre o discurso e a prática, e identificados os elementos que constituem as políticas voltadas para o Sertão e suas conseqüências para o sertanejo.

Para compor o estudo, foram realizadas várias viagens aos Sertões do Ceará no segundo semestre de 2003, quando o Sertão ainda estava seco, ao longo de todo o ano de 2004, de intensas chuvas, e no início de 2005, quando se verificava a possibilidade de um ano de estiagem ou de poucas chuvas. Como a pesquisa parte da análise da política e da gestão da água, a noção de Bacia Hidrográfica guiou essas andanças. A gestão da água no Ceará, como no Brasil, se baseia na divisão territorial dada pela abrangência dos principais rios; assim, os estudos foram iniciados pelo reconhecimento das bacias do Estado, para depois escolher a bacia que foi trabalhada e os municípios analisados mais detalhadamente.

A partir destes estudos, os municípios de Quixadá e Quixeramobim foram escolhidos para a pesquisa de campo. Eles ficam na Bacia do Banabuiú, e fazem parte do Sertão Central do Ceará. A região foi escolhida por estar inserida totalmente no semi-árido, e representar historicamente o espaço do sertanejo, do vaqueiro, do plantador de algodão, bem como de sua decadência. As visitas realizadas a esses dois municípios foram documentadas em fotos, que, em parte, são reveladas ao longo do trabalho. Foram realizadas entrevistas com os sertanejos, autoridades, políticos e técnicos, sendo que o principal interlocutor foi o sertanejo. Essas entrevistas se basearam em um roteiro predefinido que, porém, deixava o entrevistado à vontade para incorporar elementos que lhe parecessem importantes ao longo da conversa. Isso permitiu descobertas que não estavam previstas, especialmente com destaque sobre as novas formas de organização das comunidades. As entrevistas foram realizadas em comunidades rurais do Sertão, bem como nas sedes dos municípios citados e, também em Fortaleza e em Brasília. Além da pesquisa de campo, dados secundários relativos ao espaço estudado e à população foram coletados e organizados e compõem o quadro analítico da região pesquisada.

Os pontos definidos nesta Introdução são analisados detalhadamente ao longo do trabalho, conforme a estrutura a seguir enunciada:

No Capítulo 1 é apresentado o marco epistemológico deste trabalho. A noção de conflito para a sociedade moderna é ressaltada para definir como se traça um mapa de atores que atuam em uma arena onde se desenrolam conflitos ou se acertam alianças. São assim delineados os contornos teóricos que baseiam a busca de uma visão alternativa para a resolução e mediação de conflitos a partir do diálogo em um encontro face a face.

O Capítulo 2 mostra como ocorreu a inserção dos preceitos da modernidade no discurso político e quais as primeiras consequências disso para o Sertão e para os sertanejos. Para compreender esse processo é apresentada de forma sumária a gênese dos principais conflitos que marcam a história do Sertão semi-árido do Nordeste a partir da sua formação econômica e social, destacando o papel do Estado capturado pelo poder político e interferindo diretamente na organização social e também na apropriação do meio ambiente.

O Capítulo 3 mostra a trajetória dos coronéis modernizados, que anteciparam o movimento protagonizado pelos empresários no Ceará e analisa esse percurso a partir da história política do Estado. São revistas as estratégias políticas, as interações entre políticas locais e nacionais e o papel dos organismos internacionais na formulação e implementação das políticas públicas. O objetivo é compreender a gênese da política atual do Estado, a importância do gerenciamento dos recursos hídricos nesse projeto e suas consequências para a sociedade cearense, especialmente para o Sertão em especial.

O conceito de desenvolvimento sustentável é tratado no Capítulo 4, para subsidiar a posterior análise do seu uso político e também para fornecer a base de análise das variáveis que revelam as condições de vida no Sertão. É feito um resgate do surgimento do conceito a partir basicamente das idéias de Celso Furtado, Enrique Leff e Ignacy Sachs, ressaltando os pontos essenciais que o compõem e que se relacionam diretamente com o estudo das possibilidades de desenvolvimento local para comunidades carentes como as comumente encontradas no Sertão do Ceará.

O Capítulo 5 trata de como o conceito de desenvolvimento sustentável foi incorporado ao discurso do grupo político que assumiu o poder no Esta-

do do Ceará a partir de 1986. Dando continuidade a um processo que se propôs antes de tudo moderno, o grupo liderado por Tasso Jereissati passa a usar também a idéia de sustentabilidade como base de sua agenda política a partir dos anos 1990.

É apresentado no Capítulo 6 um apanhado geral das ações do Estado em relação à seca no Sertão semi-árido nordestino. São enfatizados o uso político dessas políticas e os conflitos que as perpassam continuamente. É ressaltada a interferência das orientações dos organismos internacionais de financiamento a partir de meados da década de 1970. As novas posturas adotadas a partir de então evoluíram até as atuais formas preconizadas para as políticas públicas no final do século XX e início do século XXI, especialmente para a gestão de água, que compõem um conjunto de diretrizes consideradas modernas e coerentes com a noção de desenvolvimento sustentável.

Os principais pontos que norteiam as políticas de gestão de recursos hídricos no Estado do Ceará são analisados no Capítulo 7. São vistos seus antecedentes diretos, o papel dos organismos internacionais de financiamento, a organização do sistema de gestão e dos usuários nos Comitês de Bacia. Além de compreender como funciona esta política, o objetivo do capítulo é mostrar até que ponto os conceitos usados no discurso político se materializam nas políticas públicas.

O Capítulo 8 apresenta os resultados da pesquisa de campo e analisa as condições de vida no Sertão, procurando observar as conseqüências para a população da implantação das diversas políticas públicas que afetam esse espaço. São vistos indicadores sociais e econômicos relativos aos municípios que compõem a Bacia do Banabuiú, região escolhida para a pesquisa de campo. Os dados são apresentados conforme as dimensões do desenvolvimento sustentável, contrapondo os dados secundários às observações e depoimentos colhidos na pesquisa de campo. Os elementos que compõem a arena Sertão são apresentados em função do seu conflito explícito, que é relativo ao acesso à água. As relações que se desenrolam na arena do Sertão são analisadas a partir da ética do encontro, e com isso o Sertão retratado revela o verdadeiro conflito que perpassa toda a vida do sertanejo: o conflito de identidade, que leva o sertanejo à perda de auto-estima e, em última instância, ao abandono definitivo do Sertão. A análise dos elementos apresentados na tese levam à percepção de que este conflito, que é velado, não explicitado, é e foi representado ao longo da história pelo con-

flito relativo à escassez de água, que assim se tornou uma fonte inesgotável de justificativas para o estado continuado de pobreza e exclusão do Sertão.

As conclusões apresentam uma reflexão final, ou seja, contrapondo o modelo vigente e buscando encontrar caminhos alternativos para viabilizar a sustentabilidade no Sertão, resgatando seu valor e a identidade do sertanejo. A sustentabilidade que se propõe deve estar coerente com as premissas defendidas pelos autores discutidos no Capítulo 4, e se baseia ainda no princípio relacional que distingue o ser humano na natureza e leva à percepção da importância das relações do tipo EU-TU, explicadas no primeiro Capítulo. O Capítulo mostra que a conquista da alteridade e a devida consideração desses princípios no âmbito da construção das novas relações no Sertão podem proporcionar uma transformação desta arena, substituindo os conflitos pelo encontro e levando ainda a uma mudança real na postura dos fazedores de políticas, de modo que estes passem a considerar este espaço e a inseri-lo no rol das prioridades do Estado constituído. A partir dessas reflexões, são apresentadas as conclusões gerais e proposições desta tese.



MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DO CEARÁ
Fonte: IBGE

Capítulo 1

SERTÃO: UMA ARENA DE CONFLITOS, UM ESPAÇO PARA O ENCONTRO

A mais premente necessidade de um ser humano
era tornar-se um ser humano.

Clarice Lispector

(Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres)

Este primeiro Capítulo apresenta aspectos teóricos e metodológicos básicos utilizados para a pesquisa. A noção de conflito para a sociedade moderna é ressaltada para definir um mapa de atores que atuam em uma arena determinada: o Sertão. Os elementos aqui enunciados são identificados ao longo da pesquisa, a partir da história do Sertão, dos dados socioeconômicos e das entrevistas realizadas.

Ainda neste Capítulo são traçados os primeiros contornos teóricos que baseiam a busca de uma visão alternativa para a mediação e resolução de conflitos e o alcance do desenvolvimento sustentável. É proposto um novo caminho para transformar a arena em um espaço renovado, que permita o encontro de aliados e não mais o embate de opositores. Essa visão só é possível a partir do diálogo e de um comportamento ético que tem como princípio norteador a noção de que todos os homens são parte da mesma espécie e habitam o mesmo espaço, a Terra, e que, portanto, devem ser solidários entre si, formando uma rede de responsabilidade mútua e, ao mesmo tempo, de respeito pela liberdade e pela alteridade do outro. A partir dessa premissa é possível pensar não mais em conflitos ou alianças circunstanciais, mas, sim, em pactos que visem ao bem-estar de todos e promovam de fato o desenvolvimento sustentável.

1.1 – Representações Sociais, Memórias e o Ato de Pesquisar

Para conhecer o espaço e as pessoas que vivem no Sertão é preciso reconstruir a história do lugar e as histórias vividas por seus habitantes, resgatando e compreendendo a formação da sociedade e dos indivíduos, suas práticas sociais, produtivas e discursivas. Além das pesquisas bibliográficas que resgatam os fatos históricos, o caminho para desenvolver essa pesquisa passou por uma descoberta conjunta com os atores pesquisados, lembrando junto com eles suas histórias.

O trabalho de resgate da memória de um lugar exige sensibilidade e cuidado, tanto para se aproximar do pesquisado como para captar corretamente o que se apresenta. Brandão (1998, p. 29-30), trabalhando com as memórias do povo do Sertão, ressalta que: “... o imaginário de expectativas a realizar como futuro deve ser, antes, a recuperação como memória das expectativas não realizadas na experiência das gerações do passado”, e que “... de um ponto de vista da atualidade inovadora, o olhar dirigido para o futuro aponta para o passado”. E um dos pontos a que Brandão mais chama a atenção é que o pesquisador deve atentar para a “gramática das trocas simbólicas do lugar”. Do contrário corre o risco de comprometer todo o trabalho, pela falta de entendimento mútuo entre este e as pessoas que participam de sua pesquisa. Por isso, é fundamental aliar o resgate da memória ao estudo das representações sociais do lugar.

Há um processo pelo qual todos, e cada um, criam e recriam continuamente a si mesmos e ao seu espaço. Aprendendo, testando e se renovando, mesmo sem perceber, vai-se operacionalizando esse processo, que é inerente a qualquer ser vivo, mas se agudiza e se reveste de significado, inclusive histórico, quando são revelados o ser humano e sua condição. É a própria construção e reconstrução da “humanidade”.

O conceito de representações sociais, oriundo da psicologia social, é fundamental para o melhor entendimento da premissa anterior. Representações sociais são “realidades compartilhadas” e através dessa visão é possível socializar as impressões individuais. A significação individual vem da mediação social e a representação social passa a mediar outras mediações. Esse é um processo dinâmico, mas que esconde uma armadilha: a cristalização dessas representações pode levar a preconceitos e estes a uma visão distorcida da realidade, das pessoas e do lugar. É importante ressaltar que,

quando se utiliza o conceito de representações sociais, está-se estudando um fenômeno ligado ao saber do senso comum, ou ainda ao saber ingênuo, natural (JODELET, 1991). Esse saber é essencial nesta pesquisa, pois compreender o processo de transformação das relações sociais ocorridas ao longo da história recente do Sertão do Ceará é fundamental para desvendar o real impacto das políticas públicas nesse espaço.

Por exemplo, a noção de meio ambiente antes de ser um conceito científico é uma representação social, que varia conforme a história de cada um e dos lugares, e ainda de acordo com o uso que se faz desta idéia. Reigota (1998) mostra diversas definições de meio ambiente, para diferentes ciências, e chega à conclusão de que a idéia de meio ambiente vai variar segundo o tempo e o espaço a que se aplica, sendo definida pelas pessoas de acordo com suas visões particulares, que são influenciadas pela história de vida e pelo conhecimento adquirido por cada um, que pode ser científico ou não.

Uma rápida busca sobre como a água é vista por diversos atores mostra como, de fato, as possibilidades de definição ou representação podem ser variadas e responder a interesses relativos ao uso que porventura será feito por quem define. A água pode ser vista como elemento vital, direito de todo ser vivo, ou como um bem econômico, passando a ser chamada de recurso hídrico, com uso restrito pela capacidade de pagamento do usuário. Esses dois extremos guardam entre si uma série de possibilidades e interpretações e as discussões ficam cada vez mais acirradas, despertando um interesse cada vez maior por parte não só de estudiosos do tema, mas também de governos, de organismos internacionais de desenvolvimento e dos próprios cidadãos, cada vez mais informados e também sentindo mais fortemente alguns dos primeiros efeitos de novas políticas relativas ao acesso à água, especificamente.

E no Sertão não é diferente. Também lá, esse cenário mundial de intensa discussão e de mudanças de comportamento em relação à água tem seus reflexos. Se a água é um elemento vital, no Sertão ela se torna o elemento aglutinador ou desagregador das relações sociais, dada a sua relativa escassez e ao histórico uso político dessa realidade.

Isso vem corroborar a idéia de que o primeiro passo do pesquisador deve ser o de conhecer o objeto de estudo, segundo a representação da comunidade em que se insere. No caso presente, como as pessoas que vivem no Sertão do Ceará, esquecidas pelo sistema, ou manipuladas por ele,

percebem as políticas públicas de que são alvo, especificamente as novas políticas para a gestão de água. E, por outro lado, como as pessoas e o próprio espaço são vistos pelos políticos e técnicos que ali atuam.

Nesse ponto, um fator tem que ser considerado: quando o pesquisador chega ao local onde busca encontrar as respostas para suas questões é desencadeado um processo complexo junto às pessoas que ali estão e que são indagadas por ele. A pesquisa, a descoberta, não é só do pesquisador, mas também delas. Inevitavelmente se interfere no seu dia-a-dia. Todos, ao fim dos encontros, não são mais os mesmos.

Teoricamente a idéia de um pesquisador observar seu objeto sem interferir é válida, mas na prática isso não existe. Geertz (1997, p. 85) afirma que “... não se pode esperar uma observação isenta do pesquisador”. O pesquisador não é um ser amorfo, sem sentimentos e sem uma história própria de aprendizado e conhecimento. Ele é, e sempre será, um observador. Por outro lado, ao observar, ele transforma o meio e é por ele transformado. Nenhum dos elementos sai impune, nem pesquisador, nem pesquisado. São ambos para sempre marcados pelos saberes de cada um.

Os fatos são interpretados e observados de acordo com o que já se viveu e aprendeu, e com o que se está vivendo, sentindo e aprendendo. Da mesma forma o pesquisado tende a reagir e se colocar diante do pesquisador (que é um elemento estranho ao *locus* da pesquisa) conforme suas próprias experiências e impressões

O pesquisador precisa saber ler no dia-a-dia as respostas naturais, muitas vezes escondidas, nas falas iniciais, mais formais, ainda sob a influência da presença de um estranho ao lugar. Dificilmente se passa a fazer parte daquele lugar e da vida daquelas pessoas, realmente, mas é preciso se aproximar para apreender, como ressalta Reigota (1998, p. 18):

Não se trata de transmitir conteúdos, conceitos e o método científico experimental, mas sim aprender a olhar, aprender a ler indícios e o aleatório, entender a ciência como criatividade e atividade que permite integrar a arte e os diferentes conhecimentos (científicos e tradicionais).

A adoção desse tipo de pesquisa, que coloca o pesquisador em contato direto com o pesquisado, ambos sendo envolvidos, exige um cuidado maior do pesquisador para este não considerar sempre válido todo e qualquer

conhecimento observado através da pesquisa, sem criticá-lo devidamente, na ânsia de encontrar respostas instantâneas para o problema proposto pela pesquisa. Conforme Geertz (1997, p. 91):

Em vez de tentar encaixar a experiência das outras culturas dentro da moldura desta nossa concepção, que é o que a tão elogiada 'empatia' acaba fazendo, para entender as concepções alheias é necessário que deixemos de lado nossa concepção, e busquemos ver as experiências de outros com relação à sua própria concepção do 'eu'.

Assim, além do conceito de representação social ou mesmo de uma visão pessoal e individual, existe a essência verdadeira das coisas, das pessoas, dos lugares, das relações ou da falta destas. Cada ação está impregnada de significados ocultos que só se revelam a quem se despe de seus próprios significados. Aquele que está disposto a aprender, a olhar além de seu próprio "ver" pessoal, e se reconhecer no outro. Essa postura guiou esta pesquisa e está presente no texto que agora apresenta seus resultados.

1.2 – Alianças e Conflitos: Elementos Para a Construção de um Mapa de Atores numa Arena

Ao penetrar no mundo do Sertão e especialmente nas questões relativas ao acesso à água, as inúmeras e intrincadas relações existentes em torno dessa temática são gradativamente percebidas e revelam que os conflitos têm sido inevitáveis, devido à forma como foram tratados historicamente. Muitos interesses são detectados, na sua maioria contrários entre si, tanto internos como também advindos de interferências externas. Depois de perceber melhor o lugar, as pessoas, suas inter-relações e interações com o meio em que se inserem, fica claro que é necessário utilizar uma metodologia que seja capaz de reunir todos esses elementos e analisá-los adequadamente, de forma conjunta.

Nesse sentido, entender a noção de conflito mostra-se essencial para este estudo. Todo o emaranhado de relações que se formam a partir dos conflitos pode gerar novos conflitos ou mesmo alianças e nessa perspectiva é possível apreender melhor os mecanismos de organização do espaço em estudo.

É utilizada aqui uma metodologia de análise das pesquisas de campo que se baseia em um mapa de atores que atua em uma determinada arena.

Essa metodologia permite uma ampla visão das interações entre os diversos envolvidos em cada questão, e como as questões se interligam, no tempo e no espaço, determinando os conflitos e as alianças, as resoluções ou os confrontos. Esses movimentos ocorrem em um mesmo tempo ou ao longo de um período, mas guardam ligações entre si e com o espaço, que se restringe ou se amplia conforme a situação. Para compreender melhor esta metodologia é preciso entender a noção de conflito e a definição dos elementos que podem atuar em uma arena.

Nascimento (2001a) ressalta que as sociedades primitivas não conheciam o conflito assim como a sociedade moderna o vê, muito menos dispunham de mecanismos de resolução para eles. Se surgisse uma disputa ou divergência só existiam dois meios de superação: a força bruta, pela qual vencida o mais forte, ou o cisma, quando os grupos se separavam pelo desentendimento. Isso manteve aquelas sociedades fracas, pequenas e sempre em fragmentação, até que surgisse um povo, ou um líder mais forte que subjugasse muitas dessas sociedades, formando impérios.

A resolução e a mediação dos conflitos só vai acontecer de fato com o advento do Estado, ainda na Antigüidade. Também o aparecimento das primeiras noções de leis e direito contribui para isso. Porém, ainda é a força ou a opinião dos líderes que prevalece decisivamente, mesmo nas negociações, e mesmo quando já existiam normas e regras, estas eram constantemente ignoradas. Somente com a sociedade moderna passam a existir condições de negociação real e contínua, buscando-se então soluções mais pacíficas e consensuais para a resolução dos conflitos. Segundo Nascimento (2001, p. 87):

Foi na sociedade moderna, gestada, sobretudo nas entranhas dos séculos XVIII e XIX, no processo de separação e constituição de espaços específicos, como o da política, que os homens criaram mecanismos eficientes de resolução de conflitos.

Também o grau de complexidade adquirido pelos conflitos é uma característica das sociedades modernas. Se antes os conflitos explodiam em disputas definitivas e visíveis a todos, a partir da modernidade, do domínio da razão e das leis, e da centralidade do indivíduo, os conflitos são contidos, internalizados, normatizados e institucionalizados, tornando-se invisíveis para quem não os quer ver. Nesse sentido, o conflito é a matéria-prima da política, que manipula os mecanismos necessários para a conten-

ção da luta. Nascimento (2001a, p. 89) traduz essa nova aparência dos conflitos quando diz que:

Sem exterioridade, os conflitos na sociedade moderna tendem a ser, sobretudo, internos, ao inverso das sociedades pretéritas. [...] os conflitos, de qualquer natureza que seja, têm de ser resolvidos pela própria sociedade, que cria e recria, permanentemente, mecanismos e espaços institucionalizados de resolução. O primeiro deles é a 'invenção democrática'...

Assim, conter os conflitos é uma tarefa diária da sociedade moderna, e o Estado se responsabiliza pela criação e manutenção de mecanismos que garantem essa ordem. Porém, não há garantias de uma paz eterna e a manifestação de conflitos representa uma maneira de protestar contra algo que não se compreende ou não é aceito por alguém ou por um grupo. Quando isso acontece, os conflitos se apresentam e podem ser caracterizados, segundo Nascimento (2001a, p. 91), por tensões normais que ocorrem na sociedade moderna desde sua origem (junto com o capitalismo, o individualismo e os novos costumes); ou por um confronto de interesses entre grupos sociais; ou ainda por anomias, que resultam da ausência de normas que ofereçam objetivos claros aos indivíduos. Dessa forma,

Os conflitos são meios pelos quais os atores sociais dirimem suas divergências, interesses antagônicos ou pontos de vista conflitantes, possibilitando que a sociedade alcance certa unidade. Os conflitos são fatores de coesão social, e não de distúrbio. (NASCIMENTO, 2001, p. 94).

Nesta análise que faz da gênese dos conflitos e de sua caracterização na sociedade moderna, Nascimento (2001a) fornece a base do mapa da arena, utilizado aqui para a análise dos resultados da pesquisa. O autor enuncia o que chama de elementos definidores do conflito, quais sejam:

- **Natureza** – por exemplo, econômica, social, ambiental, cultural, geracional, doméstica, de gênero, internacional, nacional, local.
- **Atores** – variam conforme a natureza do conflito; articulam-se ou se opõem. Os atores podem ocupar cinco posições no interior dos conflitos: promoção, apoio, neutralidade, oposição e veto. E:

... é fundamental compreender quais são os atores envolvidos em cada conflito, e como eles se comportam para entender os próprios conflitos. [...] Não se pode esquecer que os

atores têm não apenas interesses distintos, mas também sentimentos, percepções e racionalidades diferenciadas (NASCIMENTO, 2001, p. 95).

- **Campo específico (espaço do conflito ou campo do conflito)** – simultaneamente geográfico e social.
- **Objeto da disputa** – pode ser material ou simbólico, divisível ou indivisível, laico ou profano, real ou irreal; pode variar de natureza, mas é sempre bem ou recurso escassos, ou visto como tais; nem todos os atores têm a mesma percepção do objeto; pode ser de cunho material, político, de *status* (reconhecimento), de valores (moral), ideológico ou religioso.
- **Lógica ou dinâmica dos conflitos** – pode ser rápida ou longa, intensa ou parcimoniosa, aguda ou crônica. “Os conflitos entre vizinhos em comunidades pequenas tendem a ser longos, parcimoniosos e crônicos”. (NASCIMENTO, 2001a, p. 98).
- **Fases** – preparação ou aquecimento (atores se estudam, preparam suas estratégias); embate (atores medem forças, digladiam-se) e conclusão (um ator ganha ou se resolve o conflito, desarmando-o). Se não houver conclusão, o conflito torna-se crônico, o que pode levar a novos embates ou por fim à conclusão. As fases podem se dividir em oito: preparação, anúncio, desenvolvimento, agudização, estagnação, institucionalização, negociação, acordo, pacto ou resolução.
- **Mediadores ou observadores** – elementos que se colocam ou pretendem se colocar à margem do conflito. Em geral, são vítimas do conflito.
- **Tipologias** – variam conforme os tipos de atores, a natureza do conflito, os objetos ou campo. Por exemplo, conforme natureza dos atores, os conflitos podem ser simples (atores da mesma natureza) e complexos (atores distintos).

Com os elementos sistematizados pela análise de Nascimento (2001a) sobre os conflitos, é possível entender melhor o mapa dos atores na arena. Ele é composto por atores e conflitos, as visões, as alianças e os interesses (riscos e ganhos) relacionados à arena em questão. É importante ressaltar que os conflitos não resultam necessariamente em mudanças ou rupturas, eles podem levar também a um fortalecimento da coesão social. E a arena

não é simplesmente um espaço, mas é também o próprio tema sobre o qual se discute, entremeado por suas várias nuances e implicações. Assim, é preciso definir quais são os atores que compõem o mapa, e a partir daí, todos os outros elementos e suas ligações, numa verdadeira matriz.

Cada ator tem sua própria identidade e maneira de atuar e se relacionar com os demais e com o problema. O que define um ator é ter um papel na arena, ter “cara”, materialidade. Por exemplo, o Estado não é um ator, mas o governo é. Na verdade o governo é composto por vários atores (como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, por exemplo). O capital internacional não é um ator, mas uma empresa multinacional é; um banco de fomento, como o Banco Mundial, é. As agências multilaterais, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), os intelectuais urbanos, os empresários, o sertanejo são outros exemplos de atores na arena. Cada ator tem sua visão, sua representação do problema em questão, e os atores e suas ações constroem uma matriz de inter-relações. Para cada tema e cada questão podem existir alianças e também conflitos específicos.

Nesta pesquisa, a construção de um mapa ajuda a compreender as diversas interações que resultam das políticas públicas implementadas no Sertão, especialmente no que se refere à gestão da água. Todos os elementos que compõem o mapa do acesso à água no Sertão são apropriados paulatinamente ao longo desta tese, para se mostrarem conjuntamente ao final.

Trabalhar com uma metodologia que sistematiza os elementos em torno de um conflito leva a questões essenciais sobre como surgem os conflitos, como são resolvidos pelos elementos envolvidos e que modelo de mediação é adotado. Identificar as respostas para essas questões é um dos objetivos da pesquisa. Isso torna importante definir *a priori* uma nova proposta para a minimização e para a resolução e mediação de conflitos, que sirva de base para avaliar os mecanismos adotados na arena pesquisada, neste caso, o Sertão.

A sociedade moderna absorve o conflito, normatizando-o e definindo comportamentos padronizados para abordá-lo. Não obstante, os conflitos não desaparecem. Mesmo contidos, eles se manifestam de forma cotidiana, disfarçada, ou de forma abrupta e visível. Nesse ponto entram em cena outros mecanismos que visam à mediação e resolução do conflito.

De um modo geral os atores se encaram como opositores, como alvos. Constantemente, uma noção fundamental é ignorada pela sociedade moderna regida pelo individualismo e pelas normas de competição ditadas pelas relações sociais de produção em que se baseia o capitalismo: todos os homens são parte de uma mesma espécie e habitam um mesmo espaço: a Terra. Essa premissa é discutida a seguir, o que fornece subsídios para o delineamento de uma proposta para o fortalecimento de um novo processo de construção de pactos que possam tomar o lugar dos conflitos na arena pesquisa: o Sertão.

1.3 – O Conflito Essencial: o que É Ser Humano?

Ao falar de uma atrocidade, as pessoas costumam dizer: “mas isso é desumano!” Diante de uma sociedade que cria indivíduos que se julgam auto-suficientes o bastante para esquecer seus semelhantes e a natureza, que gera profundas desigualdades sociais e destrói o meio ambiente, cabe perguntar: o que é ser humano afinal?

Arendt (1997) afirma que o homem adquire sua condição humana a partir de três atividades: labor, trabalho e ação, que condicionam a vida do homem na Terra. O labor corresponde ao processo biológico, à própria vida, ao desenvolvimento natural do corpo humano, dá a condição de continuidade da existência. O trabalho é responsável pela produção da natureza artificial, pela criação daquilo que é necessário à sobrevivência do homem na Terra, à medida que ele a transforma, dá a condição de durabilidade da existência. A ação é a atividade que permite a relação entre os homens; é a única que é exercida apenas pelos homens e entre estes, sem a mediação da natureza ou de objetos criados; é o que leva o homem a perceber sua condição de ser não isolado, mas social, correspondendo à condição humana da pluralidade, o que permite ao homem ter uma vida política; dá a condição para lembrar da existência, cria a história. “A pluralidade é ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer outra pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, 1997, p. 16).

Por outro lado, ainda segundo Arendt (1997), o homem é sempre um ser humano, onde quer que esteja, mas a condição humana lhe é dada pela natureza, que condiciona sua existência, permitindo a sobrevivência na Terra. Essa é uma constatação tão óbvia que tem passado

despercebida e o homem segue destruindo o que o sustenta e, concomitantemente, se destruindo.

O *homo faber*, fazedor e fabricante, não tem tempo para contemplar a natureza, pois isso não está de acordo com o “princípio da utilidade” (ARENDT, 1997, p. 318). O pescador moderno, por exemplo, não precisa mais conhecer o mar e o céu; ele tem muitos aparelhos para fazer isso por ele; ele é um ser tecnológico bem equipado, não tem tempo de conhecer os segredos do céu e das águas e por eles se guiar. Por isso também prefere técnicas que permitam uma captura rápida da sua mercadoria (o peixe, um ser vivo que precisa se reproduzir), não importando se pequenos peixinhos e outros espécimes venham juntamente com o pescado e morram: eles não têm utilidade... Como assinala Dowbor (2000, p. 16): “... pescar é hoje mais uma atividade de matadouro do que propriamente de pesca”. Como esse homem moderno poderia saber da utilidade dos filhotes, ou dos espécimes que alimentam o peixe que ele pesca? A máquina não sabe e ele optou por esta atividade porque a julgou lucrativa, não porque a conhecia, ou porque seus pais lhe haviam ensinado.

Da mesma forma como o filho do agricultor no Sertão pode valorizar o trabalho na roça se ele vê diariamente na TV, pelas ondas das antenas parabólicas, um mundo de sonhos, de consumo, que não mostra nunca como se consegue o meio para consumir? E, para corroborar com a impressão de que o saber dos velhos é bobagem, a profusão de programas assistencialistas do governo produz a sensação de que aquele trabalho não vale a pena, já que se ganha muito mais sem fazer nada.

Muitos ainda guardam a sabedoria perdida pelo *homo faber*, e a guardam justamente por terem sido deixados de fora do sistema que comanda a “evolução” do homem e do processo produtivo na Terra. Que se comece, então, por valorizá-los, escutá-los, descobri-los, respeitá-los. Alguns deles já se automenosprezam, pois se julgam inúteis, ultrapassados. Têm vergonha de suas crenças e de seu modo de vida, de suas tradições e do lugar onde vivem. Alguns, no entanto, sabem ainda valorizar esses aspectos, aprendidos e apreendidos pela experiência, a observação da natureza, o respeito a ela e às suas leis, bem como o que lhes foi transmitido pelos seus pais e avós. Ou seja, nos encontros, no compartilhar. Suas memórias e representações do mundo são tesouros preciosos a serem descobertos e que podem mostrar o caminho para um novo tempo de harmonia. Isto ainda pode ser en-

contrado no Sertão, mas corre o risco de desaparecer rapidamente, quando os velhos e suas memórias se forem, pois as novas gerações estão esquecendo valores culturais e éticos em prol de uma modernidade estranha, importada e pouco comprometida com os lugares e com as pessoas.

Para resgatar a possibilidade do encontro e assim permitir novas formas de convivência, com menos conflitos e mais pactos em torno do bem comum, o primeiro esforço que o homem deve fazer é se ver como espécie. Segundo Herrera (1984), o que de fato distingue o homem dos outros animais é a própria definição do homem, um animal não apenas social, mas também cultural. E o homem pode mudar, melhorar, entender seus semelhantes e respeitar o seu entorno justamente por ser um animal cultural, que interage, lembra, dialoga e reflete para encontrar novos caminhos mais harmoniosos para a convivência na Terra.

Existem questionamentos essenciais, que vêm sendo repetidos desde os primórdios da existência humana conhecida, segundo Herrera (1984): Qual o destino do homem? Que sentido tem o homem e a vida? Ele vai além, perguntando:

O que aconteceu com o homem? O mais óbvio no homem é que tem um aparato cognitivo, uma mente, que é infinitamente superior à capacidade de que precisa para sobreviver. Tanto é assim que o seu inimigo maior para sobreviver – e estamos agora em perigo de extinção – precisamente é essa capacidade mental infinita que tem. (HERRERA, 1984, p. 59)

E acrescenta:

... o homem pela primeira vez tem a possibilidade de libertar-se realmente do meio. [...] não no sentido de ignorá-lo; libertar-se no sentido de não estar atado à escassez e ao trabalho rotineiro. [...] se não conseguirmos construir uma cultura que esteja de acordo com o verdadeiro destino humano, vamos destruí-la. (HERRERA, 1984, p. 61).

Para Herrera (1984), existe uma “civilização mundial”, dada pelo “processo de unificação do mundo”, nunca percebido antes com tal magnitude e abrangência. É possível “conceber a diversidade das culturas humanas como uma totalidade orgânica”. A propósito dessa possibilidade levantada, Lévy (1999), ao discorrer sobre as maravilhas que a tecnologia cibernética vinha proporcionando ao mundo, dizia acreditar que a “cultura da rede” não se restringiria às mudanças no processo produtivo, mas seria capaz de

revolucionar as relações pessoais e os próprios aspectos civilizatórios, pois “os novos meios de comunicação poderiam renovar profundamente as formas do laço social, no sentido de uma maior fraternidade, e ajudar a resolver os problemas com os quais a humanidade hoje se debate.” (LÉVY, 1999, p. 13).

Esses são ideais perfeitamente alcançáveis. No entanto, para se chegar até eles é necessário uma mudança radical na forma de sentir do ser humano, para que ele possa então perceber o seu entorno e renovar sua maneira de pensar e agir. Mas essa “revolução” não se realizará sem que seja garantido a todos, sem distinção, o mais simples direito: o direito à vida. Para Sen (2000), não é possível falar de desenvolvimento sem antes tratar da liberdade do ser humano em seus aspectos primordiais, devolvendo às pessoas sua condição de agentes:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p. 18).

Como falar de agentes de desenvolvimento, ou de preservação da vida e dos recursos naturais para pessoas que vêem seus filhos com fome, seja no Sertão do Ceará, no interior da África ou nos guetos de Nova Iorque? No início do século XXI, dos 6 milhões de habitantes da Terra, 2,8 bilhões viviam com menos de 2 dólares por dia e 1,2 milhão com menos de 1 dólar por dia. Nos países pobres, um quinto das crianças morriam antes de completar cinco anos e 50% das que sobreviviam estavam desnutridas (WORLD BANK, 2000). Segundo o Relatório da Unicef sobre a Situação Mundial da Infância, existiam, no início do século XIX, 27,4 milhões de crianças pobres no Brasil, e a maior parte delas concentrada nos municípios das regiões Norte e Nordeste. No Nordeste, 68% das crianças pobres são de famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa, chegando em alguns municípios a um índice de 96% (UNICEF, 2005). Embora os números já sejam eloqüentes, ao se penetrar no Sertão a realidade se mostra de forma mais grave e detalhes que os números não mostram sobressaem, tornando a situação ainda mais premente.

Em paralelo à crise social, a crise ecológica não é menos grave. O planeta agoniza em consequência da exploração descontrolada da natureza, destruição da harmonia dos sistemas e desvios dos processos naturais. A poluição e a degradação das águas é o exemplo mais eloqüente que se pode

dar, visto que esse é um bem da natureza essencial à vida na Terra. No entanto, o homem vem esgotando-o e desviando seu uso para objetivos nem sempre apropriados. Os conflitos que se avolumam a cada dia em torno dessa temática comprovam a crise e alertam para que se invista em alternativas, em formas mais saudáveis e justas para tratar a questão, especialmente em locais de intensa exclusão social, como é o caso do Sertão, e com uma longa história de manipulação política e expropriação dos direitos locais.

Todo o processo de individualização e exacerbação da razão e da acumulação de riquezas, promovido pela modernização e pelo ideário capitalista, resultou na perda de identidade da humanidade. A fragmentação da cultura, a busca do ganho individual em detrimento da ação coletiva e solidária e a sensação da possibilidade infinita de geração de riquezas dada pelos avanços da ciência e da tecnologia levaram a humanidade “desenvolvida e civilizada” a se perder em um caminho solitário. O respeito à natureza e aos semelhantes, assim como as relações afetivas são desvalorizadas, minimizadas, para que as relações de poder sejam priorizadas e comandem as escolhas individuais. E essas relações de poder se baseiam em modelos estereotipados, pelos quais a suposta identidade do ser humano é dada pela sua capacidade de produzir e acumular e não pela sua disposição de encontrar-se com seu semelhante e com a natureza pelo simples prazer de estar com o outro, percebê-lo e perceber-se, de encontrar significado a partir do afeto espontâneo e não das aparências produzidas por relações com roteiros preestabelecidos.

A seguir é discutida a possibilidade do retorno humano às relações baseadas no encontro e na (re)descoberta da alteridade. A partir desse encontro é possível conceber novas relações que permitiriam a substituição gradativa do conflito pelo pacto para o bem comum, com base no diálogo contínuo entre os semelhantes. Embora não se possa garantir a abolição das lutas, os possíveis conflitos podem ser grandemente minimizados e o tempo pode trazer um novo patamar de harmonia para a humanidade.

1.4 – Martin Buber: a Relação e o Diálogo Distinguem o Ser Humano

O dia-a-dia dos homens hoje se conduz por uma existência cada vez mais “científica e tecnológica”. Essa premissa é forte e visível, mesmo nos espaços excluídos pela organização do sistema que comanda esse cotidia-

no, pois mesmo não fazendo parte direta dessa organização, o espaço excluído é impactado por ela. Este é o caso do Sertão.

Tudo parece normal, esse seria o caminho correto: evoluir, crescer, gerar riquezas e bem-estar para todos. Mas não tem sido bem assim. Ao longo da história conhecida do homem ele tem produzido riqueza e degradação, conforto e bem-estar ao lado de pobreza extrema, desejos forjados pelo consumismo e frustrações geradas pela solidão e falta de afeto, tudo ao mesmo tempo.

No meio de tudo isso, enquanto a maioria apenas sobrevive, muitos questionam essa normalidade e se perguntam como, nessa existência, o homem pode descobrir o que o faz um ser humano. Não há uma satisfação total para essa questão. E não pode haver, pelo menos de forma absoluta, uma resposta. Dada a diversidade humana, sempre serão formuladas diferentes respostas, provavelmente todas pertinentes, conforme a vivência de quem responde e de quem escuta essa resposta. A reflexão de cada um, em cada tempo, e em cada local, será sempre diferente, pois, se é essencialmente distinto.

Porém, é justamente essa diferença que permite a relação entre seres, o que é exclusivo da espécie humana, e só o ser humano é capaz de exercer. Assim, é na atividade da ação, que permite a relação, como disse Arendt (1997), que se descobre o humano. Eu me reconheço no outro, mesmo sendo este diferente de mim. A vida é relação, desde o ponto de vista biológico até o ponto de vista cultural.

Dentre tantas respostas à questão “o que é ser humano”, é destacada aqui a que é dada por Martin Buber: o que distingue a condição humana é justamente essa possibilidade relacional. Para Buber (1974, 1982), a condição humana é adquirida a partir da capacidade de se relacionar com o outro. Só será inteiramente humano aquele que praticar esse encontro.

Tendo as formulações de Buber (1974, 1982) como a base, é possível vislumbrar como se tem construído a relação dos homens entre si, bem como destes com a natureza, e como é possível encontrar meios para uma mudança essencial no comportamento humano, que substitua o conflito pelo encontro verdadeiro.

O homem deixa de ser apenas mais um animal e se torna humano pelo encontro, pela capacidade de estar junto ao outro, de ser em relação. Essa

premissa básica é explicada por Buber (1974, 1982) ao longo de toda a sua obra, com base no discurso dialógico.

As categorias de base do discurso dialógico são alteridade e vulnerabilidade. Alteridade é o atributo irreduzível (intrínseco) do outro; ele só continua outro assim. Dizer “você é...”, é negar a alteridade do outro. Já a vulnerabilidade na relação estabelecida com o outro significa um interferir: o outro é vulnerável ao eu e o eu ao outro (BUBER, 1974, 1982).

O primado é da alteridade; por isso, é preciso primeiro escutar (no sentido amplo, metafórico). É necessário permitir a possibilidade de que o discurso comece com o outro. Escutar é apreender a presença. Isto é o reconhecimento de uma preposição essencial para entender o princípio dialógico: não existe o eu sem o tu. O eu existe na relação.

A grande contribuição de Buber está na obra Eu e Tu, de 1923, na qual ele define que “... o ser humano é o ente apto ao relacionamento pessoal com a alteridade, é o ser-em-relação” (apud BARTHOLO JÚNIOR, 2001b, p. 77).

Em *Eu e Tu*, Buber diz que o ser humano tem uma característica essencial, presente em dois modos relacionais fundamentais: EU-TU e EU-ISSO. Ele chama de “palavra-princípio” esses pares de vocábulos que definem a atitude do homem. Há assim uma dualidade na atitude humana, conforme a palavra-princípio que o homem profere. O EU da palavra-princípio EU-TU é essencialmente diferente do EU da palavra-princípio EU-ISSO. Essas palavras-princípio fundamentam a existência e só podem ser proferidas pelo ser. Somente o ser em totalidade pode proferir EU-TU, enquanto o ser que profere EU-ISSO não pode estar em sua totalidade (BUBER, 1974).

A relação do tipo EU-TU, que é o encontro com a alteridade do outro, sem definir o outro, é direta, sem intermediação, face a face. É a palavra presença. A relação do tipo EU-ISSO acontece sempre que se define o outro, que se torna assim um ISSO. É o outro desempenhando papéis definidos (técnicos, científicos, funcionais). Dessa maneira, o outro não é uma pessoa; está se relacionando com o desempenho de um papel. Quem desempenha uma função não é o outro, é algo definido, sem alteridade. Sempre que se define alguém e se criam expectativas, nega-se sua alteridade, nega-se sua personalidade (BUBER, 1974).

É importante ressaltar aqui a distinção entre pessoa e indivíduo. Pessoa é mais. Pessoa inclui o indivíduo, mas o indivíduo não inclui a pessoa. Pen-

sar a liberdade da pessoa é diverso de pensar a liberdade do indivíduo, pois pensar a pessoa inclui elementos que não são incluídos no pensar o indivíduo. A pessoa existe na relação. O indivíduo é circunstancialmente relacional; ele “pretende” existir sozinho. A pessoa é alteridade feita presença na relação. Aí acontece uma relação interpessoal.

O que define a pessoalidade é a presença que corporifica a alteridade. A pessoa faz com que a alteridade se apresente. Só se pode chamar de tu a uma pessoa, que não necessariamente é humano: pode ser Deus, ou um animal, ou uma planta. Os modos de presença dessa pessoalidade são diversos, seus atributos são também diversos, mas o atributo-base é ser suporte de alteridade. Podem existir vários modos relacionais EU-TU, mas este requer alteridade, pessoalidade.

As relações do tipo EU-TU não são permanentes. Em certas circunstâncias é preciso transformá-las em uma relação do tipo EU-ISSO, principalmente se o objetivo for mostrar a relação para outros, teorizar; é preciso falar sobre a relação. Na relação EU-TU, fala-se com o outro. Na relação EU-ISSO, fala-se de alguém ou de alguma coisa. É inerente à liberdade humana mudar a forma relacional.

O problema ressaltado por Buber (1974) no início da segunda parte do livro *Eu e Tu* é que a história do gênero humano retrata um progressivo aumento do mundo do ISSO. Esse domínio do mundo do ISSO leva ao distanciamento entre os seres, à exacerbação da competição e o esquecimento do princípio dialógico, inviabilizando o encontro.

Este é um momento de desencantamento, de sucateamento do humano; por isso, está tão difícil pôr em prática uma relação do tipo EU-TU. É preciso garantir as relações EU-TU, pois nelas está a possibilidade de um encontro, e é nesse encontro que o humano pode ser resgatado. Buber (*apud* BARTHOLO JÚNIOR, 2001b, p. 78) diz que:

... Todos os entes da natureza são de fato postos a ser-com-outros, e em cada vivente isso entra em operação como percepção de outros e ação voltada a outros. Mas o que é peculiar ao homem e que se pode sempre novamente tornar consciente do outro como este ente existente em confrontação face a face com quem ele próprio existe.

É importante ressaltar, contudo, que as relações do tipo EU-ISSO não são necessariamente ruins. A esse respeito Buber (1974, p. 54) escreve:

A palavra-princípio EU-ISSO não tem nada mal em si porque a matéria não tem nada de mal em si mesma. O que existe de mal é o fato de a matéria pretender ser aquilo que existe. Se o homem permitir, o mundo do ISSO, no seu contínuo crescimento, o invade e seu próprio EU perde a sua atualidade, até que o pesadelo sobre ele e o fantasma do seu interior sussurram um ao outro confessando sua perdição.

Essas relações são essenciais para dar continuidade à vida humana. Porém, se as pessoas se restringirem à relação do tipo EU-ISSO, estarão aos poucos se desumanizando. Bartholo Júnior (2001b, p. 80) esclarece que:

O ISSO pode ser qualquer ente tomado como objeto de experimentação, conhecimento, ou uso de um EU. E o TU não se limita à esfera do inter-humano apenas. Diz respeito a todo o âmbito do interpessoal, que não se restringe apenas a relações com pessoas humanas, mas com entes que são suportes da presença de uma irreduzível alteridade, perante a qual confronto-me face a face, em condição de vulnerabilidade. Alteridade e vulnerabilidade são o selo das relações do tipo EU-TU.

Por exemplo, se o homem se relacionar com a natureza sem o intuito de usá-la para sobreviver apenas, mas, sim, a compreendendo e compreendendo-se como dela fazendo parte, e com ela interagindo, essa natureza passa a ser um tu e ainda lhe “atribuirá” a condição humana.

Existir não é algo auto-referido, segundo Buber. A condição ontológica humana é o princípio relacional, sobre o qual se assentam formas institucionalizadas. Antes de ser um “ser político”, um “ser social”, o ser humano é um “ser relacional”. E a dialogicidade cobra uma responsabilidade mútua entre os seres, um compromisso diante do outro e do espaço comum.

No livro *Daniel – Diálogo sobre a realização*, de 1913, Buber (*apud* BARTHOLO JÚNIOR, 2001b) diz que a vida está enraizada no mistério; por isso, é preciso estar aberto à surpresa. É fundamental que se possa surpreender a si mesmo; não se pode acreditar que já se esteja pronto. E assim se percebe que na relação existe a imprevisibilidade.

Tudo que foi posto até aqui pode ser resumido em uma afirmação primordial: estar é encontrar. E o encontro, para Buber (*apud* BARTHOLO JÚNIOR, 2001b, p. 77), é: do lado de cá, surpresa e redenção, e do lado de lá, mistério e conversão.

A um outro amigo que se queixa do medo que lhe causa a ausência de significado da vida, Daniel aconselha que viva cada evento e cada encontro do modo mais autêntico possível, para descobrir a mensagem que cada um lhe traz, pois o sentido não é disso independente, tampouco é certo e estável, mas sempre se faz no risco da surpresa, na abertura ao desconhecido.

Não é possível estar sempre em segurança, controlar tudo. É preciso correr perigo, arriscar, e assim viver, criar, descobrir e encontrar a si e ao outro. Esse encontro proposto por Buber exige uma postura renovada do ser diante dos seus semelhantes, cuja essência está fincada nas noções de liberdade, responsabilidade e solidariedade. Essa atitude promove naturalmente o respeito pelo outro e pelo lugar. Em muitos momentos o Sertão e sua gente mostram-se assim, mas cada vez mais a modernidade parece querer encobrir a possibilidade de encontro.

O homem na sociedade moderna tem a pretensão de ser soberano, do alto de sua “evolução” tecnológica. Porém, não consegue descobrir como reverter o processo de destruição ambiental e social que se auto-impôs. Prigogine (1996) tem uma explicação para isso. Quando ganhou o Prêmio Nobel de Química, em 1977, ele e sua equipe haviam determinado que é a partir do desequilíbrio dos sistemas físicos que ocorre a evolução da natureza, pois a instabilidade leva a uma auto-organização do sistema, gerando novas formas de organização, mais evoluídas que as primeiras, dentro de uma estrutura dissipativa. Nesse contexto, o que importa é a harmonia e não o equilíbrio, que levaria à não-evolução, por ser estático.

Essa mudança de atitude é fundamental para que se alcance uma melhor qualidade de vida na Terra. No entanto, isso implica a remoção de valores arraigados em uma sociedade patriarcal e consumista, que é dominada pela exploração do homem e da natureza. Ou seja, um mundo baseado exclusivamente nas relações do tipo EU-ISSO deve abrir espaço para a valorização das relações do tipo EU-TU nas várias instâncias de atuação do homem. Isto significa construir uma convivência mais saudável e harmoniosa do homem com o meio ambiente, com seus semelhantes, na busca por uma forma de viver mais digna e ética, que não mais exclua, que permita que cada um exerça sua liberdade, pela revitalização das relações do tipo EU-TU.

O homem, ao longo de sua existência na Terra, vem acumulando conhecimentos e sensações, memórias individuais e coletivas. A partir do

surgimento do excedente, pode ser identificada uma tendência inquebrantável de busca pelo poder, seja por grupos ou por indivíduos. Toda a história conhecida do homem registra episódios de luta com essa motivação. De forma imbricada a essa luta está o processo de produção de mercadorias e de acumulação de riquezas. Acumular significa ter poder e dominar os adversários. Essa lógica segue hegemônica a trajetória do homem na Terra e se fortalece a cada nova etapa da história.

Nos dias atuais, novos componentes se mostram com cores fortes no quadro que retrata as lutas pelo poder. Em um mundo em que um modo de produção torna-se hegemônico e a ideologia que o justifica comanda a vida de todos, o detentor do poder precisa de novas armas para se manter e reproduzir o modelo que o sustenta. A generalização do capitalismo ensaja a busca de novas formas de dominação no seu interior, sugerindo uma transmutação para permanecer. São sutis as novas formas de dominação e se baseiam em mecanismos sofisticados de diferenciação, segregação e dependência. Ao mesmo tempo em que mantém vivo o sonho de ser feliz dentro desse modelo imposto, leva todos e cada um a fortalecê-lo, reproduzindo-o, consciente ou inconscientemente.

A ciência é a mola propulsora dessa fase de dominação hegemônica. Os conhecimentos, as informações e as novas tecnologias determinam agora quem tem o poder e quem a ele se submete.

Mesmo a ordem nacional é subvertida, à medida que se ampliam também as formas de dominação econômica, advindas do controle da ciência, o que leva a maior parte das nações a depender das decisões do complexo criado por uma única nação que hoje se mostra como um “império” soberano na Terra, sem resistência possível. (HARDT; NEGRI, 2001).

O domínio forjado parece tão perfeito, que o fato de a humanidade estar moldando sua própria destruição e a do planeta passa despercebido, disfarçado. A miséria, a fome, as catástrofes naturais, a destruição da biodiversidade e das culturas são apenas alguns dos fatos que compõem essa realidade. Atualmente o homem vive as consequências de uma grave crise de percepção, pois a humanidade ainda não tomou consciência da interligação de todos os seres na Terra, como em uma imensa teia, a teia da vida. (CAPRA, 1997).

Tomar consciência dessa realidade, interiorizá-la e buscar alternativas são etapas de um processo longo, mas que já está sendo empreendi-

do em todo o mundo por pessoas que não se conformam com essa imposição. Aos poucos vão surgindo discussões que mostram as possibilidades de mudança. São novas formas de composição das forças sociais, culturais, políticas e produtivas que podem sugerir caminhos mais saudáveis para a humanidade.

1.5 – A Ética Como Elemento Norteador: o Respeito à Alteridade Permite o Encontro

Quando a sociedade moderna forjou os mecanismos de regulação dos conflitos, definiu regras de comportamento e de conduta que restringiram a liberdade em prol de uma ordem que supostamente traria uma melhor convivência entre todos na sociedade. Supondo ainda que essa sociedade, uma sociedade de indivíduos, era algo dado, um consenso que permitia a implantação pacífica das normas (ELIAS, 1994). Esta é uma visão que leva a crer que se o indivíduo lutasse sozinho pelo seu próprio bem estaria levando a prosperidade para toda a sociedade.

A sociedade moderna garante a igualdade perante a lei e a mobilidade social, e com isso o poder político é impessoal, pode ser exercido por qualquer um. Como os conflitos, parte integrante da sociedade, são resolvidos internamente, perde-se a noção de exterioridade e a base das relações é o indivíduo racional, impelido a competir com os demais pelos ganhos e pelo poder e o Estado-Nação, definido pelo território e pela soberania, que é o ente regulador. Essas características, que remetem a modernidade sempre a um tempo presente, ao invés de gerarem um Estado utópico de bem-estar social têm levado a diversas tensões que se agudizam (NASCIMENTO, 2001a).

Novos e complexos conflitos são forjados, especialmente acerca do próprio sentido da existência do homem sobre a Terra e de seus limites. Ou melhor, da superação contínua dos limites do homem, em todos os sentidos. Ao contrário do que se sonhou, isto tornou o homem ainda mais frágil, mais vulnerável, mais ameaçado. Agora não apenas pelos aspectos de uma natureza indomada, como antes, mas por seus semelhantes, ávidos de poder e em busca da sensação de imortalidade.

Mas a vida é finita. Essa é uma condição imutável do ser e “pactuar com a finitude da minha/nossa vida é a condição de possibilidade de um desejo amoroso de vida” (BARTHOLO JÚNIOR, 1999, p. 1). Reconhecer esse limite

é permitir que haja o encontro com o outro de forma plena. Nesse encontro, que não se dá apenas entre os homens, mas também entre este e os demais seres, ocorre a descoberta do outro e de si mesmo pelo olhar do outro, uma vez que o eu é vulnerável à alteridade do outro. Essa vulnerabilidade não ameaça o ser, mas lhe permite viver a experiência amorosa do encontro, da descoberta da real condição da vida na Terra, libertando-o da condição imposta pelo império do ter, firmado por elementos desvirtuados da política, da economia e da tecnologia.

Essa libertação, no entanto, deve ser um ato responsável em relação ao outro (LÉVINAS, 2000). Ou seja, ao permitir o encontro o homem deve estar consciente da mútua responsabilidade ali implícita. Há um rosto, uma presença que não pode ser ignorada e que traz em si todas as possibilidades, revelando o infinito da condição humana na proximidade, em contraponto a uma totalidade impessoal imposta e limitadora. Para Lévinas (2000), a responsabilidade é o elemento central e definidor da ética baseada no respeito à alteridade do outro, em relações do tipo EU-TU, como identificadas por Buber (1974). O ser pode definir como exercerá essa responsabilidade, mas não pode fugir dela. É importante perceber que é necessário superar a impressão de que o outro é um ser em uma relação particular, e transcender para ver o outro de forma ampla, responsável. O outro se apresenta ao eu de forma inesperada, variada e exige uma resposta.

Despir as vestes da arrogância, que têm levado o homem a supor que é um ser superior ao demais seres e mesmo aos outros homens, é o primeiro passo para entender que os limites que a natureza e a própria condição humana impõem precisam ser respeitados. É preciso que cada um veja o outro para que possa se ver. O ser só o é em relação com o outro. Este é o cerne da ética do encontro que permite a descoberta do caminho sustentável, com liberdade, solidariedade e responsabilidade para o homem continuar vivendo na Terra, não apenas produzindo e acumulando riquezas, mas sentindo e acumulando harmonia e bem-estar.

1.6 – O Encontro no Sertão

No Sertão, grande parte das pessoas e o próprio ambiente natural foram excluídos pelo sistema econômico e social vigente e pela sua própria história. Porém, sofrem as consequências negativas da intervenção de políticas públicas inadequadas à realidade local. Por outro lado, foi essa exclu-

são que permitiu que saberes tradicionais fossem preservados por algumas pessoas dessas comunidades, podendo ser resgatados e oferecer lições valiosas de como o homem pode viver saudavelmente em harmonia e em relação com seus semelhantes e com a natureza.

Há uma clara dicotomia existente no dia-a-dia das pessoas do Sertão. Todos se conhecem, não raro têm laços familiares, têm as mesmas crenças, as necessidades são semelhantes. Para a maioria, mesmo os que negam o modo de vida tradicional do lugar, a vida ainda se rege pela natureza: quando chove, a vida é boa; quando vem a seca, a vida é ingrata e é na adversidade que eles mostram um maior grau de solidariedade e resignação. O pouco que têm, quando vem o “tempo ruim”, pode ser facilmente compartilhado com quem tem menos. Por outro lado, a pobreza e os anos de descaso e manipulação pelo poder público tornou-os muitas vezes descrentes da política ou da ação dos políticos, até amargos, levando-os a se autodesprezarem e deixar de lado o modo de vida aprendido com seus antepassados.

Os jovens, principalmente, parecem perdidos; querendo fugir de suas raízes, adotam rapidamente tudo que vem de fora, sem questionar. Os mais antigos, no entanto, guardam uma dignidade respeitosa, admiram os que chegam, mas desconfiam da “sabedoria do doutor”. Eles olham, escutam, perguntam e duvidam; se for para falar de como plantar ou criar, eles têm suas próprias “técnicas”, e segurança suficiente para dizerem o que acham que deve ser.

O papel das mulheres é fundamental na preservação do convívio familiar e comunitário e na permanência das crenças e costumes. Professoras, rezadeiras, parteiras, beatas e, mais recentemente, as agentes de saúde, são exemplos de resistência. Enquanto os homens partem em busca de outros espaços e dos sonhos que vêm nas asas das antenas parabólicas, as mulheres ficam. Estudam e trabalham nas suas comunidades. Embora estejam apreendendo um discurso passado pelos programas públicos que as empregam, conseguem manter um senso crítico nato, suficiente para identificar as falhas e as manipulações que vêm com o proclamado desenvolvimento. Essa constatação se coaduna com a literatura, cada vez mais farta, que coloca a mulher como elemento essencial para a mudança do atual paradigma social, exaltando sua atitude mais cooperativa e comprometida, bem como sua atuação na preservação do meio ambiente (CASTRO; ABRAMOVAY, 1997). Branco (2000) destaca que a seca periodicamente leva os homens embora e elas “vão ficando” e respondendo pela continuidade do lugar.

A mulher, nas comunidades rurais do Sertão, exerce o papel de centralizadora das ações e movimentos, o que lembra o regime matriarcal do começo da história humana. Ela é, em grande parte dos casos, a mantenedora, responsável pela sobrevivência do grupo, mesmo aparentemente dominada dentro do regime patriarcal ainda vigente no Nordeste, (BURSZTYN, 1984), preserva o “comando” da vida e do grupo ao qual pertence. Garante sua sobrevivência de várias maneiras, inclusive preservando valores (BRANCO, 2000). Ela é, fundamentalmente, a responsável pela reprodução das idéias sociais, dos valores e regras explícitos e implícitos no cotidiano e na história. Quando Bartholo Júnior (2001b) descreve a infância de Buber, com seus avós, enfatiza que a avó de Buber não é apenas a dona-de-casa: ela é a própria casa. Esse é o retrato da mulher sertaneja.

Dessas peculiaridades, e de tantas outras mais, nascem as condições para desenvolver valores distintos daqueles exercidos pela ordem cultural vigente no mundo. Isto cria a oportunidade de conhecer outro modo de vida, que ainda guarda o aprendizado ditado pela própria natureza, mais que pela estrutura social. Eles foram aprendendo com a natureza e com os outros a viver da melhor maneira, respeitando-se, e também a respeitar aquela natureza que, mesmo inóspita, lhes proporcionava guarida.

Esse Sertão que produz um modo de sobrevivência tão próprio e peculiar, no entanto, vem sendo desmobilizado ao longo da história do país, através de políticas públicas equivocadas, que tendem a repetir, sem reflexão, modelos de desenvolvimento aplicados a outras regiões.

Os conflitos pela terra e pela água marcam a história do Sertão, bem como o uso desses conflitos pelo poder político. No entanto, durante muito tempo os arranjos entre os atores sociais em relação a esses conflitos não interferiram na organização e na cultura local, nem impediram a geração de atividades produtivas, mesmo que estas sofressem revezes periódicos devido às características naturais dessa região. A sociedade e o poder político conviavam em relativo equilíbrio, a despeito das profundas e ancestrais desigualdades, dentro dos limites de seus interesses. Com o advento da urbanização, colocado como ícone de uma modernidade exterior imposta, esse equilíbrio de interesses é rompido. À medida que as interferências políticas desestabilizam a sociedade sertaneja, desmobilizando-a, novos conflitos vão surgindo e determinando novos arranjos de poder e novas formas de sobrevivência para os sertanejos. A tônica, no entanto, é a negação desse espaço, o Sertão.

A partir dessas observações e reflexões acerca da condição humana, em confronto com a noção de conflito na sociedade moderna, é possível perceber os parâmetros essenciais em que se baseia esta pesquisa. Enquanto são apreendidas a história e a intrincada organização social do Sertão, são percebidos os conflitos de toda espécie que se desenrolam ali, seja a partir dos elementos internos, seja a partir de ações externas, com destaque para o papel da ação política.

Ao mesmo tempo, a análise é norteadada pela busca de posturas alternativas, que podem ser encontradas nessa mesma sociedade, que podem ser estimuladas, revitalizadas, postas em destaque. A proposta é substituir a arena de conflitos por um espaço comum de encontro solidário, a disputa por um pacto para a melhoria da qualidade de vida de todos que habitam o espaço em discussão, a manipulação política pelo diálogo responsável, e com isso substituir a dependência pela liberdade sem privações.

Com base nos princípios metodológicos e teóricos definidos nesse primeiro Capítulo, os resultados da pesquisa começam a ser mostrados no próximo Capítulo, que trata do conceito de modernidade e da sua inserção na formação histórica do Sertão, introduzindo assim os primeiros elementos que ajudam a entender esse espaço e sua gente.

Capítulo 2

O PAPEL DA MODERNIDADE NA HISTÓRIA DO SERTÃO

O ritmo das máquinas aumentaria e intensificaria enormemente o ritmo natural da vida, mas não mudaria – apenas tornaria mais destruidora – a principal característica da vida em relação ao mundo, que é a de minar a durabilidade

Hannah Arendt

(A condição humana)

Este capítulo analisa a construção da idéia de modernidade e como esta pode ser capturada pelo poder político que preconiza as ações que direcionam as decisões de uma sociedade. O objetivo do capítulo é compreender como esse processo ocorre e quais as primeiras consequências disso para o Sertão e para os sertanejos. Para entender esse processo, é apresentada, de forma sumária, a gênese dos principais conflitos que marcam a história do Sertão semi-árido do Nordeste, a partir da sua formação econômica e social. O papel do Estado é destacado, mostrando como este é capturado pelo poder político e passa a interferir diretamente na organização social e também na apropriação do meio ambiente.

2.1 – O Tempo da Modernidade

A idéia de modernidade inspira o imaginário das sociedades de diferentes modos, conforme sua formação histórica, mas comumente o moderno é identificado de forma dicotômica, como o oposto do tradicional, a superação do atraso, a inserção no mundo tecnológico. Usar os termos modernidade ou moderno passou a ser algo comum no discurso cotidiano

de pessoas comuns, de empresários e principalmente dos políticos. Promover a modernidade vem sendo a ordem do dia já por várias décadas, e o fato de que essa modernidade vem se modificando ao longo do tempo tem passado despercebido. O moderno é posto por quem o defende como o contrário de algo velho, superado e, de um modo geral, ruim.

A idéia de tempo, que passa despercebida nos debates cotidianos é a chave para entender o real significado da modernidade. O tempo presente é o tempo da modernidade (BARTHOLO JÚNIOR, 2001a). Com base na interpretação de Bartholo Jr., a modernidade pode ser vista como uma atitude e não apenas como um momento histórico. Assim, é possível identificar modernidade em diferentes etapas da história de uma sociedade, pois:

Ser moderno é afirmar uma primazia do tempo presente, numa imensa e radical ousadia de fazer do tempo presente a mora da do juízo crítico. A modernidade está sempre em tensa relação com outro tipo de atitude, que podemos chamar, numa designação genérica, de tradicional (BARTHOLO JÚNIOR, 2001a, p. 23).

O movimento de modernização começa a acontecer quando uma parcela significativa de um grupo põe em prática uma atitude crítica, que questiona o que está posto até então. Ou seja, a modernidade se instaura quando os valores e a organização cultural e social são questionados e se gestam novos valores, que se contrapõem aos antigos. Assim, é preciso identificar o que caracteriza o tradicional, para que se perceba o que significa a modernidade em um dado momento.

Não há também uma “modernidade pura”. Existem modernidades que se identificam ao longo da história da humanidade, pela própria condição humana, a cada momento que se exerce o juízo crítico e se instaura uma tensão entre o tradicional e o novo. Nesse sentido, ligar a modernidade exclusivamente à ciência e o tradicional à religião é outro erro comum. Tanto a ciência pode se fundamentar em valores considerados tradicionais como uma crença religiosa pode inovar e superar tradições. O que vai determinar a modernidade é a capacidade de questionar, de conformar de fato o novo, de ter a atitude de exercer o juízo crítico (BARTHOLO JÚNIOR, 2001a). A modernidade, assim, pode ser encontrada em fases históricas distintas e, portanto, se a concretização relativa da modernidade ocorre em diferentes momentos da história, cada momento é um tempo presente de realização da modernidade, conforme o sentido que esta in-

corpora em confronto com o que deve ser superado, identificado normalmente como o tradicional.

A base da discussão aqui desenvolvida não trata da sociedade moderna, historicamente definida. A sociedade moderna, gestada nos séculos XVIII e XIX, tem como características essenciais: a constituição e centralidade do indivíduo; a transformação dessa centralidade em uma norma única e universal; a instituição do poder como um lugar e não mais centrado em uma pessoa, família ou grupo social (o poder torna-se impessoal), e a detenção do poder político é resultante do processo de escolha realizada pelos membros da comunidade política (da qual ninguém é excluído); é uma sociedade aberta, de mobilidade social; suas organizações, práticas e valores, são regidos pela racionalidade (que troca o saber divino pelo saber laico, da ciência); ignora a exterioridade, desconhece fronteiras; não se confunde com os Estados-nação, simples instrumento de sua realização; sua base econômica é essencialmente universal, o capitalismo. E é nesse tipo de sociedade que surgem os mecanismos de resolução de conflitos, como já foi discutido. (NASCIMENTO, 2001b, p. 87-88).

A partir da ruptura real ocorrida com o advento da sociedade moderna, com base nas idéias do iluminismo e do liberalismo econômico, que promove o mercado como o ente regulador das relações produtivas, o capitalismo se torna o modo de produção principal da sociedade ocidental e vai se fortalecer ao longo do tempo, provocando uma série de consequências, como a urbanização e o avanço tecnológico, que modificam para sempre a forma de se relacionar do ser humano.

Assim, a sociedade moderna está posta, mas a modernidade se reproduz ao longo de um processo que se renova, conforme o momento histórico e conforme as forças no poder preconizam ou não uma mudança.

Para Buarque (1991, p. 31), “na civilização ocidental, a história de cada país tem sido a história das mudanças necessárias à construção de sua modernidade”. E no Brasil não foi diferente; contudo, não aconteceram de fato grandes rupturas na nossa história. Na verdade o que é comum é uma mudança na “metodologia política”, sem que haja uma mudança real na sociedade. Os momentos de modernização da sociedade brasileira são identificados por Buarque (1991) com momentos de crise, ressaltando que no Brasil se repete o movimento de modernização arcaica. Ou seja, os dirigentes do país, comprometidos com estruturas essenciais que alimentam a cri-

se, não implementam medidas de mudança real, apenas disfarçam seus atos de continuísmo com discursos de modernização.

Nas últimas décadas do século XX, um movimento global de mudança, fortemente ligado à idéia de liberalização econômica, foi capitaneado pelo *boom* tecnológico que tornou o acesso à informação e o rompimento virtual das fronteiras geográficas e culturais os ícones desse novo processo de modernização.

Nesse sentido, o papel do Estado foi mais uma vez questionado e representado como um atraso quando intervinha nos processos econômicos e impedia a livre iniciativa. Foi forjado todo um arcabouço teórico pelo neoliberalismo, para justificar essa posição e dar mais poder à iniciativa privada. Esse é um movimento claro de superação de posições tradicionais, mas não é necessariamente um movimento saudável que possa ser generalizado. Nem definitivo. Dessa forma, outro ponto a ser atentado, quando se fala de modernização, é que nem sempre este é um movimento unânime e muito menos legítimo.

2.2 – Estado e Modernidade

Ao identificar a regulação, mediação e resolução institucionalizada dos conflitos com a modernidade, Nascimento (2001b) ajuda a reforçar a percepção de que o Estado está no cerne da questão da modernização, independente do grupo que ocupa o poder e mesmo do tempo e do espaço em que ocorre esse movimento.

Mesmo com a desarticulação de várias estruturas do Estado, promovida sob a égide do neoliberalismo, o Estado continua como o principal ente promotor do desenvolvimento. A tentativa de impor o mercado como ente regulador das relações sociais, principalmente a partir dos anos 1980, provocou um grande abalo no Estado do Bem-Estar, concebido com base nas idéias keynesianas, após a II Guerra Mundial, que entrou em crise em todo o mundo. Contudo, esse movimento, que também se dizia modernizador, não foi suficiente para enfraquecer totalmente o Estado. Por outro lado, o fracasso das políticas neoliberais fez com que as forças mundiais do capitalismo se voltassem novamente para o Estado, dessa feita com o intuito de reforçar seu papel de reprodutor da ideologia capitalista e de mantenedor da ordem. A tentativa de abalar a legitimidade do Estado foi revertida e este fortifica seu papel como aliado do capital.

Santos (1998, p. 1) ressalta que, “dos dois paradigmas de transformação social da modernidade, a revolução e o reformismo, o primeiro foi pensado para ser exercido contra o Estado e o segundo para ser exercido pelo Estado”. O reformismo foi um movimento protagonizado pela classe operária para contrapor-se aos ditames do capitalismo e à regulação exclusiva do mercado. Isso garantiu que se criassem instituições que garantissem os interesses da sociedade em três instâncias maiores: a regulação do trabalho, a proteção social contra os riscos sociais e a segurança contra a violência. Essas instituições se articularam com base em três princípios da regulação da modernidade: o princípio do Estado, o princípio do mercado e o princípio da comunidade. Segundo Santos (1998, p. 1-2):

Estabeleceu-se um círculo virtuoso entre o princípio do Estado e o princípio do mercado de que ambos saíram reforçados, enquanto o princípio da comunidade, assente na obrigação política horizontal cidadão a cidadão, foi totalmente descaracterizado na medida em que o reconhecimento político da cooperação e a solidariedade entre cidadãos foram restringidos às formas de cooperação e de solidariedade mediadas pelo Estado. Nesta nova articulação regulatória, o potencial caótico do mercado, que se manifestava sob a forma da questão social – anomia, exclusão social, desagregação familiar, violência –, é mantido sob controle na medida em que a questão social entra na agenda política pela mão da democracia e da cidadania. Politizar a questão social significou submetê-la a critérios não capitalistas, não para a eliminar, mas tão só para a minorar e, nessa medida, manter sob controle o capitalismo enquanto consequência (a questão social) significou legitimá-lo enquanto causa.

O reformismo defendia que a origem dos problemas a serem superados era a própria sociedade, que então deveria ser o objeto da reforma, enquanto o Estado era a solução e, portanto, o sujeito da reforma. Com a crise do reformismo, no entanto, o Estado passou a ser visto como problema e se transformou em objeto de uma reforma, a reforma do próprio Estado. Ou seja, o outro lado da crise do reformismo é a própria crise do Estado. Mas, como já foi dito, a continuidade do processo levou ao retorno do Estado como parceiro do mercado, e o primeiro continua como protagonista das grandes decisões. Isto significa que não se pode ignorar o papel do Estado no entendimento das motivações que levam a um movimento de mudança da sociedade.

No Brasil, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, a idéia de modernidade foi ligada ao planejamento, que se incorpora definitivamente na formulação de políticas públicas que visam ao desenvolvimento do país. Isto é perceptível no investimento governamental na construção de infra-estrutura e elaboração de planos técnicos na área econômica, por exemplo. Essa linha é definida e defendida pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas para a América Latina. Vários nomes despontam nessa época dentre os técnicos participantes da elaboração dessas políticas, destacando-se Celso Furtado, especialmente pela sua atuação como criador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Nas décadas de 1950 e 1960, inúmeras ações do governo central promoveram o desenvolvimento regional, como a criação da Sudene e do Banco do Nordeste, e a implantação de incentivos fiscais para promover a industrialização de regiões consideradas atrasadas, como o Nordeste, o que é o caso do Mecanismo 34/18 e do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) (CARVALHO, 1988).

Depois de décadas de estratégico esquecimento, com o pretexto de minimizar desigualdades e inserir a região no processo moderno de desenvolvimento regional, o Nordeste passou a ser alvo de uma política industrial pouco eficiente para a região, semelhante às políticas agrícola e de combate à seca, também implementadas com o objetivo de promover o desenvolvimento. O que ocorre é o desperdício de recursos empregados em políticas que se baseiam em modelos genéricos, concebidos exteriormente à região, sem levar em conta suas especificidades. Além disso, os programas governamentais são grandemente tragados pela corrupção e mesmo pela incompetência de governos ainda fixados em práticas assistencialistas e patrimonialistas, pelas quais os recursos públicos “não tinham dono”.

A constituição, no final da década de 1950, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), além de propiciar a criação da Sudene, também permitiu que a intervenção governamental acelerasse a destruição do modo de vida sertanejo. Em nome da modernidade, que se mostrava como a melhor opção, o GTDN alegava que o alto contingente de pessoas vivendo no meio rural representava um entrave ao crescimento econômico da região. Segundo o diagnóstico do GTDN, essas pessoas viviam de atividades que não geravam renda, em um modelo atrasado de pro-

dução. Essa condição não lhes permitia a participação como consumidores no novo modelo econômico que estava sendo forjado, baseado na industrialização. Esse modo de ver o desenvolvimento regional promoveu, além da industrialização capenga do Nordeste, intenso movimento migratório, especialmente para a região amazônica, dentro da lógica do Programa de Integração Nacional (PIN). (DIAS, 1999; SOUZA, 1997; BURSZTYN, 1984).

O início dos anos 1960 traz consigo intensos movimentos políticos que levariam ao Golpe Militar de 1964 e à implantação definitiva de um processo que pretensamente modernizaria a economia do país, inserindo-o definitivamente no contexto da economia mundial. A modernidade significava naquele momento urbanização, industrialização e maior repressão política.

A idéia de modernidade vai continuar comandando as ações do Estado no Brasil, sob o regime militar e se fortalece ainda mais com a redemocratização iniciada no final da década de 1980. Mesmo a intensa privatização, promovida pelo movimento neoliberal que tomou conta do Brasil na década de 1990 não enfraqueceu o Estado como principal regulador das relações sociais e produtivas no país.

As conseqüências para o Sertão desse movimento histórico se traduzem pelo seu esvaziamento, que desta feita se torna gradual e irreversível. Para Buarque (1991, p. 90):

De todas as misérias criadas nas últimas décadas na sociedade brasileira, nenhuma foi mais profunda do que aquela que, em nome da modernidade, levou a um brusco processo de urbanização. Coerente com a concepção de que a urbanização e a indústria eram sinônimos de modernidade, todas as políticas iam no sentido de induzir um processo de migração. As cidades dispunham de mecanismos de atração – salário mínimo, serviços – ao mesmo tempo que o campo tinha os mecanismos de expulsão – concentração de terra, violência. Em poucos anos, um país rural assumiu um perfil urbano, sem dispor dos recursos para oferecer os serviços necessários.

Isto remete a outro problema exacerbado pela modernidade em todo o mundo: o aumento da exclusão social, da miséria, da fome e da violência, como resultado da intensa urbanização, da falta de planejamento desse processo e principalmente pelo desaparecimento gradual do cuidado pelo outro, substituído pelo individualismo e pela competição, tônicas do mundo moderno.

O próximo item sistematiza alguns fatos da história do Brasil e do Sertão de modo a transportar a análise das idéias até aqui desenvolvidas para o espaço da pesquisa.

2.3 – Formação Econômica e Social

O espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e dos mecanismos de controle da sociedade e, portanto, tem uma “natureza social”. Partindo dessa premissa, Santos (1979) define a formação econômica e social como uma “segunda natureza”, ou o espaço físico (“primeira natureza”) transformado pelos processos (articulados) de produção e controle das instituições e relações sociais, dentro da evolução histórica do sistema de dominação.

Compreender como ocorreu a formação econômica e social do Sertão é o primeiro passo para detectar a origem dos conflitos históricos nesse espaço. Tanto se percebem as motivações para a explosão de conflitos ruidosos, que não encontraram resolução, quanto se percebe a construção e alimentação estratégica de conflitos silenciosos e perenes, que ensejam inúmeras alianças e se redefinem ao longo do tempo para se adequarem historicamente.

O processo formador do espaço geográfico é o mesmo da formação econômica e social. As necessidades levam à criação de meios de transformação da natureza (produção/distribuição), que, por sua vez, permitem o controle social, produzindo as relações (sociais) de produção. Assim, a formação econômica e social é única para cada sociedade distinta. A base da formação econômica é a produção, que é a transformação do espaço, da “primeira natureza”, através do trabalho do homem para permitir sua sobrevivência. A localização dos homens, das atividades e das coisas dá-se tanto pelas necessidades determinadas pelo modo de produção (externas), quanto pelas que representam a estrutura dos grupos e as relações sociais dadas pela formação social. E esta é definida pela organização dos grupos através das relações sociais, sendo integrada pela natureza e pela sociedade e resultado de um acúmulo de experiências históricas em um certo espaço. A formação econômica e social é, então, o somatório das esferas econômico, social, política e cultural, e estuda a unidade e a totalidade de cada uma dessas esferas, em dado momento de sua evolução (SANTOS, 1979, p. 12).

Assim, o conceito de formação econômica e social desvenda as especificidades de cada sociedade, que foram historicamente determinadas. Não há uma “sociedade em geral”; as várias sociedades com formações históricas distintas é que fazem parte de um sistema social. Além disso, as sociedades estão mudando constantemente.

O Brasil, como colônia lusitana, nasceu na costa do Nordeste e como tal teve seu processo de formação social e econômica comandado pelos interesses externos, processo esse que se prolonga ao longo dos vários períodos históricos do país. No começo, a história do Nordeste se confunde com a história do Brasil, mas quando o processo de desenvolvimento é deslocado para o Sudeste começa a história do Brasil dual de que fala Oliveira (1987).

Nesse sentido, Holanda (1995) defende que, no país como um todo, se processou uma mudança do eixo do desenvolvimento a partir do fim do ciclo da cana e com o início do ciclo do café, que tornou o meio rural uma “colônia das cidades”. E a partir da República, o Sertão nordestino foi aos poucos se transformando em um mero reduto de votos.

As principais características da formação do Brasil, além da dependência externa, têm sido a concentração de renda e a desigualdade regional e social. Esse processo que começou ainda no período colonial se reproduziu durante o tempo de Vice-Reino, no Império e nas diferentes etapas da República.

Para clarificar essa premissa basta rever as tentativas mais recentes de inserção do Brasil na lógica do capital internacional. Cada movimento histórico nacional gera repercussões diferenciadas para o território, dividido e diverso. Depois da chamada “crise do café”, por exemplo, na década de 1930, o Brasil começa uma longa caminhada em busca de uma industrialização tardia. O chamado processo de substituição de importações constituiu-se exatamente nas etapas percorridas pelo país para conseguir esse intento (FURTADO 1998a). Este foi um modelo econômico sugerido pela Cepal.

Um ponto importante ressaltado por Furtado (1974a) é que as empresas multinacionais comandam a industrialização nacional. Isto significa que é reproduzido no país o modelo da divisão internacional do trabalho. Ou seja, a idéia de livrar o país da dependência internacional histórica e promover um real processo de desenvolvimento interno não passou de ilusão. As

elites no poder, comprometidas com o capital internacional, apenas proporcionaram as condições necessárias para a transferência das empresas multinacionais para o território nacional, travestidas pelo capital nacional e pelo subsídio governamental. Se antes o país importava a maioria dos bens manufaturados, e a transferência de renda por aí se realizava, a transferência passa a se dar então através das empresas que aqui se instalavam. E um detalhe fundamental nesse processo é que, do ponto de vista tecnológico, essas empresas eram inferiores, pois o processo tecnológico e o maquinário aqui implantados eram em muito superados pelas empresas dos países centrais, inviabilizando qualquer competição internacional da indústria “nacional”.

É reproduzida, assim, a idéia das vantagens comparativas, de David Ricardo, inspiradora da divisão internacional do trabalho, que preconiza que cada país deve se especializar naqueles produtos que lhe dariam mais vantagens na competição internacional. O que fazia do Brasil um exportador de bens primários (de baixo valor agregado), e importador de produtos manufaturados (intensivos em tecnologia e alto valor agregado). Essa lógica perpetua o Brasil como um grande mercado consumidor e fornecedor de matéria-prima.

Ao discutir o processo de desenvolvimento social do Brasil, Lessa (2000) ressaltava uma importante questão quanto ao entendimento da postura do povo brasileiro diante de sua própria história. Ele afirma que falta auto-estima ao povo brasileiro e questiona como esse povo, apesar de tudo, continua a existir. O brasileiro reconstrói sua tragédia, encontrando estratégias de sobrevivência que fogem ao modelo dominante, mas a lógica da dominação continua e as relações sociais são reproduzidas.

À medida que a história do Sertão vai sendo revelada, essa análise torna-se ainda mais forte, pois nesse espaço podem ser vistos exemplos extremos de manipulação social e de destruição de valores, o que resulta de fato no desaparecimento da auto-estima e mesmo da disposição de mudar essa realidade, à qual se adaptam os sertanejos para sobreviverem sem grandes tentativas de reversão desse cenário.

Nesse ponto, ao se analisar a divisão regional do Brasil, observa-se a reprodução interna da lógica do capital mundial. O Nordeste ocupa dentro do país o mesmo lugar do Brasil no mundo. Depois do deslocamento do centro do poder para o Sudeste, o Nordeste passa a ser uma região subordinada aos interesses do centro do país, fornecendo-lhe matéria-prima, mão-

de-obra e mesmo capital para seu desenvolvimento. Isto ocorre em detrimento de um crescente estado de pobreza da região, especialmente do Sertão, e do meio rural como um todo, totalmente esquecido dentro do circuito produtivo nacional.

Os itens a seguir exploram alguns pontos enunciados aqui que permitem o entendimento mais aprofundado de fatores que influenciam diretamente na análise dos resultados desta pesquisa. É dada ênfase ao papel do Estado e do poder local para a conformação da sociedade no Sertão.

2.3.1 – A formação econômica e social do sertão

O Sertão traz em sua história a marca da exclusão. Desprovido da diversidade produtiva da Zona da Mata e das facilidades da Região Litorânea, foi posto de lado no processo de colonização. Contudo, o Sertão nordestino, apesar de participar da lógica de dominação interna imposta pelos interesses externos que sempre predominaram, apresenta peculiaridades na sua formação histórica.

Desde o início, o Sertão semi-árido do Nordeste do Brasil era visto como um lugar a ser explorado. Barbosa (2000b, p. 35) resgata o sentido original da palavra Sertão e constata que, desde o princípio ela designa “um espaço de *não-poder*”. A autora chama o Sertão de “lugar do outro”. Este “outro” é, em sua concepção de base histórica, aquele que está excluído da lógica ou do circuito formal do poder vigente em seu tempo. Ou seja, no caso do Sertão, seus habitantes não estavam subordinados à organização institucional da Colônia, por isso mesmo, eram excluídos de qualquer arranjo decisório, sendo dispostos, se fosse o caso, ao sabor do interesse dos poderosos, ou por este esquecidos, conforme o momento político, que normalmente se conduzia conforme os ditames da produção.

O Sertão foi povoado a partir de uma colonização que praticamente exterminou os indígenas que ali habitavam. Para lá se deslocaram luso-brasileiros que, no processo de expansão da pecuária, eliminaram os índios que se opuseram à ocupação e estabeleceram uma relação de mando com os que se submeteram, dando origem ao caboclo, resultado do encontro do branco colonizador com o “selvagem” indígena colonizado. Esse processo de subordinação e ocupação era justificado pela necessidade de civilizar as terras do Sertão (BARBOSA, 2000a).

Esse primeiro conflito vai-se constituir no marco inicial de inúmeros conflitos que povoaram a história do Sertão e determinaram a construção social do sertanejo. Nesse primeiro momento de sua história finda a conquista do espaço, pois o verdadeiro dono do poder, o dono da sesmaria, não se interessa em ficar ali. É um espaço considerado inóspito, de clima ruim, pouco atraativo em relação às facilidades das cidades litorâneas. Assim ficava o caboclo, já nascido ali, livre para tocar em frente a criação dos rebanhos. Esse fato marca o nascimento do vaqueiro, figura peculiar e distinta, que não se enquadra totalmente no regime de subordinação vigente fora do Sertão.

Nos ciclos de monoculturas no Brasil, a figura do escravo foi decisiva. A sociedade brasileira se estruturou sob a égide da exploração e da desigualdade extrema de condições. À medida que o eixo da economia se deslocava para a região Sudeste, o ritmo de produção e o tipo de relações sociais que se solidificavam no Sertão nordestino iam-se distanciando do padrão do resto do país. A começar pela existência desta nova classe, que nem era dominante nem dominada: os vaqueiros. Eles eram de fato homens livres, embora não possuissem. Eles não possuíam terras, nem escravos, mas possuíam e dominavam o manejo do gado, conhecendo as técnicas de sobrevivência necessárias para produzir no Sertão. Foram responsáveis pela colonização do *interland* nordestino e determinaram uma forma de viver diferenciada da sociedade escravocrata (OLIVEIRA, 1977). Como o Sertão fora “esquecido”, nada se fez para impedir essa ruptura na ordem social vigente.

A relação de trabalho estabelecida entre o dono da terra e o vaqueiro é de quarteação (a cada quatro crias, uma é do vaqueiro). Na verdade, havia aí a constituição de uma sociedade, que permitia ao vaqueiro um rápido processo de acumulação, que levou à fundação de novas fazendas e à repartição do poder. Já aqueles que optavam pela agricultura encontravam um cenário diferente. A relação de trabalho com o dono da terra era menos favorável e normalmente o agricultor tinha que lhe entregar 50% da sua produção, o que tornava quase impossível a mudança de *status* dessa parcela da população sertaneja. Como indica Barbosa (2000a, p. 74):

... se a expansão pecuária estimulava a proliferação de outras fazendas e apontava para uma certa mobilidade social ascendente, a expansão da agricultura criou efeito contrário, não só em nível da experiência, como também na percepção dela, na medida em que aumentou e generalizou formas de expropriação, exploração e submissão dos trabalhadores.

À medida que esse cenário se consolidava, o vaqueiro passou a ter sua imagem associada à liberdade, à perseverança e à conquista, enquanto o agricultor representava a pobreza, a dominação e a submissão. O conflito inerente a essa situação de diferenciação se reproduz de formas variadas, desde a segregação do agregado pelo fazendeiro, passando pela sua invisibilidade diante do Estado e chega até a uma discriminação por parte de historiadores ou literários, que o descrevem como um indolente, pouco afeito ao trabalho e, portanto, sem chance de mudar a condição de miséria que lhe seria própria (BARBOSA, 2000b).

Essas representações, na verdade, escondem um conflito definido que perdura ao longo de toda a história do Sertão, que toma conformações diferenciadas conforme o tempo e os acontecimentos. Nem o vaqueiro é esse ser acima do bem e do mal, nem o agricultor é o único responsável pela própria miséria. São ambos elementos de uma estrutura de poder em que ocupam o lugar de obediência. Há uma constante tensão que se traduz em conflitos variados. A não-aceitação dessa condição se traduz em alguns episódios históricos de revolta organizada, de cunho religioso, como a Guerra de Canudos, ou de teor mais violento, como o cangaço. Não havia organização entre os trabalhadores para contrapor os poderosos, a não ser nesses movimentos religiosos e ou pela violência.

A solidificação desse modo de viver e produzir permitiu a caracterização de uma sociedade baseada na luta pela sobrevivência em um espaço adverso. Entretanto, como ressalta Oliveira (1977, p. 46), "... tal economia extensiva não podia dar lugar senão a uma estrutura social pobre", e essa condição fez com que a diferença entre dominantes e dominados fosse tênue, pois ambos viviam em condições muito semelhantes, com poucas regalias para o fazendeiro, dono das terras. Além disso, fazendeiro, vaqueiro, posseiro, colono ou cangaceiro, sem distinção, tinham as mesmas crenças e costumes, calcados nas mesmas dificuldades cotidianas: pouca água, solo pobre, pouca inserção social e/ou comercial na lógica de poder do país. Pobreza, dependência e um meio ambiente adverso formam um conjunto que leva a um processo contínuo de exclusão do Sertão da lógica de desenvolvimento do país, e também à criação de mecanismos compensatórios para furar os bloqueios e penetrar no circuito de geração de riquezas.

Assim, os conflitos internos e também aqueles relacionados com a interferência externa ficam mais visíveis quando vem a seca. Nesse momento

não há mais qualquer diferença entre vaqueiro e agricultor. Ambos sofrem e muitas vezes compartilham esse sofrimento com o próprio fazendeiro, dependendo da condição que este tenha adquirido para suportar a estiagem. Nessa hora, o uso político do sertanejo, mesmo que seja o patrão, fica claro. O patrão sertanejo que explora seus agregados é beneficiado pelos arranjos políticos que desviam recursos em épocas de seca, mas é também explorado pelos políticos que detêm o poder e normalmente ficam no litoral, que o buscam apenas à procura dos votos de seu “curral” e o esquecem na hora da crise. Cada vez mais a barganha se dá de modo desfavorável ao Sertão, principalmente com a mudança que levou não mais à construção de obras (sejam públicas ou para uso privado) e sim ao simples repasse de verbas assistencialistas.

Ao discorrer sobre as consequências da grande seca de 1879-1889, Freixinho (2003) enumera o surgimento de Canudos, da dominação do Padre Cícero em Juazeiro e dos cangaceiros, indicando que esses seriam movimentos resultantes da implosão da estrutura social e econômica do Sertão pela seca. Na verdade cada um desses movimentos a seu modo se insurgia contra as forças dominantes que desprezavam o Sertão e os sertanejos. Algo assim não parece ter condições de ocorrer nesse início do século XXI. A apatia dos sertanejos parece constatar que os políticos têm conseguido sucesso em sufocar os conflitos tradicionais do Sertão. E isto se dá pela desmobilização contínua desse povo.

2.3.2 – A gestação do moderno: o fim dos coronéis?

A intensificação do povoamento do Sertão, já no século XIX, e a formação das grandes fazendas de gado e também de algodão fornecem um cenário mais definido, onde surge a figura do coronel, considerado o reprodutor no Sertão da figura dos senhores de engenho das casas-grandes da Zona da Mata e dos sobrados do litoral. O coronel arcaico do Sertão não era tão rico quanto os senhores de engenho, mas mantinha as mesmas características: era o dono da terra, árbitro social e líder político (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003).

Assim como os senhores de engenhos eram conhecidos como barões, graças à distribuição de títulos de nobreza pela Coroa portuguesa, também a origem dos coronéis vem da distribuição de títulos, desta feita pelo Império brasileiro. Com a criação da Guarda Nacional, o Império passou a nome-

ar seus membros e as patentes militares passaram a ser cobiçadas, sendo a patente de coronel a mais desejada. Por transposição semântica, a sociedade passou a chamar de coronel os grandes proprietários de terra. Alguns de fato possuíam a dita patente, mas todos a ostentavam mais por designação do poder pessoal do que pela efetiva participação militar (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2003).

Os coronéis dominam uma paisagem seca, habitam construções simples, embora amplas, e dividem crenças e hábitos com seus comandados, o que os aproxima. Na verdade, esse coronel é remanescente dos primeiros vaqueiros e tem, por isso, sua imagem ligada também à macheza e à coragem, o que lhe permite uma liderança sem grandes atritos diante dos que dele dependem, pelo menos em época de inverno bom. Em época de seca forte não há como conter os saques e as deserções.

Essa relação de dependência perdura intacta por pouco mais de um século, até os anos de 1930, quando a modernidade, que já está presente na vida política e social do país, se impõe ao Sertão. Os coronéis são obrigados a rever seus métodos clientelistas, em prol de um discurso político moralizador. Esse é um movimento que ocorre de forma diferenciada na região. No Ceará, por exemplo, esse rompimento só se dá de fato nos anos 1960. Contudo, é um rompimento circunstancial, que, na verdade, significou uma mudança estratégica para manter o poder, do modo enunciado por Buarque (1991). Os coronéis se mudaram para a cidade e assim mudaram o foco e a prioridade das políticas, que então se adequaram a um projeto moderno de urbanização e produção capitalista.

Sobre clientelismo e modernidade, Furtado (1998b, p. 52-53) ressalta que “a política representa muito menos para uma região rica do que para uma região como o Nordeste, que depende bastante do governo”. Nesse sentido, “o Brasil não pode ter pensamento único com respeito a nada, porque aqui tudo é heterogêneo”. Isto é, condenar de forma simplista uma prática tradicional pode levar a uma desestruturação social de consequências graves para a própria sobrevivência do grupo atingido. No caso do Sertão, o fim do coronel rural significou a perda de visibilidade política para aquele espaço, acelerando em demasia a sua desmobilização e uma urbanização não planejada, que não só transferiu a população para as cidades, mas também criou ali grandes concentrações de miséria. Isto não significa dizer que o velho coronel representava um tipo de relação positi-

va no Sertão, mas, sim, que não é possível promover mudanças drásticas em uma determinada sociedade sem que esta esteja preparada para essa mudança. Neste caso, o enfraquecimento dos coronéis não significou libertação do sertanejo, mas uma nova subordinação, mais perversa no sentido da não-presença. O novo poder define o que é melhor para o Sertão sem nem conhecê-lo e acaba alimentando e mesmo acelerando um processo de desarticulação social nesse espaço, enfraquecendo-o ainda mais.

A bordo da proposta de modernidade, um novo tipo de coronel surgiu em todo o Nordeste, respaldado não só por um novo discurso, mas por novos instrumentos e novas formas de arrecadar recursos. Esses novos coronéis, com um pé no Sertão e outro na cidade, passam a defender a industrialização e a construção de infra-estrutura em seus Estados, além de incentivarem a política de criação de frentes de serviços para “fixar” o homem no campo na época da estiagem. E para esses novos e modernos projetos surgem inúmeras fontes de recursos, inclusive de origem internacional.

Na verdade, esse momento de modernização foi o último suspiro de um modelo de poder que se baseava no rural e nas relações ali estabelecidas. A partir dessa ruptura, o sertanejo, perde definitivamente seu interlocutor perante o poder central. O coronel rural, mesmo construído em cima de práticas clientelistas, representava um poder local que garantia a visibilidade de uma sociedade pobre, com pouca força diante da organização produtiva e social das grandes cidades.

O próximo Capítulo analisa a atuação dos coronéis modernizados no Ceará, e como estes preconizaram as mudanças que abrem caminho para a ascensão do grupo de empresários que chega ao poder em 1987, inaugurando o tempo dos coronéis modernos, totalmente urbanos.

Capítulo 3

MODERNIDADE E POLÍTICA NO CEARÁ

*O Estado nunca prescindiu
dos grandes poderosos locais
e estes sempre retribuíram o paternalismo
do poder central com sua fidelidade “a priori”*

Marcel Bursztyn
(O poder dos donos)

Neste Capítulo, são vistos os principais pontos do processo de modernização promovido pelo Estado a partir do seu reatamento no Ceará. O objetivo claro dos governantes foi inserir o Estado no mercado competitivo e no âmbito da modernidade econômica, o que exclui definitivamente o Sertão como espaço econômico e político relevante. Esse movimento, que é político, antes de ser social, começou de fato em 1963, com o primeiro governo do coronel Virgílio Távora, que dá início ao último período da chamada era dos coronéis no Ceará, que finda em 1986 com a eleição do empresário Tasso Jereissati para o governo do Estado.

O Capítulo discorre sobre a trajetória dos coronéis modernizados, que anteciparam o movimento protagonizado pelos empresários no Ceará e analisa esse percurso a partir da história política do Estado. São revistas as estratégias políticas, as interações entre políticas locais e nacionais e o papel dos organismos internacionais na formulação e implementação das políticas públicas. O objetivo é compreender a gênese da política atual do Estado, a importância do gerenciamento dos recursos hídricos nesse projeto e suas consequências para a sociedade cearense, especialmente para o Sertão.

3.1 – Os Coronéis Modernizados do Ceará

Inserido numa das regiões menos desenvolvidas do Brasil, o Estado do Ceará vem adquirindo relevância no cenário nacional, a partir do final da década de 1980, através de um forte programa de *marketing* que maximiza as ações do governo estadual, colocando-o como um exemplo de “máquina estatal” saneada e eficiente, com destaque para a ação administrativa implementada pela “oligarquia empresarial”, que substituiu a “oligarquia dos coronéis” e assumiu o poder político em 1987.

Quando o grupo de jovens empresários chegou ao poder no Ceará, nas eleições de 1986, e Tasso Jereissati foi eleito governador do Estado, foi anunciado o fim da “era dos coronéis” e a conseqüente modernização do Estado. Este foi o grande mote para a intensa campanha de *marketing* que acompanha toda a trajetória do projeto político que ali se iniciava.

Mas afinal que coronel é esse que findara? Na verdade, desde as primeiras décadas do século XX esse fim era anunciado. A idéia de modernidade já estava presente nos discursos políticos e entre os “cidadãos letrados”, embora de fato não se tenham concretizado em forma de políticas ou ações públicas efetivas até a década de 1950. Leal (1997) afirmava que o coronelismo acabaria a partir do processo de urbanização e o livro de Vilaça e Albuquerque (2003), *Coronel, coronéis*, escrito em 1963, mostrava claramente o processo de ruptura do modelo de subordinação ao líder rural, que é substituído paulatinamente pelo projeto de modernidade e urbanização.

Porém, a urbanização não significou de fato o fim dos coronéis, ou melhor, do modelo de subordinação política por eles estabelecido. O que ocorreu foi que os velhos coronéis rurais se adaptaram aos novos tempos, se mudaram para as cidades e criaram novas formas de dominação e clientelismo, protagonizando eles próprios o processo de modernização que levaria à sua substituição futura pelos novos coronéis urbanos, os empresários.

No Ceará, o ambiente nacional influenciou profundamente a cena política dos anos 1960 e os ditames daquela modernidade não poderiam ser ignorados. A percepção política de Virgílio Távora, eleito em 1962, fechando o “ciclo de institucionalização democrática”, iniciado depois de 1945 e interrompido com o golpe militar de 1964, levou ao primeiro surto real de modernização política e econômica acontecido no Ceará. Sobre as inovações e realizações de Virgílio nesse primeiro mandato, assim se refere Aragão (1985, p. 301-302):

Dotado de rara habilidade política, sério em seus pronunciamentos públicos e prático na consecução de seus objetivos, a ele deve-se inicialmente a implantação científica de gerir a pública administração, criando como exemplo rotineiro o *sistema de planejamento*. Criou o “PLAMEG” ou Plano Estadual de Governo [...] A partir da estruturação, *cientificamente planejada*, coube-lhe como desempenho seguinte, a execução de vasto programa administrativo, sendo o de maior importância econômica o *plano de energização* do Estado. Nesse empreendimento divide-se a história do Ceará em duas fases [...] Nas linhas traçadas rumo ao futuro, *quase que o poder público desaparece, obscurecido pela iniciativa privada, que cresce e se multiplica diante do milagre da energização*. Em outras realizações [...] criou-se no seu governo o Distrito Industrial de Fortaleza, inaugurou-se o Banco do Estado do Ceará, a Companhia Docas do Ceará, promoveu-se o saneamento das finanças públicas e deu-se início ao asfaltamento da malha viária até então mantida precariamente com embasamento de piçarra. Desaparecerão, entretanto, esses avanços fenomênicos com o advento da Revolução de 1964 quando, por força de estruturas políticas com incrustações ao militarismo, passará a vigor o fisiologismo conveniente, modelo segundo o qual os políticos perderão a sua própria identidade. (Grifos nossos).

Um desavisado, lendo essa citação sem o devido conhecimento da história do Ceará, poderia facilmente concluir que se tratava de obras realizadas por representantes do chamado “Governo das Mudanças”, eleito somente em 1986. Mas o último comentário de Aragão deixa perceber um dos fatores que explicam o pouco conhecimento das realizações ocorridas no período de 1963 a 1986, ou seja, as conseqüências do golpe militar de 1964 para a vida política de todo o país.

Também contribuiu para a menor importância dada hoje às obras desse período o discurso habilmente montado pelo grupo político, comandado pelo empresário Tasso Jereissati, que ocupou o poder a partir de 1987 e passou a desqualificar todas as ações dos governantes anteriores, sob a acusação generalista de que estes pertenciam ao passado, representavam o atraso e a decadência do Estado, dado que eram representantes da “oligarquia arcaica dos coronéis”, enquanto eles representavam a modernidade, a mudança e o progresso para o Estado.

Na verdade, os coronéis derrotados em 1986 por Tasso Jereissati, que anunciava uma nova era de modernização para o Estado, já eram uma

“mutação” do velho conceito de coronel rural. Quando Virgílio foi eleito pela primeira vez, o seu discurso já estava bem afinado com a modernidade, com um povo já mais consciente, embora ainda facilmente manipulável, que desejava o fim dos desmandos dos velhos patriarcas, que significavam naquele momento o atraso. E foi isso que Virgílio e seus sucessores juraram fazer. Ou seja, a seu modo, eles pertenciam a uma classe de políticos sintonizados com os acontecimentos de seu tempo, que sabiam usar habilmente o discurso para dizer o que o povo queria ouvir. A idéia de modernidade estava fortemente presente nos discursos e nos documentos oficiais. O que nunca significou, nem naquele tempo, nem agora, que o discurso correspondesse à prática.

Assim, o advento da “era Tasso”, o chamado “Governo das Mudanças” acaba com o “tempo dos coronéis”, mas não de coronéis arcaicos, eminentemente rurais, e sim de coronéis modernizados que, embora ainda tivessem um pé no meio rural, já conviviam bem com as práticas políticas urbanas consideradas modernas. E a hegemonia dos coronéis modernizados não acaba pelas razões alegadas por Tasso e seu grupo, e sim pela incapacidade de articulação e readaptação das forças políticas divididas entre os três coronéis¹ que então dominavam a cena política no Ceará. As velhas oligarquias políticas se enfraqueciam pela constante disputa interna pelo poder (PARENTE, 2000).

Vale ressaltar que, na história política do Ceará, quando se fala de oligarquias, não se pode fazer uma análise generalista. Família, por exemplo, não significa necessariamente fidelidade partidária. Sempre existiram disputas acirradas entre famílias e dentro das famílias. A fidelidade sempre foi baseada na capacidade de determinado grupo distribuir mais ou menos recursos, conforme o momento. Parente (2000, p. 386) afirma que:

A fidelidade circunstancial está na capacidade de distribuir recurso em momentos específicos. O clientelismo, então, não é sinônimo de coronelismo, de oligarquias fortes internamente, mas um mecanismo tradicional de criar fidelidade quando a ideologia não consegue.

É nessa brecha que o grupo de Tasso vai conseguir penetrar e fazer implodir esse equilíbrio débil das forças compostas pelas facções dos três

¹ Os três coronéis são Virgílio Távora, Adaauto Bezerra e César Cals. Cada um comandava um grupo político e se revezaram no poder no Ceará de 1963 até 1982

coronéis. Nesse sentido, a análise de Carvalho, ao se referir ao terceiro mandato de Tasso, consegue sintetizar bem o seu sucesso:

Tasso alcança com a atual gestão uma longevidade sempre perseguida, mas nunca alcançada pelos “chefes políticos” tradicionais no Ceará, cujos grupos políticos de 1946 até 1982 revezavam-se no controle da máquina do Estado em campanhas eleitorais acirradamente disputadas (CARVALHO, 2001, p. 194).

Assim, o que Tasso nunca noticiou foi que as oligarquias arcaicas, que representavam em seu discurso tudo o que havia de pior na política do Ceará, razão de seu atraso e da pobreza de seu povo, produziram também todas as condições para o surgimento e fortalecimento da “oligarquia moderna dos empresários”. Isto ocorre tanto pelo processo dialético de antagonismo, muito bem manipulado pelo *marketing* profissional dos novos poderosos, como também pela implantação definitiva das condições concretas para o fortalecimento da produção capitalista no Estado, especialmente na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Isto também acelerou o processo de urbanização e criou novos “currais” eleitorais na periferia pobre das cidades da RMF e de outros centros urbanos do Estado, tornando a população do interior uma parcela do eleitorado cada vez menos importante.

E esse ponto é fundamental para a análise do contexto político atual e de seu rebatimento no Sertão. Embora o governo dos coronéis modernizados não tenha abandonado por completo seus redutos no interior do Estado, o processo por eles deflagrado resultou em uma contínua desmobilização do meio rural em contraste com a valorização cada vez maior da RMF e das cidades mais urbanizadas do interior. O projeto de modernização, seguindo os ditames da teoria econômica, e na esteira dos incentivos federais, elege a indústria como carro-chefe e, mesmo com o discurso repetido sobre a interiorização do desenvolvimento, as atividades se concentram na RMF, onde também se investe mais em infra-estrutura. Nesse sentido, os coronéis modernizados antecipam o que se torna uma realidade irreversível com Tasso, inclusive no que diz respeito ao acesso à água, que passa ser cada vez mais necessária no meio urbano.

Nesse momento, os governantes já consideram o Sertão como um lugar sem futuro, onde não valia a pena investir os recursos limitados de que dispunha o Estado. Não há por que garantir água nesse espaço se ali a grande produção não é viável. Para lá eram destinados recursos mínimos e apenas paliativos,

com vistas a manter o eleitorado restante. Já em Fortaleza, a periferia cada vez maior formava um novo público para as elites no poder. As práticas eleitorais eram as mesmas, mas o discurso era moderno. E o resultado é que o Sertão passa a ser cada vez mais esquecido. Essa mudança do espaço do poder vai-se tornar definitiva com a posse de Tasso, mas cada um dos governadores no período de 1963 a 1982 contribuiu para traçar esse caminho.

3.2 – A Moderna Apropriação das Políticas Públicas Garante a Continuidade

Depois do primeiro mandato de Virgílio Távora, os governadores que lhe sucederam foram escolhidos de forma indireta, pelo Regime Militar e, de um modo geral, continuaram o que Virgílio havia começado e que passou a ser parte do projeto desenvolvimentista dos militares. Ou seja, o Brasil Grande, do “Milagre Econômico” também passou pelo Ceará, assim como também suas conseqüências. Virgílio foi sucedido por Plácido Castelo (1967-1971), César Cals (1971-1974) e Adauto Bezerra (1974-1979), voltando ao governo em 1979, para entregar o cargo a Gonzaga Mota, que governou de 1983 a 1986. Em 1987, toma posse Tasso Jereissati, inaugurando uma nova era política (FARIAS, 1997).

O governo de Plácido Castelo foi inexpressivo do ponto de vista político. Ele foi indicado pelo jornalista Paulo Sarasate, dono do jornal *O POVO* e o político cearense mais influente na época junto ao governo militar. Plácido se limitou a dar continuidade ao projeto desenvolvimentista sem, contudo, conseguir angariar prestígio para si, terminando o governo isolado e sem força dentro do próprio partido². Dentre as suas realizações destacam-se a criação do Banco de Desenvolvimento do Ceará (Bandece) (para o fortalecimento das políticas de incentivos fiscais), construção de novas rodovias, expansão da rede elétrica para o interior do Estado, construção de

² Em 1965 o governo militar instituiu, com o Ato Institucional - AI-2, o bipartidarismo. Isto levou a um ajuste local que dividiu os políticos entre os novos partidos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A Arena era o partido do governo militar e o MDB faria o papel de oposição. Virgílio Távora ingressou na Arena, a despeito de sua conhecida ligação com Jango, de quem fora ministro. Deve-se isto à sua astúcia política, às ligações de amizade feitas na Escola Superior de Guerra e ao fato de pertencer à União Democrática Nacional (UDN), que apoiou o golpe. Mas ainda assim era visto com desconfiança pelo Regime (FARIAS, 1997). Só com o tempo ele adquire a confiança necessária para se tornar um dos maiores políticos do Ceará.

escolas, açudes, presídios e do famoso “Castelão”, estádio de futebol que leva o seu nome (FARIAS, 1997; ARAGÃO, 1985).

O último ano do governo de Plácido Castelo, 1970, foi de seca forte e as políticas implementadas pelo governo federal foram as mesmas dos últimos períodos de estiagem no Nordeste: liberação de verbas e escalonamento das dívidas dos Estados atingidos, além da abertura de frentes de trabalho. Políticas apenas reproduzidas no Ceará, sem mudança, portanto, no modelo clientelista. A corrupção ajudou a desviar recursos e a burocracia a dificultar o alcance de qualquer tipo de eficácia das medidas em termos de melhoria da condição dos mais atingidos pela estiagem.

Mais de 600 frentes de trabalho foram abertas em programas especiais, necessários para empregar toda a mão-de-obra disponível. Ainda em 1970, o governo reduziu pela metade os incentivos fiscais (34/18) e com os recursos criou o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Apoio à Agroindústria Canavieira (Proterra). Criou também o Programa Plurianual de Irrigação, numa tentativa de complementar as ações realizadas durante a fase hídrica (de açudagem), aproveitando a água acumulada para promover a agricultura irrigada. A lógica desses programas era encontrar ocupação para a população da região. De um lado, com a irrigação, esperava criar novas fontes de renda imunes à seca, de outro, com o PIN, viabilizar o deslocamento para a Amazônia, de modo a ocupar esse contingente populacional em projetos de colonização (MAGALHÃES; BEZERRA, 1991).

Todos esses programas caíram na mesma situação: na competição pelos recursos escassos, os programas de caráter permanente perdiam para as ações de cunho emergencial, com maior apelo político e maior flexibilidade para permitir a continuidade da barganha e da mediação exercida pelos políticos junto à população atingida.

3.3 – Os Anos 1970 e a Solidificação do Modelo de Coronelismo Modernizado

No ano de 1971, César Cals chega ao poder no Ceará. É quando ocorre o verdadeiro início do chamado “coronelismo”, que embora assuma um discurso moderno e implemente ações voltadas para o alcance do desenvolvimento, não abre mão dos mesmos métodos clientelistas que dificultam

a mudança real da condição de dependência do Estado em relação aos recursos externos, sempre manipulados.

Embora os coronéis, de uma forma genérica, fossem considerados um elemento histórico em todo o Nordeste, caracterizados como o dono de terras no Sertão que usava seu poder econômico para controlar a política, a verdade é que esses coronéis históricos eram também mediadores entre o poder local, no interior, e o poder instalado no governo estadual, que, por sua vez, fazia a ponte com o governo central (BURSZTYN, 1984; DOMINGOS, 2000).

Essa idéia de mediação merece ser ressaltada aqui, pois o surgimento de novos atores políticos e também de novos conflitos, vindos a reboque da modernidade, vai mudar esse quadro de forças políticas, e o velho coronel é substituído aos poucos por funcionários públicos, tecnocratas que passam a deter certo poder, que se baseia em um suposto saber que decide onde é empregado o recurso para o desenvolvimento. E o novo coronel é um administrador de conflitos gerados a partir dessa nova configuração de forças, que limita seu poder e exige um esforço político e intelectual muito maior para manter o poder.

Nesse ponto, o papel dos organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento começa a ser desenhado, e sua participação é cada vez maior em todo o país nos projetos políticos regionais e locais. Nesse primeiro momento, o recurso financeiro é o ponto mais importante, embora as novas regras e metodologias de planejamento e avaliação já comecem a mudar a forma de se relacionar dos beneficiários com os seus beneficiadores. Esse novo modo de organização é importado para o país pelos técnicos dos organismos e incorporado paulatinamente aos diversos níveis da burocracia estatal, que se transmuta, vestida de modernidade.

Em 1974, por exemplo, foi criado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste)³, sob os auspícios do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financiaram vários de seus projetos integrados, baseados numa estratégia de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI)⁴. O

³ Sobre o Polonordeste, ver: Bursztyn (1984) e Nottingham (1989).

⁴ Sobre DRI, ver: Weitz (1978 e 1979) e Leite (1983).

Polonordeste visava integrar à economia de mercado, cerca de 2,1 milhões de pequenos agricultores do Nordeste, através da promoção de uma agricultura eficaz, melhoria dos níveis de renda das populações, ampliação das oportunidades de emprego no meio rural. Essa integração pressupõe maior intensidade das trocas de produtos, de informações e de mão-de-obra através da estruturação interna dos diferentes pólos de desenvolvimento e do estabelecimento de ligação entre essas unidades polarizadas e seu meio circunvizinho. Embora alguns projetos isolados do programa tenham obtido relativo êxito, o ideal de integração total não foi alcançado. A grande falha desses programas foi não considerar devidamente a realidade das comunidades a serem beneficiadas, importando modelos supostamente perfeitos, mas que sem a devida integração e adaptação ao meio local, mostraram-se ineficazes e até contraproducentes (MAGALHÃES; BEZERRA, 1991).

O próprio Banco Mundial, por meio de avaliações contratadas, já fez uma autocrítica destes erros. Os técnicos dos organismos internacionais partiam do pressuposto de que todos os políticos eram corruptos, não confiáveis e os critérios de planejamento e alocação de recursos deveriam ser eminentemente técnicos, ou seja, seguir os ditames dos cálculos de rentabilidade financeira. Este critério descartava elementos da organização local ainda de difícil apreensão para os técnicos. Os políticos locais poderiam até ser corruptos, mas ainda era neles que a população confiava, ou a que obedecia. Um trabalho de conscientização para a participação ainda era necessário, e os resultados seriam lentos e nunca homogêneos. Mas esses organismos ainda teriam muito tempo para conhecer e reconhecer essa realidade (TENDLER, 1982, 1991).

Em pleno “Milagre Econômico”, no auge do Regime Militar, César Cals inaugurava o “Cesismo” no Ceará, que trazia a reboque o “Virgilismo” e o “Adaustismo”. Os três coronéis dominavam a cena política no Estado e passaram a dividir o poder em três partes. Sem oposição no Estado, os três poderosos se vigiavam, numa relação tensa, entremeada por acordos e cismas, ciúmes e conchavos, mas sempre coesa no intuito de manter o poder.

César Cals é o melhor exemplo dessa relação tumultuada. Ao assumir, quis fazer um governo próprio, rompeu com Virgílio e passou a investir em um projeto individual. Montou um grande aparato publicitário e conseguiu até que a imprensa paulista o elegesse, em 1972, o melhor governador do

país. O seu governo tinha como *slogan* “O Governo da Confiança” (FARIAS, 1997). Um estilo que se antecipa, usando o *marketing* político que hoje é peça obrigatória de qualquer governo.

Dentre as obras do engenheiro Cals frente ao governo, destaca-se a construção da rodoviária e do centro de convenções em Fortaleza. Obras necessárias, mas que serviram muito mais como promoção individual do que para melhorar as condições da população, especialmente a do Sertão, cada vez mais sem assistência (ARAGÃO, 1985).

A sua Mensagem para a Assembléia, em 1974, o último ano do seu mandato, destaca o uso do discurso moderno, que exaltava teorias econômicas e o uso do planejamento para o alcance do crescimento auto-sustentado. Repetia também os argumentos do governo militar sobre a formação de poupança, ou seja, fazer “o bolo crescer para depois dividir”, bem ao estilo Delfim Neto (CEARÁ, 1974).

É importante ressaltar que, no mesmo documento, diferente dos dois governos anteriores, ele faz uma opção explícita pelo setor agropecuário, colocando-o como carro-chefe do desenvolvimento do Estado, afirmando que não se poderia alcançar o verdadeiro desenvolvimento sem esse estágio. Ou seja, aceitava a importância da industrialização, mas defendia que primeiro se deveria fortalecer o setor agrícola. Nesse ponto ele ia de encontro aos ditames da época, mas era coerente com teóricos que defendiam que a economia cresce por estágios. Assim escreveu o governador:

Após observações e estudos, sou dos que acreditam que numa sociedade com as características de nosso Estado e do Nordeste, somente a celebração inicial do Setor Agrícola é capaz de gerar empregos, renda e poupança, indispensáveis à conquista de um novo estágio, a partir do qual seja possível a industrialização em bases sólidas e o florescimento das demais atividades do terciário. (CEARÁ, 1974, p. II).

Não se pode afirmar que, caso tivesse seguido a risca esses pensamentos, o Estado teria realmente alcançado de forma sustentável o desenvolvimento. O fato é que a liderança de Cals, imposta pelos militares, nunca alcançou legitimidade suficiente para lhe permitir implantar um projeto diferente daquele começado por Virgílio, que estava de acordo com políticas mais amplas de âmbito nacional. Virgílio, embora também indicado pelos militares e também seu aliado demonstrava uma força política cada vez

maior. Nas eleições de 1974, comandou uma grande vitória de seu grupo, enquanto a inabilidade política de Cals limitava o seu grupo à eleição de apenas um deputado federal, seu filho César Neto, o que desagradou inclusive seus aliados de então (CARVALHO, 2002).

Assim, não obstante as manobras para se autovalorizar, que antecipam o uso do *marketing* político, Cals parece ter sido o mais medíocre dos coronéis, em termos de força política, nunca tendo vencido uma eleição direta. A divisão que ele causou, aliada ao fato de que o “Milagre” estava acabando, fez com que, nas eleições de 1974, a Arena (partido da situação no bipartidarismo do regime militar) perdesse uma vaga de senador no Ceará, pois seu indicado não foi apoiado pelos outros coronéis. Nesse mesmo pleito foi eleito mais um coronel para o governo do Estado: Adata Bezerra.

3.4 – O Primeiro Coronel Industrial e Banqueiro e a Nova Política Central Para a Seca

Adata Bezerra é do Sul do Estado e tinha ali seu reduto político. Sua família estava ligada ao algodão, tanto na produção quanto no beneficiamento. Com uma visão política e econômica aguçada, parte da fortuna da família foi diversificada antes da queda maior do algodão⁵, sendo transferida para os setores industrial e financeiro. O Banco Industrial do Ceará (BIC) ainda hoje está forte na sua fatia de mercado, assim como a Têxtil Bezerra de Menezes. Mais uma vez, os modernos coronéis inovam e antecipam o movimento político que notabilizaria Tasso Jereissati. Adata é o coronel empresário, mas ainda com um pé no Sertão.

Adata continua as práticas clientelistas e também o projeto de industrialização, apoiando inclusive o fortalecimento de ações voltadas para a criação de órgãos de ciência e tecnologia no governo, como a Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec). Ao mesmo tempo, se volta mais para o interior, levando a energia a várias partes do meio rural e construindo estradas. Contudo, ficou mais conhecido pela implantação do Interceptor Oceânico, que levaria o esgoto de Fortaleza para o meio do mar e seria a “Obra do Século”. E poderia até ter sido, em termos de gastos e

⁵ O algodão foi um dos principais produtos do Ceará e a sua queda se deu por uma praga de bicudos que afetou a produção em todo Estado. Também a falta de organização dos produtores e a falta de políticas públicas específicas contribuíram para a crise produtiva no setor.

corrupção. Depois de somas extraordinárias e muita propaganda, o saneamento de Fortaleza continuou péssimo (ARAGÃO, 1985).

Em termos políticos, Adauto inovou com a criação da Secretaria de Assuntos Municipais, entregue a seu irmão gêmeo, Humberto Bezerra. Na verdade era um instrumento de controle efficientíssimo sobre os prefeitos e sobre o legislativo das cidades do interior. A Secretaria se ocupava diretamente da resolução de conflitos e da divisão de recursos para obras e investimentos, excluindo os deputados e subordinando todas as decisões diretamente ao poder executivo do Estado. O poder de Adauto com essa manobra foi fortalecido e nas eleições municipais de 1976 a Arena fez 95% dos prefeitos.

Esse expediente de Adauto foi patente na seca de 1976, quando o governo federal continuou com a mesma política de transferência de verbas para os Estados, que os gerenciavam de acordo com critérios políticos claramente clientelistas.

Assim, as ações implementadas pelo Estado foram idênticas às da seca de 1970, ou seja, liberação de verbas e escalonamento das dívidas dos Estados atingidos, além da abertura de frentes de trabalho. Por essa época, a preocupação com o êxodo rural passou a ser mais evidenciada, pois, com essa seca, milhares de sertanejos migraram em busca de melhores condições de sobrevivência. Começava aí o embrião de uma nova metodologia para as políticas públicas relativas à seca, no que diz respeito às frentes de trabalho. Antes os agricultores alistados eram deslocados para onde se julgasse necessária uma obra emergencial. A partir do grande movimento migratório notado devido à seca de 1976, passou-se a questionar esse tipo de ação, colocando-se que os agricultores deveriam ser alistados e aproveitados em seu próprio local de morada, de modo a incentivar sua permanência ao lado da família (MAGALHÃES; BEZERRA, 1991).

Um dos projetos do Polonordeste muito enfatizado na época foi o Projeto Sertanejo⁶, pois se esperava que com ele fossem criados mecanismos e encontradas novas formas de o meio rural nordestino conviver naturalmente com a seca, produzindo normalmente, mesmo nos períodos de estiagem. Com o Projeto Sertanejo, objetivava-se o fortalecimento das unidades de produção agropecuária,

⁶ Sobre o Projeto Sertanejo, ver: Brasil (1976b).

sobretudo as pequenas e médias do semi-árido nordestino (860 mil km²), tornando-as mais resistentes aos efeitos da seca (MAGALHÃES; BEZERRA, 1991).

Os outros dois coronéis estavam paralisados e praticamente tinham que se submeter ao comando de Adatauto. Essa situação perdurou até 1977, quando um escândalo quase pôs fim à sua carreira. Um vigia de uma das fábricas dos Bezerra fora morto por policiais e tudo levava a crer que os irmãos eram os mandantes. O fato teve repercussão nacional e obrigou Adatauto a renunciar ao cargo, deixando o vice, Waldemar Alcântara, um virgilista, terminar o mandato (FARIAS, 1997).

Depois do episódio, Adatauto se elegeu deputado federal, mas seu prestígio foi muito abalado, o que fortaleceu Virgílio e César Cals. Nas eleições de 1978, Virgílio, que era então senador, conseguiu não só ser indicado para governador, como elegeu o senador pela Arena, que também elegeu a maior parte dos deputados estaduais e federais, mantendo a hegemonia no poder legislativo. Vale lembrar que o senador eleito foi derrotado na capital, Fortaleza, o que já era o primeiro sinal de um movimento que se fortalece ao longo dos anos e continua até hoje: Fortaleza é oposição⁷.

3.5 – O Segundo Mandato de Virgílio: Solidificação do Estado Promotor da Modernidade, Parceria com o Banco Mundial e a Seca na Mídia

Ao assumir o segundo mandato, Virgílio instituiu o Plano de Metas do Governo – Plameg II e continuou com ações modernizadoras, reativando o Distrito Industrial de Fortaleza, dinamizando o turismo e ampliando o

⁷ E nesse momento da história do Brasil, Fortaleza faz repercutir os movimentos contra a ditadura que ficavam mais fortes em São Paulo, com os sindicalistas. Em 1979 uma greve vitoriosa de motoristas e trocadores de ônibus paralisou a cidade e fez renascer o movimento sindical que surgira nas primeiras décadas do século XX no Ceará, e que fora paralisado em 1964. Nessa época também a periferia começou a se organizar, surgindo entidades organizadas, como a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, fundada em 1982, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Também a Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Caritas e do movimento de defesa dos favelados apoiou esses movimentos. (FARIAS, 1997). Esses movimentos tiveram uma grande vitória com a eleição, em 1978, de Maria Luiza Fontenele, ainda no MDB, para deputada estadual. Em 1984 ela seria eleita prefeita de Fortaleza, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em um momento marcante e emocionante na história da capital. Ao som da música "Maria, Maria", de Milton Nascimento as ruas de Fortaleza se encheram de uma esperança renovadora. Infelizmente o partido foi isolado e, em uma época de centralismo de recurso, Maria não conseguiu administrar a cidade e quando foi substituída por Ciro Gomes, este capitalizou enormemente a reversão do quadro caótico deixado por Maria. Dois anos depois ele se tornaria governador do Estado, dando continuidade à "era Tasso".

abastecimento de água na capital. (ARAGÃO, 1985). Do ponto de vista administrativo, contudo, deixou o Estado bastante comprometido devido ao exagero no uso das práticas clientelistas, fazendo inúmeras nomeações que iriam comprometer as próximas administrações.

O Plameg II tinha como premissa central “desenvolvimento com promoção social”, o que, segundo Farias (1997), significava a irrigação em propriedades privadas, referindo-se ao Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe (Promovale), e a implementação de obras assistencialistas comandadas por sua esposa, Luíza Távora, chamada de “mãe dos pobres”.

O Promovale foi uma insurgência de Virgílio contra os técnicos do Banco Mundial. Ele queria que o Banco financiasse a irrigação fluvial privada de um vale, no que não foi atendido. Conseguiu dinheiro em Brasília e realizou a obra. Ao avaliar os projetos financiados pelo Banco Mundial, Tendler (1991) indica que, não obstante as práticas clientelistas, este foi o projeto que obteve mais sucesso em relação aos outros três financiados pelo Banco no Ceará na mesma época. A pesquisadora indica como falha dos projetos do Banco, a pouca flexibilidade e o não-entendimento das realidades locais.

No período desse mandato (1979 a 1982), ocorreram diversos fatos que devem ser recordados aqui, pois indicam a definitiva ruptura do poder dos três coronéis. Além da insurgência dos movimentos organizados pelos moradores da periferia de Fortaleza e da Igreja, os movimentos nacionais contra a ditadura se reproduziam no Ceará, agitando a política e anunciando a inevitável mudança. Movimentos culturais e jornalísticos independentes questionavam não só a ditadura militar no Brasil, mas o continuísmo dos coronéis no Ceará.

Alia-se a tudo isso o fato de que uma das piores secas do século XX ocorreu justamente entre 1979 e 1983. Foi um longo período de estiagem que resultou em graves conseqüências para todo o Estado. A divulgação nacional do flagelo levou à comoção, fazendo surgir um grande filão para a imprensa: a seca dá ibope.

A onda de solidariedade deflagrada não foi suficiente para impedir outra onda, a de saques, que se reproduziu em todo o Estado, lembrando tempos terríveis de privação e miséria no Sertão. A migração em massa para Fortaleza produziu a multiplicação de favelas e de problemas de uma urbanização não planejada. Alia-se a esse quadro já calamitoso, a repetição das

velhas práticas clientelistas que faziam milhões desaparecerem na mão dos políticos de plantão (FARIAS, 1997).

Por fim, um ponto não pode deixar de ser ressaltado nesse período. Em 1978, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) passa o Centro Industrial do Ceará (CIC) para a mão de um grupo de jovens, na maioria filhos de empresários que, com idéias inovadoras, passam a influenciar cada vez mais na vida política do Estado. Virgílio governa com o apoio dos industriais. Ele consegue que se instale no Ceará o II Pólo Industrial do Nordeste e dá diversos incentivos e vantagens aos industriais, até mesmo garantindo o capital.

Em 1982, começam as articulações para as eleições que seriam diretas para governador. Imperou a discórdia entre os coronéis, agora todos no Partido Democrático Social (PDS)⁸, depois da instituição do pluripartidarismo em 1980. Para resolver a disputa, Virgílio, Adauto e César assinaram em Brasília o chamado “Acordo dos Coronéis”, que designava como candidato Gonzaga Mota, até então secretário de planejamento de Virgílio. O acordo previa também que os cargos do governo seriam divididos igualmente entre os três coronéis. Gonzaga não seria obstáculo, pois era considerado neutro e cordato, um “totó”⁹, como o povo o chamaria depois. A máquina estatal foi usada ao extremo para garantir a eleição. Mais de 16.000 funcionários foram contratados, além de compra de votos e outras práticas do gênero. (FARIAS, 1997).

3.6 – O Fim dos Coronéis Rurais Modernizados e a Ascensão dos Coronéis Urbanos Modernos

Ao assumir o cargo, em 1983, Gonzaga Mota seguiu de início os termos do acordo de Brasília, não tendo qualquer participação nas decisões. O que os coronéis não esperavam é que o “Totó” se revoltasse e virasse a mesa, insurgindo-se contra os coronéis e preparando o terreno para a mudança que viria com a eleição do grupo liderado pelos empresários, fortalecidos por Virgílio.

⁸ Sobre a reforma partidária que instituiu o pluripartidarismo, ver Bursztyn (1990).

⁹ O apelido de “Totó”, pelo qual Gonzaga Mota se notabilizou no Ceará, era um apelido de infância, mas a população relacionou o nome com a sua suposta subordinação aos coronéis.

Ele resolveu criar o “Gonzaguismo” e rompeu com Virgílio e César Cals, deixando no governo apenas o grupo de Adauto, seu vice. Animado, resolveu romper também com o governo federal, aderindo ao Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB). Mas, com isso, ele fechou o canal dos recursos e se viu as voltas com um Estado falido, cheio de dívidas e com a máquina paralisada. Para piorar, ele usou ao máximo o nepotismo e o fisiologismo, para poder manter os compromissos políticos que firmara. Perdeu a noção dos gastos públicos enquanto ainda estava embevecido com a própria audácia (ARAGÃO, 1985).

A postura de Gonzaga Mota, independente do desastre administrativo e da reprodução das práticas dos coronéis, ganhou feições de rebelião e virou notícia em todo o país. Desfrutando desse prestígio, Mota apoiou Tancredo Neves para presidente e Tasso para governador.

O Estado falido, as greves, e o discurso fácil de que tudo era herança dos coronéis facilitou a eleição de Tasso para governador. Além disso, ele vinha embalado pelos resultados do Plano Cruzado, que levou o PMDB a eleger 21 dos 22 governadores em todo o Brasil. Assim, em 1986, chegava ao poder a “nova” e crescente burguesia industrial do Ceará. Estava instalada a “oligarquia dos empresários”.

3.7 – O Sertão no Processo de Modernização no Ceará

Durante o período dos governos dos coronéis, ocorreram as grandes mudanças no Ceará. Mudanças que prepararam o terreno para o governo de Tasso, que só as continuou e deu notícia destas. Esse processo em sua totalidade resultou em uma mudança do eixo socioeconômico e político do Estado, deslocando a base do poder político do Sertão para a cidade. Contudo, o Sertão não deixou de fazer parte desse processo. Durante os governos dos coronéis, o Sertão viveu entre o esquecimento paulatino e a lembrança esporádica, sem uma definição do grau de importância da sua participação no jogo do poder político. As lideranças oscilavam entre se jogar aos ditames que a modernização da hora preconizava ou conservar suas raízes que, cada vez, mais eram consideradas superadas. O governo que se auto-intitula moderno e das mudanças é que vai definir a posição do Sertão, deixando claro que esse é um espaço do arcaico, do tradicional e só lhe resta mudar. Assim, ao ser excluído o Sertão encontra sua nova posição de total subordinação, o que leva a uma lenta e progressiva desmobilização de sua organização produtiva, social e cultural.

A modernização ocorrida entre as décadas de 1960 e 1980 no Ceará, fundada basicamente na industrialização do Estado, vinha a reboque das ações da Sudene. Esse movimento fortaleceu a classe empresarial em todo o Nordeste e no Ceará não foi diferente. Embora os empresários ainda participassem de forma marginal dos governos dos coronéis, eles já começavam a acumular as forças que mais adiante os levariam ao poder. Naquele primeiro momento, o empresariado ainda participava, como disse José Flávio Lima¹⁰, de forma bissexta, limitando-se a apoiar determinados candidatos em cada eleição.

O apoio dado pelos empresários era normalmente financeiro. Esperavam em troca benefícios fiscais, creditícios e outros da mesma linha clientelista, comum entre os produtores do interior do Estado. Nesse sentido, o grupo da CIC, ao assumir o governo do Estado em 1986, vai contrariar os interesses não só dos aliados dos velhos coronéis, mas também desse empresariado que se assenta nas velhas práticas políticas, muitos oriundos mesmo das famílias tradicionais do meio rural¹¹.

Outro ponto fundamental para entender esse processo de modernização é a atuação cada vez mais forte dos organismos internacionais de fomento para o desenvolvimento. As novas formas de planejar e organizar os projetos foram sendo incorporadas e aperfeiçoadas ao longo do tempo e encontraram campo fértil no ambiente de modernização conservadora dos coronéis, que, mesmo em conflito com as ações que visavam conter a corrupção e o uso eleitoreiro dos projetos, conseguiam ainda tirar vantagens desses novos atores na arena local. Embora os técnicos tenham se fortalecido diante das novas metodologias, os velhos coronéis ainda conseguiram por algum tempo dominar a cena política, cooptando também esse contingente para suas fileiras. Para os organismos internacionais, foi uma experiência de aprendizagem que resultou em uma parceria profícua com o novo governo dos empresários.

¹⁰ José Flávio Leite Costa Lima foi presidente da FIEC no biênio 1977-1978. Foi ele que passou o comando da CIC para o grupo dos jovens empresários, comandados por Beni Veras e tendo dentre eles Tasso Jereissati. Depoimento dado a Francisco Moreira Ribeiro, para o livro *Cenários de uma política contemporânea* (MATOS; ALCÂNTARA; DUMMAR, 1999).

¹¹ Essa afirmação é de Beni Veras também em entrevista para o livro já citado (MATOS; ALCÂNTARA; DUMMAR, 1999).

Assim, os coronéis foram derrotados por uma situação criada por eles mesmos, à medida que suas ações para promover a modernização da economia cearense tiveram como principal consequência o enfraquecimento de suas bases eleitorais no interior do Estado. Nem os projetos do governo federal em conjunto com organismos internacionais de fomento foram capazes de conter esse movimento de saída do campo e urbanização crescente. Até porque esses projetos deixaram de atacar as verdadeiras fontes da miséria no campo: a estrutura agrária, o clientelismo e falta de organização dos sertanejos, o que enfraquecia sua capacidade de se contrapor aos desmandos das políticas. Nesse sentido, o sertanejo deixa de participar das ações que podem garantir seu acesso à água, à tecnologia, ao crédito e mesmo aos recursos dos referidos projetos, na maioria das vezes desviados para grupos locais que detêm o poder e conseguem mantê-lo adaptando-se às diferentes modalidades de políticas públicas. Ou seja, tudo, em última instância, ainda era controlado pelos políticos locais, com o apoio dos governadores, que usavam essa situação para manter sua influência no espaço do Sertão.

Por outro lado, à medida que a população do Estado se urbaniza, como consequência do deslocamento paulatino do centro do poder, tem acesso às novas informações e se organiza minimamente, passa a reivindicar cada vez mais uma nova postura de seus governantes, de maior cuidado com a coisa pública, de maior transparência e seriedade. Cada vez mais os desmandos, o clientelismo e o nepotismo são revelados e condenados, desarticulando e descredenciando o grupo que estava no poder, ao mesmo tempo em que legitimava um novo grupo, com um novo discurso, adequado ao momento histórico de mudança em todo o país. Era o momento da abertura política e a “cara” do governo tinha que mudar. E a eleição de Tasso passou a ser vendida como um marco da mudança radical do Estado, que entrava enfim na era da modernidade.

Essa modernidade foi construída pelos coronéis e a mudança que Tasso trouxe foi a transferência definitiva do poder para o espaço urbano. Isso significa a exclusão do Sertão e o início da drenagem de seus recursos para fortalecer cada vez mais um projeto que é antes de tudo urbano-industrial e que preconiza uma nova forma de organização produtiva e social, na qual o Sertão dificilmente se inserirá, a não ser de forma marginal, como o repositório de desnecessários ou criatório de um duvidoso “exército de reserva” de trabalhadores, que só pensam em dali sair em busca do

velho sonho da cidade grande. Prova disso é o investimento massivo em obras de infra-estrutura urbana e o incentivo à industrialização e ao turismo, além do Canal do Trabalhador, construído pelo então governador Ciro Gomes para levar água para Fortaleza, em 1993, que é a cara urbana da indústria da seca.

E no que diz respeito aos recursos naturais, a situação é semelhante à do próprio sertanejo. O Sertão passa a ser também o fornecedor dos recursos, quando necessários, para garantir o projeto de modernização do governo. A idéia da água como bem econômico passa cada vez mais a ser incorporada ao discurso político e as ações para efetivar essa nova posição começam a ser tomadas já no primeiro governo de Tasso. Contudo, todo o arcabouço legal e institucional que garante a transferência da água para as cidades e para atividades que gerem renda vai ser concebido e instalado a partir do governo Ciro Gomes, e fortalecido nos dois outros governos de Tasso. Nesse sentido, um novo elemento começa a surgir no discurso político no Ceará. A modernidade vai fazer par com a sustentabilidade, que toma maior impulso a partir da década de 1990.

É desse modo que a etapa mais recente da história do Ceará e do seu Sertão aporta no conceito de desenvolvimento sustentável. Mais uma vez, a seca permite uma adequação do discurso político, que pode continuar, mudando para não mudar, perpetuando as relações de poder e acomodando a política aos preceitos exigidos agora pela comunidade internacional. É justamente a escassez relativa de água que vai ofertar o mote para o novo discurso, e a nova política de gestão de águas no Ceará passa a ser a vitrine que garante que o Estado conduz seu processo de modernização de forma coerente aos preceitos que definem o desenvolvimento sustentável. Essa nova etapa da história do Ceará é analisada nos próximos Capítulos.

Capítulo 4

ENTRA EM CENA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Que o homem, voltado para si próprio,
considere o que ele é diante do que existe;
que se encare como um ser extraviado neste pequeno setor da natureza,
e que da pequena cela onde se acha preso, do universo,
aprenda a avaliar em seu valor exato a terra,
os reinos, as cidades e ele próprio.*

Blaise Pascal.

(O homem perante a natureza)

Para a devida compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável e para a posterior análise do seu uso político, é feito neste Capítulo um resgate do seu surgimento a partir basicamente das idéias de Celso Furtado, Enrique Leff e Ignacy Sachs. São ressaltados os pontos essenciais que compõem o conceito e que se relacionam diretamente com o estudo das possibilidades de desenvolvimento local para comunidades carentes como as comumente encontradas no Sertão do Ceará. Após a adequada apropriação deste conceito é possível avaliar como ele tem sido utilizado no Ceará.

4.1 – Reflexões Sobre o Desenvolvimento

O significado do desenvolvimento é uma questão polêmica, com diversas definições, invariavelmente ligadas ao crescimento econômico e aos territórios. Uma das abordagens mais comuns vê a dicotomia crescimento *versus* desenvolvimento nos seguintes termos: o crescimento ocorre em termos eminentemente econômicos, detectado pelo aumento da quantida-

de produzida em um certo período de tempo, em um dado espaço territorial; enquanto o desenvolvimento se manifestaria pela distribuição eqüitativa dos resultados do crescimento para a população (FURTADO, 1974b).

A história recente revela várias tentativas da ciência em reformular o conceito de desenvolvimento em busca de uma definição que enseje ações eficazes no alcance do bem-estar social. Contudo, a humanidade mergulha hoje cada vez mais profundamente em uma crise sem precedentes, que envolve aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos. Na segunda metade do século XX, o homem alcançou patamares nunca antes imaginados de evolução científica e tecnológica e, ao mesmo tempo, produziu níveis nunca antes registrados de miséria e de degradação ambiental (BUARQUE, 1994).

A capacidade do homem de se perceber diante das mudanças não foi suficiente para que produzisse mecanismos compensatórios que garantissem que a vida na terra seria digna para todos e não apenas para alguns que conseguissem acumular com mais eficiência as riquezas e os resultados da evolução. Ou seja, o modelo de exploração inaugurado quando o homem começou a vida sedentária e a produção de excedentes ainda se reproduz na atualidade, só que agora com mecanismos mais sofisticados de dominação e exclusão.

No atual modelo de desenvolvimento globalizado o homem é apenas mais um elemento, assim como também é a natureza, que deve ser preservado, úteis que são para a definição e reprodução de um modelo de exploração que se sustenta há séculos, desde que o homem passou a se julgar acima da natureza, desde que achou que a dominava e ela estava a seu dispor. Nessa lógica, ele incluiu também a dominância de seus semelhantes, achando-se também acima deles e, assim, perdendo aos poucos a noção do que é ser humano.

Com o fim do feudalismo e com o cercamento dos campos, já no surgimento do capitalismo, a ocupação urbana se intensificou e com ela surge uma série de novos problemas, gerados pela concentração populacional e pelas novas atividades produtivas. O advento da Revolução Industrial vem consolidar esse quadro. No início da industrialização, são importadas técnicas organizacionais dos exércitos para as fábricas. Com as duas Grandes Guerras, no século XX, isso se inverte. E mais: a ciência passa a dar subsídios tecnológicos para fins militares. Bartholo Júnior (1986, p.

121) verbaliza bem esse movimento: “As sociedades industriais modernas apresentam uma notável possibilidade de traduzir seus meios de produção em meios de destruição e vice-versa.”

O grande salto dado com a automação proporcionou uma nova revolução para a produção, o que levou a humanidade a acreditar que estava próxima à realização de uma utopia: libertar o homem do trabalho e permitir que vivesse aproveitando o resultado da sua evolução. Contudo, o que se vê não é a libertação pelo consumo, e sim a exclusão da maioria, que apenas arca com as conseqüências maléficas desse consumo desenfreado que, como previa Marx, revisto por Arendt, parece ter-se tornado o novo senhor da espécie humana.

O risco de que a emancipação do labor na era moderna não só deixe de trazer nova era de liberdade para todos, mas, ao contrário, submeta à necessidade, pela primeira vez, toda a raça humana, já havia sido percebido claramente por Marx quando ele insistiu em que o objetivo da revolução não podia ser a emancipação das classes trabalhadoras, já alcançada, mas sim a emancipação do homem em relação ao trabalho. À primeira vista, este objetivo parece utópico – o único elemento utópico dos ensinamentos de Marx. A emancipação do trabalho, nos termos do próprio Marx, equivale à emancipação da necessidade, o que significaria, em última análise, à emancipação do consumo, isto é, *ao metabolismo com a natureza que é a própria condição da vida humana* (ARENDT, 1997, p. 143).

Os pontos rapidamente levantados aqui refletem as principais motivações que levaram a uma ampla discussão sobre o futuro da Terra e da humanidade, que se intensificou nas últimas décadas do século XX. As reflexões, constatações e preocupações dos cientistas, políticos e ambientalistas envolvidos encontraram a melhor tradução no termo desenvolvimento sustentável.

Apesar de muitas discussões que datam da década de 1950, o conceito de desenvolvimento sustentável foi lançado em 1987, pela World Commission on Environment and Development (BRUNTLAND, 1987). A gestão ambiental, a conscientização da sociedade para o seu papel como agente de transformação da realidade, bem como o fortalecimento da participação de cada um na tomada de decisão são os pontos que constituem a proposta de mudança inerente ao conceito, que teria como conseqüência, caso posto em prática, a busca de um crescimento econômico eficiente

e racional, por meio de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, sem tirar das gerações futuras o direito de também terem as suas necessidades supridas.

Mesmo suscitando controvérsias quanto à sua ambigüidade e abrangência, que poderiam dar margem às mais variadas interpretações, a idéia de se conquistar o desenvolvimento sustentável foi posta em prática e vem sendo repetida como um verdadeiro dogma por inúmeros programas e projetos que visam melhorar as condições de vida de diversas populações pelo mundo afora.

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, o desenvolvimento sustentável chegou como um “novo dever de casa”, imposto pelos organismos internacionais de financiamento do desenvolvimento, e passou a constar primeiro como base obrigatória para os planos de governo, sendo depois incorporado por todas as instâncias da sociedade. Inúmeros desdobramentos deste fato podem ser observados em todo o território nacional. Esta pesquisa destaca as conseqüências da implementação desse conceito nos projetos que têm como beneficiários os habitantes das comunidades carentes do Sertão do Ceará. Não é possível entender a atual realidade dessas localidades sem percorrer o caminho que levou até elas este conceito. E para isto é necessário compreender bem a própria construção política deste conceito, especialmente no Brasil.

A revisão da construção do conceito de desenvolvimento sustentável desemboca na formulação de parâmetros necessários para o alcance deste, o que promoveria o ataque direto à degradação ambiental e à pobreza, e garantiria a distribuição equânime dos resultados da evolução do homem, proporcionando uma qualidade de vida adequada para todos, sem distinção, e com respeito à diversidade cultural.

São revisitados aqui três autores consagrados, que discutiram o conceito ou os elementos constituintes do desenvolvimento sustentável. O primeiro é Celso Furtado, considerado um dos maiores economistas do Brasil. Seu livro de 1959, *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, 1998a), é uma referência obrigatória para quem quer entender a gênese do desenvolvimento no Brasil. Mais do que economista, Furtado foi um homem público e participou ativamente de momentos cruciais da vida política do país, influenciando decisivamente uma época e implantando no Brasil um novo conceito de desenvolvimento, mais ligado às regiões, que buscava distribuir melhor os resultados do progresso em todo o território nacional. Influenci-

ado pelas idéias da Cepal, Furtado discutiu diversos pontos polêmicos, que à época ainda não estavam em destaque, como a preservação dos recursos naturais e o papel da diversidade natural e cultural dos países chamados periféricos em relação ao desenvolvimento mundial.

Celso Furtado foi também responsável por ações políticas que mudaram o cenário do Nordeste nas décadas de 1950 e 1960 do século XX, quando criou a Sudene e promoveu um amplo programa de desenvolvimento regional, com ênfase para a industrialização. Essas contribuições de Furtado tiveram grande impacto sobre o Sertão. Neste item, é dado destaque apenas para suas idéias, pioneiras no Brasil, sobre elementos que hoje identificamos como atributos do desenvolvimento sustentável.

Depois de rever Furtado, são discutidas as idéias de Enrique Leff (2001), autor humanista que é químico de formação, porém apresenta análises amplas, que destacam fortemente os componentes ecológicos e sociais do conceito de desenvolvimento sustentável, o que inclui o ambiente natural e a ação histórica do homem. A revisão do próprio processo de produção é para ele uma das condições para o alcance do desenvolvimento sustentável. Para este ambientalista, que dirige a rede de Formação Ambiental para América Latina e o Caribe, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), desde 1986, tão importante quanto a preocupação com a degradação ambiental é a preocupação com a pobreza e a exclusão. E para se reverter esse quadro de crise um passo fundamental é o resgate do saber ambiental, promovido por um amplo diálogo de saberes, conjugando-se as tradições e o novo, numa hibridação cultural que permita se reformular a própria maneira de pensar e agir do ser humano.

Antes de o conceito de desenvolvimento sustentável virar moda, o termo ecodesenvolvimento foi bastante discutido na década de 1970 do século XX. Ignacy Sachs foi um dos autores que participaram desse momento histórico, ao reformular esse conceito e definir suas dimensões. Na verdade essa foi uma antecipação da formalização das intenções promovidas com a disseminação da idéia de sustentabilidade.

Sachs é outro economista que trilhou caminhos alternativos ao longo de sua vida e soube perceber que não se pode compreender o desenvolvimento da humanidade apenas sob o ponto de vista de uma ciência, ou promovendo apenas um fator como o responsável pela melhoria da qualidade de vida de uma população.

Com Sachs, a importância do espaço para o desenvolvimento é bem percebida. As peculiaridades econômicas, naturais, sociais e culturais de um lugar devem ser entendidas e respeitadas para o alcance de um real processo de desenvolvimento sustentável. Ou seja, não é possível promover o desenvolvimento de um local sem perceber atentamente suas características, conhecer sua história e respeitar sua organização social e idiossincrasias culturais.

As idéias destes estudiosos servem de reforço para o que é defendido ao longo de toda esta tese: o desenvolvimento do Sertão deve passar pelo sertanejo, sua história, seus valores, sua cultura, seu saber.

4.1.1 – Celso Furtado e o mito do desenvolvimento

Muito antes de os economistas em geral aceitarem a idéia de que as teorias acerca do desenvolvimento econômico não estavam surtindo o efeito esperado e não produziam nem o crescimento econômico, que seria a sua condição *sine qua non*, nem a distribuição adequada da renda e dos benefícios do avanço tecnológico, que seria sua consequência, alguns visionários da ciência já começavam a perceber os sinais evidentes da crise e a ouvir e refletir sobre as discussões acerca dos limites do crescimento econômico e das consequências inesperadas dos modelos de produção adotados pela modernidade.

No Brasil, Celso Furtado se antecipou às discussões sobre a “sustentabilidade” do processo de desenvolvimento no seu livro *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974. Lançado em pleno “Milagre Econômico” do Brasil, e no meio da crise internacional gerada pelo primeiro “choque do petróleo”, este texto tornou-se um marco para quem estuda o desenvolvimento no Brasil.

O “milagre” do Brasil consistia exatamente em continuar crescendo enquanto o mundo estava mergulhado em crise. E esse crescimento se deu com base em amplo endividamento externo e interno, com a expansão econômica capitaneada pelo próprio governo e seus investimentos em infraestrutura, o que proporcionava não só a base para a indústria pesada, como também gerava emprego e renda. Contudo, esse modelo foi abalado quando o cenário internacional mudou, após o primeiro choque do petróleo, promovido pelos países produtores de petróleo, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). O capital internacional, antes

abundante e barato (graças à expansão econômica pós-guerra), tornou-se escasso e caro e os juros internacionais (o preço do dinheiro) elevaram-se extraordinariamente, fazendo a dívida externa se multiplicar da noite para o dia. O Brasil, no entanto, ignorou o cenário internacional e continuou investindo no crescimento interno a todo custo, endividando-se ainda mais. Quando o mundo já estava razoavelmente adaptado às novas condições internacionais, o Brasil se deu conta da crise e mergulhou nela, sendo penosa a sua adaptação. É nesse cenário que Celso Furtado vai falar sobre desenvolvimento.

Para Furtado (1974a, p. 15): “... o mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas”, e “... os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social ...”. Uma primeira premissa que pode ser considerada um mito é que o desenvolvimento econômico pode ser universalizado pelo consumo, o que coaduna com o mito do progresso: economistas trabalham em função da confecção de esquemas complexos do processo de acumulação de capital que têm como fundamento (impulso dinâmico) o progresso tecnológico.

As conseqüências culturais da crença no mito do progresso (crescimento exponencial do estoque de capital) levaram ao surgimento de grandes metrópoles modernas que têm o ar irrespirável, uma alta taxa de criminalidade e baixa eficiência dos serviços públicos, que não conseguem atender à população sempre crescente. Estes sintomas surgem como um pesadelo no sonho do progresso linear. E as conseqüências ambientais se traduzem pelo “... impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados” (FURTADO, 1974a, p. 17). Nesse sentido, as elites demonstravam irritação com o relatório do Clube de Roma – *Limites ao crescimento*¹², lançado àquela época. Os governos de muitos países subdesenvolvidos (que depois passaram a ser chamados eufemisticamente “em desenvolvimento”) chegaram a afirmar que tudo não passava de um embuste, com o objetivo de frear o seu crescimento e a sua participação no comércio internacional.

Celso Furtado já demonstrava, então, a sua preocupação com problemas hoje exacerbados pela discussão ecológica e do conceito de desenvolvimento sustentável, ainda incipiente naquela época. Ele fala de um sistema

¹² Estudo coordenado por Denis Meadows, do Massachusetts Institute of Technology (MIT) – *The Limits to Growth*.

econômico planetário, da importância do papel das informações, e chama a atenção para a dependência crescente de recursos não-renováveis da economia dos Estados Unidos da América (EUA), produzidos fora do país. Isto foi apontado, na verdade, como a base da abertura dos EUA, refletindo um reforço de grandes empresas capazes de explorar os recursos naturais em escala planetária.

... a fronteira externa do sistema é ilimitada [...]. Como a política de defesa dos recursos não reproduzíveis, cabe aos governos e não às empresas que os exploram, e como as informações e a capacidade para apreciá-las estão principalmente com as empresas, o problema tende a ser perdido de vista (FURTADO, 1974a, p. 18).

Além de discutir sobre as questões colocadas pelo Relatório Meadows acerca do possível colapso do sistema econômico mundial, ele ressalta o caráter predatório do processo de civilização a partir da Revolução Industrial:

... em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico. O economista limita o seu campo de observação a processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico (FURTADO, 1974a, p. 19).

Ou seja, é ingenuidade pensar que o progresso tecnológico possa resolver os problemas ambientais causados pelo modelo de crescimento econômico predatório adotado, pois: “na medida em que se avança a acumulação de capital, maior é a interdependência entre o futuro e o passado. Conseqüentemente, aumenta a inércia do sistema e as correções de rumo tornam-se mais lentas ou exigem maior esforço” (FURTADO, 1974a, p. 20).

Assim, o mito do progresso é que o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, não pode ser universalizado. Não são discutidas as conseqüências de um crescimento exponencial do estoque de capital; pelo contrário, alimenta-se a ilusão de que todos podem alcançar impunemente o mesmo padrão de consumo dos países desenvolvidos; para tanto basta a submissão às regras do sistema produtivo hegemônico.

Hoje é clara a importância de países como o Brasil, chamados de periféricos à época desta análise de Furtado, pela sua base de recursos naturais e também pela mão-de-obra barata de que dispõe. Porém, esses “trunfos” não

foram usados estrategicamente nos anos 70 do século XX, nem o são nos dias atuais, perpetuando um estado de dependência secular. Segundo Furtado (1974a), há uma dificuldade de coordenação das economias periféricas no plano interno, devido à debilidade do Estado, o que permite a concentração da renda e o aumento da miséria das massas. Esta análise continua atual e a instabilidade leva ao crescente “controle internacional”. O colonialismo antigo é substituído pelo novíssimo.

Um espaço de autonomia dos países periféricos seria a defesa dos seus recursos naturais não-renováveis frente à “dependência” do centro, mediante uma articulação entre países, e a defesa do valor real do trabalho. Estabelecer prioridades em função de objetivos sociais coerentes e compatíveis com o esforço de acumulação seria a única forma de liberar a economia da tutela das grandes empresas e do capital internacional. Esta é uma análise que pode ajudar a compreender as dificuldades enfrentadas hoje internamente e no cenário internacional.

Furtado (1974a) toca ainda em outro ponto importante para análises do quadro atual de desenvolvimento. Ele afirma que o sistema capitalista tende a excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento e, nos países periféricos, dezenove pessoas em vinte: os excluídos são um fator de peso na evolução do sistema. Essa constatação só se agravou com o tempo e hoje a miséria atinge populações inteiras dos países em pior situação econômica. No Brasil, comunidades carentes do meio rural, especialmente no Sertão nordestino, comprovam a gravidade desta questão. Mesmo com todos os esforços promovidos em nome do desenvolvimento sustentável, regiões extensas são excluídas do progresso e continuam a exportar pessoas para os centros urbanos, onde passam a viver, por via de regra, em condições ainda piores, agravando seu estado de miséria.

Em resumo, as formas de consumo dos países centrais não são possíveis dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema, e só uma minoria é privilegiada. O custo, em termos de depredação do meio físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda a civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Por isso, a idéia de desenvolvimento econômico, tal como é vendido pelo sistema produtivo hoje hegemônico, é um simples mito. Essa análise foi comprovada pelo tempo e se mostra válida três décadas depois.

4.1.2 – Enrique Leff e o saber ambiental

As idéias já discutidas por Furtado, em 1974, acerca da necessidade de considerar a forma de apropriação da natureza pelo sistema econômico, foram-se fortalecendo e o componente ambiental, inserido no conceito de desenvolvimento sustentável sobressaiu-se no decorrer do reconhecimento dessa proposta. O ambientalismo foi o grande impulsionador desse movimento, alertando veementemente para os perigos que representam os modelos de produção que vêm comandando o progresso da civilização moderna. Essas preocupações, ao contrário do que alguns pensam, não se restringem à preservação da natureza somente, mas incluem e destacam a existência ameaçada do homem na Terra. Para Leff (2001, p. 15):

O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição potencial do processo de produção.

Leff (2001, p. 15) vem defendendo com veemência a revisão de teorias econômicas e sociais para que estas possam incorporar os princípios do saber ambiental.

O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso. [...] a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fun-

dados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana (LEFF, 2001, p. 17).

O discurso da sustentabilidade é apropriado e confundido com um simples processo de crescimento econômico sustentado, que não leva em conta a necessidade de o próprio sistema internalizar as condições ecológicas e sociais que deveriam ser priorizadas para o alcance real da sustentabilidade, o que de fato beneficiaria a todos, sem distinção.

A apropriação e vulgarização da noção de sustentabilidade pelo discurso oficial é sentida em todo o mundo e se reflete em diversas instâncias de poder, desde aquelas responsáveis por acordos internacionais sobre a biodiversidade até as que decidem que tipos de programas devem ser implementados nas comunidades rurais mais carentes do Sertão, passando pela elaboração das leis e a definição de prioridades acerca do uso dos recursos naturais, como a água, por exemplo.

A problemática ambiental surge nas últimas décadas do século XX como o sinal mais eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização. Diante da impossibilidade de assimilar as propostas de mudança que surgem de uma nova racionalidade (ambiental) para reconstruir as bases éticas e produtivas de um desenvolvimento alternativo, as políticas de desenvolvimento sustentável vão desativando, diluindo, deturpando o conceito de ambiente (LEFF, 2001, p. 22). (Grifo nosso).

Leff (2001) é enfático em sua crítica à forma de condução do processo de crescimento econômico mundial, especialmente às propostas neoliberais, que em grande parte respondem pela forma de organização mundial da produção e pela frágil condução das ações dos Estados. Mesmo com o enfraquecimento das propostas liberais na tônica do discurso oficial, constatamos que as preocupações de Leff (2001) encontram eco, principalmente pela forma de tratar com distância os problemas ambientais e sociais, já arraigada e incorporada no dia-a-dia de fazedores de política e de empresários.

A estratégia discursiva da globalização gera uma metástase do pensamento crítico, dissolvendo a contradição, a oposição e a *alteridade*, a *diferença* e a alternativa para oferecer-nos em seus excrementos retóricos uma revisão do mundo como expressão do capital (LEFF, 2001, p. 25). (Grifo nosso).

O sistema também produz uma maior necessidade de distinção do que de *diferenciação*, de *status* do que de *identidade* (LEFF, 2001, p. 127). (Grifo nosso).

Na diversidade cultural, a competição se dissolve em outra maneira de olhar a *alteridade* como complementaridade, co-operação, solidariedade e integralidade do múltiplo (LEFF, 2001, p.128). (Grifo nosso).

A conquista da alteridade, o respeito às diferenças e o fortalecimento de identidades culturais devem ser elementos essenciais a um processo legítimo de desenvolvimento sustentável. E este é também o cerne da questão para Leff (2001), que identifica esses elementos ao longo de sua obra e vai sintetizá-los quando propõe a formação do saber ambiental.

O processo para se alcançar a sustentabilidade envolve elementos complexos e passa pelos detentores do poder. Questões políticas e econômicas devem ser contrapostas a valores culturais e éticos, resgatando saberes perdidos e reformulando conceitos para, de fato, transformar o mundo para melhor. A racionalidade econômica deve dar espaço à racionalidade ambiental, que implicaria na formação de um novo saber e na integração interdisciplinar do conhecimento, o que possibilitaria a compreensão dos sistemas socioambientais em toda a sua complexidade.

O saber ambiental emerge do espaço de exclusão gerado pelo desenvolvimento das ciências, centradas em seus objetivos de conhecimento, e que produz o desconhecimento de processos complexos que escapam à explicação dessas disciplinas. Exemplo disso é o campo das externalidades no qual a economia situa os processos naturais e culturais, inclusive a inequitativa distribuição de renda e a desigualdade social gerada pela lógica do mercado e pela maximização de benefícios a curto prazo (LEFF, 2001, p. 146).

A emergência do saber ambiental como forma de transformação só pode ocorrer com o fortalecimento das instâncias locais de poder, especialmente com a participação real de cada um, de forma consciente e comprometida, por meio de uma mobilização social e de mudanças institucionais. O acesso à informação livre de preconceitos e de falsos sonhos e mitos consumistas é imprescindível para isto.

Leff (2001) ressalta um ponto fundamental: a gestão ambiental local parte do saber ambiental das comunidades. E esse saber se forma ao longo da história, a partir de formas de manejo sustentável dos recursos locais,

além das formulações simbólicas e das práticas sociais apreendidas pela troca de saberes entre gerações. Esses valores não podem ser perdidos sob pena de se perder a chance não só de valorizar adequadamente a biodiversidade, como também de redefinir o papel de cada um nesse processo, dando o devido valor para a diferença cultural.

Como ressalta Leff (2001), o poder hegemônico de um sistema econômico comanda hoje as decisões que afetam a todos e determinam os caminhos do desenvolvimento. Este sistema tem priorizado o ganho de poucos, que seriam mais capazes, em detrimento de uma parcela cada vez maior da população mundial que é excluída, por ser supostamente menos eficiente e incapaz de “vencer” a luta concorrencial com seus semelhantes pela “sobrevivência”. Ou seja, populações residentes em zonas de menor acesso à informação e à educação formal e tecnológica, estão excluídas dos benefícios do desenvolvimento, já que não estão capacitadas para competir. E deveria parecer normal que estas pessoas assim permanecessem. Quando muito, os “vencedores” podem tentar minimizar as consequências da exclusão em certos locais, sem, no entanto, produzirem condições de transformação verdadeira. Programas assistencialistas como os que proliferam no Sertão são um exemplo de como não se muda a realidade excludente e ainda se pode reforçá-la, mantendo toda uma população em condição de dependência perene de decisões e recursos externos, sem tirá-los efetivamente da condição de excluídos para o sistema.

Assim, uma mudança concreta nesse quadro passa pela valorização de novos conceitos como o saber ambiental e, basicamente, pela vontade política de incorporar novos valores e permitir que populações hoje excluídas se percebam como detentoras de poder, do poder de transformar suas próprias vidas a partir de seus saberes. Saberes estes que não precisam necessariamente seguir a racionalidade do sistema econômico, mas, sim, a racionalidade da vida.

4.1.3 – Ignacy Sachs e o ecodesenvolvimento

Toda a obra de Sachs reflete suas preocupações com o desenvolvimento e o papel do homem nesse processo, como protagonista ou como vítima. Logo esse economista percebeu a complexidade que envolve a vida humana na Terra, e as inúmeras interações entre a ação humana e a natureza. A sua formação de economista foi útil para que ele percebesse que o conceito

de desenvolvimento está ligado à esfera da ética e não da economia, pois ele "... visa a liberação da personalidade humana, de todos os homens e deveria apoiar-se, um dia, mais sobre o autocontrole das necessidades materiais pelo indivíduo, do que sobre um controle social do consumo". (SACHS, 1986b, p. 28).

A idéia de que a ética deve comandar as escolhas relativas ao desenvolvimento se torna mais forte quando são lembradas as conseqüências para a humanidade resultantes de cada empreendimento ligado à obtenção das condições para o desenvolvimento. Se as prioridades que comandam as decisões se restringem ao campo econômico, o que se vê é a agudização do processo de exclusão e não a melhoria da qualidade de vida em geral.

Um outro ponto ressaltado por Sachs é a importância do planejamento, mas um planejamento realista e realizador. Isto é, para Sachs o planejamento deve permitir o estudo sério e aprofundado das condições que envolvem um dado projeto que vise desenvolver um espaço em um certo tempo, ressaltando não só os trunfos possíveis, mas também todas as debilidades encontradas, permitindo, assim, a antecipação de falhas e não apenas prometendo um ótimo utópico. Além disso, um bom planejamento deve ser flexível, pois a realidade é dinâmica.

A idéia de planejamento casa perfeitamente com a idéia de fortalecer o local, a participação, o engajamento da população-alvo da tentativa de desenvolvimento. E este é um processo eminentemente político e que exige um tratamento interdisciplinar por parte dos planejadores. O planejamento do desenvolvimento deve também considerar a solidariedade entre gerações e com isso ter em mente as restrições ecológicas.

Já em 1986 Sachs discutia a importância de um novo ordenamento urbano no Brasil, o cuidado com as fontes energéticas, com o lixo e com o desemprego já crescente. Um novo estilo de vida surgia e já gerava sérias conseqüências para a natureza e para a sociedade e ele já alertava sobre as dificuldades que o país enfrentaria se não tomasse as rédeas da situação e promovesse um desenvolvimento mais voltado para as necessidades de seu povo e não para as imposições internacionais.

Esses pontos levantados inicialmente sobre o pensamento de Sachs mostram a essência do ecodesenvolvimento, termo criado por Maurice Strong¹³ e reelaborado por Sachs (1986a), em 1973, utilizado muito antes de o termo “desenvolvimento sustentável” virar moda.

Para Sachs (1994), ecodesenvolvimento significa um desenvolvimento socioeconômico equitativo e implica *escolher* um processo de desenvolvimento que seja sensível ao meio ambiente, colocando-o no lugar devido à sua importância, reconhecendo-o como base de qualquer sistema vital ou econômico. Suas dimensões são:

- Sustentabilidade social: viabiliza uma sociedade mais justa, que diminua as diferenças entre ricos e pobres, principalmente redistribuindo renda e bens;
- Sustentabilidade econômica: leva a uma alocação mais eficiente dos recursos, inclusive entre as nações e deve ser medida em termos macrossociais, e não apenas no âmbito das empresas;
- Sustentabilidade ecológica: para alcançá-la deve-se usar de forma criativa, mas responsável, o potencial de recursos da Terra; limitar o uso de recursos não-renováveis e aumentar o uso adequado de recursos renováveis; diminuir a poluição e aumentar a reciclagem; conscientizar para a limitação do consumo por países e indivíduos; aumentar as pesquisas para descobrir tecnologias limpas; normatizar, institucionalizar e instrumentar a proteção ao meio ambiente.
- Sustentabilidade espacial: conseguida através de um equilíbrio entre as zonas rurais e urbanas, distribuindo melhor por estas as atividades econômicas e humanas.
- Sustentabilidade cultural: promover o desenvolvimento local, levando-se em conta os saberes locais.

As cinco dimensões propostas por Sachs são complementares e inseparáveis; contudo, as duas últimas dimensões devem ser agora ressaltadas, pois estiveram à margem das demais ao longo do processo de divulga-

¹³ Maurice Strong foi o organizador das Conferências sobre desenvolvimento sustentável em Estocolmo e no Rio de Janeiro.

ção e implementação do conceito de sustentabilidade. Com o fortalecimento das dimensões espacial e cultural, o alcance desse ideal parece ficar mais próximo, especialmente para as comunidades mais carentes, sem as condições mínimas de inserção.

Os problemas relacionados com a pobreza e a degradação ambiental não serão solucionados no curto prazo e exigem um crescimento econômico mais consistente, o que sustentaria as estratégias de transição para o desenvolvimento (apresentadas mais adiante). Porém, esse crescimento não pode agravar as desigualdades já existentes e para tanto não pode se basear apenas nas regras do mercado. Nesse sentido, Sachs destaca alguns pontos como a exclusão social, sentida em todo o mundo e resultado do processo equivocado de crescimento baseado no livre mercado e a necessidade de criação de novos sistemas de contabilidade que levem em conta externalidades e fatores humanos não captados pelos mecanismos da economia de mercado.

Apesar das inúmeras discussões e dos debates sobre como se alcançaria o desenvolvimento sustentável, Sachs destaca alguns pontos consensuais, quais sejam:

- deter o consumo excessivo;
- percepção de que o sistema econômico depende do sistema ecológico (afinal, os recursos naturais são a base de qualquer processo produtivo), e que o “capital ‘natural’ e aquele ‘feito pelo homem’” são complementares;
- não se deve continuar acreditando que a tecnologia seja suficiente para resolver todos os problemas criados pelo homem.

Em suma, é preciso cuidar da raiz do problema e não de seus sintomas. Para se passar da teoria à ação, Sachs (1994) diz que “... o que se necessita é criatividade ecológica que subsidie uma forma de pensar de cunho desenvolvimentista”. E ele ressalta que são as populações locais as mais indicadas para empreender essa nova forma de pensar, pois essas populações normalmente agem de forma mais saudável do ponto de vista ambiental, e se forem removidos os obstáculos políticos e institucionais que as impedem de ter uma visão de longo prazo, elas poderão alcançar um nível de vida muito mais digno.

O modelo de crescimento adotado pelas economias que comandam o sistema econômico mundial tem gerado graves problemas como a exclusão social, desemprego, discriminação, violência, drogas, dentre outros. A resposta não é repetir então este modelo de crescimento em países como o Brasil, mas criar novas formas de organização e produção que levariam ao ecodesenvolvimento, com estratégias adequadas às especificidades de cada local. Segundo Sachs (1994), as premissas fundamentais para as estratégias de transição para o ecodesenvolvimento são as seguintes:

- Para que tenham sentido, as estratégias de transição deverão cobrir um período de várias décadas;
- Os países industrializados deverão assumir uma fatia mais do que proporcional dos custos de transição e do ajuste tecnológico;
- As estratégias de transição dependerão da ousadia das mudanças institucionais, da habilidade de se projetarem pacotes de políticas multidimensionais e da capacidade de se redirecionar o progresso tecnológico;
- As estratégias de transição devem, simultaneamente, modular a demanda através de mudanças nos estilos de vida, padrões de consumo e funções de produção, mediante a incorporação de técnicas ambientalmente adequadas e fazendo as escolhas locais corretas.

Posteriormente, a obra de Sachs passou a destacar o papel do pequeno empreendedor (SACHS, 2002) e a importância do meio rural para o alcance do desenvolvimento sustentável no Brasil (SACHS, 2001).

Segundo Sachs (2001), os problemas que continuam impossibilitando o desenvolvimento do país são tão simples que assustam. Por exemplo, apesar de possuir ainda hoje a mais extensa fronteira agrícola do mundo, o Brasil conseguiu:

- promover uma agricultura moderna de grãos nas frentes pioneiras do Oeste, que prescinde quase inteiramente de mão-de-obra;
- realizar uma colonização socialmente capenga e ambientalmente predatória na Amazônia;

- jogar milhões de refugiados do campo nas favelas, engrossando o exército de bóias-frias e deixando centenas de milhares de famílias sem terra e sem perspectiva de urbanização efetiva, que passa pelo acesso a moradias decentes (SACHS, 2001, p. 76).

Os graves problemas da urbanização desordenada já haviam sido previstos por Sachs anteriormente e agora se concretizam duramente. Mas como já dito, esses problemas podem ser de simples solução, desde que haja vontade política. Dentre as proposições atuais de Sachs, destacamos a que ressalta a importância da revalorização do meio rural, da agricultura familiar e dos valores locais. Este seria um caminho saudável não só para minimizar os problemas sociais e ambientais do Brasil, mas também uma forma de resgatar uma extensa dívida dos detentores do poder para com a sociedade em geral.

4.2 – O Desenvolvimento Sustentável Como um Conceito Universal

Quando se pretende alcançar um processo de desenvolvimento que seja considerado sustentável, pressupõem-se ações conjuntas que visem não apenas o aspecto econômico, mas também uma distribuição socialmente justa dos resultados do progresso científico e tecnológico, bem como um processo produtivo que respeite o meio ambiente. É ainda fundamental o respeito à diversidade cultural das sociedades-alvo do processo.

Em um primeiro momento de disseminação do conceito, a dimensão da proteção ambiental foi destacada. Por algum tempo, foi dada ênfase ao cuidado com o meio ambiente, muitas vezes até em detrimento do próprio homem.

Em 1992, uma das principais publicações do Banco Mundial foi dedicada ao tema desenvolvimento e meio ambiente e defendia que, sem uma proteção adequada do meio ambiente, o desenvolvimento é minado e, como em um círculo vicioso, sem desenvolvimento os recursos serão inadequados para as necessidades de investimento e, conseqüentemente, a proteção ambiental será falha (WORLD BANK, 1992).

O mesmo relatório dizia ainda que as próximas gerações dispõem de desafios e oportunidades sem precedentes e prevê que, entre 1990 e 2030, a população do mundo crescerá em 3 bilhões. Este incremento populacional fará com que seja necessário dobrar a produção de alimentos. O rendimen-

to industrial e o uso de energia serão provavelmente triplicados mundialmente e incrementados em cinco vezes nos países desenvolvidos. Este crescimento traz consigo o risco apavorante dos danos ao meio ambiente. Alternativamente ele pode trazer uma maior conscientização, o que levaria a uma melhor proteção do meio ambiente, limpando o ar e a água, e possibilitando ainda uma virtual eliminação da pobreza aguda. As escolhas políticas é que determinarão o caminho que a humanidade irá trilhar. Para que a mudança de atitude ocorra, são necessários dois tipos de políticas: aquelas que constroem elos positivos entre o desenvolvimento e o meio ambiente, e aquelas que eliminam, especialmente nos países em desenvolvimento, os elos negativos (WORLD BANK, 1992).

Aos poucos, os fazedores de políticas apreenderam as diversas dimensões necessárias ao alcance da sustentabilidade, além da dimensão ambiental, e incorporaram a preocupação com a crescente pobreza e exclusão e também a necessidade de respeitar a diversidade cultural de cada povo, como já discutido no início deste capítulo com base nas idéias de Furtado, Leff e Sachs.

A visão de que o processo de desenvolvimento deve ser amplo o suficiente para incorporar de forma definitiva essas novas variáveis vem sendo fortificada paulatinamente desde os anos 80 do século XX, mas tomou grande impulso a partir da aprovação da Agenda 21, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, mais conhecida como ECO-92. E o conceito desenvolvimento sustentável, mais difundido desde então, vem sendo utilizado para os mais diversos fins, não só científicos, mas também em discursos de cunho político e textos governamentais, que nem sempre resultam em ações efetivas de mudança.

A Agenda 21 é um documento referencial que determina as ações concernentes a diversos setores para se porem em prática as idéias de sustentabilidade. São definidas ali as dimensões sociais e econômicas, as medidas para a conservação e gerenciamento dos recursos naturais, as iniciativas para o fortalecimento do papel dos grupos principais e ainda os meios de implementação do desenvolvimento sustentável (CONFERÊNCIA..., 2001; BARBIERI, 1998).

A Cnumad foi um marco, assim como foi a Agenda 21, para a implementação em todo o mundo de novas práticas e do surgimento de

grupos comprometidos com o alcance do desenvolvimento sustentável. A adoção da Agenda 21 como base para a formulação de documentos locais foi um avanço para a formulação de novas políticas ambientais e sociais. (NOVAES, 2000; BEZERRA; FERNANDES, 2000). Outras reuniões mundiais para discutir os vários aspectos da crise ambiental e social continuam a acontecer e vários documentos técnicos e políticos são formulados a cada ano, na busca de garantir que esse conceito seja implementado na prática.

Nesse sentido, o papel do Estado na indução do desenvolvimento sustentável é fundamental, especialmente em espaços de exclusão com o Sertão. Assim, compreender como esse conceito vem sendo incorporado pelas políticas públicas é essencial, inclusive para as análises posteriores desta tese.

Segundo Goldblatt (1998), as políticas ambientais são motivadas tanto por interesses como por ideais. Esta premissa também é válida para as políticas sociais. Ambas formam a base para o alcance do desenvolvimento sustentável. Do ponto de vista ambiental, os interesses levam à compreensão dos danos ambientais e das conseqüências e ameaças à própria economia, com a diminuição de rendimentos e de empregos, e os direitos morais e ideais podem compreender o fato de os direitos do futuro prevalecerem sobre os das gerações atuais ou sobre o valor irredutível de todas as formas de vida (GOLDBLATT, 1998).

Mas, como é que a cultura e a moral podem regular ou controlar os sistemas econômicos e políticos? Como é que a solidariedade e a justiça podem prevalecer sobre o poder e o dinheiro na motivação da ação? Esses problemas encontram-se também na base para a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável, principalmente no que diz respeito às políticas sociais.

Na verdade, a crise ecológica só preocupa e faz o Estado intervir (seja como for), quando os interesses capitalistas são ameaçados, pois os recursos naturais e o próprio homem (que são a base da produção), ao serem prejudicados, podem prejudicar o próprio capital. Hoje a crise ecológica e social é colocada como “ponto de honra” em todos programas de governo, pois se tornou uma ameaça aos interesses do capital, defendidos pelo Estado. E as políticas públicas traduzem cada vez mais essa postura, reproduzindo e fortalecendo o discurso da busca do desenvolvimento sustentável, que levaria ao bem-estar de todos.

Mas, bem-estar para quem, e à custa de quem? O capital internacional controla os atos de proteção ao meio ambiente de acordo com seus próprios interesses. Além disso, cria-se um novo mercado, subsidiado pelo poder e dinheiro público.

O meio ambiente, na verdade, se tornou um bom negócio. As próprias indústrias que poluem se entusiasmam com a possibilidade de ganhar mais fabricando produtos para uso no processo de descontaminação. Outras usam a necessidade de proteção ao meio ambiente como desculpa para aumentar exorbitantemente o preço de suas mercadorias. Além disso, novos e lucrativos negócios surgem em função da crise ecológica.

Outro ponto é o “jogo” entre políticos, empresas e os próprios cidadãos. Surgem aqui elementos que atuam como “mediadores”, que buscam sempre vantagens para os grupos que defendem, influenciando grandemente nas decisões políticas e governamentais, por meio de leis e acordos. Enzenberger (1976) os chama de “grupo politiqueiro do meio ambiente”, e enfatiza que estes são sempre apoiados por uma forte base financeira privada, ou seja, por trás desses “ambientalistas” encontra-se a indústria e seus interesses pouco comprometidos com o meio ambiente.

A idéia é convencer a classe trabalhadora sobre a sua responsabilidade, conclamando-a a arcar com o ônus da devastação causada pelo processo de acumulação capitalista viabilizado pela industrialização, que resultou na devastação ambiental.

Quando os elaboradores do relatório do Clube de Roma definiram o modelo que propunham como sendo um modelo mundial,

... se eximiram de esclarecer a distribuição dos custos e suas vantagens: não determinam as condições estruturais desiguais e as possibilidades de solução do problema. Porque se uns podem dar-se o luxo de planejar o crescimento e obter alguns ganhos pela supressão e preservação da destruição cometida, os outros não podem nem poderão fazê-lo por muito tempo (ENZENSBERGER, 1976, p. 32).

Continuou-se a crescer, cada vez em maior medida, e no início do século XIX, com todo o crescimento e avanços tecnológicos alcançados e também com o suposto maior acesso à informação, existem mais excluídos e a devastação é ainda maior, em alguns casos, irreversível. A incorporação das preocupações ambientais e sociais no discurso político não se traduzem

em mudanças efetivas que levem o desenvolvimento sustentável para todos. Ao contrário, o poder político em suas várias instâncias vem-se adaptando e usando esse novo discurso para continuar fortalecendo um sistema hegemônico de produção que se sofisticava cada vez mais e, na mesma medida, destrói boa parte do ambiente e da sociedade, que deveria ser sua razão de existência.

4.3 – Aplicação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável

Os alertas dados pelos cientistas sobre os perigos do crescimento populacional e econômico do planeta, intensificados a partir da década de 60 do século XX, não foram suficientes para frear o processo de degradação ambiental e social que o mundo viu se aprofundar mais rapidamente do que a capacidade de resposta da humanidade.

Com a crise instalada, várias instâncias de poder empreenderam esforços para encontrar soluções que permitissem ao homem continuar sua caminhada de domínio e acumulação pela Terra. A noção de que todos nós pertencemos igualmente a um espaço limitado e que a ação de um afeta todos vem sendo apreendida da pior maneira: pelo medo. As pessoas começaram a incorporar em suas preocupações diárias as questões ambientais e, posteriormente, também as sociais, mas ainda não entenderam por que.

As preocupações se baseiam no perigo gerado pela predominância de comportamentos baseados no egoísmo e no individualismo, que estão na essência do sistema econômico que hoje é hegemônico e que comandou boa parte das ações que deram origem à crise que agora assusta. As prioridades que se destacam são manter a fonte de matéria-prima e diminuir a pressão dos pobres sobre a sociedade produtiva. Não há ainda a noção de que o outro precisa de cuidados pelo simples fato de que é um ser da mesma espécie e, como tal, faz parte de uma rede de responsabilidade mútua. Da mesma forma, a natureza não pode ser vista apenas como fonte de recursos para nosso bem-estar, e que apenas por essa razão deve ser preservada. A natureza é nossa casa e nós não podemos abandoná-la, depredá-la.

De qualquer maneira, o fato de haver uma mobilização mundial em busca de alternativas para melhorar a qualidade de vida na Terra tem resultado em alguns avanços. A adoção do conceito de desenvolvimento sustentável foi especialmente benéfica, pois ensejou uma visão ampliada dos problemas que assolavam o planeta.

Os avanços no sentido de equacionar melhor o processo de desenvolvimento já podem ser percebidos, mas os resultados alcançados até agora podem ser questionados. Muitas vezes os objetivos de políticas que visam promover o desenvolvimento para uma certa região ainda não incorporam devidamente todos esses aspectos, e menos ainda no que se refere ao respeito às pessoas, à sua cultura e à sua história. Um processo livre de vícios e retrocessos ainda parece distante, mas não se pode desistir, pois as possibilidades abertas por essa nova visão podem ainda se transformar em ganhos reais e positivos para todos. E um ponto deve agora ser ressaltado em todas as discussões sobre desenvolvimento: o componente ético.

A ética do desenvolvimento sustentável deve ser a ética do encontro, de enfatizar a necessidade de difundir claramente a real motivação para que se cuide da Terra e de todos os seres vivos, e especialmente do ser humano. Isto é, a necessidade de superação da visão utilitarista e simplista que comandou o progresso da civilização moderna, e a adoção de uma visão ampliada que permita uma mudança essencial de atitude: o homem se vendo como parte de uma espécie, dialogando, com mútua responsabilidade por cada um e por todos e pelo lugar que habita, com respeito à alteridade e à vulnerabilidade de cada ser.

4.4 – Estado e Desenvolvimento Sustentável

Um ponto que se destaca quando se trata de desenvolvimento é o papel do Estado. Se, de uma maneira geral, o Estado ocupa uma posição fundamental na implementação de políticas que viabilizem o desenvolvimento sustentável, no Sertão semi-árido esse papel é ainda mais importante. Sendo o Estado ainda o grande provedor de recursos, é também o grande responsável pelo alcance ou não de uma melhor qualidade de vida para o sertanejo.

O processo civilizatório vem sendo comandado pela racionalidade econômica, amparada pela ciência, que gera tecnologia e mais produção, pelo individualismo concorrente e pela subordinação aparente da natureza. Para regular essas relações, o sistema conta com o Estado e as políticas públicas. Particularmente em regiões de grande exclusão, onde as pessoas pouco sabem das nuances do mundo em que habitam, e menos ainda têm condições de acesso às riquezas geradas e aos novos conhecimentos, o Estado ainda é o grande indutor da mudança ou da permanência do atraso e as

políticas públicas são fortemente responsáveis pela reprodução ou pela superação do modelo de poder.

A ascensão do neoliberalismo no final dos anos 1970 do século XX levou à exacerbação do poder do mercado, e à tentativa de dissolução da maioria das funções do Estado, determinando que este deveria ter agora uma participação mínima na economia, restringindo-se às suas funções sociais e à regulação dos serviços públicos que seriam privatizados (ANDERSON, 1995).

Essas premissas levadas a cabo por vários países mostraram-se inadequadas, mesmo para os países chamados “desenvolvidos”, e especialmente para países como o Brasil, com um mercado desorganizado, altamente imperfeito, e carente de recursos financeiros externos para garantir os processos de crescimento econômico e desenvolvimento.

Nesses países, as políticas públicas são essenciais para garantir a adoção de medidas necessárias à reversão do quadro de crise ambiental e social. Além disso, o cenário econômico desfavorável e as bases políticas e institucionais ainda frágeis não permitem que se deixe a cargo das forças de mercado a geração das possíveis soluções para os problemas apresentados.

Particularizando para o Brasil a análise do papel do Estado como indutor de novas práticas sustentáveis, Bursztyn mostra que, do ponto de vista institucional, as políticas ambientais no Brasil são caracterizadas por alguns problemas básicos relativos à degeneração das instituições públicas, à cultura burocrática do aparelho do Estado, à fragilidade dos instrumentos e à carência de meios, e problemas de natureza política. Um levantamento rápido de como o Estado encaminhou as questões ambientais nacionalmente atesta a fragilidade das instituições diante do poder político. Conforme a visão momentânea de um governo, as instituições são extintas, mutiladas ou modificadas, enfraquecendo a continuidade de políticas (BURSZTYN, M., 1994).

Do ponto de vista institucional e de políticas públicas, o meio ambiente começou a ganhar terreno no Brasil a partir da década de 1970, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). A década de 1980 se inicia com a definição da Política Nacional de Meio Ambiente e a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), hoje chamado de Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (Sinima) e do Conselho

Nacional do Meio Ambiente (Conama), em 1981. Em 1985, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que passa a se chamar Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, em 1987. Em 1986, foi regulamentada a obrigatoriedade de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) para projetos que poderiam causar danos ao meio ambiente e, em 1989, é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a partir da fusão da Sema, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). Merece destaque também a preocupação ambiental contida no texto da Constituição de 1988 (BORSZTYN, M., 1994).

A década de 1990 começou com a criação da Secretaria do Meio Ambiente (Semam) da Presidência da República e é marcada pela Eco-92 e posteriores ações inspiradas pela Reunião (BORSZTYN, M., 1994). Em 1992 a Semam foi transformada em Ministério do Meio Ambiente, passando para Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, em 1993, e para Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, em 1995. Em 1999, volta a se chamar apenas Ministério do Meio Ambiente. Em 1997, foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos e criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Em 1999, institui-se a Política Nacional de Educação Ambiental e a nova Lei de Crimes Ambientais foi aprovada (BRASIL, 1998). O ano de 2000 traz, como principal marco, o documento oficial da que sintetiza as bases para discussão da Agenda 21 brasileira (NOVAES, 2000).

Apesar de retrocessos e mudanças circunstanciais, as políticas ambientais no Brasil avançaram e produziram efeitos positivos. De um modo geral, o arcabouço legal relativo ao meio ambiente foi ampliado e fortificado com o intuito de subsidiar o alcance do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a já assinalada fragilidade dos instrumentos de políticas públicas e a carência de meios para implementá-las, muitas vezes relacionada à falta de prioridade para essas questões, faz com que alguns avanços se percam pela falta de comprometimento e continuidade. Além disso, os problemas de natureza eminentemente política podem levar, principalmente, à banalização de temas cientificamente importantes que acabam virando arma em discursos políticos vazios de valor. Essa é uma colocação altamente pertinente quando se analisa o Nordeste e, especialmente, o Ceará, onde o

conceito de desenvolvimento sustentável tem sido usado exaustivamente no discurso político desde os anos de 1990, sem, contudo, ter sido posto em prática para todos.

É importante enfatizar que qualquer política ou medida de regulamentação que vise fortalecer o desenvolvimento sustentável só será efetiva se contar com a legitimação da sociedade e esta só virá por meio de um processo amplo e profundo de conscientização e comprometimento do indivíduo com a coletividade. Para isso acontecer é necessário, além de uma mudança de base ideológica, que também os fazedores de política tenham claro para quem e para que estão planejando.

Conceitualmente, é necessário ponderar, ao longo do processo de definição de políticas, as características e influências locais tanto quanto as gerais, advindas do ambiente externo ao âmbito direto das políticas, definindo, assim, o peso da participação de cada instância. Ou seja, não se pode, *a priori*, determinar o papel que o local e o global podem exercer no sucesso de uma política. É preciso, portanto, conhecer bem as pessoas e o lugar que serão alvo das políticas, sem, no entanto, negligenciar o todo em que se insere o local. Isto é válido para qualquer política, mas tem maior significância para políticas ambientais e sociais.

A sustentabilidade do processo de desenvolvimento tornou-se retórica no discurso político em todo o mundo e no Brasil. No Ceará passou a ser parte integrante dos documentos oficiais e base das políticas públicas, o que não quer dizer que o Estado tenha de fato alcançado ou mesmo avançado rumo a esse ideal. Especialmente no que diz respeito ao Sertão, o discurso mais uma vez não chega à prática. O próximo Capítulo elucida o processo de inserção do conceito de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas do Ceará.

Capítulo 5

DA MODERNIDADE À SUSTENTABILIDADE: OS CORONÉIS URBANOS E AS INOVAÇÕES NO DISCURSO POLÍTICO NO CEARÁ

*... a velha arte dos profissionais
da política sucumbe
face aos encantos da estética
imposta pelos profissionais da arte publicitária,
os grandes artífices
das campanhas majoritárias nos
novos tempos da
competitividade mediática.*

Rejane Carvalho
(A era Jereissati)

Este Capítulo continua a discussão do papel do Estado para o alcance do desenvolvimento no Ceará e as consequências dessas ações para o Sertão, já iniciada no Capítulo 3. Aqui são analisados os quatro governos da chamada “era Jereissati”, ou seja, a partir de quando o Estado passa a ser comandado pelos empresários. A partir do momento em que assume o poder em 1987, o grupo liderado por Tasso Jereissati propõe uma nova era para o Estado. Dando continuidade a um processo que se propôs antes de tudo moderno, este grupo passa a usar também a idéia de sustentabilidade como base de sua agenda política a partir dos anos 1990. O principal objetivo deste capítulo é compreender o processo pelo qual o conceito de desenvolvimento sustentável foi incorporado ao discurso deste grupo político no Estado do Ceará e como isto impactou a elaboração e implementação das políticas públicas.

5.1 – O Coronelismo Modernizado e o Nascimento da Oligarquia dos Empresários

Com um discurso respaldado por técnicas gerenciais e por uma campanha de *marketing* profissional, o empresariado local assumiu o poder no Ceará em 1987. A modernidade era a palavra de ordem no primeiro momento, encantando eleitores, imprensa e organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento. Ali estava o laboratório ideal para serem testadas todas as teorias que povoavam os diversos documentos que diagnosticavam o estado do mundo e forneciam as receitas para se alcançar o desenvolvimento. Essas receitas se apresentavam bem adoçadas pelas noções de planejamento participativo, respeito ao meio ambiente e erradicação da pobreza, mas vinham em uma forma que as enquadrava bem nas leis de mercado.

Era uma nova roupa para uma “novidade” velha. Mudar para não mudar (BURSZTYN, 1984). A idéia de modernizar a política já fora usada de diversas formas no Ceará, desde o começo do século XX, sempre com o mesmo objetivo: obter ou manter o poder. E o discurso “dança conforme a música que se quer ouvir”. Se o momento é de “globalização”, “neoliberalismo” e “democracia”, quem vai para o poder é o empresário, “que tem dinheiro, não vai roubar e vai mudar mesmo...”. Essa era interpretação do povo sobre o “Galeguim do zóio azul”, como Tasso ficou conhecido na época. Ele prometia moralizar o Estado e se opunha aos velhos coronéis encarnados na figura de Aduato Bezerra, seu opositor nas eleições de 1986 para governador. Naquele momento, o coronel que antes aparecera como modernizado representava o velho, o tradicional, o arcaico. O jovem empresário representava o novo, o verdadeiramente moderno. A legitimidade do grupo que se apresentava como alternativa ao “velho” era incontestável.

O projeto que levou o “galeguinho” Tasso ao poder começara a ser gestado no final da década de 1970, quando o Centro Industrial do Ceará (CIC), braço da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiecc) passou para as mãos de um grupo de jovens empresários, herdeiros dos “filhos da Sudene”.

A articulação do grupo de empresários que alcançou o poder, iniciada formalmente em 1978 com a reestruturação do CIC, representa a concretização das condições para o sucesso do projeto urbano-industrial que está no cerne desse processo.

A grande contradição desse projeto advém do fato de que ao invés de acabar com a miséria e abolir o autoritarismo, heranças malditas das práticas patriarcalistas dos coronéis, Tasso se isolou no Cambeba¹⁴. No primeiro mandato, o governador concentrou todos os esforços para tornar a máquina estatal um carro azeitado, conforme os ditames das políticas neoliberais e os “conselhos” dos organismos internacionais que o cercavam. Governar como se administra uma empresa foi eficaz para saudar dívidas, moralizar a máquina pública, sanear a folha de pagamento e obter credibilidade e crédito, além de fazer o governador ganhar notoriedade, prestígio... e inimigos. Mas não foi suficiente para acabar com a pobreza e a miséria no Estado, que se agravava no meio rural e aumentava nas cidades. Este quadro perdura. Mesmo tendo avançado e descoberto novos caminhos, o “Governo das Mudanças”, mudou para não mudar.

A dependência do pobre em relação ao governo tornou-se aos poucos cada vez maior e talvez mais cruel, porque este está muito mais distante do poder do que antes, especialmente no meio rural. Perdeu seus interlocutores, independente de estes serem ou não ideais. E o poder tem prioridades de crescimento que não conseguem traduzir-se em desenvolvimento para todos.

A distância entre sociedade e governo, que constituiu uma das principais dificuldades para a administração estadual, é ressaltada em uma fala de Sérgio Machado. Este político é um antigo aliado de Tasso Jereissati, e uma espécie de “primeiro-ministro” no seu primeiro mandato. Quando foi secretário de Estado, concentrou todo o poder político em suas mãos, e quando já estava fora do “Governo das Mudanças” assim se pronunciou:

Político só faz ação política conversando. Não há como você mover ação política sem conversar, sem discutir e sem o contato face a face. Vivemos um momento do Estado-espetáculo e da política midiática, onde a gente está desaprendendo um pouco disso e tem que voltar, que política é epidérmica ... (MATOS; ALCÂNTARA; DUMMAR, 1999, p. 177).

¹⁴ O Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, sede principal do Governo do Ceará, está localizado no bairro Cambeba, nome pelo qual o Centro ficou popularmente conhecido e que também serviu para denominar o movimento político comandado por Tasso Jereissati.

O discurso do empresário, filho e neto de políticos, demonstra uma preocupação que deveria ser genuína e presente em todo grupo que assumiu o poder: escutar toda a sociedade, com maior atenção para os mais carentes. Porém isso não aconteceu. Ao romper com Tasso, Machado passou a acusar-lhe de autoritarismo e falta de diálogo, mas fez parte ativa do modelo implantado pelo governador, que excluiu quase a totalidade dos políticos e dificultou qualquer tipo de diálogo com a sociedade, especialmente com os representantes do interior do Estado, identificados genericamente com o atraso do Estado, com o clientelismo e, portanto, prejudiciais ao processo de modernização.

Na verdade, esse grupo manipulou habilmente várias instâncias de poder, inclusive a velha oligarquia, para finalmente alçar vôo e alcançar o topo do comando da política no Ceará. E usou mecanismos semelhantes aos usados pelos políticos de antes, só que de forma extremamente sofisticada para a época e com apoio profissional. A palavra foi a arma mais usada, a imagem criada em torno de Tasso era imbatível.

5.2 – A Sustentabilidade Para Mudar o Ceará

No final dos anos 1980 e durante os anos 1990 do século XX, o processo continuado de desmobilização do Sertão no Ceará é revestido de novas justificativas, embora o pretexto de melhorar a economia, modernizar o Estado e inseri-lo no processo de desenvolvimento seja uma repetição. Desta feita o discurso é baseado, e amplamente financiado, pelas idéias preconizadas pelo capital internacional, por meio dos organismos de fomento que fortalecem a sua participação no Brasil e especialmente no Nordeste. A nova empreitada se sustenta no discurso do desenvolvimento sustentável de um lado, e na idéia de eficiência administrativa e financeira de outro.

O ideal de um desenvolvimento que seria socialmente justo e ambientalmente correto, além de economicamente viável passou a ser incorporado paulatinamente ao discurso político, ao texto das políticas públicas e dos planos de governo. Por outro lado, as pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e das idéias neoliberais, para se “enxugar” o Estado e torná-lo eficiente, obrigavam a medidas urgentes para transformar a política econômica, priorizando ações que proporcionassem o ambiente adequado para a realização de um projeto de modernização produtiva.

Esse cenário leva a uma dicotomia: desenvolvimento sustentável e participação no discurso e medidas duras de política econômica na prática. Resultado: concentração populacional e de renda no meio urbano e desmobilização do Sertão. Ou seja, exclusão de boa parte da população do projeto moderno que seria redentor.

Dessa maneira, a sustentabilidade vem aliar-se à modernidade como bases de sustentação e, principalmente, de legitimação para as ações públicas. Mais uma vez, os detentores do poder mudam para não mudar, ou seja, para manter o poder, conforme já assinalara Bursztyn (1984) em sua análise histórica do modo de legitimação da estrutura de poder no Nordeste.

5.2.1 – O “Governo das Mudanças” em cena: os atores nos dois primeiros atos

A sintonia com o presente, apresentada pelo grupo que assume o poder no Ceará em 1987, comprova a proposição de Bartholo Jr. (2001a), que afirma ser o presente o tempo da modernidade. Ao se definir o que é tradicional torna-se possível determinar o seu oposto e assim protagonizar o moderno sem, necessariamente, mudar a essência que está no cerne da luta para conquistar e manter o poder.

Corroborando esta colocação, Barreira (2002) destaca em sua análise dos discursos do chamado “Governo das Mudanças” a preocupação em caracterizar o “antes” e o “depois”, para assim diferenciar simbolicamente um novo tempo político, negando o passado pelo uso abusivo de termos que caracterizem o “novo”. Ainda segundo Barreira (2002, p. 67), “... o grupo da CIC *capitalizou* os rituais de seu tempo, aglutinando intelectuais, alguns setores organizados dos movimentos sociais e partidos políticos tradicionais e de oposição”.

Na verdade, este grupo não nega de fato o que é posto como antigo, o tradicional, pois consegue mediar com várias forças atuantes na política do Estado para conseguir seu intento: assumir o poder. Nesse ponto é que ocorre a constatação de que a mudança só faz parte do discurso, já que, ao ser empossado, Tasso promove uma grande ruptura com as próprias forças que o apoiaram, isolando-se no poder em seu primeiro mandato e atuando de forma mais autoritária que seus antecessores, ou seja, continuando com as práticas por ele criticadas.

Ao longo dos primeiros anos do seu primeiro governo, Tasso vai rompendo com os que o apoiaram à medida que se colocam de alguma forma contra seus intentos, inclusive parte do empresariado é também rechaçada ao criticar seu isolamento. A desculpa ensaiada e repetida para toda e qualquer crítica a essa postura autoritária é de que são vozes do “atraso”, venha essa crítica da direita ou da esquerda, ou de qualquer grupo que discorde do governo por diferentes razões (GONDIM, 2000).

Nessa primeira gestão, o governador faz questão de eliminar a intermediação dos políticos profissionais, o que enfraquece especialmente os políticos do interior, do Sertão, deixando esse espaço cada vez mais sem voz, independente de se julgarem as intenções dos que se apresentam para dar voz a esse espaço.

A separação entre política e economia definida desde o início por Tasso consolida o projeto da CIC, a despeito de seu rompimento com parte do empresariado, e inaugura uma mediação política centralizada que conferiu uma nova aparência ao trato dos interesses conflituosos entre os políticos e entre a política e os objetivos que visavam modernizar a máquina pública e o próprio Estado. Foi criada uma verdadeira blindagem ao chamado grupo técnico do governo (BONFIM, 2002). Na verdade, a mediação só acontecia com grupos de apoio ao governador, e os assuntos políticos, centralizados nas mãos do secretário de Estado Sérgio Machado, eram tratados a partir dessa perspectiva. Desse modo, o acesso ao governador e seu secretariado era barrado e os políticos tradicionais praticamente perderam sua função, não conseguindo qualquer acesso a recursos que não estivessem vinculados às obras e programas previstos pelo governo estadual.

A idéia de mudança foi fincada na negação do clientelismo, representado na imagem do político tradicional do interior. A modernização viria pela moralização do Estado, ajuste fiscal e mudança no perfil econômico do Estado, prevendo inclusive a interiorização do desenvolvimento, medida incluída e não concretizada em todos os planos de governo desde Virgílio Távora, e não efetivada. Essas ações básicas seriam postas em prática a partir da definição estratégica de metas e instrumentos que alavancariam os setores considerados prioritários, o que levaria ao fim da miséria no Estado (CEARÁ, 1987). Essas proposições claramente direcionavam os esforços do governo para inserir o Estado em um modelo essencialmente urbano e de cunho capitalista, o que faz

do objetivo de interiorizar o desenvolvimento apenas uma intenção pouco plausível.

Um ponto a destacar no Plano de Mudanças (CEARÁ, 1987) é a forte participação de recursos internacionais na composição das fontes financiadoras das ações propostas. O Banco Mundial e o BID são os parceiros mais constantes, mas também a Cooperação Financeira Alemã (KFW) e órgãos das Nações Unidas, como a Fundo das Nações Unidas Para a Infância (Unicef), também faziam parte da lista de organismos internacionais que ajudaram a financiar o Governo das Mudanças. Em 2003, o perfil da dívida do Estado mostra o grau de dependência gerada em relação a esses parceiros (Gráfico 1). Juntos o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) representam quase 36% das dívidas de financiamento dos programas do governo, só perdendo em volume para o Tesouro Nacional, que detinha 41% das dívidas.

O Banco Mundial e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), que já atuavam no Brasil e especialmente no Nordeste desde a década de 1950 (BANCO MUNDIAL, 2003a), tornaram-se os grandes parceiros do novo governo, fornecendo não apenas ajuda financeira, mas contínua e aprimorada assistência intelectual e técnica na elaboração e condução das políticas públicas. Não só proliferam os projetos para o financiamento do desenvolvimento, mas também os estudos acadêmicos e as missões de avaliação e reconhecimento dos resultados, o que realimentava a vinda dos recursos.

Os técnicos e consultores do Banco Mundial e do BID passaram a figurar constantemente do *staff* governamental. Tanto atuavam em nome dos organismos como também se engajavam no próprio corpo governamental, ou ao contrário, funcionários ou ex-funcionários do governo se tornavam consultores dos bancos. O Ceará se tornou um *case* de sucesso para o mundo e os inúmeros documentos e livros produzidos a respeito contam quase sempre com as impressões desses técnicos, que repetem as mesmas “lições” há quase duas décadas, e sempre encontram boas explicações ou compensações para o fato comprovado da continuidade de indicadores sociais ainda insatisfatórios¹⁵ diante dos alardeados investimentos feitos. No âmbi-

¹⁵ Segundo dados do próprio governo do Estado, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 53,4% da população cearense são considerados pobres, e 26,3%, indigentes (CEARÁ, 2004). Uma discussão mais aprofundada da realidade socioeconômica do Ceará é realizada no Capítulo 9 desta tese.

to das orientações dos organismos de fomento, um ponto de destaque foi a reiterada solicitação de melhoria da infra-estrutura do Estado, item que recebeu amplos recursos, advindos de vários projetos implementados ao longo dos governos da “era Tasso”

A política para os recursos hídricos estava incluída no item de infra-estrutura econômica e, no primeiro mandato de Tasso, ainda engatinhava no sentido da futura estruturação que seria feita nesse setor, a partir do governo Ciro Gomes. As principais linhas se baseavam na formulação de um programa estadual de irrigação, no aumento da açudagem, no abastecimento pontual e comunitário e no fomento ao estudo e pesquisa na área (CEARÁ, 1987, p. 157-161).

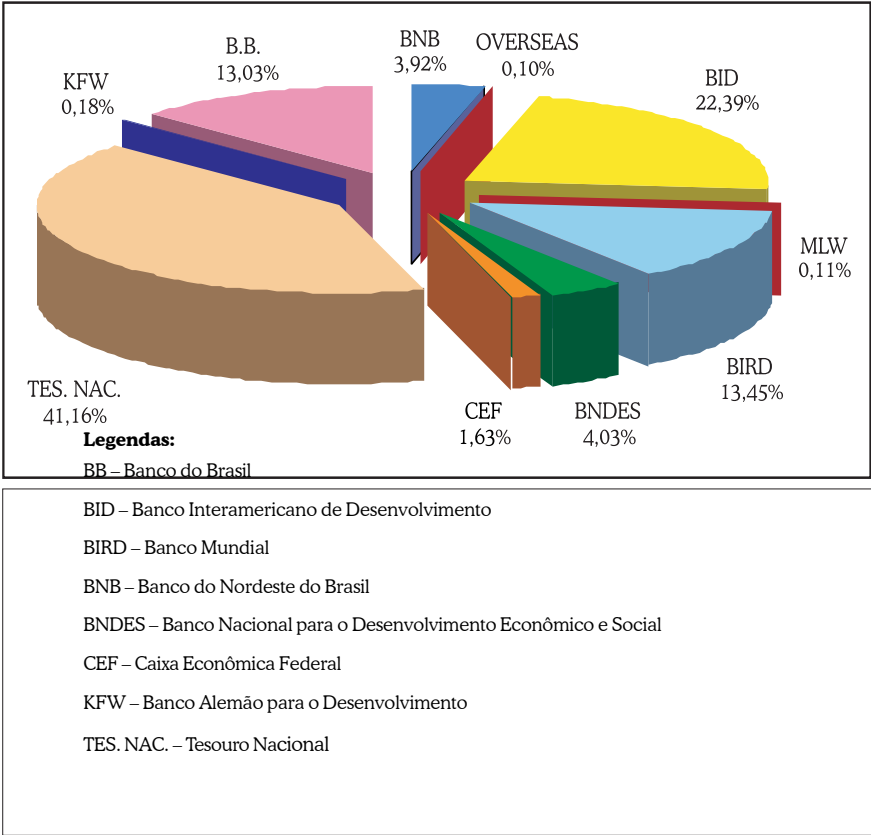


GRÁFICO 1 – CEARÁ – CREDORES DA DÍVIDA DO ESTADO (2003)

Fonte: IPECE (2004a).

Foi Tasso o criador da Secretaria dos Recursos Hídricos, inexistente nos governos anteriores. Embora ainda tímidas e pouco inovadoras, as primeiras ações do Governo das Mudanças para a água foram a base para uma mudança real da forma de vê-la e da sua gestão. Nesse sentido, o diagnóstico feito pelo Plano de Mudanças acerca das secas foi um dos pontos de partida para as novas políticas de gestão de águas e também para as novas práticas relativas ao trato das secas. Mais uma vez, a idéia do clientelismo é fortemente combatida, mas o Plano prevê a continuidade das Frentes de Trabalho, com a ressalva de que dispositivos para evitar desvios deveriam ser fortalecidos.

O Plano propunha também a revitalização do interior com a criação de novos empregos e fortalecimento do pequeno produtor rural, tudo acompanhado de ampliação da oferta de infra-estrutura, educação e saúde (CEARÁ, 1987, p. 53-55).

O último capítulo do Plano de Mudanças merece destaque, pois está voltado para a preservação do meio ambiente, com a definição dos parâmetros que iriam orientar a política estadual de meio ambiente (CEARÁ, 1987). Essas preocupações aqui ressaltadas demonstram que a linguagem do planejamento foi muito bem usada no Plano de Mudanças, bem como foram observadas as questões mais atuais em discussão não apenas no Brasil, mas no mundo, o que refletia nitidamente a orientação já presente dos organismos internacionais parceiros do Estado.

As decisões e implementações das ações relativas a essa política de mudanças e também de austeridade proposta foram postas em prática sem qualquer apoio "... da classe política ou de outros setores da sociedade civil, criando uma imagem de isolamento e prepotência, consolidada pelos inúmeros conflitos entre Tasso Jereissati e os mais diversos segmentos da sociedade" (GONDIM, 2000, p. 416).

Com isso, a mediação tão presente na eleição não se repete ao longo do 1º Governo das Mudanças, mas é uma marca que volta com força no 2º Governo das Mudanças, protagonizado desta feita por um político profissional: Ciro Gomes. Nascido na tradição dos líderes políticos do interior do Estado, Ciro é totalmente adaptado à linguagem exigida pelo discurso da modernidade contemporânea, que é cada vez mais influenciado pelos organismos internacionais de fomento que fortalecem a cada governo sua atuação no Estado, não só como financiadores, mas também como

implementadores de novos projetos, como é o caso da Agência Alemã para o Desenvolvimento (GTZ) (CHACON, 1994).

A própria imagem de Ciro Gomes é trabalhada para se conformar aos ditames da modernidade. Sua aura de jovialidade e seriedade, seu discurso fácil, bem articulado e inflamador garantem-lhe a legitimidade suficiente para superar a antipatia gerada pela postura de Tasso e se eleger, com folga, em 1990, seu sucessor no governo do Estado, depois de já ter vencido uma apertada disputa pela prefeitura de Fortaleza em 1988, à qual renunciou para assumir a continuidade do Governo das Mudanças em 1991.

Apesar de “continuar as mudanças” e manter as ações para a moralização do Estado e o saneamento fiscal, bem como privilegiar a atuação de técnicos no primeiro escalão do seu governo, Ciro se diferencia de Tasso quando assume uma nova postura no trato político. Enquanto Tasso se mantinha distante das negociações políticas, Ciro fez questão de centralizá-las nas próprias mãos, pondo em prática uma abertura ao diálogo e ao contato mais próximo com a sociedade, algo exigido pelas novas doutrinas gerenciais. Esse contato se deu nos municípios, inclusive com freqüentes visitas do governador ao interior. Embora na prática essa nova atitude não significasse um maior espaço para as lideranças municipais, proporcionou a impressão de abrigo para estas, que foram tão ignoradas por Tasso, e fortaleceu a imagem do político conciliador que Ciro alimentava, ajudando-o a aprovar as mudanças que o governo achava necessárias. Nesse sentido, a concentração de investimentos na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é ainda maior neste governo, mas menos contestada, graças à postura do governador e ao uso exacerbado do *marketing* político para legitimar os atos do governo.

A sintonia com as novíssimas propostas para um bom gerente, leva Ciro e seu grupo a implementar, em 1991, o Pacto do Ceará, uma criação original de um grupo de empresários, que tinha como objetivo inicial formar uma parceria entre os empresários e o governo do Estado, sendo consenso “... que o Estado não podia mais ser tido como o único agente de transformação da sociedade” (REBOUÇAS *et al*, 1997, p. 1). Depois, o Pacto foi ampliado e passou a incorporar as participações da comunidade universitária, pesquisadores, lideranças comunitárias, diversos níveis dos poderes públicos, organismos nacionais e internacionais, trabalhadores, além dos empresários. Assim, essa elite deveria discutir e deliberar sobre as ações do governo. Apesar de incluídos no rol dos participantes, os trabalhadores não esta-

vam presentes. Sua ausência é justificada por um suposto preconceito dos trabalhadores em relação aos empresários, que afasta as suas lideranças do processo de discussão proposto pelo Pacto. Na verdade, Ciro passou todo o seu governo às turras com os sindicatos, que o criticavam fortemente e eram acusados de corporativismo pelo governador (DIÓGENES, 2002).

O fato é que o Pacto funcionou durante todo o governo (e continuava em 2005), chamando a atenção e levando ao interesse “... de empresários de outros Estados e organismos internacionais em conhecer de perto o funcionamento daquele processo de interação entre agentes sociais” (REBOUÇAS *et al*, 1997, p. 3). A idéia de formulação de alianças, diálogo e pactos para a mudança está na base da formulação do conceito sustentabilidade, em plena onda de divulgação na época, como ressalta Rebouças *et al* (1997), logo no início de sua análise sobre o Pacto, e retomando o conceito de desenvolvimento sustentável quando discorre sobre o grande projeto elaborado em 1994 pelo Pacto, “Visão de Futuro Compartilhada – Ceará 2020”, que tinha como objetivo:

... promover transformações estruturais e culturais na sociedade cearense. Essas transformações consistem em crescimento econômico associado a uma distribuição justa da renda, participação de todos os segmentos sociais nas decisões coletivas e compromisso de manter essas conquistas para as gerações futuras (REBOUÇAS *et al*, 1997, p. 91).

Esse documento fornece elementos para o futuro Plano de Desenvolvimento Sustentável, no segundo mandato de Tasso, que viria em seguida. E as atividades do *Pacto* projetam uma imagem de total sintonia com o futuro por parte do governo, trazendo para o Ceará diversos atores nacionais e internacionais, que passam a atuar na formulação, implementação e até avaliação das políticas públicas do Estado, como é o caso do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

A vinda de estudantes do MIT com o objetivo de avaliar as políticas públicas do Estado, financiados pelo governo, é apenas uma das tantas polêmicas que pontuaram o governo de Ciro. Neste caso, o governador foi acusado de valorizar técnicos de fora do Estado, ignorando o corpo funcional do governo, qualificado e familiarizado com as demandas locais. Ciro, contudo, é alheio a essas críticas e se orgulha dessa parceria, ressaltando-a inclusive em sua Mensagem à Assembléia Legislativa, em seu último ano de mandato (CEARÁ, 1994).

As principais realizações de Ciro levam ao fortalecimento da indústria como base para o progresso econômico do Estado. A criação do programa incentivos fiscais inseriu o Estado no que depois ficaria conhecida como guerra fiscal. Os Estados do Nordeste passaram a disputar com o Sul e Sudeste a preferência das indústrias para instalação, oferecendo renúncia fiscal, infra-estrutura, terrenos e até mesmo crédito em alguns casos. A idéia era fortalecer a economia e gerar emprego e renda, o que garantiria o desenvolvimento do Estado em bases sólidas e modernas. O investimento do governo nesse programa, que continuou no mandato seguinte, não condiz com a baixa *performance* do setor secundário em termos de geração de emprego e renda. Além disso, a concentração de investimentos em atividades eminentemente urbanas levou à negligência do setor agropecuário, que contou com pouco investimento da parte do governo. Esse quadro, como um todo, fortaleceu a migração de sertanejos para as principais cidades do Estado, em busca dos empregos prometidos nas indústrias e da modernidade cada vez mais exaltada da capital. As principais conseqüências desse processo foram a desmobilização do Sertão, tanto econômica como social, e a maior concentração de renda e pessoas da RMF.

Enquanto em 1970 a população da RMF representava 25% do total do Ceará, em 2000 ultrapassou os 40% (Tabela 1). O índice de Gini traduz a concentração de renda na RMF e mostra que, enquanto em 1992 esse índice era de 0,588 para a RMF, em 2002 já atinge 0,600, segundo dados da PNAD analisados em publicação do próprio governo (IPECE, 2004b).

O aumento da participação da indústria e serviços na formação do PIB do Estado demonstra a falta de prioridade para o setor rural. O Gráfico 2

TABELA 1 – CEARÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – EVOLUÇÃO POPULACIONAL E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA RMF (1970, 1980, 1991, 1996 E 2000)

Localização	Anos				
	1970	1980	1991	1996	2000
Ceará	4.361.603	5.288.429	6.366.647	6.809.290	7.430.661
RMF	1.091.117	1.651.744	2.401.878	2.693.996	2.984.689
RMF/Ceará (%)	25,02	31,23	37,73	39,56	40,17

Fonte: IBGE.

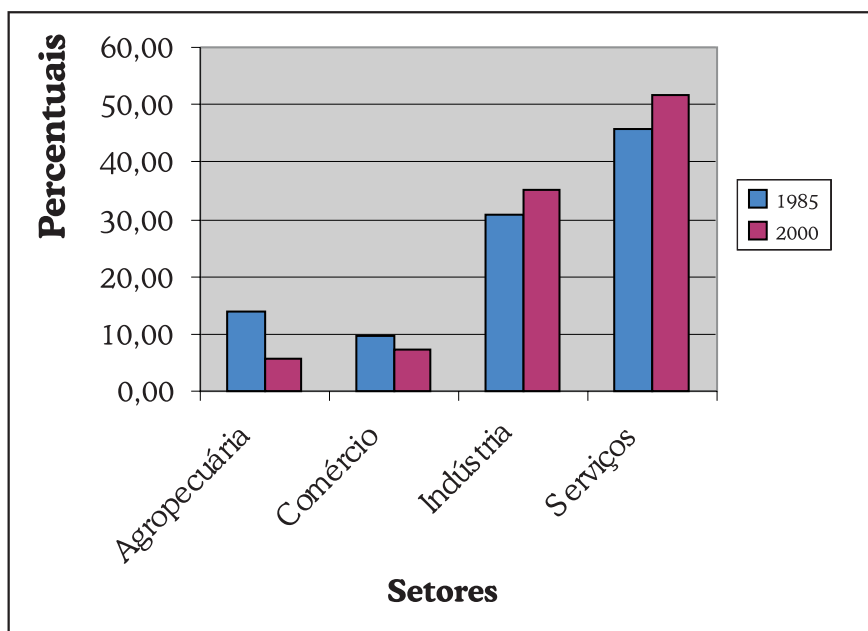


GRÁFICO 2 – CEARÁ – PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ECONOMIA (1985-2000).

Fonte: IPEAData.

ilustra a acentuada queda da participação da agropecuária na formação do Produto Interno Bruto (PIB) cearense, caindo de 13,86% em 1985, para apenas 5,64% em 2000.

O governo contrapunha sistematicamente as críticas com a propaganda sobre os programas sociais premiados, dentro de uma bem conduzida campanha para fortalecer a imagem do Estado como realizador não só no campo econômico, mas também social. Contudo, os indicadores sociais não deixam dúvida quanto ao não-alcance da meta de erradicação da pobreza no Estado pelo Governo das Mudanças. O indicador mais contundente é a porcentagem de pessoas consideradas pobres no Estado, que em 2003 ainda representava 54,3% da população (em 1991, o percentual de pobres chegava a 68% da população, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2003). Reforçando o quadro de pobreza, os dados sobre a porcentagem da população ocupada que recebe menos de dois salários mínimos mostram que mais de 67% da popula-

ção ocupada encontra-se nesse patamar, o que é agravado pelo fato de os 50% mais pobres só apropriarem 14,7% da renda gerada na economia. Como se não bastassem esses números, a perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população se torna mais distante quando se verifica que

TABELA 2 – CEARÁ - RESUMO DOS INDICADORES SOCIAIS (2003)

Indicadores	CE	NE	BR
Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	22,80	23,20	11,60
Analfabetismo Funcional (pessoas com menos de 4 anos de estudo)	47,10	47,70	30,50
Escolaridade Média (anos de estudo)	4,70	4,70	6,30
Percentual de pessoas com pelo menos o 2º Grau Completo (11 anos de estudo ou mais)	19,80	20,50	28,30
Renda Média (R\$) dos 40% mais pobres	47,00	45,80	78,50
Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	18,90	20,60	21,10
Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres	14,70	13,90	13,30
Proporção da renda apropriada pelo 1% mais ricos	14,00	15,30	13,00
Renda familiar <i>per capita</i>	191,10	197,00	360,30
Porcentagem de pobres (abaixo da linha de pobreza)	54,30	55,40	31,80
Porcentagem de extremamente pobres (indigentes)	25,40	26,80	12,80
Porcentagem da população ocupada com rendimento de até 2 s.m.	67,30	64,40	53,70
Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	18,20	20,00	11,50
Índice de Gini	0,57	0,58	0,58
Grau de Urbanização (%)	75,70	70,80	84,30
Proporção de Domicílios com abastecimento de água regular (%)	72,50	71,00	89,00
Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	24,60	31,30	51,00

Fonte: IPECE (2005).

mais de 47% das pessoas se enquadram na situação de analfabeto funcional, ou seja, têm menos de quatro anos de estudo (Tabela 2).

5.2.2 – A água no contexto do “governo das mudanças”

Na área de recursos hídricos, deve ser ressaltada a realização de amplo diagnóstico sobre as potencialidades e limites do quadro hídrico do Estado (CE-ARÁ, 1992), que resultou nos documentos que basearam a formulação da lei de Recursos Hídricos e a criação da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh) e do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (Sigerh). Contudo, esta real preocupação não foi suficiente para preparar o Estado para a grande seca que ocorreu em 1993. Nesse ano, Ciro realiza o que ele mesmo chamou de “a obra do século”, o Canal do Trabalhador, que serviu para evitar o colapso no abastecimento de água na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

O canal seria uma das primeiras transposições de bacias do Brasil e garantiria água para o sistema de açudes que abastece a capital e o entorno, e garante o funcionamento das indústrias, dos hotéis e do comércio, além de fornecer água tratada para consumidores residenciais que podem pagar. Além disso, o canal deveria também garantir a irrigação das terras às suas margens.

A obra consistia em transpor as águas dos açudes que ficam ao longo dos rios Jaguaribe e Salgado para o complexo Pacoti-Riachão, o que seria possível com a construção de um canal de concreto a céu aberto. O canal começou a ser construído em junho de 1993 e começou a operar em setembro. O tempo recorde com que foi realizada a obra rendeu várias reportagens. A imagem de Ciro foi mais valorizada e sua façanha romanceada por todo o país (CANAL..., 2003).

Passada a crise, depois de sete meses, com a volta das chuvas, o canal, feito às pressas, sem licitação, ao custo de R\$ 48 milhões, não se mostrou mais útil, nem para a capital nem para o interior. As suas margens não foram irrigadas como prometido, e o canal, pouco mais de uma década depois, além de não levar mais água para a RMF, tem que receber água de quando em quando para não secar.

A construção e interligação de novos açudes se mostrou uma solução mais viável e econômica para o abastecimento da capital. Já para o Sertão, ainda não se encontrou uma solução definitiva para fornecer água adequadamente aos sertanejos. À luz do debate sobre a transposição do Rio São Francis-

co, o Canal do Trabalhador é citado como exemplo de equívoco e lembrança para que antes de se empenharem esforços e recursos, os benefícios de obras de tal magnitude sejam mais bem dimensionados (FURTADO, 2005).

5.2.3 – A projeção nacional dos protagonistas do “Governo das Mudanças”

Mas esses atropelos e a não-realização efetiva de promessas não impediram que o Estado e seus governantes fossem projetados em todo o país de forma positiva. A “marca Ceará” foi criada no 1º governo Tasso e consolidada no governo de Ciro, que se valeu em grande medida das campanhas publicitárias para divulgar uma nova imagem do Ceará para o Brasil e para o mundo, fortalecendo a idéia de um Estado moderno, com um governo sólido e saneado, com um parque industrial próspero e com ótima infraestrutura turística no litoral. Dentre os instrumentos de *marketing* utilizados, consta até o financiamento de uma novela, além de inúmeras reportagens nacionais e internacionais, todas exaltando o “novo modelo” administrativo do Estado e também seus protagonistas (GONDIM, 2000).

Na construção da imagem criada para “vender” o Ceará, o semi-árido, paisagem típica do Estado, é substituído por imagens de um lugar paradisíaco, destinado ao lazer e à diversão dos turistas, sem qualquer sombra de fome ou miséria, antes tão presente nas imagens vindas do Sertão em épocas de seca. Nesse sentido, ao analisar as campanhas publicitárias do governo para promover a industrialização e o turismo, Frota e Silva (2003, p. 57) ressaltam que:

O conceito de desenvolvimento é apresentado reiterativamente com ícones do progresso tecnológico: prédios na orla marítima, transportes modernos, instrumentos náuticos, esportes radicais, aparelhos eletrônicos e trabalhadores utilizando equipamentos sofisticados ou com proteção para trabalhos especializados. O semi-árido nordestino, com especificidade cearense, é substituído por uma paisagem na qual se destacam praias, águas dos açudes e quedas d’água e até a neblina de algumas serras locais. A beleza característica de uma natureza adaptada às intempéries climáticas é retratada através de uma imagem poética como a da flor do cacto sugada por um beija flor.

Neste contexto de promoção do Estado, também a imagem dos governantes é lançada na mídia. Embora os dois estejam ligados a um projeto de “... modernização autoritária do setor público [...], Tasso se aproxima mais do modelo de gestão burocrática clássica, enquanto Ciro Gomes, como administrador, tenta combinar a eficiência e a impessoalidade da burocracia com o exercício de uma autoridade carismática” (GONDIM, 2000, p. 419). Os novos líderes do Estado, Tasso e Ciro, mais adiante passam a trabalhar em projetos políticos pessoais, ambos com ambições presidenciais, que são alimentadas pelas lideranças nacionais que contribuem para o fortalecimento da imagem de dois políticos corajosos, arrojadados e inovadores, que mudaram o Ceará e podem mudar o Brasil. Esse projeto levou Ciro a deixar o governo do Estado antes do fim do mandato para assumir o cargo de ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco.

Em resumo, esses dois primeiros governos da “Era Cambéba” se propuseram realizar mudanças profundas na máquina estatal e no Estado como um todo, mas isto não se verificou. No que diz respeito à aclamada mudança na condução do governo, esta ficou restrita a substituições, extinções ou fusões de órgãos, em conjunto com uma modernização autoritária e pouco inovadora, não ocorrendo de fato a prometida reforma administrativa (GONDIM, 2000). E também o prometido fim da miséria não foi alcançado; pelo contrário, a despeito do sucesso na mídia e da relativa melhoria dos índices econômicos, de prêmios e alusões ao desempenho do governo, os indicadores sociais permaneceram abaixo do ideal esperado, sendo mais graves no Sertão desmobilizado e na periferia da RMF, onde cresce o número de favelas (BARREIRA, 2002).

Enquanto se promoviam, os dois governadores puseram em prática políticas que corroboraram o aumento da concentração de renda e de pessoas no meio urbano, notadamente na RMF, como consequência de uma onda irreversível de desmobilização do Sertão, seja pelo descrédito de seus políticos, seja pelo desprezo claro por este espaço considerado desprovido de condições para o desenvolvimento nas bases pretendidas pelo Governo das Mudanças.

Assim, esses dois governos representam etapas de um processo que começa com o discurso de modernidade, que se mostra antagônico a um modelo dito tradicional. As ações dos governos, no entanto, vão assumindo práticas semelhantes às que combatiam, enquanto o discurso continua

preconizando a modernidade, que justifica as ações que não são compreendidas. Aos poucos o discurso moderno, que apenas se opunha ao passado, vai incorporando novos elementos que vêm com novos atores, especialmente os organismos internacionais. Competência, racionalidade, participação da sociedade e preocupação com o meio ambiente são algumas das expressões que se associam à modernização e moralização, além do reforço da necessidade de continuidade política. O caminho iniciado quando o grupo de empresários assumiu o poder em 1987 vai continuar e se fortalecer com a definitiva entrada em cena do conceito de desenvolvimento sustentável no 2º governo de Tasso Jereissati, em 1995.

5.2.4 – O “Governo das Mudanças” continua em cena: mais dois atos e o desenvolvimento sustentável define os novos atores

Embora o Governo das Mudanças tenha chegado sob os auspícios do neoliberalismo, no final da década de 1980, a verdade é que permaneceram e até foram fortalecidos os mecanismos de intervenção estatal na economia. Este foi um movimento nacional, a partir do Plano Cruzado, em 1986, seguindo-se os vários planos de estabilização da economia até chegar ao Plano Real. Um outro elemento desse cenário é que as reformas implementadas pelo Estado são de cunho superficial e não estrutural, como exige um processo de mudança verdadeiro.

Por outro lado, o Governo das Mudanças entrou em cena no momento em que a abertura política do país permite o início de discussões sobre a condução das políticas públicas, o que exigia uma nova postura e muito mais habilidade para tratar com todos os atores envolvidos nesse novo contexto.

O governo de Tasso, em seu primeiro mandato, e o governo de Ciro Gomes, foram etapas de uma adaptação para esses novos tempos políticos. Quando Tasso assumiu seu segundo mandato já apresentava uma nova postura, de muito mais sintonia política com o povo e também com uma posição de respeito nacional. O seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), estava em evidência com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, e com a implementação do Plano Real.

Ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, os programas e políticas do governo central reforçaram o discurso da

sustentabilidade enquanto suas ações agudizaram a desmobilização do Ser-tão. A intensificação de políticas compensatórias e de transferência de renda, bem como a priorização de investimentos em áreas como turismo e serviços, reforçaram o processo de urbanização em todo o país.

No Ceará, os elementos que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável já haviam sido enunciados por Ciro Gomes e já serviam de justificativa para suas ações. Mas esses elementos são de fato explicitados a partir da sua incorporação definitiva na conformação do segundo governo de Tasso Jereissati. O conceito passa a reforçar o discurso político, legitimando-o, e é colocado no centro do projeto governamental, mostrado em um plano de governo que se intitula “Plano de Desenvolvimento Sustentável” (CEARÁ, 1995), amplamente baseado nos conceitos e preceitos recomendados pelo Projeto Áridas (BRASIL, 1995). Esse conceito foi ratificado no terceiro governo de Tasso, cujo plano de governo teve como título “Consolidando o novo Ceará”, deslocando o “Plano de Desenvolvimento Sustentável” para o subtítulo.

Tasso assume o segundo mandato em contexto positivo, que permite desfrutar um elemento novo e decisivo: credibilidade. O Estado saneara suas dívidas e tornara-se um bom pagador. Foi o primeiro Estado brasileiro a se enquadrar na Lei Complementar nº 82, de 27/03/1995 (a chamada “Lei Camata”), que regulamentava o artigo 169 da Constituição Federal, de 1988, e que entrou em vigor no exercício financeiro de 1996. Essa Lei estabelecia os limites máximos que os Estados deveriam alcançar em relação às despesas com o funcionalismo. Já no ano de 1996, o percentual de gastos com pessoal no Estado do Ceará era de apenas 29,6%. (ALMEIDA; SILVA, 2000). Outro ponto ressaltado positivamente foi a continuidade das políticas, pois o trabalho iniciado em 1987 evoluía com os sucessivos mandatos assumidos por Tasso Jereissati e seus colaboradores.

Além desses aspectos, o segundo mandato de Tasso é marcado pelas idéias que entraram definitivamente “na moda” depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), em 1992, a ECO-92.

Depois de muitos esforços de técnicos e políticos o Semi-Árido foi incluído na agenda de discussões da ECO-92, que até então se concentrava nas questões relativas às mudanças climáticas e às florestas tropicais. Para que o Semi-Árido fosse incluído muito contou a realização, em Fortaleza, de uma

das reuniões preparatórias para a ECO-92, a Conferência Internacional Sobre Impactos Climáticos e Desenvolvimento Sustentável nas Regiões Semi-Áridas do Planeta (ICID). Participaram do evento 42 países, representados por cientistas e tomadores de decisões, que elaboraram um documento que recomendava a preparação de planos de desenvolvimento sustentável para as regiões semi-áridas de todo o planeta.

Concluída a ICID, um grupo continuou reunido em Fortaleza e a Fundação Esquel, juntamente com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) formularam, negociaram e coordenaram uma proposta metodológica para o Nordeste, pela qual a região poderia implementar o desenvolvimento sustentável. O trabalho desse grupo ficou conhecido como Projeto Áridas (BRASIL, 1995). Depois de dois anos de debates que envolveram os governos estaduais, foi definido um documento que serviu como base metodológica para a formulação de planos de governos em vários Estados do Nordeste.

No Ceará, como já foi mencionado, Tasso Jereissati chamou de “Plano de Desenvolvimento Sustentável” a sua proposta de governo para 1995-1998 (CEARÁ. Governador, 1995), continuada no seu mandato seguinte (CEARÁ, 2000). Os documentos foram muito bem elaborados, baseados nos preceitos do Projeto Áridas e também nas recomendações advindas do Pacto do Ceará (REBOUÇAS *et al*, 1997), porém, na prática, as prioridades de Tasso não condizem com os preceitos da sustentabilidade, se forem consideradas as premissas da ética do encontro.

Ainda insistindo na contraposição às “práticas retrógradas”, o Plano de Desenvolvimento Sustentável elege como objetivos do governo a promoção do crescimento econômico e o resgate da dívida social, com base nos princípios de sustentabilidade (ambiental, social, política e econômica), visão de longo prazo, participação e parceria, descentralização e qualidade (CEARÁ. Governador, 1995).

Este plano foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, boa parte oriunda do Projeto Áridas, e ao ser lançado, foi bastante discutido em várias instâncias da sociedade que foram convidadas a conhecê-lo. Este movimento condizia com um dos princípios mais reforçados no discurso político, e já bem explorado no Pacto do Ceará: a necessidade de participação da população nas decisões do governo, bem como de parceria em suas ações.

A partir do primeiro momento de discussão, os desdobramentos do Plano podem ser notados em todas as instâncias do governo e de fato surge uma série de projetos e programas que compõem as políticas públicas que visam ao alcance do desenvolvimento sustentável. O chamado “Modelo de gestão participativa” buscou efetivar o princípio da participação e parceria e vários Conselhos foram criados na perspectiva da participação popular (CORDEIRO, 2003). Os recursos do governo para novos programas não poderiam ser liberados sem a discussão no conselho concernente. Segundo Amaral Filho (2004, p. 25), a razão da importância do “Modelo de gestão participativa” estava:

... em permitir a identificação, o estudo e a discussão dos problemas através de uma nova abordagem, ou seja, através da discussão participativa com os segmentos interessados nas soluções desses problemas, bem como dimensionar e controlar os impactos no longo prazo, além de programar, coordenar e avaliar as atividades de execução. Dentro do novo modelo de Gestão o poder da ‘superestrutura’ ocupada pelo Poder Executivo passou a ser dividido com estruturas intermediárias representadas pela ‘mediação’, ‘integração interna’ e ‘articulação externa’ que receberam, por sua vez, a emissão de sinais dada pela sociedade através do ‘acompanhamento e avaliação’.

Este modelo implementado pelo governo era composto pelo Conselho de Participação da Sociedade (CPS), os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável (CRDS) e os Conselhos de Descentralização (CDs), dos quais fazia parte o Conselho Municipal de Desenvolvimento e os Conselhos Comunitários. Havia ainda os Grupos de Trabalho Internos (GTIs), que deveriam cuidar da integração e da Articulação Externa, responsável pela avaliação estratégica de oportunidades e ameaças (AMARAL FILHO, 2004).

Deste modelo surgiram alguns grupos e comitês específicos que passaram a influenciar outras áreas específicas de política pública, como é o caso do Fórum Participativo para Elaboração dos Planos Municipais do Programa de Apoio às Reformas Sociais (Proares), dos Comitês de Bacia, já previstos na Lei de Recursos Hídricos e postos em prática neste governo, e do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Projeto do Açude Castanhão, eleito pelo Banco Mundial como modelo de Fórum de Participação da Sociedade (AMARAL FILHO, 2003).

A discussão sobre os Comitês de Bacia é feita no Capítulo 8 desta tese, mas desde já é possível adiantar que a prática não guarda uma visão tão

auspiciosa para os resultados alcançados por este “modelo de participação”. No que diz respeito ao grupo do açude Castanhão, também não está claro o seu sucesso. Pesquisas junto à população de Jaguaribara, transferida para a cidade planejada e construída pelo governo com base nas decisões desse grupo de trabalho, mostram que os transtornos para aquelas pessoas são de uma dimensão não esperada ou mesmo considerada pelo grupo. Muitos velhos morreram de tristeza ao deixarem suas casas, as crianças não conseguem ainda encontrar uma referência, vizinhos de décadas foram separados por possuírem casas ou terrenos de tamanhos diferentes. A nova cidade, muito maior, mais moderna e com ares de progresso econômico esconde um distanciamento que não se mensura entre as pessoas separadas por decreto (MOURA; CAVALCANTE; SOUZA, 2004). E o Proares, um programa financiado pelo BID, é mais um exemplo de como o modelo proposto pelo governo para promover a participação não funcionou, como demonstra Sayago (2000).

Em síntese: todos participam, mas quem decide é o governo. A democracia representativa não deu espaço para a chamada democracia participativa. Quem estava nos conselhos eram pessoas privilegiadas, com acesso às informações, representando pessoas que na maioria dos casos nem sabiam de fato que estavam sendo representadas. Na verdade, era algo mais grave do que a eleição de um político para um cargo público, pois se escolhia (ou não) alguém que ia legitimar decisões que afetavam diretamente um grupo específico e este grupo perdia o direito de questionar se a decisão era correta, pois seu representante já havia concordado com ela. A decisão mais importante, a alocação dos recursos, continuou sendo tomada pelas instâncias superiores do governo.

Sempre se reportando a essas diretrizes fundamentais definidas pelo “Plano de Desenvolvimento Sustentável”, o governo implementou várias ações, programas e projetos. Para tanto, contou com a ajuda financeira e técnica cada vez maior dos organismos internacionais, já atuantes desde o 1º governo de Tasso, como o Banco Mundial, o BID e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

Destacam-se como ações mais impactantes a consolidação da política de Recursos Hídricos, o início da construção do açude Castanhão, o incentivo aos agropolos, e diversas obras de infra-estrutura. Essas obras estavam no âmbito de projetos maiores como é o caso do Programa de Desenvol-

vimento Urbano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Prourb) e do Programa de Saneamento da Região Metropolitana de Fortaleza (Sanear), financiados pelo Banco Mundial e pelo BID, respectivamente, ou em projetos específicos, como a construção do novo Aeroporto, do Complexo Portuário do Pecém e do Metrô de Fortaleza (Metrofor). Essas obras de infra-estrutura estão no âmbito da estratégia de desenvolvimento industrial e atração de investimentos, baseada ainda no programa de incentivos fiscais que continuou.

No que diz respeito ao Sertão, os projetos que mais poderiam trazer repercussões para essa região são o Projeto São José e o Programa de Reforma Agrária Solidária. Ambos são financiados pelo Banco Mundial, sendo que o primeiro é uma reformulação do antigo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP). Ambos os programas se adequavam aos princípios do desenvolvimento sustentável e priorizavam o princípio da participação. O Projeto São José passou a ser o carro-chefe do combate à pobreza no semi-árido.

A despeito dos progressos alcançados pelas políticas públicas do governo, a pobreza não foi superada. O Ceará se apresenta com a 23ª renda *per capita* dentre os Estados brasileiros, a segunda maior desigualdade de renda, o quinto percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais, a 23ª taxa de alfabetização, o quinto lugar no percentual de pessoas de quinze anos ou mais analfabetas e o quinto lugar em pobreza (ATLAS..., 2003).

5.3 – A Grande Contradição: Onde Está o “Moderno” e Sustentável Sertão do Ceará?

O discurso vendido (e comprado) sobre a trajetória política e econômica do Estado do Ceará esconde, sob a capa da modernidade, uma realidade na qual se vislumbra um quadro de pobreza insistente, que os índices positivos da economia não conseguem reverter. Especialmente no Sertão é possível observar claramente a dicotomia entre o Ceará da mídia e o Ceará real.

Enfatiza-se a idéia de que o Estado vem passando por um processo sólido de crescimento da economia desde então. Na verdade, houve um *boom* de industrialização, patrocinado por ações da chamada “guerra fiscal”, recheada de subsídios, isenções e concessões. Ou seja, o Estado pôs em prática uma série de medidas fiscais e outros incentivos creditícios, além

de garantir infra-estrutura adequada. Proporcionou aos empresários não só grandes facilidades para se instalarem, como excelentes condições de competitividade. Além disso, o Estado possui um imenso “exército industrial de reserva”, pronto a assumir os postos oferecidos pelas indústrias, com salários diretos e indiretos bem abaixo do mercado do Sul e Sudeste. Essa mão-de-obra é aproveitada de forma pequena em relação aos incentivos dados pelo governo, pois não está preparada do ponto de vista tecnológico. Ou seja, o nível de emprego gerado pelo programa de incentivos do governo é muito baixo relativamente aos investimentos realizados.

Esse era um cenário bem adequado para empresários fascinados com o mito da globalização, ávidos por melhores condições de produção, notadamente na estrutura de custos. Isto também atraiu a atenção do resto do Brasil e do mundo, especialmente de organismos internacionais de crédito, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se consolidaram como parceiros do governo do Estado. Esse fato traz várias conseqüências para o formato das políticas públicas locais, dado que a intervenção constante desses organismos leva à definição de políticas mais voltadas para o atendimento das suas diretrizes do que propriamente para atender as necessidades da sociedade local.

Corroborando o projeto de modernização do Estado, as políticas públicas passam a incentivar o que se conhece como “interiorização do desenvolvimento”. Os programas de interiorização da produção implementados pelo governo no Ceará têm sido objeto de análises minuciosas por pesquisadores estrangeiros nos últimos anos, normalmente ligados ao Banco Mundial, como é o caso de Tandler (1998).

Essa idéia sempre esteve presente nos Planos de Governo nas últimas décadas, porém nem as ações do governo federal nem as do governo estadual foram capazes de efetivar esse intento (ROCHA; CHACON, 1991). E não foi diferente para a “oligarquia dos empresários”. Os programas de interiorização se restringem à implantação de algumas indústrias em municípios já com alta taxa de urbanização. Apesar de os índices de eficiência divulgados para programas sociais, como o de agente de saúde e o de educação infantil, o morador do Sertão é impelido a migrar continuamente em busca de melhores condições de vida. Os investimentos, por via de regra, se concentram no meio urbano, o que é consistente com o projeto urbano-industrial da nova força no poder. É clara a preferência em investir na indus-

trialização e no turismo em detrimento das atividades do setor primário, que, não obstante, ainda é o setor que mais gera divisas para o Estado.

Quando se fala em interiorização do desenvolvimento (ou mesmo apenas do crescimento) no Ceará, sempre se enfatiza o problema gerado pelas estiagens periódicas. Sobre isso, o Estado, a partir de 1987, atuou promovendo a idéia de convivência com a seca. As políticas públicas no Estado passaram a priorizar o combate permanente de seus efeitos, procurando minimizar as medidas emergenciais, o que deveria gerar condições de crescimento independente do fator climático. Essa ênfase no meio rural poderia significar a mudança definitiva no perfil produtivo do Estado, porém a meta era promover uma “revolução industrial” própria, que percorreria todo o seu espaço territorial. Não se questionou ou ponderou as possíveis preferências do povo do Sertão, dentre outras falhas dessa concepção.

Para efetivar essa nova política, um fator estrutural era fundamental: provisão contínua de água. Em 1992, o Estado promulgou a chamada Lei das Águas (nº 11.996), uma das precursoras no país da nova política de gestão de recursos hídricos (CEARÁ, 1992), que viria consolidar-se em 1997 com a Lei Federal nº 9.433 (BRASIL, 1997). Esse é um marco a ser bem analisado, pois quer denotar uma mudança radical na forma de ver e tratar a água (ou falta de água), transformando-a em um recurso ou fator econômico. A partir de então, a água, que sempre foi um fator político, assume definitivamente a face de “recurso hídrico”, ou seja, passa a ser, antes de tudo, um fator de produção, de acordo com a aparência das novas políticas.

A água sempre foi um marco central na vida das pessoas, dos políticos e das políticas na região Nordeste, e especialmente no Ceará. Se a água é essencial a todos, esse aspecto se torna dramático em uma região de clima semi-árido e solo cristalino. Assim, antes mesmo de ser tratada como fator de produção, como recurso hídrico, a água sempre foi um forte fator político. Ou seja, um trunfo e uma forma de persuasão eleitoreira. A isso se acrescenta agora o fato de a água ser um dos fatores constitutivos de um projeto que é econômico, antes de ser social, mas continua sendo essencialmente político e eleitoreiro. A política de desenvolvimento se confunde hoje e sempre com a política partidária (BURSZTYN, 1984). Mais que isso: o discurso de mudança parece vazio, quando se percebe apenas uma nova forma de legitimação do poder. Ele

vem disfarçado pela capa da modernidade econômica e política e revestido pela preocupação com a sustentabilidade social e ambiental, e esconde a permanência dos mecanismos que impõem uma condição permanente de dependência e desalento à população mais pobre do Estado, principalmente daquela residente na região semi-árida. A exclusão resultante desse processo é cada vez mais aguda.

A análise detalhada do processo de construção e aplicação das políticas públicas é um passo fundamental para melhor compreender essas colocações. Dessa forma, esta pesquisa faz esse exercício com relação à gestão de águas no Estado. Compreender a nova política de águas do governo do Ceará, empreendida pelo “Governo das Mudanças”, é uma forma de apreender os resultados das ações do governo para o Sertão. Descobrir o caminho das águas leva a descobrir o rumo que está tomando o sertanejo. Isto é feito nos dois próximos Capítulos, que discutem as políticas públicas para a seca implementadas ao longo da história do Sertão nordestino e, especificamente, a política de águas do Ceará.

Capítulo 6

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O USO POLÍTICO DA ÁGUA NO SERTÃO

*O drama do Nordeste é demasiado conhecido.
A responsabilidade maior é da classe política nordestina,
que se prevalece das suas posições no governo
para dificultar a formulação de uma política.*

Celso Furtado
(*Seca e Poder*)

É apresentado neste Capítulo um apanhado geral das ações do Estado em relação à seca no Sertão semi-árido nordestino. São enfatizados o uso político dessas políticas e os conflitos que as perpassam continuamente, alimentados pelos interesses das elites no poder. Um fato que sobressai na análise é a decisiva interferência das orientações dos organismos internacionais de financiamento, a partir de meados da década de 1970. As novas posturas adotadas desde então evoluíram até as atuais formas de gestão de água, que compõem um conjunto de diretrizes consideradas modernas e coerentes com a noção de desenvolvimento sustentável. Essa revisão é fundamental para se compreenderem adequadamente a gênese da política de água do Ceará e suas reais motivações, percebendo o todo em que esta se encontra inserida.

6.1 – Seca, Política e Conflitos no Sertão

Por décadas, as principais ações públicas que tomam o Sertão como objeto têm como principal motivação ou linha de estruturação a seca, ou seja, a escassez de água. Em função disso, uma intrincada malha de relações entre as instâncias política, econômica e social é formada, influenciando as relações sociais no Sertão ao longo da história. Em diferentes épocas, com

abordagens distintas, o poder político usou a seca como base e fundamento de seu discurso, sempre encontrando aí a justificativa para diversas atitudes políticas. Os atos políticos beneficiaram muito pouco a população do Sertão, porém os sertanejos tiveram suas relações sociais definidas por essa abordagem política histórica, que toma a seca ora como um problema ora como uma solução, mas sempre como razão seja para a falta de condições dignas, seja para supostamente obter recursos para implementar mudanças. Como ressalta Bursztyn (2002, p. 6):

Já se passaram cerca de 125 anos, desde que D. Pedro II prometeu que venderia até a última jóia da coroa para assegurar que um flagelo como o provocado pela grande seca dos anos 1877-1879 jamais se repetiria. Estamos a quase um século da criação da inspetoria que daria lugar ao Dnocs e umas seis décadas da constituição da companhia do Vale do São Francisco. Muito se gastou em estudos, na construção de açudes e na implementação de grandes projetos de irrigação. E a seca segue como o grande vetor que move a política no semi-árido...

Essa manipulação política da seca, do Sertão e do próprio sertanejo afetou-os diretamente. O sertanejo foi sistematicamente excluído das ações do Estado, porém é impactado direta ou indiretamente por elas. A própria condição de carência e fragilidade da região é apropriada pelo discurso político, tornando sua perpetuação um fator estratégico, que permite o uso constante dessa situação, mesmo que o discurso seja modificado para se adequar ao momento. A secular luta do sertanejo para sobreviver em um ambiente de escassez relativa de água e de pobreza abundante é a base para o fortalecimento do poder político tanto local quanto central, esteja ele na mão de quem estiver, valha-se ele de um discurso arcaico de coação ou moderno de persuasão.

A miséria do sertanejo não tem uma só fonte, assim como a seca não é um fenômeno apenas climático. No caso do Sertão, as políticas específicas de combate à seca, bem como os projetos de desenvolvimento rural, nunca puseram efetivamente o homem como sujeito das ações, não lhe deram voz ativa, nunca lhe propuseram um diálogo verdadeiro.

Amartya Sen (2000), ganhador do Nobel de Economia de 1998, defende que a fome não é um problema de falta de comida, mas, sim, de políticas inadequadas que levam a uma má distribuição de renda. Tal premissa ajuda

a entender a permanência do quadro de carência do Sertão semi-árido. Corroborando essa análise, Furtado (1998b) ressalta que não se mediram até hoje os verdadeiros custos humanos da seca; pelo contrário, isto sempre foi ignorado pela classe dominante e concentradora de renda, pois, de outro modo, cairia por terra todo seu modo de vida privilegiado.

Depois de toda a evolução tecnológica experimentada pela humanidade, o Sertão continua sofrendo com a seca, deixando às claras, renovando e fortalecendo as velhas configurações estruturais e históricas, aparentemente imutáveis. Porém, vem apresentando novas conotações conjunturais, como a intervenção de organizações do Terceiro Setor e a cobertura da mídia em tempo real das consequências do fenômeno, bem ao gosto da “era da comunicação”. É bem verdade que, apesar de o uso midiático da seca ter chegado ao seu ápice em 1998, desde o início do século XX, esta já era uma matéria que vendia jornais e comovia a sociedade (RIOS, 2002). A diferença agora é a forma de transmitir a informação e a velocidade que se alcança, permitindo novos usos da miséria alimentada.

A seca sempre foi um excelente meio de melhorar a imagem de todos, principalmente dos políticos, mas os novos tempos e as novas tecnologias tornaram mais fácil e rápido fazer sucesso com a seca. No final do século passado, na seca de 1998, por exemplo, as decantadas ações de combate às consequências do “El Niño”¹⁶ no Nordeste confundiram-se com campanhas políticas, partidárias, ideológicas e religiosas. Mais parecia um grande *show* orquestrado pela mídia, com direito à “novela da seca”, com muitas lágrimas de fome e depois de gratidão. Tudo televisionado diariamente para comoção geral da nação.

Os candidatos à presidência na época não deixaram de aproveitar a oportunidade de se mostrarem solidários com os pobres atingidos pela seca, e lá foram eles tirar fotos no meio do Sertão, como relata Villaméa (1998, p. 57):

Apesar de a seca ter sido prevista desde o final do ano passado, na esteira dos estudos sobre o fenômeno El Niño, só na última semana os candidatos a presidente da República parecem ter despertado para a tragédia que abala 1.209 municípios do Nordeste. Lula saiu na frente. FHC foi atrás. Ciro Go-

¹⁶ Fenômeno meteorológico que se manifesta com o aquecimento das águas do Oceano Pacífico, chegando a atingir até 4 ou 5 graus centígrados acima da média, traz implicações climáticas globais

mes fez o contraponto. Na perspectiva da campanha política, o Ceará se transformou no epicentro do flagelo. Apostando na escolha do governador tucano Tasso Jereissati, o presidente desembarcou de helicóptero na vila Caiçara, em Tejuçuoca, no oeste cearense, na segunda-feira 4. Pouco antes, Lula começara por Quixeramobim e Jaguaruana, no sertão central cearense, um périplo pelo Nordeste. Dois dias depois, acusando FHC e Lula de explorarem politicamente a miséria, Ciro Gomes visitou uma obra de irrigação dos tempos em que governou o Estado.

Não parece ter havido uma grande evolução no sentido de uma solução para a convivência adequada do homem com os fenômenos climáticos do Sertão semi-árido e, o que ainda é pior, este fato natural continua sendo objeto de uso político. Isto torna pertinente relembrar aqui alguns pontos relativos ao fenômeno da seca e como este tem sido tratado pelas políticas públicas ao longo do tempo, o que permite depois fazer um contraponto entre o considerado antigo e o que é posto como novo.

6.2 – Seca e Políticas Públicas no Sertão

A seca ocorre “... quando as chuvas atrasam ou se distribuem de modo irregular, de forma a prejudicar o crescimento das lavouras...” (COELHO, 1985, p. 16). A irregularidade do clima provoca grandes períodos de estiagem, podendo a falta de chuvas durar vários anos seguidos. Somente no século XX, ocorreram 15 secas na região¹⁷, sendo a de 1915 uma das mais danosas para a população. Em 2003, já no século XXI, foi registrada nova ocorrência de seca no Sertão nordestino. Nesse início de 2005, as chuvas demoraram a cair, chegando apenas em março, configurando a chamada “seca verde”, e trazendo prejuízo para a maioria dos pequenos agricultores de sequeiro.

Embora o clima seja o aspecto preponderante quando se fala de seca, outros fatores têm que ser levados em consideração quando se busca entender as conseqüências da seca para o Sertão e para o sertanejo, quais sejam:

¹⁷ Anos de seca no Século XX: 1900, 1903, 1915, 1919, 1932, 1942, 1951-1953, 1958, 1966, 1970, 1976, 1979- 1983, 1987, 1991-1992 e 1998.

- a) A estrutura fundiária, concentradora de terra e de renda, que impetra no meio rural nordestino como um todo, subsidiadora de uma estrutura de poder que ainda influencia as políticas e ações para o desenvolvimento da região e, por conseguinte, dificulta o combate às consequências da seca (CARVALHO, 1988; FURTADO, 1998b).
- b) A estrutura socioeconômica dominante na região. O modo de vida do sertanejo típico, que ainda produz, é baseado quase que exclusivamente na agricultura de sequeiro, de tal maneira que terra e água são elementos fundamentais na conformação social do meio rural nordestino (FURTADO, 1998b). O fato de o agricultor, na grande maioria das vezes, não estar vinculado de forma definitiva à terra onde trabalha leva a que os laços formados com esta sejam fracos e, se advém um período de estiagem, não há muitas motivações para sua permanência no Sertão. E mesmo aqueles pequenos proprietários, sem recursos para enfrentar a estiagem, são obrigados a vender suas terras ou abandoná-las e também migrar.
- c) A desagregação das famílias, cujos membros migram em busca de locais mais propícios à sua sobrevivência, desmantelando assim toda a comunidade e gerando problemas adicionais que têm reflexos não só no campo, com a desestruturação do sistema familiar e produtivo e dos valores culturais, como também no meio urbano, para onde normalmente se dirigem os movimentos migratórios, “inchando” as cidades e aumentando a marginalização e a exclusão.
- d) A expectativa conformista da população e o manejo político clientelista são também indicados como causas da continuidade dos transtornos provocados pela seca. O sertanejo, de um modo geral, aceita a seca de forma resignada, como se ele tivesse a obrigação de passar por privações, “porque Deus quis assim...”. Baseado nesse tipo de mentalidade, o sertanejo não faz muito para reverter sua situação de dependência do clima. (MAGALHÃES; BEZERRA, 1991). Essa premissa é em parte verdadeira. Por outro lado, as ações protecionistas do governo levam a uma acomodação ainda maior. É recorrente a atitude de espera por soluções vindas do governo. A situação chegou a tal ponto de conformação e imobilismo, que alguns moradores do Sertão chegam a desejar que não chova para

que o governo comece a distribuir cestas básicas ou implante as frentes de emergência¹⁸ e ele possa ganhar “um dinheirinho”.

Ou seja, apesar de a escassez relativa de água causada pela conformação climática do semi-árido constituir um grave problema para a região, não se podem atribuir ao fenômeno climático da seca todas as penalidades e utilizá-lo para justificar o permanente estado de miséria do sertanejo. É preciso conhecer todos os fatores que influenciaram e influenciam as políticas públicas que visam equacionar os problemas do Sertão, especialmente quando estes estão ligados à escassez relativa de água.

O que se constata é que as principais políticas que se referiram à seca ao longo da história estiveram direcionadas a aspectos adjetivos e não aos pontos essenciais do fenômeno. Elas buscaram a maquiagem do problema em proveito de fins políticos, e se concentraram em promover ações inócuas que não mudavam de fato a realidade, ainda que amenizassem alguns conflitos.

Dentre as várias deturpações advindas dessas políticas, um exemplo sempre foi muito lembrado, que é a chamada “indústria da seca”, pela qual se verifica a oferta de bens e serviços para beneficiar pessoas que não sofrem diretamente os efeitos da seca (COELHO, 1985). Por “indústria da seca”, denominaram-se historicamente os desvios dos recursos públicos destinados ao socorro das vítimas da seca. É a obtenção, de forma organizada, de benefícios de natureza econômica a partir de uma situação catastrófica, no caso a seca. Ao mesmo tempo, as políticas que poderiam surtir efeito positivo foram distorcidas, desviando-se de seus objetivos por falta de convicção técnica ou política.

É possível realizar uma periodização das ações públicas no Nordeste a partir da idéia de “combate à seca”, que marca décadas de intervenção pública e de interferências na organização social do Sertão.

Do ponto de vista das políticas públicas para o Nordeste, Bursztyn (1984) as analisa focando a evolução histórica das relações entre o poder central e o poder local, e afirma que a ação do Estado sempre foi pautada pelo autoritarismo, que se manifesta pela omissão até a década de 1960 e depois

¹⁸ Programas de alistamento de agricultores na época da estiagem, para realização de pequenas obras.

pela imposição. Antes de 1959, ele caracteriza as ações do Estado como assistenciais, com respostas setoriais quando surgiam os problemas, não havendo planejamento ou coordenação entre as ações, que eram controladas pelo poder central e exercidas por diferentes órgãos. Entre 1960 e 1970, as ações assistenciais passaram a ser acompanhadas de novas ações programadas, a partir da criação da Sudene, um poder regional que passou a concentrar todas as ações para a região. Depois de 1970, as ações passam a ser novamente controladas pelo poder central e implementadas por vários outros organismos federais, além da Sudene.

Até 1959, portanto, se caracteriza um Estado autoritário por omissão, paternalista e conservador, que se legitimava de forma recíproca, trocando favores com o poder local, comandado pela figura do coronel. A partir de 1960, entra em cena o que Bursztyn chamou de autoritarismo ativo. Ainda paternalista, mas oscilando entre o conservadorismo e a necessidade de parecer moderno, para se contrapor ao modelo antigo. Isto leva à chamada “modernização conservadora”, que se legitima até 1970 ainda de forma tradicional, por intermédio dos coronéis e, depois de 1970, começa a forjar novas formas de legitimação, excluindo cada vez mais a figura do coronel tradicional e começando a valorizar o funcionário do governo, o burocrata que detém a técnica e media o acesso a benesses públicas (BURSZTYN, 1984). Esse processo fica bem caracterizado quando são observados os fatos políticos que marcaram a história política do Ceará neste mesmo período, o que já foi objeto de análise no Capítulo 3 desta tese.

Complementando essa visão, a sistematização feita por Carvalho (1988) enfatiza para cada época a forma de inserção da economia nordestina no mercado nacional. Este autor segue praticamente as mesmas proposições de Bursztyn; apenas subdivide os períodos já analisados acima. Carvalho corrobora as idéias de Bursztyn, quando afirma que a presença governamental no Nordeste até 1950 é um reflexo dos interesses centrais e de alianças com o poder local, quando predominou a construção de açudes como principal medida para promover o crescimento econômico no Sertão. Para Carvalho, nesse período, outras recomendações técnicas não foram levadas adiante por ferirem os interesses da classe dominante.

Um segundo período, para Carvalho (1988), vai de 1950 a 1959, quando começa um trabalho de mediação do Estado para integrar a região no mercado nacional. Nesse momento, a economia da região

passa a ser orientada pela lógica do capitalismo, que está em constituição no país. As mudanças nesse período são limitadas, pois não se tocou em problemas estruturais, como a questão agrária. Por outro lado, as estratégias do poder local conseguiram minimizar os conflitos no Sertão, que permaneceu na chamada “paz agrária”, enquanto se agravavam os conflitos no Litoral e na Zona da Mata.

Ainda neste período é criado o Banco do Nordeste, em 1952, o que é posto como uma vitória da oligarquia algodoeiro-pecuária, que consegue mediar bem e manter seus privilégios junto aos poderes constituídos. As relações de produção que caracterizam o Sertão são preservadas e garantem uma sobrevida aos coronéis do Sertão, o que não acontece com os barões do açúcar. Os velhos coronéis conseguiram evitar a desapropriação das terras dos vales úmidos para a irrigação pública, alegando que não havia latifúndios no Sertão. Tal manobra foi particularmente bem executada pelos representantes do Ceará (CARVALHO, 1988). Nesse momento, a economia nacional já é comandada pelo capital industrial e financeiro do Centro-Sul, além do capital estrangeiro, o que acarreta uma redivisão regional do trabalho. Isto é também explorado por Furtado (1974a).

Um terceiro período, para Carvalho (1988), vai de 1959, quando é criada a Sudene, até 1964, quando começa a ditadura. Nesse período, são formuladas propostas de mudanças profundas em termos políticos, econômicos e sociais, que se resumem basicamente na tentativa de ampliar e diversificar a base econômica da região, ao mesmo tempo em que atenderia as necessidades básicas da população. Mais uma vez, as forças políticas locais ligadas à terra se articularam para entravar esse processo. Além disso, os interesses da burguesia industrial do Centro-Sul não se coadunavam com essas idéias, pois queriam manter o Nordeste como um mero consumidor.

Para Carvalho (1988), o Estado age, nesse momento da história, como um mediador, de forma organizada, planejada, por meio de uma instituição nova e moderna, a Sudene, não capturada (ainda) pelas oligarquias dominantes. Nesse contexto, a seca deixa de ser o “carro-chefe” para justificar os problemas ou o atraso da região. São elaborados Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social para o Nordeste, que pressupunham o “desenvolvimento auto-sustentado” da região a partir da redistribuição espacial das atividades e o deslocamento de populações para “vazios demográficos”. Os problemas passam a ser vistos de

forma integrada com o resto do país e a indústria é eleita como motor do desenvolvimento. Por outro lado, a resistência à irrigação pública continua forte e a Sudene não se mostrou capaz de se contrapor diretamente às oligarquias tradicionais. Nesse sentido, Furtado (1998b), ao fazer um balanço da atuação da Sudene, admite que as idéias dos técnicos para irrigação no Sertão fracassaram porque não se conseguiu implementar de fato a reforma agrária.

A Sudene foi criada em 1959, como uma das respostas à forte seca de 1958, porém, em termos de melhoria para o povo que vivia no Sertão, especialmente em relação à seca, a Sudene, no período que antecedeu ao golpe militar de 1964, não pôde de fato ser testada, pois só veio a ocorrer uma seca realmente forte em 1970, quando as diretrizes para as políticas regionais já haviam sido modificadas e a Sudene já perdera parte de sua identidade original.

O período que vai de 1964 a 1978 tem como principal característica o autoritarismo. Nesse período de “modernização conservadora” são reforçadas as alianças com o poder local, enquanto o Estado tenta conciliar os interesses das velhas oligarquias rurais com o emergente poder da nova burguesia urbana. O governo central redireciona as políticas relativas às secas no sentido de usá-las em proveito de sua legitimação, concedendo privilégios aos grandes proprietários de terras, esquecendo ainda mais o sertanejo e suas necessidades (CARVALHO, 1988).

A partir da década de 1970, ocorre uma imposição de programas que eram tecnicamente bem elaborados, mas que fracassaram por não atenderem aos anseios das populações e refletirem receitas importadas, trazidas pelos técnicos dos organismos internacionais de financiamento que, por esta época, já começavam a fortalecer sua atuação no Brasil como um todo. É a época dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), no âmbito dos quais encontra-se o Polonordeste (de 1974). Ao analisar este período, Bursztyn (1984) enfatiza o fortalecimento dos laços entre o poder central e o poder local, com o uso dos recursos dos projetos nesse último.

Uma quinta fase, para Carvalho (1988), é um período que reflete os efeitos da seca que durou de 1979 a 1983. A principal ação do governo concentra-se na criação das chamadas frentes de serviço, que, além de criar empregos e atender às necessidades mais imediatas, garantia a força de trabalho para os grandes proprietários sem onerá-los e garantia a demanda da economia regional, especialmente em relação ao comércio. Con-

tinuava, assim, a conciliar os interesses dos senhores do Sertão e os dos novos senhores das cidades.

As obras e serviços realizados pelas frentes levaram a uma maior valorização das terras dos grandes proprietários, em contraste com o aumento acelerado da pobreza e da miséria dos sertanejos, mais uma vez empurrados para as cidades em busca de melhores condições de sobrevivência. Por outro lado, a continuidade dessa política assistencialista, de cunho apenas compensatório, leva a um contínuo desinteresse pelas atividades agropecuárias entre os sertanejos. A desmobilização do Sertão, um processo histórico, tem nesse momento um avanço extraordinário e se torna cada vez mais forte nos períodos seguintes.

Com os anos 1980, sobreveio uma tentativa de redefinição da estratégia de desenvolvimento do Nordeste. Os princípios gerais de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI) foram mantidos, embora as decisões partissem então exclusivamente de Brasília. Definiu-se que apenas os componentes ligados diretamente à produção agrícola permaneceriam integrados. Denominou-se de Projeto Nordeste essa nova ação, que previa a execução dos seguintes programas: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP); Programa de Irrigação; Programa de Apoio a Pequenos Negócios Não-agrícolas; Programa de Educação no Meio Rural; Programa de Ações Básicas de Saúde no Meio Rural; e Programa de Saneamento Básico no Meio Rural. (MAGALHÃES; BEZERRA, 1991).

De todos esses programas, o PAPP (SUDENE, 1986) foi o que mais avançou, devido a financiamento do Banco Mundial. Em 1993, ainda com o apoio do Banco Mundial, o PAPP foi reformulado e ampliado, tentando, pela descentralização das ações, melhorar seus resultados. Promoveu-se a participação de várias Secretarias de Governo e, principalmente, das comunidades, incentivando sua organização formal. Cada Estado passou a gerir autonomamente seus recursos. O novo PAPP passou a funcionar com base em empréstimo concedido pelo Banco Mundial, que deve ser complementado com verbas do Estado e contrapartida das comunidades, sendo os recursos disponibilizados a partir da apresentação de subprojetos comunitários, que poderiam ser produtivos, de infra-estrutura e sociais. (MAGALHÃES; BEZERRA, 1991). No Ceará, o PAPP foi rebatizado com o nome de “Projeto São José” e passa a apresentar resultados específicos, vinculando-se ao programa de combate à pobreza do governo estadual (CEARÁ, 2003).

O Programa de Irrigação teve também grande impulso, porém de forma desvinculada do Projeto Nordeste, pois, em 1985, foi criado o Ministério Extraordinário para a Irrigação, que deu um grande impulso ao programa. Embora esse ministério tenha sido extinto em 1989, o Programa de Irrigação continuou sendo executado pelo Ministério da Agricultura. Os resultados esperados, contudo, não foram totalmente alcançados. O Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), subproduto do Programa de Irrigação, teve alguns sucessos isolados, mas não tomou uma feição efetiva para a região como um todo (MAGALHÃES; BEZERRA, 1991).

Com a Constituição de 1988 (SUDENE, 1988), os Estados e Municípios passaram a ter mais recursos próprios, adquirindo, assim, mais autonomia, o que reverteu o processo de centralização ocorrido no governo militar. Foi criado também, com a nova Constituição, o Fundo Constitucional para o Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que passou a ser uma das grandes fontes de financiamento para projetos no Nordeste, especialmente na região semi-árida.

A partir de então, misturaram-se mais ainda ações emergenciais, desenvolvidas em anos de seca, com ações de caráter permanente. Essas duas frentes de ações tornaram-se paradoxais à medida que atividades emergenciais visando gerar emprego na época de estiagem, como, por exemplo, a construção de grandes obras hídricas e de infra-estrutura, não se coadunam com a estratégia de desenvolvimento econômico e social mais ampla e complexa proposta com a evolução do diagnóstico dos problemas do Nordeste. O que ocorre é uma fragmentação dos recursos, já minguados, entre os programas emergenciais e os programas de cunho permanente, principalmente quando a estiagem aumenta, desviando-se as verbas e os recursos humanos dos programas permanentes para os de emergência. Isso gera uma absurda competição entre as duas estratégias, que resulta na ineficiência das várias políticas e a continuidade dos problemas gerados com a seca.

A oferta de uma cesta básica na época da seca ou a inscrição numa frente de serviço, ou mesmo o fornecimento de energia elétrica e outras amenidades a comunidades carentes são ações que não resolvem de fato os conflitos gerados no Sertão. Esses conflitos têm sua gênese na própria estrutura de poder vigente. As políticas públicas implementadas no Nordeste como um todo, que apresentam a seca como principal motivação, se mos-

tram incapazes de melhorar a vida do sertanejo e ainda agravam a sua situação social, desmobilizando seu modo de vida e expulsando-o cada vez mais de seu espaço. As políticas fracassam especialmente no que se refere à criação efetiva de mecanismos que garantam a criação de emprego e renda.

6.3 – Políticas Para a Seca no Final do Século XX

A verba para seca entre os anos de 1988 e 1998 superou a arrecadação com as principais privatizações, chegando a R\$ 9,6 bilhões (LOBATO, 1998). Este número expressivo, principalmente em tempos de orientação neoliberal, não impediu que o Sertão e a seca continuassem tendo um uso politiqueiro como fonte de recursos, seja financeiro ou apenas como motivação política eleitoreira. A seca virou notícia em 1998, em 2003 e mais uma vez em 2005, quando o primeiro ato de muitos prefeitos eleitos em 2004, ao tomarem posse em janeiro, foi decretar emergência por causa da estiagem.

Os projetos que visam ao desenvolvimento rural têm sido o principal instrumento das políticas públicas relativas à seca. A análise da recente sua orientação é necessária para que se perceba o rumo que foi dado a estes e como isto rebate diretamente nas políticas de águas e, por conseguinte, na organização social do Sertão.

Em meados dos anos 1970 e início da década seguinte, bancos e agências internacionais de fomento ao desenvolvimento, como o Banco Mundial, o BID e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), passaram a criticar os projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo, pela sua ineficácia, e a defender programas de desenvolvimento voltados para as populações mais carentes. Além disso, criticavam os projetos tradicionais em várias frentes: ou porque viam apenas o lado da oferta de bens e serviços, ou porque os recursos não chegavam ao seu destino, bem como pela falta de participação dos beneficiários em todas as fases do projeto (CEARÁ, 1984).

Sob certo aspecto, a filosofia dos PDRIs do Polonordeste já estava alicerçado nesta linha de trabalho (NOTTINGHAM, 1989). A recomendação era que esta mudança de filosofia dos projetos deveria ser acompanhada com um melhor preparo técnico dos implementadores dos projetos. Contudo, analisando os documentos escritos por essas agências ligadas à promoção dos PDRIs, não se nota uma crítica substancial às práticas

gerenciais que seguiram sem sucesso durante as décadas de 1970 e 1980. Ao contrário, seguidos documentos defendiam com vigor suas respectivas atuações e atribuíam qualquer insucesso a fenômenos administrativos, tais como atrasos na liberação das cotas dos projetos, o fenômeno inflacionário ou a seca, repetindo um discurso bem comum aos políticos locais.

A definição do “público-meta”, constituído pela parcela mais pobre da população, é a primeira mudança apresentada. Representa de fato uma inovação quanto aos primeiros projetos que ainda incentivavam a grande empresa como líder na criação de empregos para a região. Uma segunda reformulação, realizada no final dos anos 1980 e início de 1990, é a exigência da participação efetiva das comunidades a serem beneficiadas com os recursos a serem providos pelos projetos. Isto é fruto de várias críticas ao financiamento de antigos projetos de desenvolvimento rural que não promoviam a participação das comunidades na formulação dos programas de desenvolvimento. Um dos exemplos usados como base para a reformulação das metodologias foi o “Programa Solidaridad” do México (DAMIANI, 1996). Uma vasta literatura acerca da idéia de participação passou a ser desenvolvida a partir daí e a subsidiar não só a formulação de novos programas como a análise e a avaliação de políticas públicas. (FORD *et al.*, 1989; BHATNAGAR; WILLIAMS, 1992; PICCIOTTO, 1992; CHACON, 1994; SAYAGO, 2000).

A reformulação dos programas deveu-se principalmente à crítica de que os antigos projetos eram orientados para oferta. Os tecnocratas decidiam como, onde e para quem deveria ser feito o projeto. Um pacote de medidas e soluções era assim ofertado para o público-meta, que não tinha sequer um interlocutor nas esferas decisórias. Esse tipo de orientação adotada em larga escala em todo o Nordeste fez surgir o que Bursztyn (1984, 1990) chamou de “novos coronéis”, representados pelos funcionários públicos que passaram a ter o poder de decidir quem “ganharia” os recursos dos projetos a serem implementados.

A crítica então sugeria projetos orientados para demanda, no sentido de que os beneficiários deveriam indicar suas próprias necessidades e a prioridade no seu atendimento. A ordem dos fatores assim seria invertida. Associações de classe, ou entidades representativas das comunidades rurais, nesta nova orientação, deveriam reunir-se e definir suas necessidades mais prementes, hierarquizá-las e demandar os recursos das esferas governamentais competentes.

Rapidamente, essa nova postura foi adotada e proliferam associações em todo o Sertão. Muitos associados não tinham idéia da razão pela qual eram solicitados a pôr sua assinatura ou a marca do polegar em uma lista passada por algum líder político local ou mesmo por algum comerciante. Ou seja, esta mudança deveu-se sobretudo a críticas vindas dos órgãos de fomento e não a imperativo das comunidades ou a uma mudança comportamental das entidades implementadoras desses projetos. O sertanejo continuava apenas um objeto manipulável, que justificava programas e trazia novas verbas.

Os organismos de fomento (caso do Banco Mundial e do BID), que juntos perfaziam mais de 60% dos fundos dos novos projetos, julgavam-se no direito de impor suas novas concepções de planejamento de projetos para comunidades de baixa renda. Os países subdesenvolvidos, na iminência de perder estes recursos, não tinham alternativa, senão aceitar as condições impostas, independentemente da discussão do seu mérito.

Como os estamentos burocráticos não estavam devidamente conscientes das novas necessidades, os mesmos técnicos encarregados desses projetos criavam mecanismos para prorrogar por diversos meios as técnicas dos antigos projetos orientados para a oferta. Desta forma, mesmo com o advento dos projetos orientados pela demanda, um técnico que quisesse vender tratores, conseguiria convencer algumas comunidades rurais a demandar tratores. A requisição proveniente da comunidade pareceria uma demanda sua, quando, na verdade, estava simplesmente sendo a nova face do antigo projeto orientado para a oferta.

O relativo esforço de órgãos internacionais apenas reproduz a tônica dos projetos e políticas voltadas para o Sertão. Ou seja, o homem, o sertanejo, em momento algum é considerado como parte de um processo amplo de melhoria de suas próprias condições de vida. Não passa de um elemento sem voz no jogo político pelo qual as elites se mantêm no poder, renovando alianças antigas ou criando novas alianças circunstanciais (BURSZTYN, 1990).

Uma série de velhos problemas é apontada por Damiani (1996), alguns dos quais já haviam motivado as primeiras reformas na filosofia de projetos de desenvolvimento rural. As suas críticas indicam que a mudança básica havida na filosofia dos projetos não se reflete na práxis de sua implementação. Ele se refere ao atraso por parte do governo federal na liberação dos fundos para os quais se havia comprometido. Mais ainda: em épocas de inflação alta, as parcelas eram liberadas com atraso, o que fazia com que os órgãos implementadores dos programas recebessem fundos

com valor real bem aquém dos nominais. Parte substancial da verba era destinada ao pagamento de despesas administrativas dos órgãos de fomento e a salários e outras formas de remuneração da burocracia. A multiplicidade de órgãos governamentais dificultava o controle e monitoramento das ações. Além disso, o autor observa a ausência da participação efetiva dos beneficiários no processo decisório, que era feito majoritariamente pelos órgãos de fomento. Outros pontos eram a subestimada oposição das elites locais quanto a alguns projetos e a ineficiência dos mecanismos para prevenir que os grandes proprietários se beneficiassem dos projetos. Além de todos esses entraves, os projetos financiados pelo Banco Mundial se concentraram em culturas decadentes e não em atividades dinâmicas, o que reproduzia a dependência do sertanejo, impedindo a geração adequada de emprego e renda.

Essas críticas comprovam que, mesmo com a mudança da filosofia, a prática administrativa continuava a mesma para os projetos. Tal crítica é também comprovada por Berthet (1996), quando afirma que os projetos, ao invés de serem orientados pela demanda, tiveram a demanda orientada pela oferta. Isto é, as demandas provenientes das comunidades estavam sendo de diversas formas comandadas por interesses das elites tradicionais: políticos ligados às instâncias estaduais e municipais, firmas, fabricantes e fornecedores de produtos.

Além disso, as políticas públicas para o Sertão têm-se baseado mais nos sucessos dos “Agentes de Mudança” – nos empreendedores, nos vendedores, nos órgãos governamentais, como as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outras instituições, do que na participação real da comunidade, que foi sempre deixada em segundo plano. Os projetos vendidos não correspondem às necessidades das comunidades, mas às conveniências dos vendedores, em total sintonia com a burocracia do poder público.

Apesar da dificuldade de implementar na prática as diretrizes que passaram a povoar os discursos e documentos oficiais nas últimas décadas do século XX, não se pode negar que houve, mesmo que limitadamente, uma certa evolução das políticas governamentais relativas à seca. Mas é também perceptível que, na competição por recursos, as ações emergenciais continuaram vencendo as de caráter permanente. Ou seja, a possibilidade de mudança efetiva no direcionamento é tolhida à medida que as ações que poderiam trazer algum desenvolvimento efetivo são sistematicamente prejudicadas, para

continuar beneficiando os donos do poder e não a parcela da população que é supostamente o alvo destes programas de desenvolvimento.

As ações públicas não têm sido capazes de atingir o estrato mais carente da população e não têm tido habilidade para trabalhar com essas pessoas, que seriam teoricamente a finalidade de sua existência. O resultado visível destas metodologias equivocadas é a permanência de problemas seculares, como a baixa produtividade, gerada por processos produtivos arcaicos e dissociados da idéia de sustentabilidade. Os programas de incentivo vêm mostrando, assim, a total incapacidade de perceber o verdadeiro sujeito, que é o homem, e de fato beneficiá-lo.

A razão do insucesso dos projetos de desenvolvimento, mesmo após as reformas implementadas a partir da década de 1970, pode ser resumida no desprezo constante ao público-meta, ou seja, ao sertanejo. Se antes ele era explicitamente excluído, com as novas abordagens ele é atraído por novas fórmulas e cooptado a “participar” das decisões, destituindo-o mais ainda do direito de mudar sua história e tornando-o mais dependente, agora de uma forma sofisticada e legitimada por um discurso moderno, que tem como base o desenvolvimento sustentável e o estímulo à participação, financiado e respaldado pelo capital internacional.

O motivo preponderante para que as políticas e programas governamentais para o Sertão não tenham alcançado o sucesso esperado foi o fato de estes não levarem em consideração aspectos estruturais da própria conformação social e produtiva da região, colocando o homem sempre como um apêndice dentro do diagnóstico do problema.

E no século XXI, a despeito de todos os discursos políticos, antigos e novos, os conflitos gerados pela falta d'água no Sertão continuam. As formas de administrar os conflitos, no entanto, se modernizaram e assumiram posturas adequadas às novas exigências editadas a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, a valorização do meio ambiente e a da participação do homem de forma direta na resolução de seus problemas fazem parte do novo foco. Cabe avaliar se os novos discursos e as novas práticas alcançaram algum sucesso no sentido de mudar a realidade de carência no Sertão e se, principalmente, o sertanejo conseguiu de fato ganhar voz. Para tanto, é analisada no próximo Capítulo a nova gestão de águas no Ceará, que se baseia amplamente nos preceitos do desenvolvimento sustentável e da gestão participativa da água.

Capítulo 7

MODERNIDADE E SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DE ÁGUAS NO CEARÁ

*Bem me diziam que a terra se faz mais branda e macia
quando mais do litoral a viagem se aproxima.
Agora afinal cheguei nesta terra que diziam.
Como ela é uma terra doce para os pés e para a vista.
Os rios que correm aqui têm água vitalícia.
Cacimbas por todo lado cavando o chão, água mina.
Vejo agora que é verdade o que pensei ser mentira.
Quem sabe se nesta terra não plantarei minha sina?
Não tenho medo de terra (cavei pedra toda a vida),
e para quem lutou a braço contra a piçarra da Caatinga
será fácil amansar esta aqui, tão feminina.*

João Cabral de Melo Neto

(Morte e Vida Severina)

Este Capítulo mostra como se estrutura a gestão de águas no Ceará. O objetivo aqui é absorver os detalhes de uma política pública específica e, a partir daí, colher subsídios para avaliar o impacto da ação do Estado para o Sertão. A opção por analisar a gestão de águas é bastante pertinente, já que a água é para o Sertão e para o sertanejo o elemento determinante da sua própria organização social e espacial e, ao longo da história, tem sido o mote das mais variadas políticas que visam ao desenvolvimento da região como um todo.

As informações apresentadas em relação à política de águas no Ceará foram em grande parte fornecidas por técnicos e políticos entrevistados para esta pesquisa. Além dos depoimentos, outra fonte importante foi o

material colhido de documentos e publicações oficiais do governo. Há uma ampla gama de informações técnicas e relatórios disponíveis nos órgãos relacionados com a gestão de águas e também na *internet*, o que facilita compreender todo o processo de implementação da gestão integrada de água no Ceará.

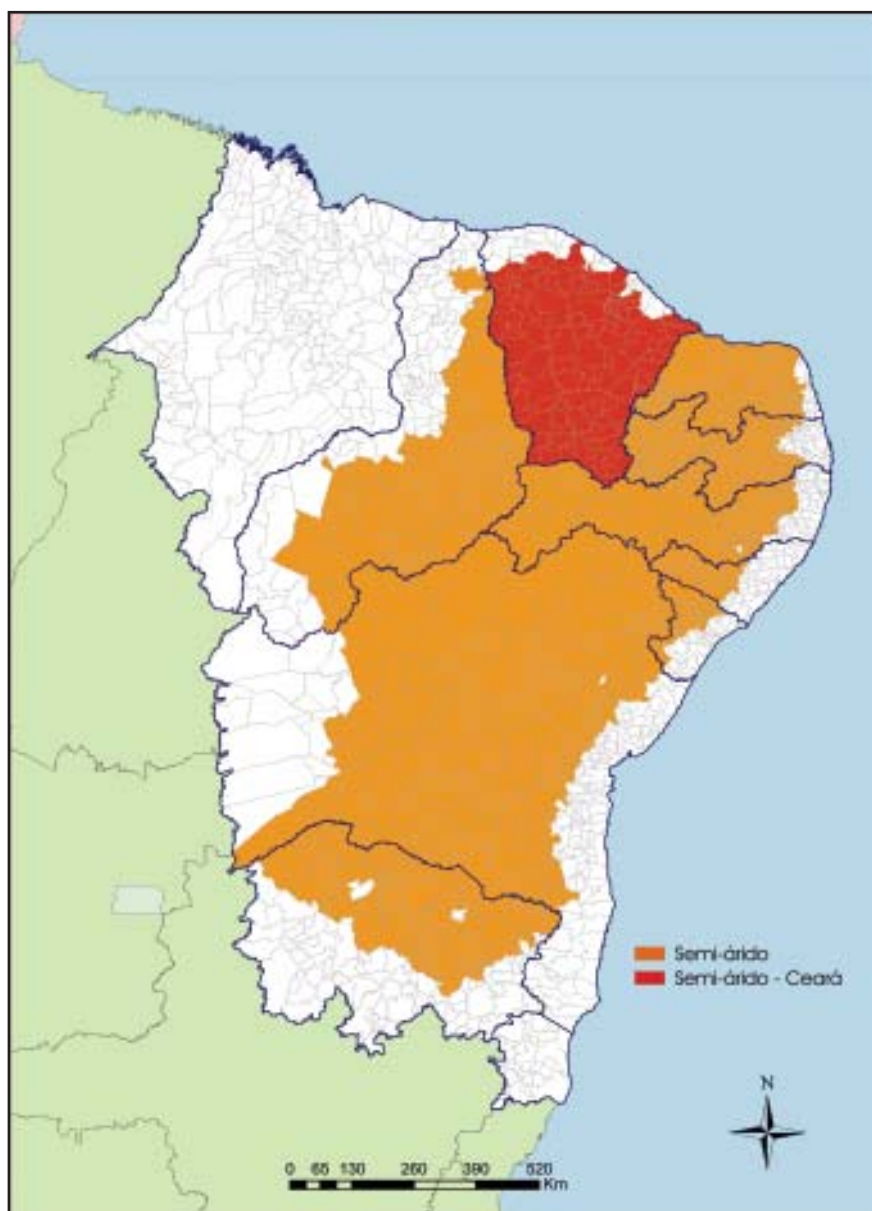
7.1 – Antecedentes da Política de Água no Ceará

Se a história do Nordeste se confunde com a história da seca, a história do Ceará é própria história da seca. Como se observa no Mapa 2, mais de 90% do território do Estado está situado no Sertão semi-árido, o que marca definitivamente toda a sua formação social, econômica e política. Além disso, tem 70% do seu solo em terreno cristalino, o que o torna raso e dificulta a utilização de águas subterrâneas.

A água no Sertão é o bem mais precioso. A nova gestão das águas promovida pela visão gerencial do Estado tem impactos profundos na vida do sertanejo. Embora embasadas nos princípios da sustentabilidade, as novas práticas e exigências para o acesso à água têm descaracterizado um sistema histórico de organização social e desmobilizado comunidades inteiras. A prioridade produtiva visivelmente identificada nas políticas governamentais leva a um projeto de cunho urbano-industrial que exclui ainda mais o Sertão e o sertanejo. O caminho das águas segue rumo às cidades e por ele não correm apenas as águas, mas levas de sertanejos em busca de uma vida melhor, pois já não acreditam conquistá-la em seu espaço.

Como foi visto no Capítulo anterior, as políticas de desenvolvimento do Nordeste estiveram ao longo da história diretamente ligadas à escassez de água na região, ora utilizando-a como justificativa para a pobreza de seu povo, ora para angariar recursos que, via de regra, se desviavam para os detentores do poder. O Sertão e o sertanejo foram constantemente usados pelos fazedores de políticas e, ao mesmo tempo, aliados do direito de receber benefícios concretos que levassem à melhoria das suas condições de existência.

Dentre as medidas propostas na última década do século XX para esta questão, as recomendações do Projeto Áridas (BRASIL, 1995) se destacam pela repercussão que causaram nas diversas esferas de poder no Nordeste, o que denota uma nova fase das políticas públicas, quando o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser o carro-chefe. O documento final reúne as contribuições de renomados profissionais de diversas áreas na



MAPA 2 – MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DO CEARÁ NO SEMI-ÁRIDO

Fonte: Banco do Nordeste.

busca de soluções para promover o desenvolvimento sustentável do Nordeste, e sugere a ênfase no monitoramento do fenômeno climático, aliada a ações de ordem local e regional para o enfrentamento do problema da seca. Para o Projeto Áridas (BRASIL, 1995, p. 122):

As possibilidades de clientelismo político podem ser totalmente afastadas através do uso de mecanismos de participação da sociedade, via colegiados nos níveis local e municipal, baseados em critérios transparentes, em esforço de ação articulada dos governo federal, estaduais e municipais. A longo prazo, o sucesso da estratégia de desenvolvimento sustentável reduzirá a necessidade de ações emergenciais na medida em que tornará a população mais capacitada para enfrentar as crises do clima.

Este documento serviu de base para vários planos de governo no Nordeste, inclusive o cearense, no segundo mandato de Tasso Jereissati, em 1995, como visto no Capítulo 5, e reforçou a política de águas que já vinha sendo estruturada no Ceará desde o final da década de 1980, grandemente subsidiada pelas orientações técnicas e políticas dos organismos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial e o BID.

A principal tônica da nova política de águas do Estado é a participação dos usuários. A gestão participativa é posta em prática nos Comitês de Bacia, instância na qual devem ser tomadas as principais decisões sobre a alocação da água na região de abrangência de cada Comitê. A política de águas se baseia no Plano de Gerenciamento e Integração das Bacias Hidrográficas e visa racionalizar a oferta de água, controlando seu uso. Hoje, essa política já está consolidada e serve como um dos carros-chefes para a propaganda governamental, que a apresenta como uma revolução no território cearense, a solução para o problema da falta de água no Estado. Cabe aqui analisar o processo de estruturação dessa política e suas reais conseqüências para o povo cearense, com especial atenção para o sertanejo.

7.2 – Principais Diretrizes da Política de Água no Ceará

Toda a nova abordagem para a questão das águas no Ceará começou efetivamente no primeiro governo de Tasso Jereissati. Antes mesmo de assumir o seu primeiro mandato, Tasso foi convidado a conhecer algumas experiências de gestão de águas nos Estados Unidos. Ao retornar e assumir o governo, em 1987, um de seus primeiros atos foi a criação da Secretaria de

Recursos Hídricos (SRH), inexistente até então na estrutura burocrática do Estado. Esse primeiro momento foi de preparação para a nova política que só começaria a se tornar realidade a partir do governo de Ciro Gomes, quando foi concluído o Plano Estadual de Recursos Hídricos, em 1991.

Assim, a discussão para a definição da lei estadual começou no final da década de 1980, quando o governo definiu como prioridade a elaboração de estratégias de convivência com a seca, priorizando as ações de cunho permanente. O Plano Estadual de Recursos Hídricos começou a ser montado pela Secretaria de Recursos Hídricos, com apoio dos técnicos da Fundação Cearense de Meteorologia (Funceme). Grande parte desses técnicos foram os primeiros gestores da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), órgão responsável pela operacionalização da política estadual de recursos hídricos. Este Plano proporcionou a base técnica para a formulação da chamada Lei das Águas, de 1992, e para a criação da Cogerh, em 1993.

O Brasil adotou princípios gerais de gestão dos recursos hídricos, que definem a água como bem escasso e de valor econômico, condição que leva à racionalização de seu uso, proporcionando a melhoria dos padrões de saúde e diminuição da pobreza rural e urbana. A Lei Federal 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tem por base essa premissa (RODRIGUEZ, 1998). Em sintonia com os princípios econômicos ressaltados na lei nacional, o Ceará partiu na frente sancionando a Lei das Águas em 1992, cinco anos antes da lei federal, e foi o primeiro Estado a cobrar pelo uso da água bruta, a partir de 1996.

Em 1994, dando continuidade às ações para a implementação da nova política de águas do Ceará, foi implementado o Programa de Desenvolvimento Urbano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Prourb), financiado pelo Banco Mundial. Em 1995, foi iniciado o Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (Progerirh), também com financiamento do Banco Mundial, que proporcionou quatro anos de assistência técnica ao Estado para só então aprovar o programa, com o aval do governo federal. Em 1999, foi concluída a fase de planejamento do Progerirh e, somente em 2000, ocorreu a assinatura do seu contrato de financiamento entre o governo do Estado e Banco Mundial.

Entre 1997 e 1999, foram elaborados os Planos de Bacias Hidrográficas. Em 2002, o açude Castanhão foi inaugurado. Segundo a Secretaria de Re-

cursos Hídricos do Ceará, este é o maior açude do Ceará e o 2º maior do Nordeste. Em 2004, começou a construção do primeiro trecho do Canal da Integração, interligando o açude Castanhão ao açude Curral Velho, que foi inaugurado em março de 2005. O objetivo desse canal é levar água do Sertão para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e para o Porto do Pecém. O projeto do canal é chamado de Caminho das Águas, e tem como intuito garantir o bom funcionamento das atividades econômicas e o abastecimento doméstico da RMF. Também consta dos objetivos desse projeto a irrigação de áreas ao longo do canal. O Mapa 3 mostra o traçado do caminho das águas rumo ao mar.

7.2.1 – Sistema integrado de gestão dos recursos hídricos (SIGERH)

O fato de a política de águas do Ceará adotar o princípio que toma a água como um bem econômico, passível de valoração e de comercialização, transforma definitivamente a água em mais um recurso dentro da estrutura produtiva do Estado, um elemento que compõe sua estrutura de custos. Esse fato promove para o Sertão uma mudança que não é facilmente assimilada. As pessoas que vivem nesse espaço não entendem a água como um bem que tem preço. Isto vai contra todos os seus valores culturais e até religiosos. E não é simples transpor esse sistema de valores, mesmo com a proposta de gerenciamento integrado das águas por intermédio dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Ao se contraporem os elementos definidos por meio de leis ao dia-a-dia do sertanejo típico, é possível perceber a distância que ainda se mede entre o discurso e a prática dessa nova gestão de águas. Especialmente quando se trata da promessa de acabar com a miséria em todo Estado e a prioridade de levar águas a todo território.

Para compreender adequadamente essas dificuldades e deficiências da política de águas do Estado, é preciso apreender seus detalhes e qual a sua proposta de funcionamento do ponto de vista legal e técnico. Após essa apropriação, é possível enxergar melhor como está se processando a gestão de águas no Ceará. Este subitem mostra como ela está organizada, relacionada a legislação básica, as principais informações sobre o sistema e as funções da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), principal órgão do sistema.



MAPA 3 – CANAL DA INTEGRAÇÃO NO CEARÁ – O CAMINHO DAS ÁGUAS

Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

O Ceará definiu um projeto de ampliação da infra-estrutura hídrica e estabeleceu um aparato jurídico-institucional para permitir a implantação do plano de gerenciamento da água para uso múltiplo no território estadual, visando com isso uma melhor distribuição dos recursos hídricos do Estado e melhor convivência com as estiagens, além de começar um novo processo de conscientização da importância da água para todos (CEARÁ, 2005).

A política estadual de recursos hídricos baseia-se no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (Sigerh), que coordena e executa a Política Estadual de Recursos Hídricos. O Sigerh está respaldado pelas seguintes leis:

- Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992, do Estado do Ceará

Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH) e dá outras providências.

- Lei nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, do Estado do Ceará

Cria a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (Cogerh) e dá outras providências.

- Lei nº 12.245, de 30 de janeiro de 1993, do Estado do Ceará

Dispõe sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Funorh), revoga os Arts. 17 e 22 da Lei nº 11.996, de 24/07 de 1992 e dá outras providências.

- Decreto nº 24.264, de 12 de novembro de 1996, do Estado do Ceará

Regulamenta o art. 7º da Lei Nº 11.996, de 24 de julho de 1992, na parte referente à cobrança pela utilização dos recursos hídricos e dá outras providências.

A política estadual de águas se baseia no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (Sigerh), que coordena e executa a Política Estadual de Recursos Hídricos. Esta política é definida pela Lei das Águas de 1992 (CEARÁ, 1992), e tem como objetivos:

- Compatibilizar a ação humana, em qualquer de suas manifestações, com a dinâmica do ciclo hidrológico no Estado do Ceará, de forma a assegurar as condições para o desenvolvimento econômico e social, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente;

- Assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do Estado do Ceará; e
- Planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos.

Esses objetivos estão de acordo com os seguintes princípios fundamentais (CEARÁ, 1992):

- a) o gerenciamento dos Recursos Hídricos deve ser integrado, descentralizado e participativo sem a dissociação dos aspectos qualitativos e quantitativos, considerando as fases aérea, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;
- b) a unidade básica a ser adotada para o gerenciamento dos potenciais hídricos é a bacia hidrográfica, com decorrência de condicionante natural que governa as interdependências entre as disponibilidades e demandas de recursos hídricos em cada região;
- c) a água, como recursos limitado, que desempenha importante papel no processo de desenvolvimento econômico e social, impõe custos crescentes para sua obtenção, tornando-se um bem econômico de expressivo valor, decorrendo que:
 - a cobrança pelo uso da água é entendida como fundamental para a racionalização de seu uso e conservação e instrumento de viabilização da Política Estadual de Recursos Hídricos;
 - o uso da água para fins de diluição, transporte e assimilação de esgotos urbanos e industriais, por competir com outros usos, deve ser também objeto de cobrança.
- d) sendo os Recursos Hídricos bens de uso múltiplo e competitivo, a outorga de direitos de seu uso é considerada instrumento essencial para o seu gerenciamento. (Grifo nosso).

A lei preconiza a integração institucional, a descentralização das ações e decisões e a participação dos usuários na gestão dos Recursos Hídricos. A partici-

pação local (sensibilização da opinião pública em geral) é pretendida com a conscientização da sociedade para a necessidade de racionalização dos recursos, de modo que as mudanças sejam internalizadas, apoiadas e efetivadas.

Os instrumentos de gestão das águas previstos em lei são: o Plano Estadual de Recursos Hídricos, a definição de Planos Diretores de Bacia, a exigência de *outorga* para uso de água bruta, a cobrança pelo uso da água bruta, a *licença* para construção de obras hídricas e a participação dos usuários através dos Comitês de Bacia, a partir da adoção da Bacia Hidrográfica como unidade de gestão.

A outorga é uma autorização concedida pela SRH que assegura ao usuário o direito de usar a água num determinado local, retirando-a de uma determinada fonte, numa quantidade definida, por um período estabelecido e para uma finalidade também definida. Desde 1994, a SRH, com o apoio técnico da Cogerh, vem sensibilizando os usuários de água sobre a importância da outorga. O objetivo é que, gradualmente, todo o processo de alocação de água no Estado seja legitimado com base na implementação da outorga. A Secretaria dos Recursos Hídricos dispõe de uma câmara técnica específica para análise das solicitações de outorga encaminhadas pelos usuários, composta por técnicos da própria SRH e de suas vinculadas (Cogerh, Superintendência de Obras Hídricas do Ceará – Sohidra e Funceme¹⁹).

A licença para obras hídricas se constitui numa autorização concedida pela SRH, com vistas à execução de qualquer obra ou serviço de oferta de água que altere o regime, a quantidade ou a qualidade dos recursos hídricos (barragens, adutoras, canais, poços). Este instrumento de gestão já vem sendo exercitado pela SRH, desde 1995, quando foi criada uma câmara técnica para análise das solicitações de licenças para execução de obras hídricas. Tal como a câmara de outorgas, esta é composta por técnicos dos órgãos que compõem o Sigerh (SRH, Cogerh, Sohidra e Funceme).

A cobrança pelo uso da água bruta, prevista na Lei Estadual de Recursos Hídricos, objetiva diminuir o desperdício, aumentar a eficiência no uso da água e é fonte arrecadadora de fundos para cobrir as despesas com a gestão, a operação e a manutenção das obras hídricas.

¹⁹ A partir da gestão do governador Lúcio Alcântara, eleito em 2002, para o período de 2003-2006, a Funceme deixou de fazer parte da SRH, deixando de integrar o Sigerh.

A organização e integração dos usuários de água bruta são realizadas com a criação dos Comitês de Bacia. Participam desses Comitês os pescadores, vazanteiros²⁰, irrigantes e indústrias, que se reúnem em assembléias para deliberar sobre a forma e quantidade da distribuição da água, otimizando o uso dos recursos hídricos de acordo com as ofertas disponíveis e tipo de utilização ao longo do ano. Participam também das assembléias representantes da sociedade civil organizada: sindicatos, associações, prefeituras, que atuam como moderadores dos conflitos inerentes ao processo.

Com a aprovação da Lei Federal 9.433, em 1997, a legislação estadual adequou-se a seus preceitos, porém não foram necessários grandes ajustes já que a lei nacional segue os mesmos princípios que a estadual.

O arranjo institucional do Sigerh define que sua gerência geral fica a cargo da SRH, que é o órgão que concede a outorga para o uso da água. A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (Cogerh) é o órgão responsável pela gestão direta dos recursos hídricos, das informações, cobrança, monitoramento, gestão de conflitos e assistência técnica e social.

A Cogerh é uma entidade da Administração Pública Indireta dotada de personalidade jurídica própria, que se organiza sob a forma de sociedade anônima, de capital autorizado. Segundo a Lei 12.217/93 (CEARÁ, 1993, p. 1), de criação da Cogerh, ela tem por finalidade:

Gerenciar a oferta dos recursos hídricos constantes dos corpos d'água superficial e subterrânea de domínio do Estado, visando a equacionar as questões referentes ao seu aproveitamento e controle, operando, para tanto, diretamente ou por subsidiária ou ainda por pessoa jurídica de direito privado, mediante contrato, realizado sob forma remunerada.

A Cogerh é responsável hoje pelo gerenciamento e disciplinamento de mais de 90% das águas acumuladas no Estado, estando sob a administração da Companhia açudes públicos estaduais e federais, além de reservatórios, canais e adutoras da bacia metropolitana de Fortaleza. Deve gerenciar assim a oferta de água superficial e subterrânea do Estado, compreendendo os aspectos de monitoramento dos reservatórios e poços artesianos, manutenção, operação de obras hídricas e organização de usuários nas 11 bacias hidrográficas do Ceará.

²⁰ Vazanteiros são pessoas que aproveitam as margens dos rios ou açudes para plantar, beneficiando-se da umidade ali existente.

Desde novembro de 1996, a Cogerh vem cobrando pela utilização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado. Na primeira etapa de implementação da cobrança, foram fixadas tarifas apenas para os usuários industriais e para as concessionárias de serviços de água potável. A cobrança de tarifa para irrigação vem sendo discutida nas comissões de usuários e comitês de bacias.

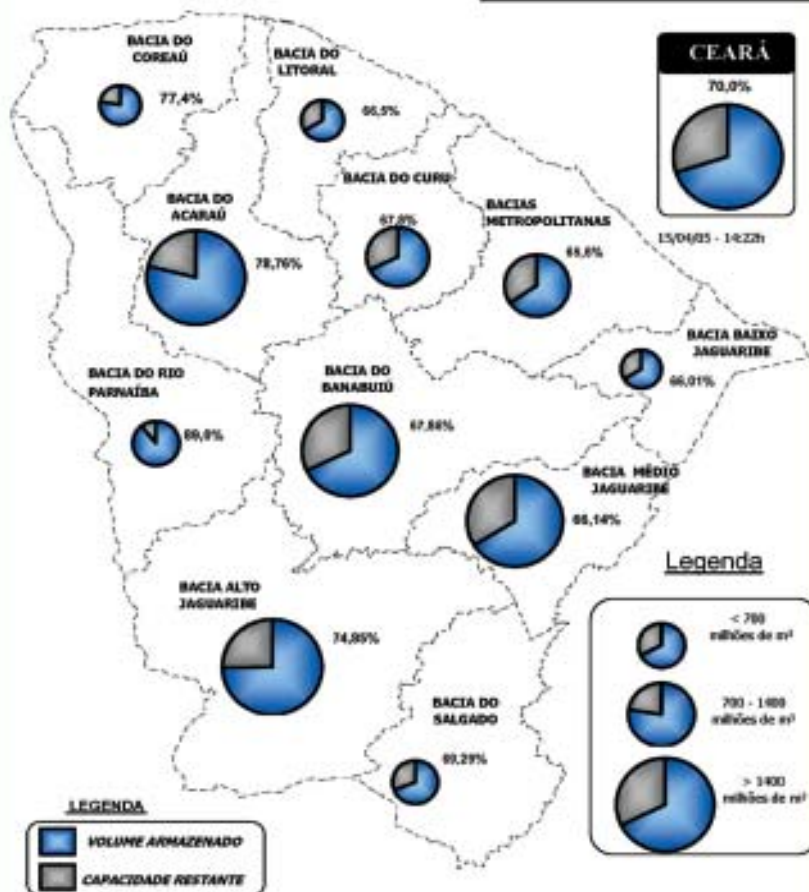
O monitoramento tem a função de realizar o acompanhamento dos aspectos qualitativos e quantitativos da água no que diz respeito aos níveis do açude, vazões liberadas, consumo dos usuários, vazões nos rios perenizados e aos níveis de contaminação química e biológica, servindo de informação para auxiliar a tomada de decisão da operação. A Cogerh realiza o monitoramento de 113 reservatórios em conjunto com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Esse monitoramento é realizado por meio de telefones, cartas e visitas em campo. A Cogerh disponibiliza o Boletim da Situação Atual de Vazão Liberada dos Açudes, Informações Técnicas dos Açudes Monitorados pela Cogerh/Dnocs, dados históricos de Volume dos Açudes Monitorados e dados Comparativos com o Início do Ano. As Figuras 1 e 2 dão uma idéia desse trabalho.

A atividade de operação objetiva, principalmente no caso dos açudes, definir a liberação de águas de forma a atender à demanda, levando em consideração a oferta disponível e as características do próprio açude. Foram cadastrados pela SRH mais de 7.200 açudes no Ceará, com um potencial de acumulação estimado em 12 bilhões de metros cúbicos e uma reserva explorável estimada em 1,2 bilhão de metros cúbicos por ano. A SRH tem também cadastrados mais de 13.000 poços, em 2005. A Cogerh vem promovendo o monitoramento qualitativo dos recursos hídricos das bacias do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Curu, Acaraú e Metropolitanas. Os parâmetros por enquanto analisados são: concentração de cloretos, condutividade elétrica, oxigênio dissolvido, pH e turbidez.

Quanto à organização dos usuários, a Cogerh vem desenvolvendo um trabalho de conscientização e educação para a gestão das águas dos açudes estratégicos dos municípios, dos vales perenizados e das bacias hidrográficas, em especial nas bacias hidrográficas do Curu, Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Metropolitanas e do Salgado e Acaraú. Os canais de participação no processo de gestão das águas devem ser garantidos em cada um dos níveis (açudes, municípios, vales perenizados e bacias

VOLUME D'ÁGUA ARMAZENADO POR BACIA HIDROGRÁFICA

CONVENIO: COGERH / DNOCS



**FIGURA 1 – MONITORAMENTO DA COGERH – VOLUME D'ÁGUA
ARMAZENADO POR BACIA HIDROGRÁFICA DO CE-
ARÁ EM 15/04/2005**

Fonte: COGERH.

EVOLUÇÃO DO VOLUME D'ÁGUA ARMAZENADO POR BACIA HIDROGRÁFICA

CONVÊNIO: COGERH / DNOCS

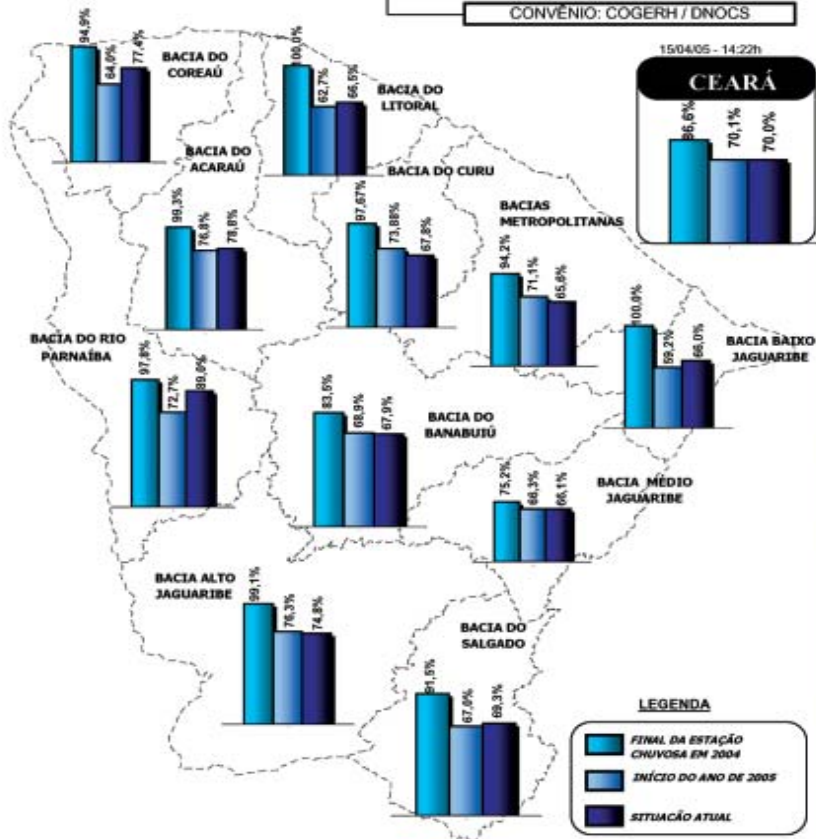


FIGURA 2 – MONITORAMENTO DA COGERH – EVOLUÇÃO DO VOLUME D'ÁGUA ARMAZENADO POR BACIA HIDROGRÁFICA DO CEARÁ EM RELAÇÃO AO FINAL DA ESTAÇÃO CHUVOSA DE 2004, INÍCIO DE 2005 E SITUAÇÃO ATUAL EM 15/04/2005

Fonte: COGERH.

hidrográficas) onde são constituídas comissões de usuários, sendo que o Comitê de Bacia Hidrográfica, com poder consultivo e deliberativo, é a instância mais importante de participação dos usuários e de integração do planejamento e das ações na área dos recursos hídricos.

7.2.2 – Programas que fornecem a base financeira para política de águas no Ceará

Como já visto no Gráfico 1 (Capítulo 6), em 2005 o Banco Mundial e o BID eram credores de uma parcela de quase 36% das dívidas do Estado do Ceará. Este fato tem desdobramentos sérios no sentido da ampla interferência desses organismos no processo de elaboração das políticas públicas do Estado. Especialmente no que se refere às políticas de combate à pobreza e à política de águas, é possível perceber essa forte influência.

Os diagnósticos e avaliações realizados pelo *staff* do Banco Mundial no Brasil têm orientado os governos estaduais na definição de prioridades e na escolha de metodologias de implantação de novos projetos. No que se refere à água, os diagnósticos do Banco Mundial apontam para uma crise que tem como principais elementos o alto nível de poluição das águas principalmente nos grandes centros urbanos e a escassez relativa à seca na região semi-árida do Nordeste. Além disso, o acesso a água de qualidade é posto como um dos pressupostos para o alcance do desenvolvimento e para a redução do problema. Por outro lado, admite que, no Brasil, apesar dos avanços, ainda é pouco eficiente a cobertura relativa ao acesso a água, notadamente nas regiões Norte e Nordeste. E a população mais pobre é ainda a que tem menor chance de acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento, o que leva à conclusão de que há uma grande necessidade de reformar e inovar as várias esferas que envolvem o problema: a jurídica, a institucional, a financeira e a técnica (COSTA, 2003; MEJIA *et al.*, 2003).

E nesse sentido, o Banco Mundial atuou e atua amplamente no Brasil, e em especial no Ceará, que é apontado como modelo em termos de política de água. Os documentos do Banco relativos à água trazem sempre uma nota sobre as ações do Estado na implementação de medidas eficazes para melhorar a gestão de águas, que deveriam ser seguidas (COSTA, 2003; TEIXEIRA, 2003). A Figura 3 mostra a estrutura desses projetos.



FIGURA 3 – ESTRUTURA DOS PROGRAMAS ESPECIAIS QUE COMPÕEM A GESTÃO DE ÁGUAS NO CEARÁ.

Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

A seguir, são discutidos com mais detalhamento dois aspectos importantes dessa política de gestão de águas: a cobrança e a organização dos usuários. São itens que afetam a população e que podem garantir ou não a efetivação dos princípios preconizados pelo arcabouço técnico e legal.

7.2.3 – Cobrança pelo uso da água

Por muito tempo a água foi considerada um bem livre, ou seja, sem valor de mercado, não possuindo preço. Para muitos autores como May e Motta (1994), Motta (1998) e Mota (1999), a não-precificação dos recursos naturais leva ao seu mau uso, ao desperdício e à degradação, e para o caso da água, esses autores defendem que essa prática comprometeu a oferta hídrica tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Tal situação pode tornar-se dramática em regiões onde a escassez natural da água agravava-se devido ao uso ineficiente e predatório do recurso, consequência da sua não-valorização.

Ao determinar que a água é um bem econômico, tanto a legislação federal quanto a estadual admitem a necessidade de se contabilizar o valor desse bem escasso, bem como conscientizar a sociedade para o seu uso adequado. Os princípios da gestão por bacia, da unicidade da outorga, da adoção de

plano de gestão e da cobrança respaldam a importância dos instrumentos econômicos para a gestão ambiental. Motta (1998, p. 5) ressalta que:

... a gestão por bacia reconhece que o uso da água é múltiplo, excludente e gera externalidades e, portanto, a bacia representa o mercado de água onde seus usuários interagem. A unicidade da outorga permite uma melhor definição e garantia de direitos de uso da água. O plano de gestão introduz os elementos de disponibilidade e demanda do recurso no tempo. E por fim, a cobrança que determina diretamente um preço para a água.

A lei prevê que cobrança deve acontecer pelo uso da água bruta e pelo lançamento de dejetos nos cursos d'água, mediante a prévia outorga. Segundo Motta (1998), a cobrança da água deve atender para dois objetivos: financiar a gestão de Recursos Hídricos e reduzir as externalidades ambientais negativas produzidas pelo uso do recurso. O instrumento econômico de cobrança está baseado no Princípio Poluidor-Pagador, definido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1972. Bursztyn, M.A.A. (1994) afirma que esse princípio combina exigência de eficácia (internalização dos efeitos externos) e equidade (imputação do custo ao responsável). O custo ambiental é considerado da mesma maneira que outros custos. Não visa punir os agentes poluidores, mas modificar seu comportamento. Prevê o retorno do que se pagou em forma de incentivos para diminuir a poluição. É importante ressaltar esse aspecto de mudança de comportamento, pois muitas críticas são feitas à forma de determinar esse preço, que geralmente é considerado baixo. No entanto, as críticas que apontam nesse sentido deixam de considerar que, nesse momento de tomada de conscientização, o essencial é mostrar a importância do recurso e seu valor para o usuário.

Críticas à adoção do pagamento pelo uso da água podem ser encontradas nos trabalhos de Barraqué (1995) e Fernandez e Garrido (2000). Ao apresentar a gestão dos recursos hídricos em Portugal, Barraqué (1995, p. 274) indica que: "... no conjunto, os serviços da água são vendidos abaixo do seu custo, em particular porque não integram a amortização dos investimentos, sendo estes maciçamente subvencionados". Essa é uma crítica desenvolvida por Fernandez e Garrido (2000), que dizem que os preços da água no Ceará foram produzidos por meio de negociação entre os interessados, sem qualquer fundamentação econômica que leve a uma real eficiência. De fato, a política de águas do Estado ainda não atingiu um estágio

de eficiência ideal, com o governo ainda subsidiando parte dos custos de manutenção do Sigerh e dos investimentos para expansão. O governo ainda precisa assumir os gastos com infra-estrutura, recorrendo inclusive a empréstimos de fora.

O governo, contudo, contrapõe as críticas lembrando que ainda assim o Estado conseguiu implementar o sistema de cobrança de água, com base na gestão por bacias. Alega contar com um nível de participação cada vez maior dos usuários nessa gestão, atingindo assim o primeiro objetivo de uma política com base no princípio Poluidor-Pagador, que é a mudança de comportamento desse usuário, como ressalta Bursztyn, M.A.A. (1994).

A Tabela 3 mostra as alíquotas cobradas em 2005 pelo uso da água bruta no Ceará. Pelo consumo de água superficial, é cobrada tarifa pelo uso da água de acordo com medições e quantidade de água outorgada, nos seguintes valores:

- Quem consome até 1,4 l/s está isento;
- Quem consome de 1,4 l/s até 6,9 l/s vai pagar R\$ 0,01/m³ (para áreas modernizadas, o valor cai para R\$ 0,005/m³);
- Quem consome acima de 6,9 l/s vai pagar R\$ 0,01/m³ (para novas áreas plantadas o valor é de R\$ 0,015/m³);

Pelo consumo de água subterrânea, será cobrada tarifa nos seguintes valores:

- Quem consome até 1,4 l/s está isento;
- Quem consome de 1,4 l/s até 6,9 l/s vai pagar R\$ 0,001/m³;
- Quem consome acima de 6,9 l/s vai pagar R\$ 0,002/m³.

Informações colhidas junto aos técnicos da Cogerh permitem compreender a verdadeira extensão dessa cobrança. Por exemplo, o irrigante que paga mais, compromete 28% de sua capacidade de pagamento. Já a média de pagamento é muito baixa: apenas R\$ 0,005/1.000m³.

Os que estão na faixa de isentos, juntamente com os que estão na faixa 1 de subsídio (que pagam pouquíssimo) somam cerca de 50% dos usuários.

E estes usuários não estão representados nos Comitês porque não têm poder de organização. São os pequenos agricultores que praticam uma agricultura de subsistência e continuam totalmente dependentes do tempo, e alheios à nova política de água.

TABELA 3 – PERCENTUAIS DE COBRANÇA POR CATEGORIA DE USUÁRIO DE ÁGUA NO CEARÁ

Tipo	Valor R\$ / M³
INDÚSTRIA	0,8036
SANEAMENTO METROPOLITANO	0,0550
SANEAMENTO INTERIOR	0,0260
PISCICULTURA	0,0260
Tanques em gaiolas	0,0260
Tanques escavados	0,0130
CARCINICULTURA	0,0260
IRRIGAÇÃO*	0,0056

Fonte: Cogerh.

* Preço das Categorias de Irrigação, conforme Dec 27.271, de 28/11/03.

- | | |
|--|-------------------------------------|
| • De 1.441 m ³ / mês até 5.999 m ³ / mês | R\$ 0,0025 / m ³ |
| • De 6.000 m ³ / mês até 11.999 m ³ / mês | R\$ 0,0056 / m ³ (média) |
| • De 12.000 m ³ / mês até 18.999 m ³ / mês | R\$ 0,0065 / m ³ |
| • De 19.000 m ³ / mês Até 46.999 m ³ / mês | R\$ 0,0070 / m ³ |
| • Acima de 47.000 m ³ / mês | R\$ 0,0080 / m ³ |
| • Outras categorias de uso | R\$ 0,055 / m ³ |

As principais fontes arrecadadoras para a Cogerh são a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e as indústrias. A Cagece é responsável pelo abastecimento de água potável e pelo saneamento. Esse órgão chegou a dever muito à Cogerh, logo no início da implantação da cobrança pela água bruta, mas, depois de acordo, passou a pagar regularmente e contribui com uma grande soma para a receita arrecadada pela Cogerh. Os valores pagos pela Cagece e pelas indústrias subsidiam as atividades agropecuárias que necessitam de irrigação e que pagam valores bem mais baixos.

Em 2003, a Cogerh começou a implementar um Plano de Tarifas, que começou a ser elaborado em 1998 e terminou em 2003, depois de várias tentativas metodológicas. Sobre este Plano, é importante ressaltar que está sendo levado aos Comitês para que estes tomem conhecimento a seu respeito depois de pronto. Ou seja, o Plano não veio deles, como prevê inclusive a Lei das Águas, mas da Cogerh, contrariando o princípio da participação tão alardeada pelo governo como ponto básico da política de águas do Estado do Ceará.

A idéia era implantar o Plano até dezembro de 2003, mas esta meta se mostrou inviável, devido às inúmeras controvérsias e dúvidas sobre o Plano. Além disso, há toda uma estrutura técnica e institucional a ser montada. Para implantar o Plano, foram adotadas as seguintes etapas:

- Recadastramento dos usuários;
- Elaboração de um plano de Outorga (a SRH é o órgão responsável pela outorga, segundo a Lei, porém, na prática, essa tarefa tem ficado com a Cogerh); e
- Instalação de hidrômetros. Não há estudo do impacto do custo para se instalarem esses hidrômetros e, provavelmente, o custo de instalação não será compensado no caso dos pequenos irrigantes.

Segundo técnicos da Cogerh que foram entrevistados, o Plano foi apresentado primeiramente ao Comitê da Bacia do Curu, primeiro Comitê a se organizar no Ceará. De uma maneira geral, o Plano foi bem aceito e os que estavam presentes acharam importante a tarifa, como instrumento de gestão para racionalizar o uso da água. Os principais questionamentos foram sobre qual seria a forma de cobrança. Os grandes irrigantes não estavam presentes.

Este estudo de tarifas foi feito dentro dos Perímetros irrigados e ignora aqueles que estão fora deles, e que são a maioria dos usuários. Além disso, não se avaliaram os impactos ambientais do uso da água para irrigação. Isto é muito grave quando se considera que algumas bacias do Estado já estão no limite do uso de suas águas. É o caso da bacia do Curu, que não comporta mais qualquer novo empreendimento, pois não dispõe de água para isso.

A cobrança pelo uso da água bruta é feita desde 1996 e passou por várias dificuldades. A princípio, as alíquotas só foram cobradas da Cagece e

das indústrias. A Cogerh já começou a cobrar também dos irrigantes, embora, na prática, poucos tenham pagado de fato.

Um exemplo contundente da não-eficácia das medidas de cobrança da Cogerh é o Plano de Uso Racional da Água para Irrigação nos Vales do Jaguaribe e Banabuiú (CEARÁ. Companhia, 2004), elaborado pela SRH em conjunto com a Secretaria da Agricultura Irrigada do Estado do Ceará (Seagri). Este plano buscava aprimorar o sistema de gestão dos recursos hídricos, aumentando a eficiência do uso da água na agricultura irrigada pelo combate do desperdício, incentivando a conservação e a sustentabilidade dos recursos hídricos e do meio ambiente. Pretendia utilizar os instrumentos de gerenciamento previstos na Lei das Águas e priorizava os impactos socioeconômicos sobre o emprego e a renda.

Para viabilizar a implementação do Plano, o governo do Estado do Ceará solicita apoio financeiro da Agência Nacional de Águas (ANA) no valor de R\$ 8.088.381,00 (oito milhões, oitenta e oito mil e trezentos e oitenta e um reais), comprometendo-se a alocar R\$ 2.736.000,00 (dois milhões e setecentos e trinta e seis mil reais) como contrapartida. Esses recursos deveriam ser utilizados na aquisição e implementação dos equipamentos necessários ao monitoramento do uso da água na bacia, no incentivo à desativação de áreas irrigadas com arroz, na modernização dos sistemas de irrigação, no uso de culturas menos exigentes em água, no monitoramento e construção de poços para uso da água subterrânea, no treinamento de usuários e no apoio à constituição das equipes de capacitação e monitoramento do uso da água.

O Plano de Tarifas recomenda a não se produzir arroz, mas frutas para agroindústria e exportação, e induz a isso, prevendo maiores tarifas para os irrigantes de arroz. Com isso, o Plano de Uso Racional da Água para Irrigação nos Vales do Jaguaribe e Banabuiú previa que os plantadores de arroz receberiam R\$ 500,00 por hectare para deixar de produzir e assim economizar água. No ano seguinte, eles já estariam estruturados para começar uma nova cultura. Eles eram os “produtores de água”. Ou seja, ao deixar de usar água em uma atividade altamente consumidora de água, como é o arroz plantado com irrigação por inundação, os agricultores estariam “produzindo” água ao invés de arroz. Já os fruticultores deveriam pagar pela água usada para a irrigação de suas plantações, que consu-

miam menos água e geravam um resultado mais expressivo em termos de rentabilidade da produção. A forma de medição para cobrança era por horímetros instalados nas bombas. Antes era por imagem de satélite.

Tudo parecia muito bem elaborado do ponto de vista legal e técnico, mas os políticos locais e deputados com base na região fizeram uma campanha fortíssima para que os produtores não pagassem pela água da irrigação. E a maioria não pagou mesmo, enquanto os produtores de arroz receberam. O resultado foi a desativação do Projeto e a incorporação do prejuízo pelo governo.

O sucesso da gestão ambiental com a implantação de instrumentos econômicos, como a cobrança pelo uso da água, por exemplo, repousa na verdadeira conscientização da população e dos usuários em particular. A participação da sociedade não pode ser restrita, mas só se efetivará quando todos tiverem acesso a informações precisas sobre os recursos utilizados. Essas informações, geradas pelos órgãos responsáveis diretos pela gestão, permitirão não só o envolvimento de todos, como um processo de tomada de decisão mais maduro e responsável, garantindo que a gestão ambiental e seus instrumentos passem de fato a contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

7.2.4 – Bacias hidrográficas como unidade de gestão da água: os Comitês de Bacia e a participação como centro do processo de gestão da água

A política de gestão de águas no Estado do Ceará define como unidade de gestão a Bacia Hidrográfica, e esta deve contar com um Comitê de Bacia, que é o responsável, juntamente com o órgão gestor do Estado, a Cogerh, pelas decisões relativas à distribuição das águas da bacia. Tanto a lei do Ceará como a do Brasil têm como base o modelo francês de gestão de bacias.

O fato de a gestão de águas acontecer em função dos limites naturais e não geopolíticos é uma fonte de aprendizagem, pois os envolvidos passam a pensar o seu espaço de forma mais ampla e integrada. É um exercício que está só começando, mas que pode render frutos interessantes no futuro.

Uma bacia hidrográfica é a área drenada, parcial ou totalmente, por vários cursos d'água. É o local geográfico que permite a gestão dos múlti-

plos usos dos recursos hídricos, garantindo a observância da dependência de todos os componentes do crescimento e desenvolvimento da sociedade (BNDES, 1998).

O Brasil tem definidas, para efeito de gestão dos recursos hídricos, oito grandes bacias hidrográficas em seu território. Todo o território do Ceará está situado na Bacia do Atlântico Norte/Nordeste. Já no Estado, foram definidas 11 bacias (Alto Jaguaribe, Salgado, Banabuiú, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Acaraú, Coreaú, Curu, Parnaíba, Metropolitana e Litoral). Como seus rios não são perenes e há ocorrência freqüente de secas na região, a gestão das águas no Ceará apresenta uma peculiaridade: a principal unidade física da bacia é o açude e não o rio. Apesar de a definição e denominação das bacias estarem ligadas aos principais rios, a realidade é que a gestão se orienta pelo comportamento dos açudes e barragens que perenizam os rios. O Mapa 4 mostra a divisão territorial do Ceará de acordo com suas bacias hidrográficas.

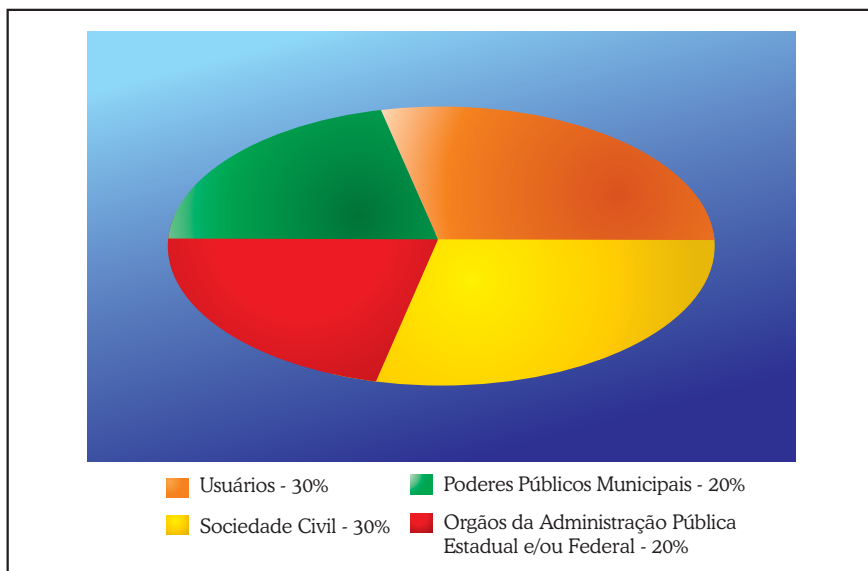
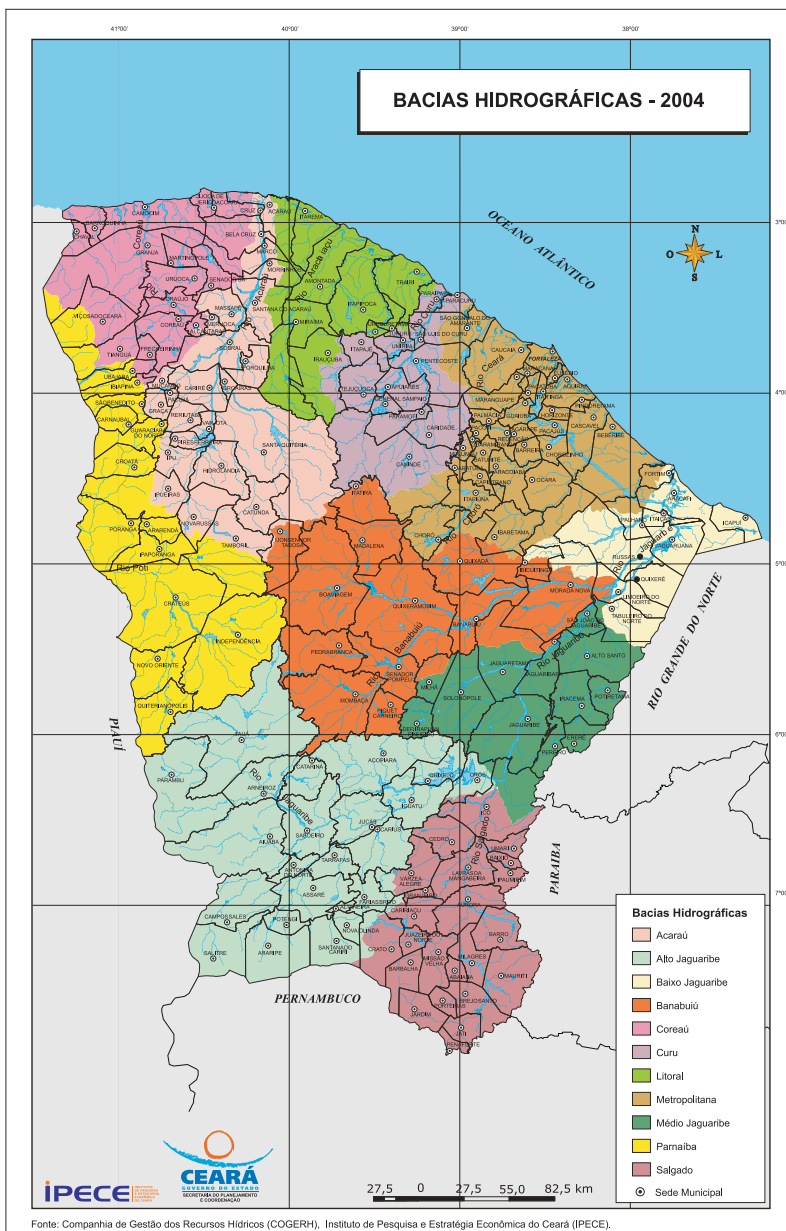


GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DE CADA INSTÂNCIA DA SOCIEDADE NA COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS DE BACIA

Fonte: COGERH.



MAPA 4 – MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO CEARÁ

Fonte: IPECE

Contemplando a gestão por bacias, a formação de Comitês de Bacias é ponto fundamental, pois deveria ser através da participação dos usuários, deliberando livremente sobre a definição de políticas, preços e prioridades e sobre a gestão de interesses conflitantes, que se efetivariam os objetivos da política de águas. O Gráfico 3 apresenta o percentual de cada grupo que deve ter representatividade nos Comitês.

A Cogerh tem um departamento de apoio aos usuários e foi o pessoal deste departamento que auxiliou todo o processo de implantação dos primeiros Comitês no Ceará a partir de 1994. Hoje, a primeira equipe que montou este departamento e organizou a atuação da Cogerh junto aos usuários foi desfeita. Muitos funcionários estão na Agência Nacional das Águas (ANA) e outros saíram ou pediram transferência para outros órgãos quando o atual governo assumiu e mudou todo o quadro gestor da Cogerh, empossando pessoas que não tinham a devida qualificação técnica, até então respeitada pelo governo.

A primeira equipe do departamento de organização dos usuários elaborou uma proposta metodológica de trabalho que serviu como base para as ações da Cogerh junto à comunidade e para o processo de constituição dos primeiros comitês de bacia. (GARJULLI *et al.*, 2001). Essa proposta continha os seguintes princípios:

- respeito às formas de organização dos usuários já existentes (cooperativas, associações, comissões);
- conhecimento da atuação hídrica da bacia;
- negociação de conflitos através do diálogo, do subsídio técnico e do aparato legal existente;
- definição conjunta (usuários, instituições e sociedade civil) de regras e normas de operação e preservação dos recursos hídricos.

A organização dos usuários é desenvolvida em três níveis de atuação (CEARÁ, 2001):

- Açude: é o núcleo básico de organização dos usuários onde pescadores, vazanteiros, irrigantes e até mesmo o abastecimento das cidades dependem de um mesmo reservatório de água e devem, portanto, de-

cidir conjuntamente sobre sua utilização. Neste nível é apoiado o fortalecimento ou a constituição de associações e/ou conselhos gestores.

- Vale perenizado: este é um nível um pouco mais complexo de atuação, que envolve um ou mais açudes e trechos de rios perenizados onde se encontram normalmente os grandes perímetros públicos irrigados, irrigantes privados, agroindústrias, indústrias e o abastecimento de várias cidades, os quais devem deliberar sobre a operação de um sistema perenizado. Como forma de apoio ao processo de organização, são constituídas, neste nível, as comissões de usuários das águas dos vales perenizados.
- Bacia Hidrográfica: é o nível de atuação mais complexo, que abrange toda a área de uma bacia hidrográfica, a qual deve ser entendida como uma unidade de planejamento e gestão, com todos os seus conflitos e potencialidades, onde, a partir da consolidação do processo de organização dos dois níveis anteriores (açude e vale perenizado), serão constituídos os Comitês de Bacia visando à concretização do processo de gestão participativa dos recursos hídricos. O Comitê de Bacia Hidrográfica tem poder consultivo e deliberativo e é a instância mais importante de participação e integração do planejamento e das ações na área dos recursos hídricos.

O primeiro Comitê instalado foi o da Bacia do Curu. No princípio, houve muita resistência, especialmente dos grandes industriais sediados na Bacia. Estes boicotaram as primeiras reuniões para a formação do Comitê, mas quando perceberam que não podiam ir contra a lei, passaram a participar e conseguiram ser representados no Comitê. Ou seja, ao perceberem que teriam que se adaptar às novas diretrizes da gestão de águas, não perderam tempo em assumir uma nova postura e garantir voz ativa na instância que deveria, em primeiro lugar, decidir como a água seria distribuída na Bacia.

O primeiro Seminário Institucional da Bacia Hidrográfica do Curu foi realizado em setembro de 1994 e teve como objetivos apresentar a nova legislação de Recursos Hídricos do Ceará, o diagnóstico institucional e de recursos hídricos da Bacia do Curu, e definir as linhas básicas que norteariam a estratégia de ação para gestão dos Recursos Hídricos na Bacia do Curu (OLIVEIRA; GARJULLI; SILVA, 2001). Depois de um longo trabalho junto aos usuários o Comitê foi homologado em 1997.

Em 2005, estão em funcionamento oito Comitês de Bacia: Baixo Jaguaribe (1999), Médio Jaguaribe (1999), Alto Jaguaribe (2002), Salgado (2002), Banabuiú (2001), Acaraú (2004) e Região Metropolitana de Fortaleza (2003).

A Cogerh mantém gerências para as Bacias Hidrográficas do Ceará. Essas gerências vêm funcionando como secretarias dos Comitês de Bacia já formados. Por um lado, isto pode ser visto como um apoio decisivo para os Comitês, normalmente com dificuldades de organização. Por outro lado, significa uma interferência direta e permanente do governo nas decisões dos Comitês, altamente influenciados pelos técnicos.

A estrutura das Gerências de Bacia consiste no emprego de um técnico, um tecnólogo e um secretário. O escritório está equipado e dispõe de um carro. São oito gerências de Bacia em todo o Estado, que seguem uma estrutura burocrática semelhante: um núcleo de gestão (organização do usuário); um núcleo técnico (monitoramento e gerência dos corpos hídricos); e um núcleo administrativo (gerência burocrática). Em 2005, só a Bacia do Salgado está funcionando com todos os núcleos organizados.

7.3 – Para Além da Lei e do Discurso: a Política de Águas no Ceará na Prática

A pesquisa de campo comprovou que só quem conhece de fato os Comitês, suas funções, sua composição, deliberações, são aqueles que fazem parte do próprio Comitê. Os membros dos Comitês deveriam ser representantes da população interessada no uso da água da Bacia. Contudo, não representam de fato, não fazem intermediação, não levam reivindicações aos Comitês, nem levam as informações àqueles que representam. O Comitê (e seu trabalho) é desconhecido pela grande maioria da população em todo o Sertão.

Em todos os locais visitados, foi repetida a pergunta: “você conhece o Comitê de Bacia e a política de água do governo?” A maioria absoluta respondeu que nunca ouvira falar. Alguns tinham uma vaga idéia, mas não sabiam ao certo do que se tratava e o que representava em suas vidas. Os agricultores e moradores das comunidades mais afastadas não tinham a menor idéia do que era um Comitê de Bacia, nem que havia normas para a captação de água no Ceará. As associações de moradores visitadas só conheciam o Projeto São José, que vem sendo o grande fornecedor de água para o meio rural por

meio de poços locais que captam água do subterrâneo, distribuída por meio de encanamento individual para as casas. Professoras e agentes de saúde, que são as grandes responsáveis pela informação no campo, não conheciam nada sobre a política de águas. No sindicato dos trabalhadores rurais de Quixeramobim, a secretária e outro dirigente afirmaram já ter algum conhecimento, mas que apenas o presidente participava e podia dizer algo sobre isso, mas ele estava em Fortaleza e lá ficava a maior parte do tempo, pois tinha que cuidar da aposentadoria dos trabalhadores, a principal atividade dos sindicatos. Os únicos que conheciam bem todo o discurso referente à política de águas do Ceará eram os políticos. Os prefeitos de Quixadá e de Quixeramobim participaram ativamente da constituição do Comitê do Banabuiú e sabiam transmitir bem sua finalidade, mas admitiam ter-se afastado e deixado que seus secretários continuassem acompanhando as reuniões.

O Comitê não tem autonomia de fato e a Cogerh é uma muleta. As pessoas ainda se referem às reuniões dos Comitês como “reunião da Cogerh”. Há ainda falta de consciência de que os Comitês são autônomos e soberanos. Para isso, contribui a grande falta de informação sobre o papel dos Comitês, sobre a política e sobre como isso afeta a vida de todos. Especialmente nas comunidades mais afastadas do Sertão, essa desinformação é completa, retratando o desprezo com que são tratadas as pessoas que vivem ali. Não só em relação à questão da água, mas de uma forma geral essas pessoas não participam de qualquer decisão que venha a afetar suas vidas. Acostumaram-se a apenas receber o pacote pronto e encarar isso com naturalidade e subserviência. Como se não tivessem direito a uma alternativa.

A forma de criação dos Comitês pode ser uma das razões da falta de consciência e de conhecimento da população. Os Comitês não são constituídos como pessoas jurídicas; portanto, não podem arrecadar dinheiro, embora sejam responsáveis por toda e qualquer deliberação sobre a cobrança pelo uso da água em uma Bacia. Tudo tem acontecido sem grandes discussões. Os membros dos Comitês geralmente seguem as indicações dos funcionários da Cogerh, que, por sua vez seguem ordens prédefinidas e coerentes com um projeto elaborado bem distante das Bacias.

Não há qualquer noção de cidadania que fortaleça a população mais simples que vive nas Bacias, o que inclusive dificulta seu acesso às informações e ainda enfraquece sua auto-estima, tornando-a facilmente manobrável pelos políticos, especialmente aqueles que atuam localmente e ainda utilizam velhos

mecanismos de controle, como o cabresto. A idéia de que o político “fulano de tal” foi o responsável pela melhoria de um lugar é ainda muito forte. A instalação de um dessalinizador em um poço artesiano, por exemplo, é sempre creditada a um político, geralmente um vereador ou ao próprio prefeito.

Na verdade, essas instalações são feitas pelo Projeto São José, com recursos do governo do Estado, financiados pelo Banco Mundial. E para conseguir essas benfeitorias, a comunidade deve se organizar em associações e elaborar um projeto. Muitas associações são montadas de qualquer jeito, sem que seus membros saibam do que fazem parte. Por via de regra, ficam inadimplentes junto ao governo do Estado. Quando a comunidade quer pleitear algum novo projeto, forma uma nova associação, e assim seguem as coisas. A idéia de participação que está na essência da exigência de uma associação apresentar projetos fica assim perdida. Nesse mesmo sentido, perdem-se as informações essenciais para possibilitar ao sertanejo tomar conhecimento de seus direitos e deveres diante do Estado, perdendo assim a oportunidade de interferir de fato na melhoria de sua vida.

Quanto aos projetos financiados pelo Banco Mundial, todos insistem em dois pontos principais: as políticas públicas de gestão de águas devem primar pela eficiência econômica e garantir a participação dos usuários no processo de tomada de decisão. Além disso, o intuito final deve ser sempre o desenvolvimento do Estado com vistas à redução da pobreza.

Mesmo com essas ressalvas, na prática, o que se constata é que as prioridades continuam sendo definidas pelo governo do Estado e a participação não passa de uma panacéia. Os usuários não possuem informações mínimas para tomar qualquer decisão sobre estas políticas. Por outro lado, o governo apenas discursa sobre a participação, sobre o papel dos Comitês de Bacia, mas não garante à população qualquer meio para ter acesso adequado às informações necessárias. Como afirma Sayago (2000), a participação não passa de uma “invenção burocrática” patrocinada pelos organismos internacionais de fomento. Além disso, o próprio Banco Mundial, em suas avaliações sobre a atuação do governo no Ceará, constata que o conjunto de políticas implementadas, em grande parte com seu apoio decisivo, não foram capazes de melhorar as condições socioeconômicas da maioria da população. Na verdade, houve um aumento dos índices de pobreza em todo o Estado, mas especialmente no meio rural (BANCO MUNDIAL, 2003b).

No próximo Capítulo, a análise mais detalhada dos depoimentos e dos dados socioeconômicos dos municípios da Bacia do Banabuiú, onde foi desenvolvida a pesquisa de campo, pode comprovar essa premissa.

Capítulo 8

BACIA DO RIO BANABUIÚ: UM RETRATO DO SERTÃO

*O narrador de sua vida conta ao ouvinte o que
ele sabe e lembra e o outro desconhece.
Mas essa é a pura narrativa: o tecer dos fios dos eventos da vida.
Não é o principal, porque o principal
é o que ele somente pode vir a saber
– vir a recordar? – através de um outro.*

Carlos Brandão

(Memória Sertão)

Este Capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo, que partiu do pressuposto de que só é possível apreender de fato a situação do lugar visitando-o, percebendo as pessoas que ali habitam, ouvindo-as. Assim, a pesquisa de campo buscou apreender o modo de vida do povo do Sertão, observando seus costumes e idéias sobre seu próprio dia-a-dia, e também sua visão sobre as políticas públicas que passaram a ser um elemento permanente em seu cotidiano, determinando inclusive novas formas de organização para o sertanejo. As representações sociais e as memórias foram as principais fontes das informações colhidas nas viagens realizadas à bacia do rio Banabuiú, no Sertão Central do Ceará.

Complementarmente, foram ouvidos técnicos, políticos e autoridades que, de algum modo, se relacionavam com a temática em estudo. Também esses atores foram abordados de modo a resgatar suas memórias e representações acerca das políticas públicas e seus impactos para o Sertão do Ceará.

Os dados secundários foram colhidos em órgãos e publicações oficiais e mostram a Bacia do Banabuiú como um retrato do Sertão. Os dados quantitativos são analisados em conjunto com os depoimentos colhidos e com as observações diretas da realidade estudada durante a pesquisa de campo. A perspectiva das análises parte do conceito de desenvolvimento sustentável e das dimensões que o compõem, discutidas no Capítulo 4 desta tese.

BOX 1 – O (RE)ENCONTRO COM O SERTÃO

Volto à terra
Procuro os moradores mais antigos dali.

Joãos, Marias, Josés, Antonios, Chicos, Antonias, Manuels, Chicas... Como são tantos, para não confundir são todos de alguém, ou do pai, ou da mãe, ou do marido ou da mulher... “Manel do Chichico, Mariinha do Manel”, “Zé do Antoin”, “Toinha da Fransquinha”... Diminutivos e derivados são fundamentais, falar o nome certinho pode ser até ofensa, ou deboche... Tem também aqueles mais respeitados, os patriarcas, as figuras mais ilustres de cada família, esses são identificados por nome e sobrenome e, normalmente, são também precedidos pela denominação de “cumpade” ou “padim”. Não ouvi “coroné” uma só vez... Só “Cumpade Manel Bernadino”, “Cumade Mariinha Queiroz” e por aí vai...

Mas não são apenas os nomes que eles têm em comum. Compartilham muitas outras coisas... Principalmente o amor a terra, as lembranças, a solidariedade, a vontade de agradar, o sorriso antes sem dentes e agora com reluzentes “próteses”, cheio de uma alegria tão espontânea que contagia sem querer... Quando menos se espera, já estamos lá conversando como se eu sempre estivesse estado ali... Como se aquelas lembranças também fossem minhas e daquele lugar eu fosse uma parte... E acho que é isso mesmo!

Anos de seca e anos de fartura. As mudanças, as dificuldades e as novas facilidades. Os políticos, os santos, a aposentadoria e os netos para criar.

Tinham também as histórias fantásticas. São maravilhosas! O padre que morreu, mas continua descendo a serra toda noite em uma carroça de burros, os escravos que morreram cavando o Cedro e reclamam em noite de chuva... Mas a história do lobisomem que assustava o povo e depois se descobriu que na verdade era o namorado de uma mulher casada foi a mais engraçada!

Assim eles iam me contando a história do seu lugar, do que era e de como ficou.

8.1 – A Pesquisa de Campo

A tese avaliou os impactos das políticas públicas para o Sertão e por que estas não têm sido capazes de reverter o fato de que neste espaço ainda se encontram os maiores índices de pobreza do Estado do Ceará. Partindo do fato de que a água é essencial no entendimento da conformação histórica e social do Sertão, a política de águas do Estado proporcionou os elementos estruturantes da pesquisa de campo. As questões foram conduzidas com base no princípio norteador desta tese, que se refere à capacidade inerente ao homem de se relacionar com seus semelhantes e com o meio, o que lhe confere a própria condição humana.

8.1.1 – Escolha do local da pesquisa

A partir da concepção implementada pela política de gestão de águas do Estado, que determina a bacia hidrográfica como unidade de gestão e também de resolução de conflitos, a pesquisa de campo procurou conhecer melhor os municípios de uma das bacias hidrográficas do Ceará. A bacia hidrográfica escolhida para a pesquisa foi a do rio Banabuiú, que se encontra em pleno Sertão Central do Ceará e é um dos principais afluentes do rio Jaguaribe, o mais importante do Estado. As visitas realizadas às bacias do Estado indicaram que esta bacia seria a mais representativa da realidade que se pretendia entender. Sua localidade é estratégica, pois fica nos Sertões de Quixeramobim, zona central do Estado, inserida totalmente no semi-árido (Mapa 5).

Essa região guarda características históricas peculiares, já que fez parte do circuito do gado e do algodão nos tempos em que essas atividades eram a base da economia do Estado. É relevante também a existência de outros projetos de interiorização de desenvolvimento na região da bacia, ligados a diferentes instâncias governamentais e ao terceiro setor. Existem 12 municípios que se encontram no âmbito da Bacia do Banabuiú (Banabuiú, Boa Viagem, Ibicuitinga, Madalena, Mombaça, Morada Nova, Monsenhor Tabosa, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu).

Dentre os municípios da Bacia do Banabuiú, Quixadá e Quixeramobim se destacam especialmente por representarem a síntese da história do Sertão Central do Ceará como espaço do ciclo do gado e do algodão. Assim, esses dois municípios foram escolhidos para a realização de entrevistas, durante os seis últimos meses de 2003, ao longo do ano de 2004 e no início de 2005, período em que foram feitas várias visitas às comunidades sertane-

jas e às sedes dos municípios. A pesquisa foi composta por observação e pela realização de entrevistas com os moradores, com técnicos, políticos e autoridades relacionadas com a pesquisa, tanto no Sertão, quanto na capital do Estado e em Brasília. As entrevistas priorizaram o contato natural com os entrevistados, de modo a deixá-los o mais à vontade possível para um diálogo pessoal, face a face (BUBER, 1974).

8.1.2 – Os interlocutores

As entrevistas realizadas no Sertão levaram ao encontro de moradores de pequenas localidades dos distritos que compõem os municípios pesquisados. Embora historicamente a mulher e as crianças sejam os grandes responsáveis pelo abastecimento de água nas moradias do Sertão, a princípio não havia uma determinação explícita de priorizar um gênero ou um grupo de pessoas nas entrevistas. Contudo, à medida que as observações evoluíam, ficou claro que os grandes interlocutores nesse encontro seriam mesmo as mulheres. Hoje, mais do que nunca, o Sertão sobrevive por causa das mulheres. Elas vão ficando e tocando a vida, enquanto os homens vão embora em busca de trabalho, ou ficam, mas ociosos e apáticos na grande maioria.

O espaço público que as mulheres ocupam hoje está em grande parte ligado ao Estado. São agentes de saúde, auxiliares de enfermagem ou professoras, contratadas pelas prefeituras ou por programas do governo do Estado. Também a representação e liderança de algumas comunidades estão hoje nas mãos de mulheres, especialmente nos agrupamentos ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST). Há ainda as velhas parteiras e as avós que criam os netos, desgarrados dos pais que partem. Elas conhecem toda a comunidade, seus problemas, suas possibilidades. Principalmente, as agentes de saúde possuem hoje o mapa social do Sertão, pois andam de casa em casa, conhecem pessoalmente as famílias, sabem de seus dramas. Além disso, são também as grandes disseminadoras do discurso do governo. Embora não façam isso de forma consciente, são formadas para tal e incorporam esse palavreado no seu dia-a-dia, causando transformações reais no seu entorno. Isso tem implicações positivas e negativas, que são vistas mais adiante, através de trechos das entrevistas.

Além dessas mulheres, que foram as grandes informantes, alguns homens, especialmente velhos agricultores que persistem em seu modo de vida tradicional também forneceram depoimentos valiosos para esta pesquisa.

Outros depoimentos também foram muito importantes para esta pesquisa e foram dados por moradores do meio urbano dos municípios visitados, como hospedeiros e motoristas. Todos já viveram no Sertão, participaram de atividades típicas da agricultura ou da pecuária e ainda têm parentes vivendo em comunidades muito pobres. Foram para a sede do município em busca de condições melhores e atuam hoje em atividades irregulares e informais para compor a renda. A maioria está ligada de alguma maneira à prefeitura, que ainda é o grande empregador no meio urbano dos municípios do Sertão. Nesse sentido, o seu discurso pessoal também está muito ligado ao discurso do político no poder no momento. Muitos são cabos eleitorais assumidos e se beneficiam de vários serviços em função disso.

De posse dessas informações sobre a pesquisa de campo, é possível agora compreender melhor os dados e depoimentos analisados a seguir.

8.2 – Elementos que Compõem o Desenvolvimento Sustentável no Sertão

A complexidade do processo de desenvolvimento envolve inúmeros fatores, relativos a cada realidade espacial à qual se aplicam, e que devem ser considerados em conjunto para alcançarem a efetividade dos objetivos propostos. Assim, um olhar crítico é necessário para aquilatar os verdadeiros impactos, tanto positivos quanto negativos, dessa nova visão posta em prática pelos fazedores de políticas. Nesta tese, este olhar parte de uma revisão do conceito de desenvolvimento sustentável, com o objetivo de entender seus componentes e determinantes, com ênfase para sua aplicação no combate à pobreza a partir da melhor gestão da natureza e com respeito à diversidade dos seres e dos lugares.

É apresentado aqui um retrato de como vivem os atores na arena Sertão, de modo a permitir uma melhor compreensão da atual configuração do conflito em relação ao acesso à água. A idéia aqui foi contrapor os dados quantitativos e os indicadores oficiais, que baseiam as decisões políticas, com a visão apreendida a partir das conversas, observações e entrevistas com os atores. A organização das observações, dos depoimentos e dos dados foi feita a partir das dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável apropriadas no Capítulo 4 desta tese. As dimensões adotadas são: a sociocultural, que busca apreender o nível de inclusão da população residente, bem como o grau de respeito aos costumes locais; a econômica, que

avalia as principais variáveis relativas ao emprego e à renda, bem como aos índices de pobreza da região; a ambiental, que engloba as informações sobre as condições naturais do espaço estudado; e a institucional e política, que analisa a capacidade das instituições que atuam localmente, bem como a interferência de instituições externas e a atuação do governo.

8.2.1 – Dimensão sociocultural

A dimensão sociocultural do processo de desenvolvimento está relacionada com as relações entre os seres em sociedade e é percebida mais adequadamente localmente. Os autores analisados no Capítulo 4 desta tese concordam que os aspectos da organização local são fundamentais para o sucesso de qualquer iniciativa que vise ao desenvolvimento sustentável. Saber como vivem as pessoas que devem ser beneficiadas com um determinado projeto é primordial para o planejador ou para a autoridade pública. Suas condições de vida e seus valores culturais são os primeiros pontos a serem conhecidos e considerados. As variáveis analisadas para esta dimensão foram: aspectos sobre a população, saúde, educação, situação da infância, mulheres e idosos, condições de habitação, incidência de violência, cultura e costumes locais.

BOX 2 – DESCOBRINDO O SERTÃO

Andar pelo Sertão é uma lição permanente. As descobertas podem ter significados variados, muitas vezes mostrando uma realidade inesperada.

Encontrar o menino guiando um jumentinho com cargas de água, ou os carros-pipa puxados por tratores não é difícil nas pequenas comunidades. Este seria um sinal de que poucas mudanças ocorreram na última década, mas é apenas uma ilusão.

Se por um lado a dificuldade de acesso à água continua, por outro lado velhos hábitos que faziam desse lugar um espaço de relações pessoais mais simples e diretas começam a desaparecer.

As comunidades sertanejas estão se tornando lugares desolados, e seus habitantes já não se reúnem nem para falar da vida alheia. O velho costume da cadeira na calçada já fica raro, enquanto aos conflitos crônicos relacionados com a água se juntam novos conflitos, agora de identidade. A auto-estima do sertanejo está abalada. A certeza de pertencimento ao lugar começa a enfraquecer diante das dificuldades cotidianas aliadas aos apelos externos.

O Sertão é um antigo reduto dos velhos líderes políticos chamados de “coronéis”, e sempre concentrou a população mais frágil do Estado, com menor poder aquisitivo e pouco acesso a informações básicas que lhes permitissem compreender melhor sua própria situação. O movimento iniciado pelos próprios coronéis, que assumiram na década de 1960 uma postura que se pretendia moderna, levou a um deslocamento contínuo das populações do interior para os centros urbanos, principalmente para a RMF. Primeiro, em um ritmo mais lento, ainda nas décadas de 1960 e 1970, mas com aceleração nas décadas de 1980 e 1990, como mostra a Tabela A dos Anexos.

Diferentemente de momentos anteriores da história do Ceará, esses movimentos têm agora apenas uma direção, ou seja, não está havendo retorno das populações para o interior. Em época de seca extrema, por exemplo, muitos sertanejos abandonavam seu lugar em busca de meios de sobrevivência, fosse para outras regiões ou para a RMF, mas boa parte desse contingente retornava quando passava o período de estiagem.

Ao longo da história, o governo adotou várias medidas para manter esse homem no campo, por motivações variadas, inclusive para não enfeiar a Fortaleza da *belle époque* ou ainda para não esvaziar currais eleitorais. Nessa época, os poderosos chegaram a construir “campos de concentração” para conter os movimentos migratórios. Mais recentemente, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, programas federais, com apoio de financiamentos internacionais, também alegam ter como objetivo manter o homem no campo. Mas não têm obtido sucesso. Afinal, existe nesse processo um paradoxo: como “fixar” o homem do campo sem dar uma real condição de mudança de vida para essas pessoas? O maior peso do investimento produtivo e de infra-estrutura se concentrou e se concentra nas áreas urbanas, principalmente na RMF. A geração de emprego e renda não ocorre no Sertão.

O Sertão, que já era considerado um espaço de poucas possibilidades pelos velhos coronéis, que se anteciparam e deram início ao “progresso” e à urbanização, é posto em um papel totalmente periférico pelos novos governos comandados pelos empresários. O novo reduto eleitoral é a periferia das grandes cidades, principalmente na RMF, onde ficam os grandes conjuntos habitacionais e mesmo as favelas já integradas às cidades. O sertanejo, antes usado, manipulado e espoliado pelo coronel arcaico, é paulatina-

BOX 3 – NA CIDADE É MELHOR...

Na TV, um programa exibe o diálogo de uma família na hora da refeição, que supostamente teria migrado da zona rural para a cidade. O pai trabalharia na fábrica de carros que patrocina o tal programa.

Uma das filhas pega uma folha de alface e comenta:

- Pai, aquela que o senhor plantava antes era muito melhor que essa aqui, não é?
- É, mas lá dependíamos da chuva, e aqui, tendo trabalho, é muito melhor, responde o pai.
- Aqui se têm muitas facilidades, reforça a mãe.
- E aqui podemos estudar em uma escola perto de casa, completa a irmã.

Depois, em uma nova cena, o pai, já fardado, mostra o seu local de trabalho à filha que questionara a qualidade do alimento. É uma linha de montagem de carros. O pai mostra orgulhoso os benefícios gerados pela *fábrica*, e discorre sobre a *alta tecnologia* ali utilizada. Esses conhecimentos parecem fascinar a menina, que só então concorda com a idéia de que a cidade é mesmo o melhor lugar.

Trechos de um programa, em tom de documentário,
com cenas dramatizadas,
patrocinado pela Fábrica de Automóveis FIAT,
exibido na TV Cultura em 07-07-2004.

mente esquecido pelos coronéis modernizados das décadas de 1960 a 1980, e é ignorado pelo novíssimo governo dos empresários, que representam uma espécie de coronel urbano.

A Tabela 4 mostra que o Ceará segue uma tendência nacional e regional de intensa urbanização e já contava, por ocasião do Censo de 2000, com 71,5% de sua população morando no meio urbano. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 mostram que essa proporção subiu para 75,7%. Dentre os municípios da Bacia do Banabuiú, destacam-se, com alto índice de urbanização, os municípios de Quixadá, Senador Pompeu, Morada Nova e Quixeramobim, todos com mais de 50% da população já vivendo em zona urbana. A Tabela A dos Anexos mostra que essa tendência vem se aprofundando nas últimas décadas.

TABELA 4 – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ, RMF E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – POPULAÇÃO TOTAL E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (2000).

Brasil, Nordeste, Ceará, RMF e Municípios da Bacia do Banabuiú	Total	Sexo (%)		Situação do domicílio (%)	
		Masculino	Feminino	Urbana	Rural
Brasil	169.872.856	49,2	50,8	81,2	18,8
Nordeste	47.782.487	49,0	51,0	69,0	31,0
Ceará	7.431.597	48,8	51,2	71,5	28,5
RMF	2.984.689	47,6	52,4	96,5	3,5
Banabuiú	16.173	51,4	48,6	47,1	52,9
Boa Viagem	50.306	50,4	49,6	41,4	58,6
Ibicuitinga	9.435	52,0	48,0	46,5	53,5
Madalena	14.864	50,9	49,1	36,7	63,3
Mombaça	41.215	49,8	50,2	38,9	61,1
Monsenhor Tabosa	16.344	50,3	49,7	47,8	52,1
Morada Nova	64.400	50,7	49,3	52,6	47,4
Pedra Branca	40.742	49,3	50,7	42,5	57,5
Piquet Carneiro	13.131	50,0	50,0	42,5	57,5
Quixadá	69.654	49,1	50,9	67,3	32,7
Quixeramobim	59.235	50,2	49,8	51,7	48,3
Senador Pompeu	27.225	48,8	51,2	57,6	42,4

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do IBGE.

(1) Refere-se às pessoas que sempre moraram ou nasceram no município de residência por ocasião do Censo.

A intensa urbanização, também atestada pelos dados da Tabela 5, é o reflexo da expulsão do homem do Sertão. Os municípios da bacia do Banabuiú apresentam uma tendência generalizada de esvaziamento do meio rural, com taxas negativas da média geométrica de incremento anual da população dessa área, sendo que o percentual relativo à maior saída da população rural pertence ao município de Quixadá. Este dado se torna mais grave quando comparado com os dados da Tabela A dos Anexos, que apontam uma diminuição da população como um todo deste município, que contava com mais de 98 mil habitantes em 1970 e em 2000 possuía menos de 70 mil, em sua grande maioria concentrada na sede do município. Essa tendência é seguida pelos outros municípios da bacia do Banabuiú e foi facilmente percebida na pesquisa de campo.

TABELA 5 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – DENSIDADE DEMOGRÁFICA, TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL URBANA E RURAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO (1991-2000).

Municípios	Densidade demográfica (hab/km ²)		Taxa média geométrica de incremento anual 1991/2000 (%)			Taxa de urbanização (%)	
	1991	2000	Total	Urbano	Rural	1991	2000
Banabuiú	11,78	13,25	1,33	7,36	-2,09	27,99	47,13
Boa Viagem	14,68	18,46	0,54	4,05	-1,36	30,40	41,39
Ibicuitinga	22,85	24,90	1,04	6,81	-2,21	28,19	46,50
Madalena	11,49	13,46	1,80	4,59	0,47	28,79	36,73
Mombaça	16,62	19,58	0,10	1,83	-0,86	33,40	38,95
Monsenhor Tabosa	19,24	18,70	0,57	3,68	-1,63	36,40	47,86
Morada Nova	20,69	23,13	0,99	2,76	-0,66	44,98	52,59
Pedra Branca	32,41	31,72	0,54	3,88	-1,37	31,75	42,58
Piquet Carneiro	25,78	22,73	0,03	2,86	-1,65	33,05	42,51
Quixadá	25,46	33,97	-0,40	1,95	-3,98	54,56	67,32
Quixeramobim	18,15	18,17	0,03	1,93	-1,68	43,59	51,66
Senador Pompeu	24,93	26,19	0,26	0,81	-0,45	54,82	57,60

Fonte: Elaboração da autora através do Banco de dados do Banco do Nordeste com base nos dados do IPECE e Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003.

Há também uma tendência identificada na Tabela 4, que é a predominância das mulheres, com um percentual um pouco maior para o Ceará em relação ao Brasil e ao Nordeste. A feminização da população dos municípios, especialmente no meio rural, é um ponto relevante, embora ainda não apareça tão fortemente nos dados do Censo de 2000. As observações de campo, no entanto, demonstraram que este aspecto deve ser mais bem considerado pelas políticas públicas voltadas para este espaço.

O fato constatado pela pesquisa é que as mulheres têm-se responsabilizado cada vez mais pela continuidade do Sertão. Não só do ponto de vista social e cultural, mas também econômico, já que boa parte do emprego público disponível para o Sertão se destina a elas. Antes eram as viúvas da seca, que esperavam por seus maridos enquanto estes tentavam sobreviver na capital. Hoje, elas continuam a esperar pelos maridos que partem em busca dos empregos, que se foram junto com o gado e o algodão para o

Centro-Oeste. Muitos passam a maior parte do ano por lá, mandado dinheiro. Outros desaparecem e deixam as mulheres com seus filhos para criar. Nesse ponto, a história se repete e faz lembrar a música “Mulheres de Ate- nas” de Chico Buarque.

A Figura A dos Anexos retrata duas gerações de mulheres que aprenderam a “tocar” sozinhas o Sertão, a despeito das adversidades e da solidão. A mãe, D. Judite, uma parteira que viveu toda sua vida no Sertão de Quixeramobim, deu a vida a 11 filhos seus, criou mais dois e trouxe à vida mais de uma centena de pequenos sertanejos. Foi abandonada pelo marido e, dos seus filhos, apenas as mulheres ficaram no Sertão. As três filhas que aparecem na Foto 1 com D. Judite trabalham como professora, enfermeira e agente de saúde. A que trabalha como agente de saúde está na Foto 2 com seus dois filhos, que cria sozinha enquanto seu marido colhe algodão no Mato Grosso.

Programas europeus de fomento ao desenvolvimento já demonstravam, na última década do século XX, reconhecimento pelo papel da mulher no meio rural, como produtora e mesmo como guardiã de valores socioculturais. E nesse sentido é assinalada a importância para as políticas de desenvolvimento que estas incorporem esse reconhecimento em seu planejamento. No Sertão semi-árido, no início do século XXI, é possível encontrar os mesmos elementos. As mulheres assumem grandemente a responsabilidade de garantir a renda da família e de manter também sua integridade, contudo ainda não têm seu papel devidamente reconhecido pelas políticas públicas de desenvolvimento. O texto do Box 4 demonstra a preocupação européia nesse sentido e serve de exemplo para que se pense no peso da mulher no Sertão.

Outro momento de grande aprendizagem nesta pesquisa foi o encontro com os antigos moradores do Sertão e que moram hoje na zona urbana. Eles relembram com nostalgia o tempo em que trabalhavam na roça, de como era difícil o acesso à água e de como se administravam essas dificuldades. A solidariedade era um ponto forte nas relações. Todos os filhos, e sempre eram muitos, ajudavam no trabalho da roça e garantiam o abastecimento dos potes de água na casa, mas não deixavam de estudar, como conta D. Creuza, de Quixeramobim, mãe de dez filhos:

Quando os meninos eram pequenos... era uma vida meio sofrida, nera? Mas só que pra hoje lá foi muito bom. A gente

BOX 4 – PARA RECONHECER UM SERTÃO FEMININO

As mulheres desempenham um papel fundamental na vitalidade das comunidades rurais. Além da sua contribuição econômica, contribuem de um modo importantíssimo para a vida familiar e da sua aldeia. Todavia, as políticas de desenvolvimento rural não reconhecem, de uma maneira geral, no seu justo valor, a contribuição e o papel das mulheres, e daí uma perda da sua eficácia. O sucesso de uma estratégia de desenvolvimento rural depende da mobilização do saber-fazer e dos recursos de todos os cidadãos e da realização de ações que respondam às suas diferentes necessidades. Existem dois princípios essenciais quanto à eficácia de um processo de desenvolvimento: a consideração da igualdade entre mulheres e homens e a participação de todas e de todos.

É corrente evocar a necessidade de reconhecer as mulheres como “recursos humanos primordiais” e por consequência incentivá-las a tornarem-se “mais ativas economicamente”. Isto deixa entender que as mulheres que não são propriamente “ativas” no mercado de trabalho oficial não participam na vida econômica e que dispõem de tempos livres que poderiam ser utilmente dedicados a outra coisa. No meio rural, esta afirmação é completamente errônea. As mulheres são ativas, mas não são reconhecidas.

Mary Braithwaite

Mulheres, igualdade de oportunidades e desenvolvimento rural:

Parceiras de pleno direito no desenvolvimento

LEADER Magazine 11 - Rural-Europe - © European Commission - AEIDL 1997

criou, não deu nem fê. Porque quando eles *tava* desse *tamainho* ele (o marido) já levava pro roçado, né? Iam de manhã e estudavam de tarde. Tinha todo dia aquele que ia encher os potes também. Eu só tinha o trabalho de cozinhar, pisar, moer. Dos doze, dois morreram *pequeno* e foram sete criados lá (no Sertão)... Eu trouxe dois *pequeno*, ainda tive um aqui. Era *difícilinho*, mas tinha as irmãs dele que me *ajudava*, tornava mais fácil né? (Grifo nosso).

Sobre a diferença de criar filhos no Sertão e na cidade, D. Creuza conta sua experiência com um dos filhos mais novos:

O Idamar foi o que nasceu aqui e o que deu mais trabalho na minha vida. Acabou mesmo comigo. [...] porque ele bebe, não sabe beber. Nunca quis trabalhar porque não se criou trabalhando que nem os outros, né? O Idamar que era o *mais pequeno*. Era o mais novo, foi muito mimo, cresceu sem tra-

balhar. Acho que já tinha uns doze *ano* quando ele saiu de casa ou mais. Foi para Quixadá dizendo que ia estudar e trabalhar. Aí lá a gente pensando que ele *tava* estudando, nem estudava e nem *tava* trabalhando... Só aprendeu a beber cachaça. Depois ele se ajeitou com os *minino* (os outros filhos), aí *dero* dinheiro e *compraro* uma mota pra ele. Ele foi trabalhar de moto-táxi. Trabalhou um tempo, aí vendeu, ficou sem nada. Aí pronto, só fazia beber e chegar aqui abusando a gente.

O depoimento de D. Creuza sobre seu filho mais novo retrata a realidade de muitas mães do Sertão, que escolheram migrar para a cidade em busca de melhores condições para sua família e encontram uma realidade adversa. A necessidade de se adaptar a novos costumes e a dificuldade de lidar com novas situações, como, por exemplo, a ociosidade das crianças. O seu desinteresse pelo estudo e pelo trabalho se agrava diante das facilidades de acesso a bebidas e jogos e da perda de qualquer noção de respeito à opinião dos mais velhos. Quando D. Creuza fala dessa experiência negativa com o filho, deixa escapar uma tristeza profunda e uma dor por se sentir em débito com este filho. O desdobramento desse cenário é a vinda de netos prematuros, que passam a ser criados pelos avós e enchem suas casas, dependendo de suas aposentadorias e também dos programas de política compensatória do governo, como o Bolsa Família e o Fome Zero. Foi isto que aconteceu com D. Creuza e com muitas outras mães-avós que vivem no Sertão ou no meio urbano dos municípios pesquisados.

D. Judite, que está na Figura B dos Anexos, foi parteira por toda a vida e pegou “muito minino pelas brenha do Sertão”, como ela diz. Hoje, é responsável pela casa de parto construída ao lado de sua casa pela prefeitura, que serve de posto de saúde para uma das comunidades mais pobres do Quixeramobim. Ela confirma que era muito mais fácil criar os filhos no Sertão de antigamente:

Porque a gente tinha a agricultura, aí tinha o que comer, milho, feijão, jerimum, arroz. Se a mulher fosse preguiçosa morria de fome, mas se ela tivesse coragem ela tem tudo. Mas hoje em dia você tem que comprar o milho, a galinha. Quem tem emprego tudo bem, mas quem não tem...

[...] e se alguém quer plantar, não tem como. O povo não dá mais terra para a gente plantar. Esses mais novos são desinteressados da vida. O meu marido saía de manhã bem cedinho com uns *minino bem pequenininho* com a enxada para trabalhar, onde eu morasse, toda vida foi assim. À noite nossos

BOX 5 – UMA PIRÂMIDE ETÁRIA EM FORMA DE AMPULHETA

O grande número de pessoas idosas e de crianças salta aos olhos nas andanças pelo Sertão. A pirâmide etária dessa região começa a tomar a forma de uma ampulheta, um aspecto preocupante que também requer um olhar cuidadoso dos fazedores de políticas.

Hoje, o trabalho tradicional da roça está prioritariamente a cargo dos mais velhos. E é também sua aposentadoria que tem trazido condições de sobrevivência para muitos que deles dependem. Quando esses velhos começarem a morrer poderá haver um colapso na atual organização social e produtiva do Sertão.

As crianças, por sua vez, estão crescendo com um sentimento confuso em relação ao Sertão. É como se elas não pertencessem àquele lugar, mas ao lugar onde se passam os programas de TV a que assistem fascinadas.

É possível identificar neste grupo (idosos e crianças) uma das maiores possibilidades de resgate do Sertão, o que exige um trabalho adequado de retomada de valores. Os velhos guardam na memória e nos hábitos o modo de vida sertanejo, os costumes, as tradições que vêm se perdendo com a desmobilização contínua desse espaço. E as crianças, por sua vez, representam um futuro possível de retorno aos costumes. Isto não significa uma negação do acesso a novas tecnologias que possam melhorar a vida de todos no Sertão, mas, sim, o resgate de uma convivência mais harmoniosa entre os seres e destes com a natureza, respeitando lições antigas, aprendidas com o tempo e esquecidas na atualidade em meio a uma crise de auto-estima.

filhos *tavam* em casa, hoje ninguém sabe onde eles andam. Os *minino* hoje em dia são muito mal criados. Minha mãe me educou muito bem no meu modo de ver. Minha mãe era mulher bem pobrezinha.

As Figuras B, C e D dos Anexos revelam um pouco da face dos idosos do Sertão, que guardam em suas lembranças um Sertão que quase desapareceu. A organização social e produtiva foi desmantelada como visto nos depoimentos anteriores. “Seu” Osmar, na Foto 1 da Figura B, foi agricultor por toda a vida e hoje, mesmo aposentado, continua trabalhando na sua roça, como que para se sentir vivo. É o mesmo caso de “seu” João (na

Figura D com a sua esposa, D. Maria), que deu entrevista com seu facão do lado, pois tinha acabado de chegar da roça. Estava satisfeito com a fartura naquele ano de chuva (2004): “No Sertão é assim mesmo, quando chove tudo é bom demais, e a gente nem lembra do tempo ruim”. D. Maria também aparece na Figura C, cercada por alguns dos nove netos que vivem com o casal, enquanto os pais das crianças “estão por aí, caçando mais *minino*”, como diz D. Maria, com desgosto.

O casal, “Seu” João e D. Maria, vive hoje relativamente bem no Sertão. A casa é arejada, de alvenaria, bem pintada, com energia e água encanada que vem de um poço. Na sala da frente, os meninos ficam reunidos sem pestanejar diante da pequena televisão que mostra as imagens vindas pela antena parabólica, um dos primeiros bens adquirido depois que as coisas melhoraram. Já passaram fome, contam, e “pelejaram” muito na roça para criar os filhos. A cena da Foto 2, ao lado da deles na Figura D dos Anexos, mostra uma realidade sofrida, quando os idosos há uma década tinham que andar léguas com latas na cabeça em busca de água. O acesso à água ainda não é fácil para grande parte dos sertanejos, mas algumas comunidades conseguiram minimizar essa situação extrema, como é o caso de “Seu” João e D. Maria.

A vida melhorou em alguns aspectos para uns poucos sertanejos, especialmente para os idosos que conseguiram a aposentadoria e para os que vivem em comunidades servidas por água bombeada de poços com dessalinizadores, implantados pelo Projeto São José. Embora isto tenha gerado outros problemas que são discutidos mais adiante nesse capítulo, o fato é que os beneficiários desses projetos já não precisam andar quilômetros para buscar água como antes.

As mudanças no modo de vida do Sertão também significam problemas para os idosos. Se alguns estão em uma situação melhor hoje, outros estão em uma situação inimaginável no passado. A mesma aposentadoria que traz boas condições para uns leva também a casos de exploração de idosos, como é o caso de D. Luzia, que aparece na Foto 2 da Figura C dos Anexos sentada em sua rede. Ela passa os dias sozinha em um quarto separado ao lado da casa da filha, que diz que ela prefere ficar isolada porque gosta do silêncio. D. Luzia é triste, não quis muita conversa, mas não parece estar tão só por escolha própria. Sua aposentadoria é retirada todo mês pela filha que alega usar o dinheiro para cuidar da mãe.

BOX 6 – POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS DESVIRTUADAS NO SERTÃO

Além da exploração de aposentados e dos beneficiários das políticas compensatórias, também o uso indevido de recursos de programas governamentais de transferência de renda são práticas mais comuns do que se pode imaginar.

Um depoimento alarmante foi dado pela agente de saúde Anelita, da comunidade de Jurema, e confirmado pela professora Socorro, da comunidade Algodões, ambas em Quixeramobim. As duas afirmaram que muitas mulheres no Sertão de hoje não seguem as instruções para evitar filhos e não tomam as pílulas nem usam as camisinhas distribuídas. O motivo é que, a cada filho, elas recebem um salário maternidade, que deveria servir para o enxoval e para os cuidados com a saúde da mãe e do bebê, mas está servindo para comprar eletrodomésticos e para outras finalidades.

A professora Socorro denuncia ainda que o programa governamental Bolsa Escola também tem sido usado de forma semelhante, pois as mães não se preocupam com o rendimento escolar dos filhos, não se interessam pelas orientações dadas pelas professoras. As crianças não são acompanhadas como deveriam e não reconhecem o valor do estudo. Faltam, não aprendem e, em alguns casos, quando os pais são chamados à escola, as professoras chegam até a receber ameaças para continuar atestando a presença e o rendimento da criança e assim garantir que os pais recebam o benefício.

Relatos graves sobre o desvio das finalidades originais de políticas governamentais apontam para a necessidade urgente de que estas sejam revistas, dando maior atenção a essas distorções. Políticas públicas compensatórias não podem garantir a melhoria real da qualidade de vida das populações e ainda podem levar a um círculo vicioso de dependência difícil de ser rompido. Estas políticas têm-se multiplicado no Sertão e estão se sobrepondo sem controle, como é o caso do salário-maternidade em contraponto ao programa de controle da natalidade.

As políticas de longo prazo que tenham como objetivo uma mudança real na estrutura da sociedade são fundamentais. As políticas compensatórias só podem ser aplicadas como uma etapa transitória de uma política global que busque soluções permanentes. Essas soluções passam pela gera-

ção de emprego e renda, pela promoção da educação e saúde, pelo acesso a serviços básicos de saneamento, água, além de outras condições de moradia e segurança e do envolvimento dos pais em programas de alfabetização e educação em geral.

No que diz respeito à educação e saúde, o governo do Estado do Ceará tem noticiado com muita ênfase os bons resultados de suas políticas. Os números das Tabelas 6 e 7 mostram um alto índice de matrículas no ensino fundamental, com uma taxa de escolarização chegando a quase 100% em todos os municípios pesquisados, além de um percentual de alfabetização que estava acima de 60% para os municípios da Bacia do Banabuiú, em 2000. Contudo, ainda há muito que caminhar para traduzir esses números em um diferencial que mude a vida dessas crianças. Estar matriculado, apren-

TABELA 6 – CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – NÚMERO DE MATRÍCULAS DE 7 A 14 ANOS E TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL (2002).

Municípios	Matrícula no Ensino Fundamental		Taxa de Escolarização	
	Total	7 a 14 Anos	Bruta (%)	Líquida (%) (*)
Ceará	99.111	70.026	136,59	96,51
Banabuiú	4.454	3.350	132,21	99,44
Ibicuitinga	3.193	2.123	149,70	99,53
Madalena	4.278	3.182	134,02	99,69
Mombaça	10.611	7.385	130,97	91,15
Monsenhor Tabosa	4.462	2.968	131,40	87,41
Morada Nova	17.889	11.894	144,77	96,26
Pedra Branca	11.329	7.746	140,18	95,84
Piquet Carneiro	3.234	2.293	140,43	99,57
Quixadá	17.532	12.917	133,01	98,00
Quixeramobim	16.237	11.638	139,43	99,94
Senador Pompeu	5.892	4.530	122,69	94,33

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (Seduc) - Diretoria de Estatística – Sistema de Informações Básica, 2002

(*) As possíveis explicações para a taxa líquida de escolarização mostrar nível de cobertura superior a 100% em alguns municípios são: pode ter ocorrido o subdimensionamento da estimativa da população, ter matrícula de município vizinho ou o superdimensionamento do número de matrícula.

TABELA 7 – CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – POPULAÇÃO RESIDENTE COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, TOTAL, ALFABETIZADA E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2000).

Municípios	População Residente de 10 Anos ou mais de Idade		
	Total	Alfabetizada	Taxa de Alfabetização (%)
Ceará	5.804.948	4.370.897	75.3
Banabuiú	11.939	7.479	62.6
Ibicuitinga	7.366	4.918	66.8
Madalena	11.133	7.444	66.9
Mombaça	32.171	19.575	60.8
Mons. Tabosa	12.621	8.166	64.7
Morada Nova	50.785	34.554	68.0
Pedra Branca	31.331	18.037	57.6
Piquet Carneiro	10.644	7.034	66.1
Quixadá	53.601	37.953	70.8
Quixeramobim	45.778	31.167	68.1
Sem. Pompeu	21.479	14.382	67.0

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE.

der a ler e escrever e cursar alguns anos de estudo não garantem nada por si só. É preciso muitas outras ações conjuntas para que surja uma população independente e preparada para um desenvolvimento sustentável.

A Tabela 8 apresenta a taxa de analfabetismo, que, embora tenha caído de 1991 para 2000, ainda é alta nas diversas faixas etárias para os municípios da Bacia do Banabuiú, especialmente na faixa acima de 25 anos. Mais grave é a questão do analfabetismo funcional. A Tabela 9 evidencia que, na maioria das faixas etárias, existe um grande percentual de pessoas com menos de quatro anos de estudo, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho formal. A forte queda nas atividades do setor primário, aliada a esse dado, leva a que as opções de emprego sejam muito restritas em todos os municípios.

Um fato grave, que também retrata a baixa eficácia da educação no Sertão, é o aumento alarmante no número de adolescentes entre 15 e 17 anos que já são mães, como mostra a Tabela C dos Anexos. De 1991 para

2000, ocorreu uma baixa generalizada nos índices de fecundidade dos municípios da Bacia do Banabuiú. Contudo, a maioria desses municípios registrou um grande aumento no percentual de mães nessa faixa etária, sendo o caso mais grave no município de Banabuiú, que registrou em 2000 um índice de 18,42%. Também Madalena, Quixeramobim e Senador Pompeu apresentam índices acima de 10%. Esses números podem ser interpretados como resultado de uma convivência ainda difícil com as perspectivas de um modo de vida que é imposto e não conquistado. E constatações como essa se tornam ainda mais preocupantes quando analisadas no contexto das novas relações sociais no Sertão. A falta de solidariedade e de cuidado com o outro deixa muitas vezes essas jovens mães e seus filhos sem qualquer assistência familiar, contando apenas com uma duvidosa tutela do Estado.

TABELA 8 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA (1991 – 2000)

Município	Crianças de 7 a 14 Anos Analfabetas (%)		Crianças de 10 a 14 Anos Analfabetas (%)		Adolescentes de 15 a 17 Anos Analfabetas (%)		Pessoas de 18 a 24 Anos Analfabetas (%)		Pessoas de 25 Anos ou mais Analfabetas (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	60,45	35,73	46,62	18,23	38,39	8,91	44,85	21,76	60,12	43,85
Boa Viagem	50,32	25,51	39,8	13,18	27,46	9,57	37,44	18,45	57,42	50,73
Ibicuitinga	56,97	25,96	46,03	12,71	30,41	9,76	36,28	17,09	56,59	43,12
Madalena	54,26	21,18	41,78	12,33	33,04	9,59	36,14	17,85	54,82	44,07
Mombaça	57,94	35,01	47,97	22,07	37,65	12,83	40,13	28,05	56,69	46,45
Monsenhor										
Tabosa	56,43	32,36	46,07	13,7	32,56	10,01	35,41	14,83	53,22	42,95
Morada Nova	55,42	24,85	43,32	12,88	29,17	12,12	32,61	15,72	53,22	41,26
Pedra Branca	67,86	31,37	57,96	18,95	44,21	16,62	40,44	23,42	64,52	51,72
Piquet Carneiro	54,68	26,08	40,53	14,39	36,1	7,39	33,35	16,12	55,26	42,76
Quixadá	46,18	23,96	33,29	10,95	21,11	9,05	26,42	13,83	46,08	36,75
Quixeramobim	39,52	22,52	26,63	11,38	23,64	7,77	30,68	12,97	53,12	42,76
Senador										
Pompeu	48,82	25,11	35,52	17,14	26,43	10,47	27,27	20,12	51,72	40,37

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

**TABELA 9 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ –
ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA (1991 – 2000)**

Município	% 10 a 14 Anos com menos de quatro anos de Estudo		% 15 a 17 Anos com menos de quatro anos de Estudo		% 18 a 24 Anos com menos de quatro anos de Estudo		% 15 Anos ou mais com menos de quatro anos de estudo		% 25 Anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	90,21	65,58	69,00	31,93	59,30	35,90	75,23	54,53	81,05	63,24
Boa Viagem	84,97	66,14	63,73	33,81	61,82	35,36	74,93	61,11	80,57	71,59
Ibicuitinga	87,95	64,37	61,00	31,45	56,03	36,18	75,32	59,09	83,52	70,51
Madalena	86,13	61,06	62,62	28,53	56,21	37,97	73,05	56,97	79,86	65,90
Mombaça	89,04	71,14	71,31	39,83	62,41	52,55	76,56	65,27	81,05	72,34
Monsenhor										
Tabosa	88,79	64,86	65,45	38,64	53,59	38,97	72,14	60,84	78,65	69,73
Morada Nova	88,09	60,37	61,38	33,49	52,86	36,36	69,81	57,48	76,41	66,69
Pedra Branca	92,77	61,51	74,86	41,00	66,11	43,61	79,16	64,41	83,88	73,76
Piquet										
Carneiro	91,99	57,87	68,19	26,51	67,70	36,21	78,77	61,89	83,06	72,38
Quixadá	81,14	51,18	46,76	26,73	40,10	26,66	58,31	46,91	65,46	55,30
Quixeramobim	78,49	54,17	52,31	21,69	48,98	27,66	68,87	53,72	77,27	64,16
Senador										
Pompeu	81,82	49,76	52,36	27,14	43,43	33,94	64,09	53,39	70,97	61,26

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Na área de saúde, o governo do Estado também tem noticiado grandes avanços. A Tabela 10 apresenta um quadro aparentemente positivo em termos de melhoria das expectativas de vida para a população dos municípios pesquisados. Todos os municípios da Bacia do Banabuiú elevaram o percentual relativo à esperança de vida ao nascer, ultrapassando os 60% da população nascida, enquanto a expectativa de idade também cresceu. A probabilidade de sobreviver até aos quarenta anos cresceu para uma média de quase 90% da população, enquanto a probabilidade de viver até os 60 anos deu um salto mais significativo, saindo de uma média de 66% para 77% da população.

A Tabela 11 traz os dados sobre a mortalidade infantil para as faixas até um ano de idade e até cinco anos de idade. Há uma melhora nos índices observados para os anos 1991 e 2000. Contudo, o número de crianças que

não sobrevivem ainda é muito elevado, especialmente na faixa de cinco anos. Na Bacia do Banabuiú, cerca de 60 crianças em 1.000 nascidos vivos morrem antes de completar cinco anos e quase 50 antes de completar um ano. A situação da infância no semi-árido hoje é tão grave que chamou a atenção do Unicef, que vem promovendo intenso debate sobre o assunto. Relatório recente, já citado antes (UNICEF, 2005), confirma o alto grau de vulnerabilidade ainda vivido pelas crianças e jovens dessa região. Certamente a baixa cobertura educacional e de saúde contribui para essa situação.

A melhora dos índices demonstrada nas Tabelas 10 e 11 é alvo de intensa campanha publicitária por parte do governo do Estado, que atribui os números relativamente positivos à cobertura do Programa de Saúde Familiar (PSF), implantado em todo o Estado. Contudo, a realidade observada, bem como outros números analisados, demonstra que o programa não é garantia de que a população esteja sendo adequadamente atendida e com melhor saúde.

TABELA 10 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ AOS 40 ANOS E ATÉ AOS 60 ANOS (1991 – 2000).

Município	Esperança de vida ao nascer		Probabilidade de sobrevivência até 40 anos		Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	60,21	67,03	82,26	87,88	65,29	76,38
Ibicuitinga	59,38	64,54	81,35	85,43	63,88	72,34
Madalena	60,86	68,88	85,48	89,60	70,48	79,35
Mombaça	60,21	67,03	82,26	87,88	65,29	76,38
Monsenhor Tabosa	58,31	65,62	80,13	86,51	62,06	74,10
Morada Nova	59,76	67,91	81,77	88,71	64,52	77,80
Pedra Branca	64,84	69,91	87,04	90,52	73,15	80,98
Piquet Carneiro	56,89	65,46	78,48	88,51	59,65	77,46
Quixadá	60,57	66,06	82,66	86,94	65,91	74,81
Quixeramobim	61,67	69,59	83,83	90,24	67,77	80,48
Senador Pompeu	62,62	67,03	84,83	87,88	69,39	76,38

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

TABELA 11 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – MORTALIDADE INFANTIL ATÉ 5 ANOS DE IDADE E MORTALIDADE INFANTIL ATÉ 1 ANO DE IDADE, EM NÚMERO DE MORTOS POR 1.000 NASCIDOS VIVOS (1991 – 2000).

Município	Mortalidade até 5 anos de idade em 1000 crianças nascidas vivas		Mortalidade até 1 ano de idade em 1000 crianças nascidas vivas	
	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	105,49	68,42	68,7	43,61
Ibicuitinga	111,43	83,23	72,73	53,37
Madalena	84,98	58,2	65,6	36,95
Mombaça	105,49	68,42	68,7	43,61
Monsenhor Tabosa	119,41	76,64	78,19	49,02
Morada Nova	108,7	63,47	70,87	40,38
Pedra Branca	75,27	52,83	48,45	33,48
Piquet Carneiro	130,43	64,63	85,78	49,65
Quixadá	102,92	74,03	66,96	47,3
Quixeramobim	95,42	54,46	61,9	34,53
Senador Pompeu	89,1	68,42	57,66	43,61

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003.

O número de profissionais que trabalham nessa área ainda é pequeno como mostra a Tabela E dos Anexos. A Tabela F dos Anexos atesta essa deficiência contrapondo o número de profissionais de saúde para cada 1.000 habitantes. Somente Mombaça, Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu conseguiram atingir um índice de menos de 0,5 profissional por grupo de 1.000 habitantes. Os demais municípios nem apresentam um número que possa ser considerado.

Além do número baixo de profissionais de saúde nesses municípios, a alta rotatividade dos médicos, dentistas e enfermeiros agrava ainda mais esse quadro. Fatores políticos e de infra-estrutura são os mais apontados pelos profissionais como motivo para a saída de seus postos no Sertão. Dentre os fatores políticos, o mais comum é a dispensa desses profissionais por mudanças na prefeitura ou mesmo por briga política entre antigos aliados, o que muda as cotas de cargos dos perdedores.

A questão da infra-estrutura é tão grave quanto a política, pois chega a inviabilizar o atendimento dos pacientes. Os médicos alegam ter muita difi-

culdade para cumprir seu papel, como relatado pelo Dr. Márcio, dentista em um posto do Sertão de Quixeramobim construído com recursos do BID, por intermédio do Proares. E uma das maiores dificuldades é água para a higiene dos profissionais e para o uso do equipamento. Tudo tem que ser feito com água trazida em baldes, pois a água encanada vem de um poço e contém muito sal, e o encanamento mal feito já quebrou em vários pontos porque o sal o entupiu. Conta o Dr. Márcio:

... tem o programa de prevenção de cárie onde as agentes de saúde aplicam flúor toda quarta-feira, uma vez por semana. Tem escola que não tem flúor. Por quê? Por causa da água, porque não tem água. Ou então quando arranjam um pouco de água pra aplicar o flúor falta água pra escovar os dentes. Precisa de um volume maior de água, né? Então atrapalha até o nosso programa preventivo. Infelizmente.

Além das dificuldades com as instalações, o médico do posto, Dr. Carlos, afirma que a falta de informação da comunidade e mesmo de educação faz com que eles tenham muito mais trabalho. Mesmo com muita orientação, uma parte da população insiste em se consultar sempre que o médico vai à comunidade, não dando vez a outros, reclamando e congestionando o posto.

As agentes de saúde, por sua vez, também relatam diversas dificuldades para cumprir seu papel. Elas trabalham por metas e são muito exigidas por seus supervisores. O fato de essas profissionais não terem estabilidade as deixa sempre em uma posição vulnerável, pois muitas pessoas sabendo disso as ameaçam caso elas revelem que eles não cooperam com seu trabalho. As orientações repassadas pelas agentes devem resultar em estatísticas favoráveis, caso contrário elas podem perder seus empregos.

Os casos de desnutrição, por exemplo, não podem ultrapassar um determinado número, calculado conforme o tamanho da comunidade assistida; o mesmo para casos de dengue. Quando se trata de controle de natalidade, a situação é ainda mais delicada. As agentes orientam os casais sobre os métodos para evitar a gravidez, ensinam a usar a tabela, deixam o anti-concepcional ou a camisinha, conforme o caso, e um mês depois encontram a esposa grávida. “Mulher, eu engravidei tomando a pílula...”, é a desculpa mais ouvida.

Em meados da década de 1990, Tendler (1998) analisou o programa de agentes de saúde do Ceará e afirmou ser este um programa pioneiro e vito-

rioso, a ser seguido como modelo. O que de fato aconteceu, com os recursos do Banco Mundial. A autora relatava que os agentes de saúde se sentiam como heróis no Sertão. É até possível que fosse assim naquela época, mas o fato é que, uma década depois, esses profissionais lutam diariamente contra a falta de condições para cumprirem metas impostas e contra uma forma de pensamento que vem se fortalecendo: o “legal” é levar vantagem sobre as políticas de governo, aproveitar os recursos. As agentes de saúde trabalham de sol a sol, deslocando-se a pé ou de bicicleta, sentem-se desanimadas pela falta de reconhecimento e cooperação de boa parte das famílias, especialmente das mães mais jovens.

Alguns moradores entrevistados reclamaram dos vizinhos e confirmam as confusões constantes com as agentes de saúde e com os médicos. O “Seu” Zacarias, da comunidade de Algodões, lembra que quando não havia nada de saúde na comunidade todos tinham que ir para a cidade e, em casos mais graves, para Fortaleza. “Agora que tudo está mais fácil, o pessoal ainda reclama *dos doutor*, diz que eles não prestam e acham que as *minina* (as agentes de saúde) querem é se meter demais na vida deles”, observa.

Ainda a respeito da saúde, outro fato foi observado pela pesquisa: a prática de mandar pacientes para Fortaleza ainda é muito forte nos municípios, sendo inclusive uma espécie de moeda política. O prefeito de Quixeramobim foi muito elogiado por pessoas entrevistadas justamente porque ele costuma atender com presteza os pedidos de deslocamento de seus eleitores para a realização de consultas ou exames na capital, mesmo quando alguns desses serviços poderiam ser realizados nas unidades do município.

As Figuras E e F dos Anexos mostram aspectos da educação e da saúde no Sertão. O transporte escolar fornecido pelas prefeituras é fundamental para a maioria dos alunos. O velho “pau-de-arara” ainda é o principal meio, tanto por terra como por água (para atravessar rios ou açudes), como se vê na Figura E dos Anexos. E a Figura F dos Anexos mostra a melhoria relativa na saúde, vista pelo prédio do posto de saúde da comunidade de Jatobá, em Quixadá, em 2004, que contrasta com um posto fotografado dez anos antes, também na região do Sertão Central do Ceará.

No que se refere à habitação, o Sertão não mudou muito. As casas de taipa, distantes umas das outras, sem acesso à infra-estrutura básica ainda são amplamente encontradas ao longo dos caminhos ou no meio da caatinga, como mostra a Figura G dos Anexos.

BOX 7 – A MORADA NO SERTÃO

Algumas comunidades visitadas já apresentam uma nova característica de vila com casas mais agrupadas, muito mais por necessidade pela baixa renda dos filhos do que por uma tendência moderna. A casa tradicional do Sertão é isolada no meio da Caatinga. Existem algumas casas de alvenaria, mas ainda a maioria é de taipa. As condições de acesso à água e saneamento variam muito, mas a maior parte das casas ainda se apresentam de forma muito precária nesse sentido. As famílias que contam com a renda de mais de uma pessoa aposentada conseguiram melhorar a infra-estrutura de suas casas, que já possuem banheiro e algumas têm água encanada. A energia já chegou para quase todos, assim como a conta que nem todos podem pagar.

Os novos vilarejos apresentam um maior adensamento das casas. As pessoas começam a mudar o costume e construir casas mais próximas. Isto poderia significar um movimento de reforço das relações sociais, do encontro, da solidariedade. No entanto, em grande parte, isso acontece por um processo que tem levado ao aumento da dependência cada vez maior dos filhos em relação aos pais. Antes, o filho ou filha casava e partia para a nova vida, para criar seus próprios filhos. Agora os filhos casam ou apenas procriam e continuam na casa do pai, ou fazem uma casinha ao lado, pois não têm como se sustentar sozinhos.

Isto acaba por proporcionar uma diminuição relativa dos gastos do governo com infra-estrutura e oferta de serviços básicos, pois a proximidade das casas diminui custos, o que sempre aparece como o mais importante. Sobre essa tendência ao adensamento habitacional, o prefeito de Quixeramobim, Cirilo Pimenta (PSDB), tem uma opinião positiva que comprova esta análise. Ele acha que esse adensamento facilita a prestação de serviços. Segundo ele, as políticas habitacionais devem:

Orientar as pessoas para morar, construir suas casas mais ajuntadas, mais próximas umas das outras porque o nosso interior não tinha essa característica de vila. Eram vários latifúndios onde cada um montava sua casa particular. Isso nosso povo está mudando. Distritos estão sendo estruturados, as pessoas vão se aposentando, mudando para lá e o outro vai botando o filho na escola. Termina juntando. Então hoje essa coisa está mudada.

Sobre os serviços básicos, a Tabela 12 mostra que houve uma melhora relativa no acesso à água encanada e à energia, bem como na construção de banheiros e na coleta urbana de lixo. Essa água encanada no Sertão vem em sua quase totalidade de poços perfurados e com dessalinizadores instalados. São obras financiadas pelo Banco Mundial e pelo Estado, através do Projeto São José. É também o caso da ampliação da rede elétrica. No caso da água, não há cobrança, pois essa água não é tratada nem há monitoramento desses poços. Quando o aparelho quebra, costuma ficar assim por muito tempo, pois normalmente a comunidade não tem recursos para o conserto. No caso da energia, há a cobrança pela Companhia de Eletricidade do Ceará (Coelce), hoje privatizada. É natural que haja cobrança; contudo, muitas famílias não têm renda e a conta acaba virando mais um vetor de clientelismo no Sertão modernizado.

TABELA 12 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA, PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA E BANHEIRO E PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS URBANOS COM COLETA DE LIXO (1991-2000).

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo		% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	5,07	31,26	5,07	24,01	24,45	64,96	26,62	65,43
Boa Viagem	24,90	43,42	22,45	32,41	47,39	73,40	33,28	72,51
Ibicuitinga	18,63	42,48	15,74	30,48	48,56	80,63	39,17	81,45
Madalena	16,05	33,94	13,69	24,61	14,49	54,38	31,16	80,92
Mombaça	8,18	35,34	8,03	27,70	37,37	70,61	31,21	67,67
Monsenhor Tabosa	18,96	25,27	17,23	22,78	60,18	79,84	34,81	70,31
Morada Nova	33,49	50,70	30,92	41,26	40,49	62,10	51,32	80,16
Pedra Branca	18,46	38,22	16,19	24,39	57,92	84,82	28,50	60,21
Piquet Carneiro	1,18	32,65	0,98	14,41	44,35	84,38	36,11	69,22
Quixadá	40,59	56,43	39,15	38,79	67,55	75,27	61,33	85,95
Quixeramobim	29,52	52,26	27,98	34,90	60,67	72,68	50,70	83,33
Senador Pompeu	28,84	48,98	27,39	35,75	50,61	84,52	56,63	88,17

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

A Tabela H dos Anexos traz os dados sobre os domicílios particulares permanentes em relação ao acesso à água. Os dados revelam que havia em 2000 um grande percentual de pessoas que não possuía qualquer tipo de encanamento em sua residência. Esses números, contudo, podem ser maiores, pois boa parte dos domicílios no Sertão não é contabilizada nessa categoria. O mesmo ocorre para os dados sobre o esgotamento sanitário, vistos na Tabela I dos Anexos. Os percentuais apontam que a maioria das casas usa a fossa rudimentar ou fossa séptica, sem acesso ainda a uma rede de esgoto ou pluvial. No Sertão, é possível ver que esses números são maiores e muitos moradores não possuem nem mesmo uma fossa rudimentar, agravando suas condições de saúde e higiene.

A Tabela I dos Anexos revela ainda que cerca de 40% da população dos municípios da bacia do Banabuiú não possui banheiro ou sanitário em suas casas, sendo que, em Mombaça e Pedra Branca, esse percentual ultrapassa os 50%. Esse aspecto é preocupante do ponto de vista da saúde pública, especialmente porque o adensamento proporciona um contato mais intenso das pessoas e aumenta a produção de dejetos em uma área menor. Além disso, o costume de usar o sanitário ainda não está incorporado por muitos habitantes. Pode ocorrer que, mesmo possuindo as instalações sanitárias adequadas em sua casa, a pessoa não as utilize, como conta D. Áurea, agente de saúde da comunidade de Jatobá, em Quixadá:

Muita gente que não tinha banheiro agora tem. Pra tu ver, tem gente que tem o banheiro, faz que nem a *cumade* Mariinha, não usa porque não tem água pra dar descarga. Mas tem gente que tem água encanada e não usa o banheiro pra não sujar.

Pra tu ver a conscientização!

E aí vai pro açude, vai pro matinho ali... Pra não sujar o banheiro, o banheiro tá sempre bem lavadinho.

Se o filho pensa em usar, a mãe já grita: “Ei *minino* o banheiro tá lavado não vai sujar...”

Quer dizer, pode sujar o mato, mas não pode sujar o banheiro, o banheiro tem que tá bem lavadinho pra quando chegar uma pessoa...

Eu conheço duas que é assim: elas fazem xixi no balde, pra não sujar o banheiro, que tá sempre bem cheirosinho, pra quando chegar uma pessoa e precisar, aí não pode tá sujo.

Desse depoimento, depreendem-se dois aspectos importantes: a falta de orientação adequada em relação ao uso de instalações de higiene e também a recorrente dificuldade de acesso à água. Talvez se o acesso à água fosse mais fácil, não haveria tanta dificuldade para as donas-de-casa em usar o banheiro e mantê-lo limpo para as visitas.

Sobre a quantidade de pessoas que moram nas casas do Sertão, os dados da Tabela 13 apontam que a média de moradores nos domicílios rurais não chega a cinco pessoas, e a Tabela 14 mostra que, dentre esses domicílios, apenas 20%, em média, apresentam mais de duas pessoas por dormitório.

Contudo, a pesquisa encontrou casas com uma média muito maior de moradores e também uma média muito mais elevada de pessoas por dormitórios. Nos municípios de Quixadá e Quixeramobim, isto ocorre principal-

TABELA 13 – CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES: TOTAL, URBANO E RURAL E MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE TOTAL, URBANO E RURAL (2000).

Município	Domicílios particulares permanentes			Média de moradores por domicílio particular permanente		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Ceará	101.504	53.394	48.110	4,21	4,10	4,51
Banabuiú	3.567	1.756	1.811	4,50	4,32	4,68
Boa Viagem	12.203	5.342	6.861	4,11	3,88	4,29
Ibicuitinga	2.201	1.054	1.147	4,26	4,13	4,37
Madalena	3.356	1.328	2.028	4,41	4,09	4,62
Mombaça	9.796	4.105	5.691	4,19	3,88	4,42
Monsenhor Tabosa	3.930	2.072	1.858	4,15	3,77	4,58
Morada Nova	15.367	8.275	7.092	4,17	4,07	4,29
Pedra Branca	9.926	4.629	5.297	4,09	3,74	4,40
Piquet Carneiro	3.473	1.584	1.889	3,77	3,52	3,99
Quixadá	16.371	11.347	5.024	4,24	4,12	4,50
Quixeramobim	14.391	7.753	6.638	4,09	3,93	4,29
Senador Pompeu	6.923	4.149	2.774	3,92	3,77	4,14

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE.

mente nos casos em que os avós passam a ser responsáveis por todos os seus netos. Essas observações mostram que muitas vezes os números escondem essas realidades que só podem ser notadas *in loco*. Uma explicação também pode ser dada pelos dados da Tabela 14 relativos ao percentual de domicílios particulares permanentes, que gira em torno de 60% para os municípios estudados. Como os demais percentuais foram analisados em relação apenas a esse universo, deixou de fora um percentual razoável de residências do Sertão, como as encontradas pela pesquisa.

Algo digno de nota é a proliferação de antenas parabólicas nas casas do Sertão. A chegada da energia elétrica proporcionou a realização de muitos sonhos de consumo. A parabólica veio junto com a televisão e o som. Os CDs são pirateados, vendidos nas feiras, e os programas de TV preferidos relatam os crimes diários em todo o Estado. A precariedade das moradi-

TABELA 14 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS COM DENSIDADE ACIMA DE 2 PESSOAS POR DORMITÓRIO E PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS E TERRENOS PRÓPRIOS E QUITADOS.

Município	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório		Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados	
	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	28,41	22,10	41,90	50,14
Boa Viagem	22,34	16,64	52,12	55,64
Ibicuitinga	26,52	17,57	64,81	65,33
Madalena	26,52	16,64	43,72	68,25
Mombaça	24,79	20,49	48,75	60,36
Monsenhor Tabosa	24,10	17,91	39,47	58,75
Morada Nova	29,61	21,16	54,53	59,79
Pedra Branca	25,61	19,28	60,43	60,58
Piquet Carneiro	22,51	15,77	63,23	70,93
Quixadá	33,96	22,50	55,91	63,47
Quixeramobim	23,58	18,32	52,57	58,36
Senador Pompeu	26,65	19,63	58,24	61,68

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

as contrasta com os aparelhos elétricos, como mostram as fotos da Figura H dos Anexos. Casas em ruínas não dispensam essa “modernidade”. A Tabela J dos Anexos confirma essas observações. É interessante notar que o percentual de casas com TVs ultrapassa o percentual de casas com geladeira.

Em 1994, um dos desejos mais fortes no Sertão era tomar uma água geladinha, ou seja, possuir uma geladeira. Quem não tinha, enchia as garrafas e guardava na geladeira de um vizinho com mais condições. Eram na maioria geladeiras a gás. A televisão também era desejada. Normalmente, só havia na praça ou na escola, alimentada com energia solar. Assistir televisão na praça era um momento de encontro diário que aos poucos desapareceu. Hoje, todos ficam em suas casas com os olhos fixos nas novelas que trazem notícias de uma vida de sonhos na cidade.

A pobreza verificada na maioria das moradias do Sertão pode ser explicada em parte pelos dados das Tabelas K e L dos Anexos. Em 2000, a maioria dos domicílios dos municípios da Bacia do Banabuiú se encontrava na classe de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo de renda mensal dos seus moradores, e era também nessa classe de renda que se encontrava a maior densidade de pessoas por domicílio. A pesquisa comprovou essa situação nas casas visitadas, com a ressalva de que muitas puderam ser melhoradas a partir das novas aposentadorias. Por outro lado, se for considerado o fato de que os filhos constroem casas agregadas, é possível que os números sejam ainda piores do que os calculados em 2000.

BOX 8 – VIOLÊNCIA NO SERTÃO

A ociosidade de muitos jovens e adultos, aliada à pobreza contínua e à falta de perspectivas, tem levado a um quadro de violência cada vez maior no Sertão, abalando a tranquilidade das famílias do local.

No Sertão começa a imperar o medo da violência banal, rotineira. Antes a violência era específica, restrita a conflitos visíveis; agora é generalizada, sem endereço. Na zona urbana do Sertão, as casas já estão gradeadas e as pessoas presas com medo.

O encontro se perde no meio de novos arranjos sociais, e a solidariedade agoniza onde o medo impera.

A Tabela M dos Anexos revela que o número de homicídios vem crescendo a cada ano nos municípios da Bacia do Banabuiú. Embora estejam longe dos números do Ceará e do Brasil, esses números vêm inquietando a população, que se sente cada vez mais ameaçada. Um dos motoristas entrevistados, que sempre morou na região, comentou pesaroso que antes era raro uma morte. Só acontecia quando havia uma rixa por terra ou uma briga séria entre inimigos políticos, o que já não acontece há anos. Hoje, no entanto, segundo ele, se mata por nada, em meio a bebedeiras. “Há uns dias um pai matou um filho do nada, só porque bebeu demais. Como é que pode uma coisa dessas, doutora? Parece que a gente tá lá no meio de Fortaleza!”, relata “Seu” Josué.

D. Nazaré também conta de seu medo. Diz que não visita o túmulo dos pais há muito tempo, pois tem medo de ir só. A estrada deserta até ao cemitério, antes tranqüila, hoje esconde o ataque de ladrões e desocupados. D. Nazaré conta que:

Antes não se tinha medo de dar carona, minha filha. Se a gente ia na estrada de carroça ou até num carrozinho, para quem podia, e aparecia um cristão andando no meio do sol, a gente nem pensava, parava e mandava subir. Ia conversando e tudo bem. Hoje a gente passa batido, com medo de ser ladrão.

O depoimento de D. Nazaré deixa claro um movimento que já se tornou banal no meio urbano dos centros maiores: o medo se instala e o encontro com o outro vai-se perdendo, fazendo com que a solidariedade seja uma atitude cada vez mais rara também no Sertão.

Para completar as observações acerca da dimensão social e cultural do desenvolvimento para a Bacia do Banabuiú, a pesquisa procurou saber dos costumes dessa gente, quais sobrevivem às mudanças e quais surgiram com os novos tempos.

Um costume notado logo ao entrar nas casas é uso de potes para armazenar a água de beber. A Figura I dos Anexos mostra como esse costume é ainda comum no Sertão, tanto quanto o fogão a lenha, que muitas vezes sobrevive ao lado do fogão a gás. Quando falta o dinheiro para o gás é o velho fogão a lenha que garante a comida quentinha.

Sobre a água do pote, D. Antonieta, que hoje mora em Fortaleza, lembra as lições de seu pai acerca de como cuidar da água da casa nos potes:

Eu me lembro que o meu pai falava que desde ele criança o pai dele já fazia isso. Quando chegavam as primeiras chuvas, o pessoal gostava muito de tomar a água da chuva, e colocava nos potes. Começava a armazenar para o dia seguinte, para tirar toda as impurezas da água das primeiras chuvas. Apesar de eles não terem esse conhecimento de hoje de que podia trazer doenças, eles sabiam que precisava limpar a água e esquentavam um ferro bem forte e metiam dentro do pote que era para matar todos os germes e a partir dali a casa do interior não tinham filtros, nem era água mineral e as pessoas não tinham vermes. As doenças apareceram depois que tudo foi modernizado.

BOX 9 – A FÉ NO SERTÃO

A religiosidade ainda é muito forte no Sertão; independente da crença, a fé em Deus é ainda um referencial para todos. As casas, por mais simples que sejam, têm sempre nas paredes muitos quadros de santos, misturadas com velhas fotografias de família, já amareladas com o tempo. A exceção vai para as casas dos seguidores das igrejas protestantes que hoje proliferam em todo o Sertão. Talvez essas novas crenças tenham ajudado a fazer desaparecer o velho costume de roubar uma imagem de santo para fazer chover. Mas o dia de São José, padroeiro do Estado do Ceará, não é esquecido nem pelos protestantes do Sertão. Se não chove até o dia 19 de março, as esperanças de um bom inverno se acabam. Esse costume tem uma explicação científica: o dia do padroeiro coincide com o período do solstício no hemisfério Sul. Isto comprova que os velhos costumes e as crenças dos sertanejos são frutos de observação aguçada da natureza, o que vale lições preciosas.

No Sertão, em sintonia com a fé, sempre estive a disposição para festas. Os dias de santos sempre foram comemorados com muita festa. Hoje, esse costume sobrevive e já tem recebido até incentivos oficiais em alguns municípios, que aproveitam para transformar festas tradicionais em eventos turísticos. É o caso das festas de Santo Antônio em Quixeramobim. O padroeiro da cidade tem garantido uma boa receita no mês de junho para a prefeitura.

Os entrevistados contam que antigamente algumas famílias com melhores condições costumavam organizar festas que aconteciam nos terreiros das suas casas. Eram momentos de congregação dos amigos. Muitos vinham de longe, da sede do município e até de Fortaleza. Muitos casamentos começaram na pista de dança. Comemoravam os aniversários, os dias de santo, as boas safras. Matavam um boi, que era dividido por todos os amigos, que, por sua vez, faziam o mesmo. Tinha muito forró a noite toda, mas, ressalta D. Luíza:

... era tudo muito sadio, a gente ficava a noite dançando sem problema. Quando o dono da casa não tinha muito dinheiro, a gente se *ajuntava* e fazia uma *vaquinha* para pagar os *cabra* que *tocava*. Era tudo gente conhecida. Uma beleza! Num era como hoje em dia, não. Faz é medo ir pra essas festas, tem uns *cabra* que ninguém sabe de onde veio, com um jeito ruim.

BOX 10 – FESTAS NO SERTÃO

Nos dias de hoje, continuam acontecendo festas com muito forró no Sertão; contudo, não se trata mais de festas familiares, de congregação entre amigos.

Hoje, o forró é um negócio que cresce em todo o Estado. Nos Sertões da bacia do Banabuiú, é possível encontrar muitas casas com uma grande área cimentada e murada na frente, onde acontece o forró. O dono da casa cobra entrada e vende as bebidas. Não é raro uma briga no final. Segundo alguns moradores, o pessoal mais jovem é capaz de ficar sem comer para ir ao forró.

Assim como o forró virou negócio, assim também os velhos pegas de boi se transformaram nas vaquejadas, com circuito estadual organizado e envolvendo muito dinheiro.

A comida é um ponto alto do Sertão. Esse é o costume mais fácil de ser mantido. A comida pesada e saborosa do Sertão já ganhou os restaurantes chiques de Fortaleza e do Brasil. Mas só no Sertão é que se come a comida típica autêntica e inigualável. A buchada de bode, a panelada, o carneiro guizado, o pirão feito em prato de barro, a galinha caipira, o baião-de-dois e a paçoca são os pratos mais conhecidos.

BOX 11 – OS PROFETAS DA SECA

Um costume que sobrevive e se fortalece, especialmente no Sertão Central, é o trabalho dos profetas da seca.

Essas pessoas estudam os fenômenos naturais e prevêem se haverá bom inverno, pouca chuva ou seca. Esses detentores da sabedoria popular sempre existiram no Sertão. São pessoas que aprenderam com a natureza, respeitam seus sinais e são muito respeitados.

Tamanha é a fé em suas previsões que os cientistas também se rendem a eles e todos os anos os dois grupos se encontram para debater as respectivas previsões. Em 2005, ocorreu o IX Encontro Estadual dos Profetas da Chuva realizado no começo do ano em Quixadá.

Um novo costume que invadiu o Sertão é a troca do velho jumentinho e do cavalo por bicicletas e motos. Até para tanger o gado, os vaqueiros agora utilizam as motos, sem se importar com a poluição que elas provocam no meio do pasto. O “Seu” Damião, por exemplo, aparece na Figura I dos Anexos orgulhoso de sua bicicleta, que considera um veículo muito melhor que o cavalo ou o jumento, pois não dá tanto trabalho e não precisa de comida.

BOX 12 – HISTÓRIAS FANTÁSTICAS NO SERTÃO

Existem histórias de fantasmas dos trabalhadores dos açudes que morreram por lá e gemem em noite de lua, de um padre que morreu no alto de uma serra e desce de lá todas as noites guiando uma carroça puxada por burros, das mulas-sem-cabeça que aparecem no meio do terreiro com o fogarel no lugar da cabeça, ou do lobisomem que depois se descobriu ser o amante de uma mulher casada.

Existem também histórias curiosas sobre extraterrestres no Quixadá que já viraram notícia nacional. É uma invenção recente, mas tomou força entre os moradores locais e muitos juram ter sido abduzidos e levados por discos. Tem também alguns ETs que moram por lá, perto de um açude. A geografia do Quixadá, que é rodeado por pedras gigantes ajuda a criar a atmosfera para essas histórias. O fato é que hoje existe um congresso anual de ufólogos que acontece no Quixadá e já está na sua 7ª. Edição. Os aficionados pelo tema encontram uma boa organização local e o encontro já entrou no calendário oficial da cidade, que fatura com os ETs.

Contar histórias é um jeito de guardar a memória, de preservar ao menos as lembranças de tempos passados que já não se repetem. E esse é um costume que ainda sobrevive no Sertão. São histórias de fatos reais ou histórias fantásticas de assombrações e bichos de outro mundo que só os mais antigos sabem de cor.

Um trabalho de catalogação dessas histórias e dos outros costumes do Sertão é fundamental para que não se percam quando aqueles que ainda detêm esse conhecimento se forem.

8.2.2 – Dimensão econômica

As variáveis escolhidas para avaliar a dimensão econômica do desenvolvimento para os municípios da bacia do Banabuiú foram a renda, o PIB e o emprego. São também ressaltadas as novas perspectivas econômicas para a região.

Antes de analisar essas variáveis, para apreender melhor a sua extensão, é essencial compreender o grau de pobreza que impera no Sertão. Apesar da melhoria relativa de alguns indicadores sociais, como saúde e educação, os níveis de pobreza e de indigência entre a população do Sertão continuam elevados. Além disso, o baixo nível de renda, bem como sua composição, deixa os indivíduos ainda mais vulneráveis e dependentes.

A Tabela 15 apresenta dados preocupantes. Embora o percentual de indigentes e de pobres tenha caído de 1991 para 2000, esses índices são

BOX 13 – POBREZA MODERNA

A modernização do Ceará promovida pelo governo não foi suficiente para reverter o fato de o Estado ser um dos mais pobres do Brasil. Segundo dados da PNAD, 53,4% da população cearense é considerada pobre, e 26,3%, indigente (CEARÁ, 2004). A maior parte dos habitantes do Ceará, cerca de 42%, está concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, que corresponde a apenas 3,46% do espaço do Estado. O mais grave é que 71% dessas pessoas se encontram na capital do Estado, Fortaleza, que ocupa 6,30% da RMF. A RMF concentra ainda 62% do PIB do Estado, sendo que 85% dos seus empregos são gerados em Fortaleza, que também é responsável por 86% da arrecadação da RMF (CEARÁ, 2003).

muito elevados e se agravam quando comparados com os indicadores que mostram que a intensidade da pobreza quase não variou, permanecendo alto, e que a intensidade da indigência se elevou mais ainda de 1991 para 2000. Considerando que esses indicadores foram calculados apenas para os indivíduos que moram em domicílios particulares permanentes, esse quadro pode ser ainda mais grave. Complementando essa análise dos dados da Tabela N dos Anexos o percentual de crianças e de pessoas que se encontram na categoria de indigentes e na categoria de pobres. Os dados são alarmantes, pois mostram que as crianças estão muito mais vulneráveis, com um percentual de crianças pobres que chega a quase 90% em alguns municípios.

A Tabela O dos Anexos revela o percentual da renda domiciliar que é apropriado segundo as faixas da população, classificadas segundo o grau

TABELA 15 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – PERCENTUAL DE INDIGENTES, PERCENTUAL DE POBRES, INTENSIDADE DA POBREZA²¹ E INTENSIDADE DA INDIGÊNCIA²² (1991 E 2000).

Município	% de indigentes		% de pobres		Intensidade da pobreza		Intensidade da indigência	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	64,78	48,40	88,27	70,80	62,51	60,80	46,82	56,36
Boa Viagem	63,50	51,53	86,10	74,48	63,66	62,81	50,88	60,38
Ibicuitinga	55,17	47,32	82,53	73,39	59,23	59,93	49,28	58,34
Madalena	68,29	50,19	89,48	71,34	65,22	61,98	51,27	56,94
Mombaça	70,66	55,91	86,23	77,71	70,73	67,66	59,32	70,81
Monsenhor Tabosa	73,37	54,15	90,46	77,27	71,02	64,15	58,82	61,17
Morada Nova	50,21	33,73	78,94	64,95	55,73	50,05	40,90	46,97
Pedra Branca	65,75	45,58	88,97	71,26	61,56	60,61	44,53	60,94
Piquet Carneiro	60,16	50,24	85,45	73,27	61,51	66,98	48,30	73,20
Quixadá	47,03	38,67	73,15	63,48	56,95	56,52	43,69	54,55
Quixeramobim	55,49	43,21	83,48	67,64	58,40	59,49	45,81	58,73
Senador Pompeu	52,76	37,30	79,77	62,33	57,23	54,96	42,89	52,33

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

²¹ A intensidade da pobreza é medida pela distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pobres (definidos como os indivíduos com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 75,50 ou 1/2 do salário mínimo vigente) do valor da linha de pobreza medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza.

²² A intensidade da indigência é medida pela distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos indigentes (definidos como os indivíduos com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 37,75 ou 1/4 do salário mínimo vigente) do valor da linha de pobreza medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza.

de pobreza e riqueza. Fica clara a elevação da desigualdade e da concentração de renda nas classes de maior poder aquisitivo. De 1991 para 2000, todos os municípios apresentaram uma diminuição no nível de renda dos mais pobres, enquanto os 20% mais ricos passaram a se apropriar de um percentual maior da renda em todos os municípios. Para a faixa dos 10% mais ricos, também houve uma elevação da renda em quase todos os municípios. A Tabela P dos Anexos mostra que a comparação entre o percentual de renda média dos 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres se elevou de 1991 para 2000 em todos os municípios pesquisados. O mesmo ocorre para a razão entre os 20% mais ricos e os 40% mais pobres. Naturalmente, os índices que medem a desigualdade apontam para um crescimento significativo desta entre os anos de 1991 e 2000. O índice de Gini aponta que a menor concentração de renda ocorre em Morada Nova e a maior, em Mombaça (Tabela P dos Anexos).

A economia do Sertão ainda está baseada nos produtos primários, altamente dependentes dos ciclos hidrológicos e climáticos. Nesse sentido, os habitantes do Sertão inevitavelmente se organizam em função da água, ou da falta dela. Entre os agricultores tradicionais que ainda se mantêm no Sertão praticamente não há excedentes. O modo de produção é pré-capitalista ou marginal ao capitalismo. O capitalismo só toma conhecimento da região quando é de seu interesse (eleições, por exemplo). As principais culturas ainda são as culturas de sequeiro, arroz, milho, feijão e mandioca, dependentes das precipitações pluviométricas para produzirem. Depois da agricultura, as outras fontes de renda são raras e irregulares.

Além de se ocuparem como professoras ou em cargos ligados à saúde, as mulheres também contribuem para a renda familiar, em algumas comunidades, costurando ou fazendo trabalhos de artesanato em renda ou barro.

Antes, a maioria da população do Sertão cearense vivia apenas dos rendimentos da agricultura e de pequenas criações, que podiam ser desenvolvidas em terra própria ou através de contratos com fazendeiros locais. Hoje, esse cenário tem novos componentes. Do ponto de vista da renda, uma constatação é fundamental para entender a nova conformação do Sertão: boa parte dos idosos é aposentada. Conforme já foi assinalado mais acima, são estas aposentadorias, juntamente com as transferências de vários programas governamentais de política compensatória, que garantem a maior parte da renda no Sertão.

A Tabela 16 mostra como o peso das transferências aumentou na década de 1990 nos municípios que compõem a bacia do Banabuiú. No município de Quixeramobim, por exemplo, o percentual da renda advinda do trabalho era de 82,18% em 1991, baixando para apenas 47,07% em 2000, enquanto a renda proveniente de transferências governamentais pulou de 12,68% para 25,88%, no mesmo período. A Tabela Q dos Anexos também atesta o peso das transferências para os municípios. A maior parte da receita orçamentária das prefeituras vem das transferências, principalmente o Fundo de Participação do Município. As outras receitas correntes e as receitas de capital são mínimas, se comparadas às transferências.

TABELA 16 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – PERCENTUAL DA RENDA PROVENIENTE DO TRABALHO E PERCENTUAL DA RENDA PROVENIENTE DAS TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS (1991-2000).

Municípios	Renda proveniente dos rendimentos do trabalho (%)		Renda proveniente das transferências governamentais (%)	
	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	81,87	41,27	13,24	26,71
Boa Viagem	84,39	52,12	11,96	22,93
Ibicuitinga	78,94	44,86	9,63	25,8
Madalena	83,79	52,12	12,5	23,76
Mombaça	81,64	36,25	14,18	28,25
Monsenhor Tabosa	85,55	52,15	12,00	20,94
Morada Nova	83,62	60,5	12,24	22,74
Pedra Branca	84,55	49,87	11,82	23,22
Piquet Carneiro	79,22	34,74	13,76	29,84
Quixadá	81,82	53,88	15,1	21,56
Quixeramobim	82,18	47,07	12,68	25,88
Senador Pompeu	80,64	48,35	16,63	27,52

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

O que foi observado pela pesquisa torna ainda mais relevante o papel do idoso no Sertão. Além de estar garantindo a renda da casa com a aposentadoria, são os idosos que ainda continuam trabalhando, mesmo apo-

sentados, para melhorar a condição de sustento da família, que cresce com os netos. Vários agricultores entrevistados se encontram nessa situação. Todos os aposentados continuam trabalhando em seus roçados, chova ou não. Entre eles foi comum escutar sua preocupação com o destino das famílias quando eles se fossem. “Seu” Salviano verbaliza esse dilema:

Antigamente não se via falar de desemprego, essas coisas, né? Porque todo mundo era ocupado, tinha o que fazer. Tava no sertão, tava produzindo, tava trabalhando... e aí agora fica nessa situação...os cabra novo não fazem nada. Uns porque não consegue emprego mesmo, outros porque não querem pegar no pesado, ir pra roça que nem nois. Se você fazer uma avaliação vai ver isso. Eu andando lá pro meu roçado, agora nesse inverno, me encontrei com um velhinho aqui no cami-

BOX 14 – APOSENTADORIAS GARANTEM A RENDA DO SERTÃO

No caso da população, o peso das transferências está nas aposentadorias e também nos programas sociais do governo, sendo que a maior parte dos rendimentos do Sertão vem mesmo das aposentadorias. Os trabalhadores rurais têm o direito de solicitar este benefício mesmo sem terem contribuído para a Previdência antes.

Os dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) revelam que o número de trabalhadores rurais atendidos pela Previdência Social no Ceará cresceu 24,99% entre 2000 e 2004. A quantidade de benefícios pagos no Estado passou de 459.499 para 574.360 nesse período e, em 2004, os aposentados rurais receberam R\$ 1,85 bilhão do INSS no Ceará (SEGURADOS..., 2005). Segundo o IBGE (INDICADORES..., 2004), a pobreza no Brasil seria ainda maior se as aposentadorias não fossem concedidas aos idosos, mesmo os que nunca contribuíram para a Previdência. A pesquisa sobre os Indicadores Sociais Municipais indica que 44% da população com mais de 60 anos no Brasil é responsável por garantir mais da metade da renda dos domicílios onde vivem. O rendimento de 27% dos idosos brasileiros é que garante o sustento do domicílio onde vivem, pois chegam a responder por mais de 90% do dinheiro que entra em casa (INDICADORES..., 2004).

nho e perguntei: “meu amigo você vai pra onde?” e ele disse: “eu vou pra roça, ora!” Aí eu disse: “e quando nós for, quem é que vai?” Ele foi e deu risadinha, né? Pois é, porque nós já estamos vencidos, né? E quando nós for, quando nós desaparecer da terra quem vai, quem vai trabalhar?

A Tabela R dos Anexos indica um quadro razoável de crescimento do PIB do Estado como um todo entre 1997 e 2000. Para os municípios da bacia do Banabuiú, há uma variação entre eles. Alguns apresentam crescimento negativo no mesmo período. É o caso de Morada Nova e Quixadá, municípios grandes e tradicionais que perderam muito com a queda dos investimentos nas atividades agropecuárias. Quixadá tem diversificado e investido no turismo; contudo, também tem procurado melhorar a qualidade da produção de algodão. Outros municípios, Madalena e Quixeramobim, apresentaram crescimento significativo, com taxas acima de 20% para o período. Madalena é um município novo e as atividades agropecuárias ainda têm um peso grande na composição de seu PIB. Já Quixeramobim teve muitos benefícios do governo do Estado, uma vez que o prefeito era um dos maiores aliados políticos do Cambeba. As indústrias que se instalaram no município foram as grandes responsáveis por esse crescimento. Também a renda *per capita* apresenta crescimento entre 1996 e 2002, segundo os dados da Tabela S dos Anexos.

Apesar desses números, a pesquisa constatou *in loco* que as atividades econômicas que geram emprego e renda são escassas hoje no Sertão. O comércio se restringe a pequenas vendas, normalmente com uma mesa de bilhar, um lugar que serve mais de ponto de encontro para os desocupados do que para uma venda significativa de mercadorias. A maioria dos habitantes dessas pequenas vilas faz suas compras na sede dos municípios quando recebem sua aposentadoria ou os rendimentos de programas assistencialistas do governo.

A maior parte do comércio na sede dos municípios só funciona de fato do dia 1º até o dia 10 de cada mês, último dia de pagamento de aposentadorias. Especialmente as feiras, tão comuns no Sertão e um dos pontos mais tradicionais de encontro das pessoas, não têm como funcionar além desse período.

Sobre a chegada das indústrias, anunciada como o maior feito do prefeito de Quixeramobim, grande aliado político de Tasso Jereissati, “Seu” João, antigo sindicalista do município tem a seguinte opinião:

BOX 15 – O DESENVOLVIMENTO NÃO CHEGA AO SERTÃO

Os programas de interiorização do desenvolvimento do governo do Estado não chegaram ao Sertão e a geração de emprego e renda ainda é muito precária.

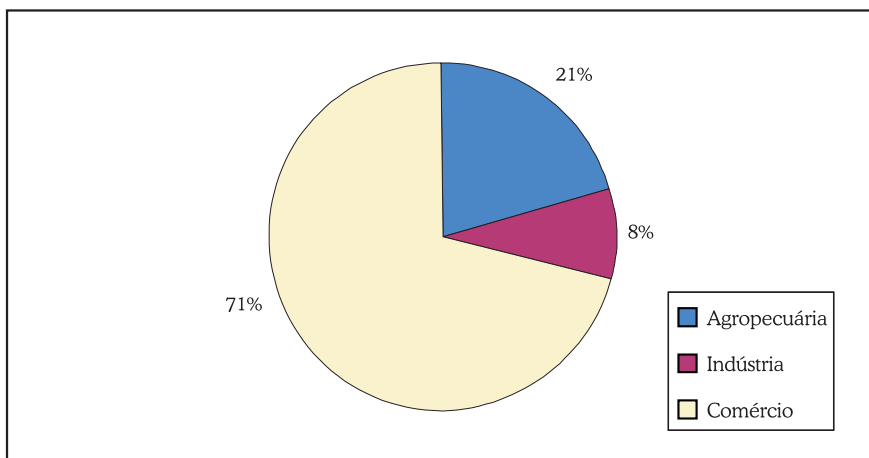
As indústrias, que seriam o carro-chefe do desenvolvimento do Ceará, segundo o governo capitaneado por Tasso Jereissati, não apareceram com força nos municípios pesquisados. Por outro lado, as poucas fábricas que se instalaram no Sertão, apesar de empregarem muitos jovens do local, não absorvem um número grande de mão-de-obra. Além disso, poucos estão preparados para esses cargos técnicos, inclusive pelo baixo nível escolar.

Também a pouca instrução e as poucas opções de emprego levam a que a exploração da população seja muito grande pelos donos dessas fábricas. A maioria não contrata os funcionários, mas, sim, cooperativas de trabalhadores. Dessa forma os empresários driblam os impostos trabalhistas e os empregados ficam sem quaisquer garantias.

Pelo menos aqui em Quixeramobim, as indústrias que têm aqui, essas fábricas de calçados, aqui mesmo só serve pra explorar o pessoal daqui, os jovens. Ganham pouco e não têm seguro de nada. Não é? E aí também eles (os empresários) vão enriquecendo lá a custa do povo, porque o pessoal trabalha e não tem hora certa pra terminar o serviço, pra sair do serviço. Só tem hora certa de chegar.

De qualquer forma, o peso da indústria na composição do PIB dos municípios pesquisados é ainda muito baixa, como exibe a Tabela T dos Anexos. O Gráfico 4 mostra que o comércio é o setor com maior participação no PIB (71% em média) para o conjunto dos municípios da bacia do Banabuiú, seguindo a tendência estadual. Apesar de uma participação maior da indústria em Morada Nova e em Quixeramobim, esse setor ainda perde para a agropecuária no conjunto dos municípios. Enquanto a agropecuária responde em média por 21% do PIB, a indústria só chega a 8% em média.

No que diz respeito ao emprego no Sertão, o maior número de empregos formais ainda se concentra na agropecuária em todos os municípios pesquisados, como mostra a Tabela U dos Anexos. Ainda sobre a composi-



**GRÁFICO 4 – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ:
PERCENTUAL MÉDIO DA PARTICIPAÇÃO DOS SE-
TORES DA ECONOMIA NA COMPOSIÇÃO DO PIB**

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IPECE e Tabela T dos Anexos.

ção do emprego, um dado relevante é que nos municípios pesquisados, assim como na ampla maioria dos municípios do Ceará, a prefeitura ainda é o grande empregador (Tabela V dos Anexos). Também os programas do governo estadual respondem por muitos empregos tanto nas sedes quanto no meio rural dessas cidades, o que agrava ainda mais o grau de dependência financeira dos moradores em relação ao Estado.

Essa região se destacou historicamente pela produção de algodão e criação de gado; contudo, as dificuldades recentes levaram a uma mudança desse perfil. Municípios dessa região têm tentado revitalizar a cultura de algodão, principalmente Quixadá, mas de forma ainda muito incipiente. Lá havia quatro fábricas de beneficiamento; restam três que não funcionam por falta de matéria-prima. Também em Quixeramobim, as fábricas e fazendas foram abandonadas.

Os agricultores que ainda insistem em ficar na terra onde nasceram começam a encontrar novas atividades para garantir o seu sustento, como é o caso da apicultura e da extração de minérios. O município de Mombaça tem-se destacado nas duas atividades e hoje é um dos maiores pólos de apicultura do Ceará. E na parte de mineração, especializou-se na extração

BOX 16 – A POPULAÇÃO DO SERTÃO SEMI-ÁRIDO VAI PARA O CERRADO

Muitos homens têm migrado definitiva ou temporariamente para o interior da região Centro-Oeste, para onde foram os fazendeiros do Sertão. Os dados do Censo 2000 do IBGE demonstram que o número de nordestinos que está indo para esta região vem crescendo e já chega a 15,1% das migrações, o que representa uma parcela de 12% do total da população ali residente.

de platina, já atraindo os olhos de mineradoras estrangeiras. Também Quixeramobim tem investido na área de minérios, com a implantação pela prefeitura de uma oficina de artesãos que transformam os minérios em jóias comercializadas em todo o Brasil através de catálogos. Monsenhor Tabosa e Pedra Branca entram nesse rol com a extração de quartzo, granito e platina.

A região como um todo é rica em minérios e tem uma grande coleção de monólitos. Quixadá é o melhor exemplo dessa riqueza natural. No final de 2004, esse município teve seus principais monumentos de pedra tombados como patrimônios naturais da humanidade. O mais famoso de todos é a “Galinha Choca”, um grande bloco de pedra que lembra a ave e adorna o açude do Cedro.

Uma atividade que vem se mostrando viável é a plantação de mamona para a produção de biodiesel. Em Quixeramobim, está sendo desenvolvido um projeto de pesquisa de cunho privado com Portugal nessa área. E em Quixadá, já foi inaugurada uma usina de beneficiamento da mamona para a produção de biodiesel.

Em função do turismo, as tradições populares começam a ser revitalizadas e reconhecidas, fortalecendo a cultura local de alguns municípios. As festas dos santos padroeiros e as festas juninas tradicionais têm sido muito valorizadas. Também novas iniciativas de promoção de eventos culturais envolvendo atividades artísticas de teatro, dança e música vêm sendo desenvolvidas em vários municípios, com destaque para Quixadá, Quixeramobim e Pedra Branca. Além disso, em todo o Sertão a tradição de festas nunca morreu. Há sempre um bom forró em qualquer cidade do Ser-

BOX 17 – TURISMO NO SERTÃO

A atividade turística vem sendo cada vez mais explorada na região, especialmente o turismo ecológico e de aventura. Quixadá vem se revelando um grande pólo para essas novas atividades. Existem lá condições naturais ideais para a prática de vôo livre e de rapel. Também o turismo religioso é muito forte e vem sendo incentivado pela prefeitura de Quixadá.

tão e também as exposições de gado e as vaquejadas, que hoje estão sendo muito valorizadas, com circuitos organizados para todo o Estado e distribuição de prêmios.

8.2.3 – Dimensão ambiental

A apreensão da dimensão ambiental do desenvolvimento nos municípios pesquisados foi feita a partir dos depoimentos dos entrevistados acerca de como o Sertão vem sendo preservado ou não. Também nesse item, as memórias foram fundamentais, pois deram conta de atitudes saudáveis que existiam no passado e ajudavam a manter o meio ambiente com mais cuidado. Inevitavelmente, a maioria das lembranças girou em torno da água, o primeiro elemento a ser considerado quando a questão ambiental é explicada.

A sujeira encontrada em rios e açudes, segundo o relato de vários moradores do Sertão, é algo que vem se agravando com o tempo. Antes, havia um cuidado muito grande com as águas, principalmente dos açudes, porque era de lá que vinha a água para tudo, inclusive para beber e fazer comida. Mesmo os que tinham uma cacimba em casa às vezes tinham que usar a água do açude. Assim, os açudes eram cercados para que os animais não entrassem na água. Mesmo quando se ia buscar água, o animal ficava de fora. Hoje não há esse cuidado. Os homens e meninos que abastecem as ancoretas ou carroças de água entram com o animal e o veículo sem o menor cuidado, como atestam algumas fotos da Figura N dos Anexos.

Durante as entrevistas realizadas em 2004, a maioria dos entrevistados se lembrou da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, que, naquele ano, versou sobre o tema da água. As professoras contaram que, em função

BOX 18 – O MEIO AMBIENTE DO SERTÃO

Mais de 90% do território do Estado do Ceará está inserido no semi-árido nordestino, contando com precipitações que variam de 500 a 2.000mm por ano, nas estações chuvosas, que duram de 3 a 5 meses, e que são caracterizadas pela irregularidade temporal e espacial (CEARÁ, 2003).

O Sertão semi-árido encontra-se no Bioma da Caatinga, que é o único ecossistema exclusivamente brasileiro e considerada uma das 37 regiões naturais do planeta, isto é, ainda abriga pelo menos 70% de sua cobertura vegetal original e, por isso, a Caatinga é considerada estratégica no contexto das mudanças globais (TABARELLI; SILVA, 2003).

As Figuras J e K dos Anexos mostram respectivamente a Caatinga verde depois das boas chuvas de 2004 e ainda ressequida em novembro de 2003, ano de chuvas escassas.

da Campanha, as escolas estavam realizando várias atividades de informação para pais e alunos. Como havia o respaldo da Igreja, elas achavam que estava surtindo mais efeito do que outras campanhas já realizadas na escola sobre educação ambiental.

Também um dos técnicos da Cogerh lembrou que naquele ano, devido à Campanha da Fraternidade, pela primeira vez, os comitês de bacia estavam falando sobre a questão ambiental, pensando em começar alguma campanha de educação ambiental. Tudo estava muito solto, pois não havia uma pessoa que pudesse orientar os Comitês para isso.

Outro ponto relacionado com a questão ambiental por entrevistados foi o desperdício de água. A falta de consciência principalmente das pessoas que hoje têm água encanada de poços. Segundo D. Jacinta, ninguém parece dar mais valor à água porque pensa que tem de sobra. Parece até que esqueceram o sacrifício que era antes. “Seu” Juvenal, também presente, lembra que, do lado da comunidade deles, que é abastecida por um grande poço, tem comunidades que não têm de onde tirar a água e continuam pagando cargas dos jumentos ou dos carros-pipa. D. Jacinta continua seu relato:

Pois é! Dá dó! A caixa sangrando, passa é muito tempo pra uma pessoa vir fechar o motor, tá entendendo? Eu fico doen-

te! A gente que tem mais ou menos uma informação, a gente fica assim preocupada, quando você vai chamar atenção, você é chamada de besta, de mandona, quer mandar nas coisas dos outros, quer se meter onde não cabe. Quer dizer, a pessoa não sabe o que tem né? Você vê destruição d'água você fica doente. Torneira aberta, os rapazinho à noite, você passa é *extruindo* água, as torneiras abertas, eles brincando e a torneira aberta. Muitas mulheres que vão lavar roupa e deixam a torneira caindo água, a torneira aberta *extruindo* água, caindo da pia e elas conversando e batendo papo e a água lá derramando. Eu quando tô lavando roupa que eu tô vendo eu vou lá e fecho. Mulher não faça isso não! Quer dizer, aquilo ali, gente, não pode pensar que aquele lençol d'água não pode ser permanente não, ali pode secar. Se secar, o que é que vai ser dela, da gente? Mas aí você chega, chama essas pessoas atenção, aí você quando quer dar assim uma palavra, uma coisa, tentar conscientizar, você é taxada de besta, quer ser mandona. Porque trabalha na escola quer mandar em todo mundo, quer não sei o quê. Quer dizer, a gente é mal interpretada, minha filha, é muito difícil, trabalhar com gente é difícil!

Esse depoimento mostra com clareza como faz falta um trabalho sério e contínuo de conscientização da população do Sertão. Enquanto os mais antigos têm seus cuidados, os mais novos, com mais facilidades, não conseguem perceber a importância de preservar para não faltar no futuro. Nas comunidades que não têm essas facilidades, os relatos são dramáticos do ponto de vista das condições de acesso à água. Por outro lado, é possível perceber nos moradores um cuidado maior em relação à preservação da água.

Também o saneamento básico e a destinação do lixo foram questões lembradas. Nas comunidades visitadas, não havia qualquer ação do Estado para o saneamento ou com o lixo. As próprias comunidades tomavam suas providências. Uma parte das casas já possuía banheiro e fossa rudimentar, mas muitas ainda não contavam com esses equipamentos. Sobre o lixo, o depoimento de D. Fátima, da comunidade de Algodões, que conta com 400 famílias, no Quixeramobim, é esclarecedor:

Agora também aqui, ajudava muito se a gente tivesse aterro sanitário, né? Pro tamanho da nossa comunidade, pelo tanto de gente que tem, a população, já era para gente ter um aterro sanitário, assim, pra gente ir colocando o lixo, porque não tem não: não tem onde coloque o lixo. Aí jogam nos quintais,

vão juntando, não queimam, né? Porque, por exemplo, na minha casa eu tenho cuidado, plástico, papel higiênico, essas coisas – saiu do banheiro, eu queimo logo. Porque não tem onde guardar, o quintal da gente todo sujo é que não: eu queimo logo – mas tem gente que nem queima, joga a céu aberto. Aí vai poluição pros outros, né? Aí junta muriçoca, né?

É fácil perceber que, apesar da boa vontade, D. Fátima, que é professora e tem um certo nível de informação, nunca foi esclarecida de como deve tratar seu lixo. A sua idéia de um aterro sanitário poderia ajudar, mas mais uma vez um trabalho sério e urgente de conscientização mostra-se necessário antes que problemas como esse sejam mais agravados.

Ao ser questionado sobre esse aspecto do desenvolvimento sustentável, o prefeito de Quixeramobim admitiu que é um dos pontos mais fracos em sua administração. Praticamente não existiam iniciativas nesse sentido, segundo seu relato:

Sobre essa questão (ambiental) ainda tem que se fazer muito, eu tenho consciência que foi numa coisa que se andou pouco. Embora hoje já se fale muito que tem que ter licença da Semace, do Ibama, a consciência do nosso povo ainda não está na altura do que representa perigo. Como eu falei, nós éramos latifúndio, hoje somos um grande fúndio, a reforma agrária tem hoje trinta e sete assentamentos e a maior parte desse povo explora as margens do rio e destroem essa mata. Por exemplo, essas enchentes que tiveram agora, a destruição maior foi por causa das barreiras que comprimem o rio. O rio quando extravasa as barreiras é porque alguma coisa de errado está sendo feita. Geralmente ele tem o limite dele, a represa por vezes ou por outra faz com que ele extrapole, a natureza com sua vegetação preserva e o homem destrói. Então à medida que se destrói, aí você vai contra o princípio e passa a romper barreiras e vai atingir o homem que está mais afastado. Mas não há um projeto para mudar isso, a gente precisa realmente implantar. Devíamos trabalhar de forma mais forte esta conscientização e prevenir. Mas tudo tem melhorado também. Eu falo isso, mas antigamente ninguém sabia o que era isso, hoje aos poucos as pessoas vão aprendendo.

A ação mais concreta para efetivar um processo permanente de reflexão sobre a questão ambiental no semi-árido foi detectada no município de Quixadá, com o apoio do prefeito Hilário Marques (PT). Ele fala com orgu-

lho do Instituto de Convivência do Semi-Árido, uma Organização Não-Governamental (ONG) com sede em Quixadá, que conta com todo o apoio da prefeitura e vem desenvolvendo ações em prol da preservação do meio ambiente no Sertão.

Dentre as ações do Instituto, destacam-se o projeto “Água e Cidadania” e uma oficina de planejamento, avaliação e discussão de ações do programa ambiental da organização, envolvendo as comunidades do Sertão. Há a previsão de realizar cursos para a formação de monitores ambientais, que seriam os jovens hoje ociosos das comunidades rurais. Estes, por sua vez, também atuariam como replicadores do que aprenderam junto às suas comunidades.

O Instituto mantém ainda o Horto Florestal Quixadaense, que tem a coordenação do naturalista Haroldo Martins. A bióloga alemã Gerda Nikel também trabalha com o Instituto e relata que a maioria dos vegetais existentes na área do leito do Rio Sitiá não é nativa.

Nesse sentido, o Instituto planeja a criação de dois corredores verdes, com reflorestamento convencional — cultivo de mudas e plantio na área desejada — e germinação de sementes *in loco*. O monitoramento será efetuado pela comunidade ribeirinha.

Essas ações podem representar um bom começo em termos de educação ambiental e preservação do meio ambiente. E o cuidado de envolver as comunidades é essencial para que realmente essas iniciativas não se percam no meio do caminho.

8.2.4 – Dimensão institucional e política

Para essa dimensão, a pesquisa procurou detectar as principais instituições que atuam na área estudada, bem como captar a percepção das pessoas entrevistadas acerca da política e dos políticos.

Além das instituições governamentais, como a própria prefeitura, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), outras instituições tradicionais atuam na bacia do Banabuiú como a Igreja Católica e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Instituições com âmbito restrito, como a Companhia Energética do Ceará (Coelce), a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e a Cogerh também têm influência na região.

Como em todo o Brasil, o Ceará viu crescer nas últimas décadas do século XX a atuação de organizações ligadas ao chamado Terceiro Setor. Também na região estudada, várias Organizações Não-Governamentais (ONGs) vêm atuando, implementando projetos que visam fortalecer as comunidades e promover meios para melhorar a sua qualidade de vida.

Existem também voluntários estrangeiros que, normalmente, se preocupam em trazer novas tecnologias. É o caso de alemães que organizaram uma comunidade chamada Boa Esperança, em Boa Viagem, e trabalham com agricultura orgânica. Em Quixeramobim, um dos projetos mais conhecidos da prefeitura, o Pingo D'água, contou com o auxílio técnico de profissionais franceses.

O Movimento dos Sem Terra (MST) também atua na região. Existem alguns assentamentos seus nessa região e não são raras notícias de invasões ou protestos, especialmente em Madalena, um município jovem, que se desmembrou de Quixeramobim em 1989, e tem como principal atividade econômica a criação de gado Zebu. Também em Quixeramobim, Senador Pompeu e Monsenhor Tabosa, há uma movimentação mais forte do MST.

Em relação aos assentamentos, existe um projeto do governo federal, o D. Hélder Câmara, que vem atuando na região da bacia do Banabuiú com ações nos municípios de Quixeramobim, Quixadá e Banabuiú. Este projeto trabalha nos assentamentos do Incra nas áreas de segurança hídrica, segurança alimentar, produção e comercialização, organização e gestão social, gênero, geração e etnia, formação, educação e saúde, serviços financeiros e comunicação. A grande abrangência das ações do projeto deixa dúvidas sobre sua eficiência e eficácia, porém o projeto atua há menos de um ano e ainda não é possível avaliar com clareza seus resultados.

A Igreja Católica tem atuado há vários anos, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base e também da organização Cáritas. Esses grupos trabalham mais fortemente a formação social. A Cáritas têm agido também na busca de condições físicas melhores para o Sertão, e vem promovendo um grande projeto de construção de cisternas de placas.

Os sindicatos de trabalhadores rurais estão hoje atuando mais em função das aposentadorias rurais do que de mobilizações para questões fundiárias ou sobre a relação capital-trabalho entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Segundo o “Seu” Osmar, que ainda faz parte do Sindicato de

Quixeramobim, esse esvaziamento das funções tradicionais do sindicato se deve ao próprio esvaziamento das atividades do campo, depois que os grandes fazendeiros deixaram de produzir na região. Para o “Seu” Osmar:

O sindicato sempre é a defesa do trabalhador. Antigamente o sindicato foi criado pra defender o trabalhador das garras do patrão, mas hoje não tem mais patrão. Não tem porque os grandes proprietários desprezaram os moradores e foram embora. Acabaram com tudo... Eles foram saindo... É, desistiram de usar suas terras, é, desistiram, que era mais pela cultura do algodão, aí desistiram de plantar algodão, aí o pessoal foram saindo e isso foi derrubando as casas (dos moradores)... As terras ficam lá... Só as terras daqueles que tem condições de criar, tem umas duas ou três pessoas pra cuidar do rebanho e pronto... Ainda tem gado nessas áreas e não é nem todas mais, porque muitas hoje já é assentamento, aonde elas é assentamento é diferente, é o caso dos trabalhadores, os que não foram pra cidade tão nos assentamentos! Tem também aqueles pequeninhos. Que nem puderam sair e nem puderam vender suas terras porque terra pequena ninguém compra mais... Só quem ainda compra terra aqui é o governo, para os assentamentos, e para os assentamento só serve se for grande, né? Ah, minha filha, a coisa tá tão diferente do que era antes... Faz pena aquelas fazenda terem acabado. A gente só continua aqui porque tem fé em Deus e é teimoso, mas é difícil....

A fé de “Seu” Osmar pode ser vista em sua foto na Figura L dos Anexos, onde ele aparece em sua casa, vestindo sua blusa com uma foto de Nossa Senhora estampada e, ao fundo, se pode ver um cartaz da campanha de Lula para a presidência e um quadro do Coração de Jesus.

Mas só a fé não basta para fazer as coisas mudarem, e alguns moradores do Sertão têm-se mobilizado, embora de forma ainda modesta, em prol de suas causas. Especialmente os assentados têm reivindicado melhores condições para suas terras. Também os moradores das áreas atingidas pelo açude Castanhão têm-se juntado ao Movimento dos Atingidos por Barragens para protestar contra a forma de condução do governo neste caso. As fotos da Figura M dos Anexos retratam dois momentos relativos a esses movimentos. Embora os municípios estudados não sejam atingidos diretamente pela desmobilização gerada com a construção do Castanhão, os municípios são atingidos porque fazem parte do Canal da Integração do governo do Estado. As águas do Castanhão irão para o Banabuiú para de lá serem distribuídas.

BOX 19 – DILEMA DA POLÍTICA NO SERTÃO

Quando questionados sobre política e políticos, os moradores entrevistados em Quixeramobim e em Quixadá deixaram claro que gostam de políticos que “cuidem” deles. Ou seja, o político populista é ainda mais bem visto no Sertão do que o político que se propõe ter uma postura mais séria e às vezes antipática, por dizer não quando vê que não está certo o que os eleitores querem.

A preferência por políticos com uma postura mais populista ficou muito clara pela comparação espontânea feita pelos entrevistados entre os prefeitos dos municípios de Quixadá e Quixeramobim. Enquanto o prefeito de Quixadá era descrito por muitos como antipático, autoritário, “canguinha” mesmo, o prefeito de Quixeramobim era idolatrado pelos moradores de sua cidade e pelos de Quixadá também, que chegaram a dizer que rezavam para que um dia ele quisesse ser prefeito de lá.

O fato é que o prefeito de Quixeramobim, umas das lideranças do PSDB no Ceará, faz a linha provedor do povo. Isso é um paradoxo em relação inclusive ao discurso do governo do Estado, do qual é um dos mais fiéis colaboradores. Ele chegava a reservar um dia da semana para receber o povo na prefeitura e pagar suas contas de água e luz. Costumava chegar de surpresa na casa dos seus eleitores, almoçava e tirava um cochilo na rede depois. Isso enchia de orgulho o “felizardo”, que tinha assunto para a semana toda com a vizinhança. Outra prática comum era o transporte de eleitores para Fortaleza para realizarem consultas ou exames que, muitas vezes, poderiam ser feitos lá mesmo. Mas se a pessoa achava que era melhor ir para Fortaleza, o prefeito arranjava o carro e ganhava mais alguns pontos. Ele não podia concorrer à reeleição, pois já estava em seu segundo mandato, mas fez seu sucessor com larga margem de votos. Hoje é chefe de gabinete do governador.

Já o prefeito de Quixadá, pertencente a uma ala moderada do Partido dos Trabalhadores, tinha como prioridade a geração de emprego e renda de forma sustentável. Isso requer um trabalho de longo prazo, inclusive para

acabar com práticas assistencialistas que não são compatíveis com os objetivos do desenvolvimento sustentável. As coisas ocorrem lentamente em um processo como esse, e são encontrados muitos obstáculos. A população, em sua maioria, não consegue entender isso, até porque foram muitos anos de manipulação política. Nas eleições de 2004, ele foi reeleito, mas o fato de ele pertencer ao “partido do presidente” foi um fator mais decisivo do que sua gestão.

Ainda sobre a imagem dos políticos para o sertanejo, um depoimento chamou atenção. Ao ser indagado sobre Tasso Jereissati, em relação aos outros governadores antes dele, o “Seu” José Alcides deu o seguinte depoimento:

Achei o Tasso um bom governador. Um cara bem parecido, os outros são coronéis. Ele ficou do lado do prefeito. Não existia energia no município; depois que o Tasso assumiu aquele projeto São José, colocou energia em todo buraco. Cavou poço profundo, açude, cisternas. Esses açudes grandes foram tudo do Tasso.

E sua esposa, Nazaré, acrescenta com ênfase:

Tinha pessoas aqui que possuía 8 empregos, aí não vou dizer o nome, mas quando o Tasso entrou deixou apenas com 2 empregos, outros com 3 empregos. As pessoas que se formaram ficavam todas sem trabalhar; daí o Tasso pegou essas pessoas que tinham muitos empregos e dividiu para os outros que estavam desempregados. Foi uma coisa maravilhosa que o Tasso fez.

A visão do casal deixa claro como o discurso de Tasso foi bem gravado, bem trabalhado. A imagem do homem bem aparentado, sério, moralizador ficou muito forte. Mesmo quando Nazaré cita uma aberração, parece estar dizendo uma coisa muito importante feita pelo então governador. O fato de que as pessoas tinham oito empregos e ainda continuaram com 2 ou 3 parece estar certo; não se questiona por que não se demitiu sumariamente essa pessoa que infringia a lei. Seria interessante que o governo usasse seu poder de persuasão para garantir um trabalho verdadeiro de conscientização das populações.

A análise das dimensões do desenvolvimento sustentável aqui apresentadas demonstra uma aparente melhora nas condições de vida dos habitantes do Sertão, notadamente se o foco recair sobre os números apenas. O

avanço positivo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Ceará como um todo e dos municípios estudados atesta esta melhora geral (ver Tabela W dos Anexos). As áreas de saúde e educação foram as que mais contribuíram para isso, como mostram os dados da Tabela X dos Anexos. Também nesta Tabela, é possível notar que o indicador relativo à renda foi o que menos evoluiu.

Apesar das melhoras visíveis, uma constatação fica clara ao longo da análise da pesquisa e está relacionada diretamente com a política de água. Mesmo com o trabalho técnico de gerenciamento das águas, o seu acesso no Sertão para muitas comunidades carentes do meio rural continua sendo um grave problema. Apesar de o governo demonstrar com números reais que houve um grande aumento na oferta de água no Estado como um todo, a verdade é que essa água tem ido prioritariamente para as zonas urbanas, deixando o sertanejo em uma situação ainda crítica nesse sentido. A escassez de água ainda é apontada como um entrave para as possibilidades de desenvolvimento do Sertão e alimenta um conflito crônico. A importância dessa constatação é mais bem apreendida no item a seguir.

8.3 – Água: o Conflito Explícito do Sertão

Mesmo ao tratar de diferentes políticas públicas que afetam o Sertão semi-árido do Ceará como um todo, as questões relativas ao acesso à água surgem a todo instante, deixando claro que este continua sendo o principal ponto a ser entendido para se apreender como se desenrolam as relações no Sertão. Este é o conflito explícito. A água aparece para os sertanejos e para as pessoas que transitam nesse espaço como o fator que aglutina ou separa a população, e que contribui ou mina o sucesso de políticas públicas, conforme seja o grau de dificuldade para seu acesso. No caso da saúde, por exemplo, o esforço do governo estadual para melhorar os programas relativos a esse item tem sido muitas vezes prejudicado por falta d'água ou por falta de acesso a água de boa qualidade. Assim, o bom andamento das políticas de água interfere diretamente em outras iniciativas públicas, e até privadas, para desenvolver o Sertão. A importância inegável da água para o Sertão faz com que o conflito gerado pela sua escassez relativa se apresente de forma clara. A análise desse conflito aparente é feita aqui a partir da metodologia proposta no Capítulo 1, que sistematiza os elementos que compõem o mapa de atores em uma arena. No caso presente, são apresentados, a seguir, os atores e as características do conflito pela água, que se desenrola

na arena Sertão. Compreender esse conflito leva à compreensão de dimensões ainda pouco claras da vida no Sertão.

8.3.1 – Elementos que compõem o mapa de atores na arena Sertão

O Sertão é a arena onde os conflitos em relação à água acontecem. Contudo, esses mesmos conflitos e as alianças em torno da água ampliam a arena Sertão e os atores que compõem este mapa podem atuar ali ou em outro espaço geográfico. Na verdade, muitas decisões que afetam o Sertão são tomadas fora dali. São diversas arenas que se entrelaçam para definir a resolução ou não dos conflitos em torno do acesso à água no Sertão. Essa é uma observação importante, pois explica em grande parte a falta de sintonia das políticas públicas com os verdadeiros problemas desse espaço, o que leva à sua ineficácia.

Os componentes do mapa de atores na arena Sertão que atuam em torno dos conflitos pela água são os seguintes:

- Atores: moradores tradicionais do Sertão; moradores do meio rural no Sertão que não se identificam com as tradições culturais e produtivas; moradores das cidades sertanejas que vieram do meio rural no Sertão; sertanejos que emigraram, mas que mantêm vínculos afetivos e culturais com o Sertão; técnicos de órgãos governamentais, de organizações do terceiro setor e de organismos internacionais que atuam na região; políticos; autoridades; religiosos.
- Arena ou campo do conflito: o Sertão e o espaço onde se decidem as políticas que afetam o Sertão.
- O conflito: acesso à água no Sertão.
- Natureza do conflito: ambiental, econômica, política, cultural, social, local e, ao mesmo tempo, com ramificações fora do âmbito do Sertão.
- Lógica ou dinâmica dos conflitos: basicamente crônica, embora só seja ressaltada de fato quando corre uma estiagem mais forte.
- Fases: sendo crônico o conflito, ora passa por períodos em que ocorrem embates, ora de estagnação, acordos, ou negociações. Já está

devidamente institucionalizado e sua conclusão parece no momento pouco factível. Por outro lado, a institucionalização dos conflitos pela água, ao lado da desmobilização do Sertão, tem levado cada vez mais ao deslocamento deste conflito para o meio urbano, gerando novas fases e novas faces.

- **Mediadores ou observadores:** muitos atores se colocam na posição de mediadores, especialmente os ligados ao terceiro setor e às igrejas. Muitos políticos e também os técnicos se vêem dessa maneira. Mas, na verdade, cada um tem seu interesse dentro desse conflito e não possui a neutralidade necessária à posição de mediador ou mesmo observador. Mesmo os pesquisadores que atuam na região não são meros observadores, nem podem atuar como mediadores, pois o envolvimento é inevitável. Historicamente, esse papel é assumido fortemente pelos políticos locais e pelas lideranças religiosas.
- **Tipologia:** complexa, com faces e atores de naturezas distintas.

Os conflitos ocorrem em função do acesso à água tanto na época de estiagem, como, de forma velada, ao longo de toda a história das políticas para a seca. Neste caso, os conflitos são acompanhados de alianças entre os poderosos, que definem como se distribuem a água e os recursos. Geralmente, o sertanejo é aliado desse processo, embora seja um dos atores principais dessa arena.

Ao percorrer o Sertão, os inúmeros conflitos relacionados com o acesso à água surgem a cada conversa. Em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável anteriormente analisadas, é possível detectá-los, já que fazem parte do dia-a-dia do sertanejo. Mesmo sendo mostrados de forma tão clara, a política de águas do Estado do Ceará não foi capaz ainda de resolvê-los. A Figura M dos Anexos apresenta a precariedade do acesso à água no Sertão e o sacrifício a que são submetidos os sertanejos. A Foto 1 mostra que ainda são utilizados velhos instrumentos rústicos para carregar água em lombo de jumentos, como as ancoretas (antes feitas de madeira e hoje confeccionados com pneus usados). A água captada em açude e rios é muitas vezes poluída, inclusive pela falta de cuidados dos próprios carregadores de água, que inserem os animais e os veículos dentro da água como retratam as Fotos 2 e 3. Nas localidades mais carentes, quem mais sofre ainda são as crianças e as mulheres, que continuam grandemente

responsáveis pelo abastecimento de água nas suas casas. As Fotos 4 e 5 revelam cenas desse cotidiano do Sertão: as meninas levam pequenos baldes na cabeça, trazem água de longe para encher um pequeno reservatório ao lado da casinha. As mulheres se submetem a longas caminhadas até à beira dos açudes para pegar água de qualidade duvidosa em cacimbões ali cavados.

A Figura N dos Anexos traz as fotos da velha bomba d'água manual, muito usada em toda a história do Sertão, que é ainda encontrada em algumas casas e ajuda na captação de água subterrânea para quem não é assistido pelo Projeto São José, tão citado nas entrevistas já analisadas. Essas bombas tanto podem ser usadas em poços (Foto 1) quanto em cisternas maiores (Foto 2).

Programas governamentais e iniciativas do Terceiro Setor trouxeram para o Sertão uma nova alternativa para minimizar os problemas relativos ao acesso à água. Na verdade é o resgate de um costume antigo: a construção de cisternas para a captação de água da chuva. Essas cisternas (ver Figura O dos Anexos) permitem o armazenamento de água potável durante boa parte do ano, garantindo o abastecimento doméstico e permitindo uma autonomia maior para os sertanejos, o que diminuiria a sua dependência em relação à água trazida pelos vendedores, de duvidosa procedência, e também diminuiria sua dependência dos políticos que fornecem água nos períodos críticos. Apesar de soluções como essa já estarem se consolidando, no Sertão, o carro-pipa (Figura P dos Anexos) ainda é o campeão da preferência dos prefeitos.

A grande importância da água no Sertão, especialmente como vetor político, pode ser atestada pelas notícias locais no início do ano de 2005, que repetiam a mesma notícia: a primeira providência de 19 prefeitos recém-empossados de cidades do Sertão do Ceará foi decretar estado de emergência devido à falta de chuva. E a segunda providência foi reclamar da demora do governo do Estado e da União em reconhecer esse estado e começar a mandar as verbas.

O “Governo das Mudanças” instituiu a gestão científica da água no Ceará, consolidada com a chamada “Lei das Águas”, de 1992. Depois de 13 anos de implantação desta lei, em 2005, ainda se repetem cenas que podiam ser vistas em qualquer momento da história das estiagens no Estado. Na verdade, é bem pior, pois a capacidade de reivindicação do meio rural é

cada vez menor, no sentido de atender aqueles que são sempre os menos favorecidos. Por outro lado, a política de liberação de recursos para a seca nunca deixou de existir e continua sendo gerenciada como antigamente.

A água sempre foi o elemento aglutinador ou desestabilizador das relações sociais e produtivas do Estado do Ceará, não só no Sertão, mas também na área urbana. Não há progresso sem água. Um dos pontos primordiais eleitos pelo novo governo do Estado foi justamente a oferta de água, sob a nova premissa de “convivência” com a seca e não mais “combate” à seca. Essa sutil e verdadeira mudança deu origem a uma série de ações, teoricamente consoantes com os ditames da sustentabilidade e com as próprias políticas governamentais, que de fato conferiram um novo perfil ao Estado.

BOX 20 – O SERTÃO NA IMPRENSA

VALE DO JAGUARIBE – Agricultores reclamam irrigação não efetivada

Os trabalhadores rurais que ainda não foram beneficiados com culturas de irrigação no Vale do Jaguaribe não estão satisfeitos com o Açude Castanhão ou com o Canal da Integração. Com idade avançada e revoltados com o investimento que vai gerar abastecimento d’água para além do Município, sentem-se traídos por terem saído de suas casas sem receber os empregos prometidos.

Diante das dificuldades, o agricultor Francisco Aludes de Freitas, de 64 anos, entregou uma carta ao governador Lúcio Alcântara, pedindo um cata-vento para puxar água de um poço de 20 metros de profundidade construído pelo próprio Aludes. “Gasto R\$ 70 de água por mês pra dar de beber aos bichos (40 rês)”, diz, afirmando que, na antiga Jaguaribara, gastava R\$ 10,00.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguaribara, Francisco Saldanha, 68 anos, que mora no assentamento Mandacaru I, no local há casas com até quatro famílias. “Prometeram um local pra plantar e criar, mas as famílias estão crescendo sem poder se manter. Agora o canal vai levar essa água pra mais longe ainda?”, reclama.

Segundo o secretário da Agricultura e Pecuária do Estado, Carlos Matos, há projetos de irrigação em andamento para a região, previstos para o primeiro semestre de 2005.

Jornal Diário do Nordeste. Caderno Cidades.
Fortaleza, 18 de dezembro de 2004.

Como já foi dito no Capítulo 8, a participação da população é colocada como a principal base da nova gestão de águas. A Lei define que o Comitê de Bacia é o órgão responsável pela definição de alocação da água para diversos usos, sendo a outorga dada pela SRH, de acordo com as deliberações do Comitê. Na prática, os Comitês não têm sido capazes de garantir essa função integralmente, nem os órgãos governamentais são capazes de fiscalizar como a água, que é escassa, está sendo usada. Apesar de a gestão de águas no Estado ter avançado inegavelmente no sentido do controle e monitoramento, algumas cenas observadas durante a pesquisa preocupam e mostram que ainda há pouco controle do uso da água no Sertão. A Figura Q dos Anexos mostra alguns desses aspectos relativos à poluição, ao uso indevido e ao desperdício.

O prefeito de Quixeramobim revela em seu depoimento as dificuldades para uma articulação forte e contínua dos Comitês:

... eles (os membros do Comitê) se aprofundam mais na hora que a coisa está acochando, quando dizem: “vamos ter que diminuir a água da barragem”, aí reúne o Comitê, aí vem muita gente. Mas quando tá tudo bem, só vem aqueles mais interessados que se preocupam com a questão a longo prazo. Infelizmente essa coisa da última hora é o que faz mais usar o Comitê, quando a questão é de risco.

A fala do prefeito atesta que há ainda um longo caminho a percorrer para que a população comece a assumir seu papel como ator principal em relação à tomada de decisão na gestão de águas no Ceará. Isto é válido para todos os outros aspectos da vida no Sertão.

Ainda no âmbito da nova gestão de águas, o governo vem implementando uma série de ações, o que fortifica sua intenção de promover um gerenciamento moderno e científico da água, principalmente no sentido de equipar adequadamente a Cogerh. A Figura S dos Anexos revela várias faces da modernização instrumental da Cogerh, o que lhe permite manter um monitoramento real das águas por ela controladas, como mostram as Figuras T e U dos Anexos.

Também a construção de novos açudes marca essa nova gestão. Os primeiros açudes no Ceará datam de 1840. Desde essa época, um açude em terras particulares lhe conferia valor. Mas depois da seca de 1845, adveio um período de 32 anos de bons invernos, o que deixou a população

despreparada para a chamada “Grande Seca”, em 1877. Foi nessa seca que o Imperador D. Pedro II visitou o açude Cedro, ainda em construção, e garantiu que venderia a última pedra de sua coroa, mas nenhum cearense morreria mais de sede. Apesar da boa intenção do Imperador, muitos cearenses morreram nas secas posteriores. O açude Cedro, que fica na bacia do rio Banabuiú, é um dos maiores do Ceará e precisa de muita chuva para alcançar um bom volume de água. Está em construção uma adutora que levará água do açude Fogareiro em Quixeramobim para o Cedro, que, só assim, poderá garantir o abastecimento urbano de Quixadá. A Figura R dos Anexos traz as fotos do Cedro e de dois dos principais açudes da bacia do Banabuiú, o Quixeramobim e o Banabuiú.

No entanto, as ações positivas do governo não conseguem efetivamente melhorar o acesso à água no Sertão. Também não impedem o movimento de saída do meio rural para as periferias das cidades, que é influenciado não só pelos conflitos aparentes pela água, mas por uma complexa rede de fatores que definem um sentimento de não-pertencimento, cada vez mais crescente entre os sertanejos. Como essas populações que se transferem não dispõem do preparo educacional e técnico para competir no mercado de trabalho, o processo de marginalização e exclusão da população nessas periferias é agudizado, dificultando o alcance de uma vida digna. A pobreza, a miséria e a exclusão continuam no Sertão, mas se intensificaram nas periferias urbanas.

A água, vista no contexto do Estado como um todo, passa a ser prioridade para o governo à medida que é necessária para seu projeto urbano-industrial. Toda a política de águas do Estado se organiza para garantir água à RMF e às cidades mais urbanizadas, aos novos complexos industriais e portuário. Esse esforço, garantiam os governantes, geraria mais renda, mais emprego e eliminaria a miséria do Estado. Considerando o intenso movimento de urbanização ocorrido no Ceará, em resposta às políticas de diferentes governos, a escolha por privilegiar a RMF parece lógica. Contudo, os resultados esperados não se verificam. Pelo contrário, a miséria se concentra agora nesses locais teoricamente privilegiados, gerando uma série de outros problemas graves para as populações menos assistidas.

Apesar do comprovado aumento da oferta de água para o Estado do Ceará como um todo, no Sertão, o acesso à água continua precário para as comunidades mais pobres e mais distantes dos centros de tomada de deci-

são. Os conflitos, em parte, foram escondidos pela propaganda do governo sobre a redenção do Estado, que seria auto-suficiente na oferta hídrica a partir das medidas da nova política de águas, especialmente da interligação de bacias e da construção do Canal da Integração, cujo objetivo é levar água para a RMF. O que não fica claro é que o aumento da oferta de água não significou um melhor acesso a ela por parte das populações mais carentes em todo o Estado. O excedente de água gerado é necessário aos novos empreendimentos, e a infra-estrutura instalada para o abastecimento de água se concentra nas áreas urbanas e de maior poder aquisitivo.

No Sertão, D. Zildene, entrevistada em julho de 2004, conta como as coisas estavam difíceis em sua comunidade, no Quixeramobim, em relação à água:

Não vem pipa pra cá mais esse ano não, viu? Aqui na Jurema, não vem mais pipa da prefeitura esse ano não, já foi dito. Não sei como é que vai ser, deixa aí. Mas quando vinha, cada família tem acesso, e tem direito a dois cambão d'água. Aí tem gente que quer tirar quatro, cinco, dez, quer tirar, e quer se achar no direito, quer dizer, não é justo! Eu, minha família tem direito a dois, aí eu tiro dez e aquela outra vai ficar sem nenhum! As pessoas não tão mesmo com preocupação com o outro, nem consigo mesmo, né? Não é também assim, as organizações existem, mas a gente tem que pensar no outro lado também! A água é um direito nosso e se os governadores estão lá eles estão nos representando, né? Então eles, se eles não mandam... A gente precisa de água. E se vier a gente só tem direito a quatro baldes de água, que a gente chama dois cambão, né? Pense aí, mulher, numa família que tem seis, dez pessoas... Você se imagine, você lá no seu banheiro, você tomar banho com três litros de água, você se imagine aí, vai! Aí, imagine a cozinha, lavar as panelas, lavar a louça que essa casa tem, banhar as crianças, passar pano... Dar descarga no aparelho sanitário, cozinhar e beber. Se imagine na tua casa com quatro baldes d'água o dia inteiro! Então é a lei da sobrevivência, eles sabem que não dá. Eles sabem que eles banham um hoje, amanhã eles não banham outro. Então ele vai lutar por aquilo que ele quer.

As grandes adutoras que levam água dos açudes do Sertão para a RMF ou para as grandes cidades passam ao lado das casas dos moradores dessas pequenas comunidades esquecidas, como D. Zildene e os outros entrevistados. Eles nunca ouviram falar da Companhia de Recursos Hídricos do Estado, tão famosa em todo o Brasil pelo “pioneirismo” na gestão de águas.

Do Comitê de Bacias, principal canal de participação dessa nova política, eles também nada sabem. Para eles é difícil ir à cidade, sai caro. Por ali eles ficam e a vida parece não mudar para essas pessoas no que diz respeito ao seu direito de acesso à água de qualidade.

A Figura V dos Anexos atesta essa premissa quando mostra duas fotografias muito parecidas. São meninos puxando um jumento que carrega ancoretas com água. A primeira foto foi tirada em 1994 e dez anos depois, em 2004, é possível fotografar a mesma cena no Sertão, sem qualquer variação.

Cabe repetir a pergunta central desta tese: por que as políticas públicas para o Sertão não conseguem promover o desenvolvimento sustentável? O próximo item revela a descoberta maior desta tese, que possibilita responder a essa questão.

8.4 – Um Sertão Retrato: o Verdadeiro Conflito se Revela

Conhecer a realidade do Sertão deixa claro os dilemas existentes no dia-a-dia dos seus habitantes. Todos se conhecem, não raro têm laços familiares, têm as mesmas crenças, aparentemente as necessidades são semelhantes, a vida se rege pela natureza: quando chove a vida é boa; quando vem a seca, a vida é ingrata. Alguns, notadamente os mais antigos, mesmo na adversidade, ainda conseguem mostrar um grau de solidariedade pouco comum no começo do século XXI. O pouco que têm, quando vem o “tempo ruim”, pode ser facilmente compartilhado com quem tem menos. Contudo, aos poucos o medo tem-se sobreposto à solidariedade e as pessoas, ainda receptivas, cada vez mais estão se isolando, se escondendo, se entristecendo.

A pobreza e os anos de descaso e manipulação pelo poder público estão levando-os a uma perda de sua auto-estima, deixando-os confusos acerca de sua própria cultura, colocando de lado o modo de vida aprendido com seus antepassados. A acomodação e a dependência das políticas governamentais de cunho compensatório é cada vez maior. Ou seja, criou-se um “círculo vicioso” de dependência que não permite a superação destes vínculos e ainda promove a desmobilização social, produtiva e cultural nesse espaço.

Os jovens, principalmente, parecem querer fugir de suas raízes, adotam rapidamente tudo que vem de fora, sem questionar. Os mais antigos, no

entanto, guardam uma dignidade respeitosa, admiram os que chegam de fora, mas desconfiam da “sabedoria do doutor”. Eles olham, escutam, perguntam e duvidam; se for para falar de como plantar ou criar, eles têm suas próprias “técnicas” e segurança suficiente para dizer o que acham que é certo. Hoje, com suas aposentadorias sustentam filhos e netos, que não conseguem se inserir no novo modelo produtivo “moderno” e nem querem continuar a labuta histórica da roça.

O modo de vida do sertanejo típico sempre se baseou quase que exclusivamente na agricultura e na pecuária, de tal maneira que a terra e água foram elementos fundamentais na conformação social e cultural do meio rural cearense. Em termos de posse, a terra historicamente sempre foi o bem mais importante e a acumulação de outros bens era secundária. Mas terra sem água e sem condições de produção adequadas não vale muito, e as mudanças ocorridas na distribuição das águas e do poder mudaram essa realidade. Aliem-se a isto os apelos consumistas trazidos pelas antenas parabólicas e novos objetos compõem agora o universo do desejo e da posse no Sertão. A tal parabólica, a televisão, o aparelho de som e os CDs chegam a ser tão importantes quanto ter a posse da terra em alguns locais visitados.

Na verdade, as políticas continuam representando instrumentos de controle que permitem a continuidade de grupos no poder e, de forma imbricada, da dependência política. Embora a política comande todo esse processo, ao longo dos últimos anos do século XX e início do século XXI, novos fatores vêm surgindo e se incorporando. São novas instituições e novos discursos, com novos nomes, porém um objetivo permanece: poder. E com conseqüências graves e constantes: a exclusão social, a degradação ambiental e a continuação de conflitos diversos, agora escamoteados pelo discurso oficial. A água continua chegando para muitos sertanejos no lombo de jumentos puxados por crianças, ou ainda nos velhos carros-pipas dos políticos, quando a coisa aperta. E o sertanejo, cada vez se sentindo menos integrado a um modo de vida desestruturado, abandona o Sertão seguindo o caminho das águas para o litoral, onde lhe parece estar uma vida melhor.

Para além da comparação dos números, o Sertão, apesar da melhora relativa inegável, tornou-se mais vulnerável e mais dependente. Além do esvaziamento cada vez mais intenso, o Sertão também está perdendo sua identidade cultural e até mesmo produtiva. O trabalho na roça, que sempre garantiu a sobrevivência dessas pessoas, está sendo esquecido e, ao mesmo

tempo, não estão sendo criadas condições reais para o surgimento de novas atividades que garantam uma renda produtiva suficiente para a região.

Uma região pobre como o Sertão, ao receber efetivamente recursos que antes eram dispersos em destinos escusos, naturalmente responde com uma melhoria relativa. A natureza dessa melhoria é que deve ser analisada com cuidado. A simples entrada de novos recursos financeiros, como é o caso das transferências governamentais por vias políticas compensatórias continuadas, ou dos investimentos pontuais, como a construção de cisternas domésticas, embora garanta um fluxo de renda constante, diferente das frentes de emergência que eram episódicas, não pode ser garantia de desenvolvimento sustentável. A não-preocupação com investimentos que garantam a geração de emprego e renda no Sertão pode levar à total inviabilidade dessa região, que tende a se tornar uma espécie de “economia sem produção”.

A desmobilização do modo de vida do Sertão ocorre em função da continuada exclusão desse espaço. Esta exclusão não ocorre somente do ponto de vista da geração de riquezas. Ela se traduz pela não-participação efetiva dos sertanejos nas decisões que interferem no seu próprio destino, bem como pela persistente sensação de que seu lugar não tem valor diante do progresso e da modernidade, que a ele se apresentam com uma roupagem urbana. O Sertão surge para os novos sertanejos como um lugar sem possibilidades, distante das boas oportunidades de acesso aos empregos e a um modo de vida aparentemente mais fácil.

A persistência de mostrar o Sertão como um lugar marcado pelas adversidades relacionadas à água acaba por escamotear esta grave realidade: o sentimento de não-pertencimento e a baixa auto-estima do sertanejo. Essa condição é a tradução de um conflito que perpassa todos os problemas do Sertão do início do século XXI: o sertanejo já não consegue ter certeza de sua própria identidade. Já não parece valer a pena reproduzir velhos costumes, e nem mesmo permanecer no Sertão. Este conflito tem raízes históricas tão fortes quanto o conflito gerado pela escassez relativa de água. E, como este, também foi criado e alimentado por décadas de políticas públicas equivocadas, que não tinham como objetivo promover o desenvolvimento do Sertão, mas apenas usar esse espaço e seus habitantes em prol dos projetos das elites no poder. O sertanejo não foi sujeito, não discutiu essas políticas que iriam atingir sua vida; foi apenas um objeto mal desenhado e pouco conhecido para os fazedores de políticas.

Uma visão simplificada do Sertão leva a crer que seu principal conflito gira em torno da água. Até mesmo os sertanejos confirmariam isso, já que as dificuldades do cotidiano são as que se sobressaem em uma análise superficial. Contudo, os conflitos relativos à água são na verdade a ponta visível de um conflito que é maior e mais complexo do que aparenta. Este conflito que se esconde está na própria essência do sertanejo e se estabelece a partir da sua perda de identidade. Isto ocorre em função da manipulação política que se desenrola ao longo da história e vem tirando deste a sua condição de sujeito, além de convencer-lhe da não-viabilidade de seu lugar. Embora o sertanejo tenha clareza quanto à sua condição de explorado, ele não consegue ainda visualizar a extensão da desarticulação social sofrida pelo Sertão.

Esta tese procedeu a uma análise apurada das políticas de água do Ceará, da forma como é apresentado o conflito em relação à água ao longo da história, da organização da política no Estado e das condições reais de vida no Sertão. Essa análise permitiu o entendimento que levou à conclusão de que o conflito histórico pela água no Sertão é a representação do principal e mais complexo conflito do sertanejo: continuar ou não a ser no Sertão, continuar ou não (ser)tanejo. E o não-reconhecimento desse conflito pelas políticas públicas faz com que estas insistam em ações desconectadas da realidade do Sertão, e que, portanto, não podem promover seu desenvolvimento.

Conclusões

*Sertão, – se diz –, o senhor querendo procurar, nunca não encontra.
De repente, por si, quando a gente não espera, o sertão vem.*

Guimarães Rosa

(Grandes Sertões: Veredas)

(...) a capacidade de orientar-se para o concreto e nele agir é constitutiva da autêntica espiritualidade. Conhecer não é uma mera contemplação exterior de um objeto-espetáculo. É um movimento de iniciação que penetra o desconhecido. Por isso (Buber) critica os que estudam sem a intenção de agir. Mas sua atitude não deve, no entanto ser confundida com um ativismo, pois as ações devem ser guiadas pelo conhecimento, se não quiserem se afogar no abismo do momento.

Roberto Bartholo

(Você e eu: Martin Buber, presença palavra)

Esta tese fez uma viagem ao Sertão para melhor conhecer seu povo: os sertanejos. O intuito foi responder por que as políticas públicas para essa região não estão sendo capazes de promover ali um desenvolvimento sustentável. O local escolhido para a pesquisa foi a bacia do rio Banabuiú, em pleno Sertão Central do Ceará. Para atingir o objetivo proposto, o caminho percorrido pela tese passou pela reconstrução da história política do Estado do Ceará, enfatizando o papel do meio ambiente nas políticas e da apropriação dos conceitos de modernidade e sustentabilidade pelo discurso político.

Toda a pesquisa foi norteadada pela noção de que a condição humana é dada a partir da capacidade de se relacionar do homem, o que leva à valorização do diálogo e do encontro face a face. Partindo dessa premissa, as

análises aqui expostas procuraram alcançar o objetivo da tese, refletindo sobre os conflitos no Sertão que dificultam essa relação face a face e são constantemente usados como referência para as políticas públicas.

O conflito em relação ao acesso à água sobressai e aparece ao longo da história do Sertão como determinante das relações que ali se desenrolam. Mas, para além das aparências, esta tese demonstra que o conflito em relação à água é a representação de um conflito que fica oculto e que se refere à identidade do sertanejo. Ser ou não sertanejo é um conflito que se desenvolve historicamente e que, ao mesmo tempo, é influenciado e influencia as políticas públicas traçadas para o Sertão. À medida que estas políticas não respeitam o lugar e as pessoas, não colocando estas como seu foco real, também não conseguem traduzir-se em melhorias para vida neste lugar. E além disso, quando as políticas não se mostram sintonizadas com a cultura do local e são determinadas por pensamentos e interesses exógenos, resultam em fracasso e, mais que isso, contribuem para a desmobilização desta sociedade.

Essas constatações levam a uma discussão sobre os elementos que permitiriam um (re)encontro do sertanejo no Sertão e com ele. E esse reencontro, caso respeitado, poderia ser o ponto de partida para a formulação de novas políticas públicas, mais coerentes com a realidade do sertanejo e com maiores possibilidades de sucesso.

Para deixar claras as conclusões desta tese, são feitas aqui algumas reflexões finais, que resgatam as principais descobertas da pesquisa, bem como as idéias dos principais autores que inspiram as análises. Depois são apresentadas conclusões gerais e proposições.

O Conflito Essencial: Ser ou não Sertanejo

Falar de Sertão é falar de água, ou da falta dela, e dos conflitos gerados a partir daí. Para entender o processo histórico de subordinação desse espaço, foi preciso apreender a importância da água na vida das pessoas e dos lugares do Sertão. Os povoados nessa região se formaram em função dos rios, reforçados depois pelos açudes. A história é contada pelos anos de seca ou de fartura, as pessoas regulam suas lembranças pelos acontecimentos da natureza ao longo do tempo, e as conseqüências em suas vidas. A água (ou a escassez de água), assim, torna-se a representação conveniente de um conflito que é antes de tudo de identidade.

À medida que fatores naturais como as secas foram sendo apropriados pela política para justificar uma série de manipulações, o sertanejo passou a ser alvo de um processo de destruição paulatina de sua identidade. Ou seja, uma questão ambiental vem sendo usada ao longo de décadas no Sertão para garantir a perpetuação de uma situação de vantagens políticas e financeiras, que determinam por sua vez o destino do poder. E os detentores do poder, em última instância, definem o rumo das políticas públicas que atingem essa região. Reside na (re)descoberta dessa identidade a chave para o sucesso de políticas públicas que visem ao desenvolvimento do Sertão.

Para que esta afirmação fique clara, cabe ressaltar mais uma vez o papel da água como elemento que fundamenta a vida no Sertão. A continuada dificuldade de acesso à água leva à permanência de um conflito que se apresenta crônico e serve de justificativa para muitas ações politiqueiras no Sertão. Estas ações forjaram ao longo da história um processo que resulta no desprestígio do Sertão e do sertanejo, convencido paulatinamente de que nem o espaço que habita e nem ele próprio possuem valor. Dessa forma, espoliado de sua identidade, de sua auto-estima, o sertanejo vem sendo manipulado e explorado, ao mesmo tempo em que é excluído do desenvolvimento, e convencido de sua condição de completa subordinação.

Assim, o conflito inerente à água é uma tradução, uma representação, do verdadeiro conflito que perpassa a vida no Sertão: ser ou não sertanejo. Como foi ressaltado no Capítulo 2 desta tese, o conflito essencial é relativo ao que é ser humano. O conflito identificado na vida do sertanejo remete a essa indagação fundamental e mostra como um processo histórico de manipulação política e também do uso indevido de termos e conceitos pode interferir na construção da identidade de um povo.

O sertanejo forjou sua identidade a princípio de forma muito livre, como visto no Capítulo 3 desta tese. No começo da história do Sertão, os fatores ambientais desestimularam a instalação aqui dos donos do poder, que delegaram a colonização desse espaço ao vaqueiro e aos agricultores. Quando o Sertão foi “descoberto” como tendo função política, já se encontrava ali um povo constituído com hábitos próprios, adaptado às condições da natureza. A nova condição política do Sertão vai aos poucos ficando mais complexa. A história política da região, resgatada nos Capítulos 4, 6 e 7, conta as variações que ocorreram nessa condição, que ganhou importância no início e foi perdendo-a à medida que a urbanização avançava. O século XXI

encontra o Sertão abandonado, depois de perder grandemente sua expressão política e também econômica.

As condições naturais, que no início permitiram a formação livre do sertanejo, tornaram-se depois a fonte maior para justificar a dominação política desse espaço. A partir daí, o sertanejo se torna objeto da política, convencido de que não pode sobreviver sem os favores do Estado, que usa os conflitos em relação ao acesso à água para garantir essa dependência.

No início do século XXI, o Estado domina a cena e mantém o sertanejo refém de novas políticas públicas de cunho compensatório, que transmutam a tradição assistencialista do Sertão e não reconhecem a condição de ator do sertanejo. O Estado capturado pelo poder político foi se modificando, adaptando discurso e prática para garantir a perpetuação da dependência do sertanejo. O Estado foi tão eficiente na simples contenção dos conflitos que está criando uma sociedade sem grande capacidade de reação. Os conflitos, tanto os explícitos quanto os latentes, continuam, mas são abafados. O antigo clientelismo dá lugar a um “cuidado” que mutila, baseado em políticas públicas compensatórias que se perpetuam e tomam o lugar das atividades geradoras de renda que poderiam garantir alguma autonomia.

O sertanejo (que conseguiu resistir à alternativa da migração, que já levou tantos no rumo das grandes cidades do país) começa a acreditar que não vale a pena continuar no Sertão. A modernidade trazida sem cuidado por antenas parabólicas convence o sertanejo de que há uma vida melhor fora dali, nas cidades. Os velhos currais eleitorais do Sertão apenas estão se deslocando dali para a periferia das grandes cidades, onde a vida do ser é ainda mais degradada, e sua condição de excluído é desenhada com cores mais fortes, pois contrasta com o lado incluído dos bairros vizinhos. A pobreza presente no Sertão pode ser maior na cidade; contudo, a esperança de encontrar nesse novo espaço uma condição perdida, um sentido para ser, faz o sertanejo ali permanecer.

O deslocamento de grande parte da população para o meio urbano enfraquece mais ainda o Sertão. Os problemas recorrentes com a água nesse espaço se agravam à medida que a água se torna cada vez mais necessária nas cidades, tanto para uso doméstico como para a produção. As ações e políticas que atingem o Sertão estão na perspectiva urbana e deixam esse espaço cada vez mais vulnerável. O sertanejo é capturado em uma rede que aos poucos vai paralisando-o e deixando-o com poucas alternativas: ou

migra para o espaço urbano ou continua no seu lugar apenas sobrevivendo, perdido em um modo de vida que já não é seu.

Em todo o Estado, mas especialmente no Sertão, as pessoas e o próprio ambiente natural foram excluídos pelo sistema econômico e social vigente, porém sofrem as consequências negativas da intervenção de políticas públicas inadequadas à realidade local. Essas políticas têm desmobilizado o modo de vida do Sertão, em prol de uma “modernidade” capenga e ineficiente, que não consegue conter os fluxos migratórios, muito menos melhorar efetivamente a qualidade de vida do sertanejo, e insiste em soluções paliativas que só aumentam a vulnerabilidade do sertanejo. E o que é pior: muitas dessas pessoas estão “desaparecendo” como cidadãos, protagonizando um estado de exclusão extrema, que os torna “desnecessários” ao sistema produtivo e até mesmo social. São pessoas que não se enquadram tecnologicamente nas alternativas produtivas e perdem paulatinamente o acesso aos serviços públicos. Muitas nem mesmo possuem registro civil (CRISPIM, 2005). Nascem, vivem (ou não) e morrem na miséria, sem existir para o governo ou para as estatísticas, que dessa forma não revelam completamente a realidade.

Assim, os conflitos visíveis no Sertão continuam ocorrendo em torno do acesso à água. É isto que se ressalta nas conversas e mesmo no direcionamento das políticas públicas. Historicamente, a água estava controlada por latifundiários, donos dos açudes, e por isso donos de currais eleitorais. Muitos conflitos de fato permanecem em relação à água, que ainda chega no Sertão em lombo de jumentos ou em carros-pipas controlados pelos políticos locais, enquanto a política de águas do Ceará se sofisticava com o uso de conceitos modernos e práticas científicas, mas beneficia grupos específicos, ligados ao poder.

É mantida a condição de cabresto das populações remanescentes no Sertão, que seguem à mercê dos favores públicos, mediados por “atravessadores” do Estado, que repetem os velhos hábitos e faturam em eleições. E a condição ambiental do Sertão continua servindo de justificativa para ações políticas que subordinam esse espaço e seus habitantes.

Para ir além dessa repetição em torno da água, para que os políticos e as políticas não continuem se restringindo ao uso da escassez da água como justificativa da pobreza, ou para conseguirem recursos de usos duvidosos, é preciso ver esse conflito em relação à água como uma camuflagem histórica de um processo contínuo de destruição da condição de ser no Sertão.

O (Re)Encontro com o Homem e o Lugar Para Promover o Desenvolvimento Sustentável no Sertão

O Sertão semi-árido do Nordeste do Brasil é lugar de intrincadas relações sociais, com uma gênese histórica diferenciada de outros espaços vizinhos, como a Zona da Mata e o Litoral. Com isto, as reflexões deste trabalho se referem a um lugar diferente. Diferente porque não pode ser visto apenas pelo olhar de um ser formado pelas prioridades econômicas, ou com um viés urbano e individualista. É um lugar que precisa ser visto com disposição, como diz Heidegger (apud SAFRANSKI, 2000), e com espanto, como diz Jaspers (1997). É preciso descobri-lo e deixá-lo surpreender, percebê-lo onde está e como é.

As representações sociais e a memória foram peças fundamentais para esta pesquisa. A partir desses elementos foi possível destrinchar as relações desenvolvidas no âmbito do espaço pesquisado e constatar que a sabedoria natural deixada de lado pelo *homo faber* (ARENDT, 1997) ainda pode ser encontrada entre essas pessoas. Mesmo aquelas que hoje estão no espaço urbano e até se esforçam para aparentar uma postura “moderna”, que valoriza não os costumes, mas os ditames de uma realidade importada, que vem nas ondas das antenas parabólicas.

Esta pesquisa contrapõe a lógica do *homo faber* à proposta de Zaoual (2003), que defende a valorização do *homo situs*, que é aquele que está ligado ao lugar, que consegue preservar ou desenvolver o sentido essencial de pertencimento. Ou seja, ele transcende os movimentos externos que o envolvem e gera sua identidade a partir do lugar que habita. Nas palavras de Zaoual (2003), o “sítio”, ou o lugar, é uma cosmovisão do mundo e:

Enquanto ‘pátria imaginária’, um sítio é, antes de tudo, uma entidade imaterial, logo, invisível. Impregna de modo subjacente os comportamentos individuais e coletivos e todas as manifestações materiais de um dado lugar (paisagem, *habitat*, arquitetura, saber fazer, técnicas, ferramentas etc.) Desse ponto de vista, o sítio é um espaço, um patrimônio coletivo que estabelece sua consistência no espaço vivido dos atores. Sua ‘caixa preta’ contém os mitos fundadores, as crenças, os sofrimentos, as provações duras, as revelações atravessadas, as influências recebidas ou adotadas por um grupo humano. Tudo isso se concentra na identidade do sítio transmitida pela socialização de gerações. O que lhe dá um caráter único, mesmo quando se podem descobrir semelhanças encontradas em outros grupos humanos vizinhos ou dis-

tantes. Tal unicidade fundamenta a diversidade dos múltiplos sítios de uma região, de uma nação, de um continente e, finalmente, do conjunto da humanidade. Assim, a diversidade é onipresente e proliferante em razão dos intercâmbios e da incessante mudança que caracterizam todos os meios sociais. A humanidade é uma e diversa.” (ZAOUAL, 2003, p. 112).

A partir da identificação da importância do lugar, de sua singularidade que gera a diversidade humana, e da importância do *homo situs*, Zaoual (2003) desenvolve sua análise sobre o fracasso das políticas públicas de combate à pobreza. A lógica da economia de mercado valoriza as habilidades do *homo faber* e incita todos à competição, enquanto transforma a natureza e o próprio homem em meros recursos dentro do sistema produtivo. O principal objetivo desse circuito é gerar e acumular riquezas e isto não pode ocorrer de forma dissociada da geração de pobreza, pois, “baseada em seus princípios de concorrência entre homens, organizações, territórios, países etc., a economia de mercado só pode funcionar por meio da exclusão e da frustração” (ZAOUAL, 2003, p. 39).

A valorização do *homo situs* pode levar a uma alternativa viável para políticas que busquem o desenvolvimento sustentável e o fim da exclusão e da pobreza em espaços como o Sertão do Ceará. A partir dessa postura, é possível compreender que não se obtém sucesso com base em concepções uniformes e reducionistas que pressupõem organizações produtivas e sociais iguais em espaços diferentes. A essência de uma nova proposta está no respeito à diversidade e no entendimento do local e na aceitação de que tudo tem uma releitura a partir dos atores locais, que modifica completamente a concepção inicial de projetos, bem como os resultados esperados pelos especialistas.

Zaoual (2003) fortalece os princípios defendidos para o alcance do desenvolvimento sustentável, analisados a partir das concepções de Furtado, Leff e Sachs, no Capítulo 5 desta tese. Ele ressalta ainda que a exclusão pode também gerar soluções inesperadas. À medida que uma parcela da população é excluída da lógica de mercado, deixa de ser monitorada e consegue escapar dos mecanismos de controle do sistema, que incitam a competição e destroem a solidariedade. Essa parcela excluída acaba encontrando estratégias inéditas de sobrevivência, que compõem o que Zaoual chama de “mecanismos não revelados”. Assim, ele propõe a “potencialização da diversidade nas práticas locais diante do esgotamento das abordagens estritamente globalizantes” (ZAOUAL, 2003, p. 27).

Nesse sentido, a redescoberta da cultura do Sertão pode promover o verdadeiro desenvolvimento sustentável desse espaço, e principalmente resgatar a identidade já quase perdida do sertanejo. A cultura do Sertão tem sido vista apenas como uma “alegoria” a ser convenientemente explorada, e não como um aspecto a ser respeitado e valorizado de forma a permitir uma nova condição no Sertão.

Reconstruir a auto-estima do sertanejo, valorizar seu espaço, descobrir em suas memórias e nas práticas atuais atividades alternativas que permitam uma vida digna para estas pessoas sem que seja necessário a sua fuga para outros espaços ou para outras culturas. Isto não significa abrir mão de benefícios de novas tecnologias ou de serviços básicos de saúde, saneamento e educação. Resgatar o passado, os costumes e valorizar a cultura não é um movimento contrário ao livre acesso à tecnologia. É, sim, um movimento de hibridação, de encontro e harmonização desses princípios. Isto leva a um novo patamar de organização social no Sertão que permite uma “autonomia responsável” para o sertanejo, que terá a condição de definir seu caminho não mais por mecanismos impostos, mas a partir do respeito à sua condição própria.

Esse movimento de valorização do homem e do lugar, do sertanejo e do Sertão, só pode ocorrer com base na ética do encontro, a partir da disposição de dialogar com este ser (BUBER, 1982; 1974), de percebê-lo, de valorizar sua história e seu modo de vida, que, aos poucos, está sendo destruído por intervenções externas. Essas intervenções não conseguem fugir a uma lógica global que insiste em adaptar realidades como se todos os seres fossem iguais. O desenvolvimento sustentável só ocorrerá quando for possível estabelecer um pacto entre desiguais (BARTHOLO JÚNIOR, 2001a), ou seja, quando se reconhecerem as diferenças e respeitarem-nas. A adoção por parte dos fazedores de políticas dos princípios da ética do encontro pode garantir que as novas políticas alcancem um grau de efetividade maior do que as atuais, promovendo de fato a melhoria para o sertanejo, sem exceções.

As políticas públicas e o próprio sertanejo devem imprimir um novo olhar sobre o Sertão. Este olhar tem como pontos de partida a ética do encontro, baseada nas relações do tipo EU-TU, enunciadas por Martin Buber, a valorização dos aspectos culturais locais, fundamentais para o desenvolvimento sustentável, conforme foi visto no Capítulo 5, e também defendidas

por Hassan Zaoual. E a efetivação dessa nova postura só acontecerá se esta vier das comunidades, a partir de sua conscientização. Nesse sentido, somente a educação pode garantir essa iniciativa. Uma educação que vá além do simples repassar de conteúdos programáticos obrigatórios e consiga, com novos processos de aprendizagem, resgatar os valores locais, a cultura, a auto-estima, o orgulho de fazer parte de um lugar, de um povo, de uma história. Os velhos que hoje ainda garantem o sustento do Sertão são os grandes mestres. Sua própria vida e suas memórias guardam os elementos para essa nova aprendizagem. As mulheres podem efetivar esse processo com mais facilidade, não só por ocuparem papéis-chaves no Sertão, como professoras, agentes de saúde e líderes comunitárias, mas principalmente como mães e tradicionais guardiãs do Sertão. E nas crianças reside a principal expectativa. Com seu aprendizado elas garantirão que as próximas gerações construam um Sertão renovado.

Caso contrário, a falta de água continuará sendo a justificativa para que o Sertão não seja viável e o sertanejo sai em busca de uma identidade perdida. O sertanejo que vai embora segue o caminho das águas no Ceará, ou seja, as águas vão para o litoral, para as cidades, e é também para lá que vai o sertanejo.

Conclusões Gerais e Proposições

Este trabalho de pesquisa partiu do pressuposto de que as políticas públicas para o Sertão estão desmobilizando esse espaço e que o sertanejo, perdendo seu referencial social e cultural, se desloca maciçamente para o meio urbano. As políticas de gestão de águas no Ceará, especificamente, têm reforçado esse movimento, já que têm promovido as condições para a viabilização de um projeto de desenvolvimento que se realiza prioritariamente no meio urbano e por intermédio de atividades econômicas (indústria e serviços) que não são dominadas pelo sertanejo típico. Sobre este ponto, a tese confirma que, apesar da melhora de alguns indicadores sociais no Sertão, a geração de emprego e renda está cada vez mais concentrada no meio urbano, especialmente na RMF.

O sertanejo se desloca para o urbano em busca de uma sensação de pertencimento que já não encontra no Sertão. A imagem de pobreza e desamparo que se costuma ligar ao Sertão pode ser vista agora nos aglomerados de pessoas que buscam um futuro melhor perto do poder. Esperam estar

perto da idéia de paraíso, traduzida pelo desejo de consumo que a televisão leva todos os dias para pessoas sem acesso adequado à instrução e à informação que lhes permita uma visão crítica da fantasia que lhe é posta.

Por outro lado, os que não vivem no Sertão vêem-no como um reflexo do litoral. Ou seja, uma região subordinada a um outro espaço, o espaço da fartura, do progresso, da civilização. Assim, o Sertão é forçado ao longo de toda a sua história a lutar pela sobrevivência de um modo de vida sempre rechaçado, mesmo quando as principais atividades econômicas ali se desenrolavam. À medida que o projeto político do país prioriza atividades mais promissoras no meio urbano, notadamente no litoral, o Sertão passa a ser desmobilizado sem trégua, e o sertanejo depara-se com uma condição nova: ele, em seu espaço, já não faz parte do que acontece. Ou muda seu modo de viver ali, ou vai embora e tenta reproduzir o modo de vida da cidade, do litoral.

As políticas, quando não ignoram completamente a importância do Sertão, apenas fortificam a sua condição de dependência e partem da idéia de que esse espaço, como um todo, não é viável economicamente. Essas políticas estão desarticulando o modo de vida do Sertão, transformando-o verdadeiramente em uma espécie de “viveiro” macabro, onde se criam os futuros excluídos das periferias urbanas. Velhas práticas assistencialistas se sofisticam, agora reforçadas por políticas sociais compensatórias, que têm substituído as políticas necessárias para a construção de condições que levem ao surgimento de atividades produtivas geradoras de renda. E no que se refere ao acesso à água, o sertanejo pobre é cada vez mais alijado, pois todos os esforços da nova gestão de águas no Brasil, e especialmente no Ceará, é garantir a água como um bem econômico, com a determinação de seu valor dentro da lógica do sistema produtivo. Nesse sentido, a água é desviada para o meio urbano, para garantir as atividades econômicas ali estruturadas. O Sertão fica com o que sobrar, sem grandes garantias. Com isso, o caminho das águas é também o caminho dos sertanejos, ou seja, as águas vão para o mar, para as cidades no litoral, e também é para lá que se deslocam levas de sertanejos em uma contínua migração. Da condição histórica de “excluídos hídricos”, em razão das práticas do clientelismo político, agora o sertanejo se torna “excluído hídrico” em função de sua “desnecessidade” econômica!

O Estado do Ceará vive em 2005 um cenário forjado desde que Tasso Jereissati assumiu o seu primeiro mandato, em 1987, dando início a um

modelo de governo que transporta a lógica empresarial para o processo de tomada de decisão pública, embalado na época pela propaganda de que essa nova era punha fim “aos tempos dos coronéis” e, conseqüentemente, ao atraso e ao sofrimento do povo cearense. Tais idéias foram reforçadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso político após a ECO-92. Contudo, a modernidade e a sustentabilidade tão alardeadas não se mostraram capazes de se traduzir em maior bem-estar para a maioria da população. E isto é especialmente verdadeiro para o povo do Sertão, antigo espaço político dos velhos coronéis, tão criticados pelo novo governo dos empresários. Tanto coronéis quanto empresários contribuíram com suas políticas para o processo gradual que resulta na desmobilização do Sertão.

O conflito em torno da água continua na pauta dos discursos políticos e a política de águas do Ceará é uma das principais vitrines para o *marketing* do governo do Estado. O Ceará é visto como pioneiro na implementação de leis e da gestão científica da água no Brasil. Uma política de recursos de qualquer natureza reflete necessariamente a existência de interesses diretos. Do contrário, esta política não seria cogitada ou debatida. Porém, pode ocorrer a adoção de políticas não efetivas, ou seja, para satisfazer demandas populares existentes, mas cujos beneficiários não possuem força política suficiente para fazer com que sejam implementadas. São as políticas aprovadas, mas não executadas, porque os futuros beneficiários não fazem parte dos mesmos grupos que comandam a força que está no poder.

No Ceará, a situação de acesso à água depois da nova política não melhorou no Sertão. Essa lacuna apenas diminuiu sua importância relativa, frente ao aumento da “demanda” das populações urbanas principalmente da capital, formada em grande parte por sertanejos que migraram. O que de fato está acontecendo é a transferência dos carentes, mas não uma mudança de carentes. São os mesmos, agora demandantes de infra-estrutura urbana e de condições de vida nas cidades.

Um dos principais pontos da política de águas no Ceará é a adoção do Comitê de Bacias como unidade de gestão das águas. O Comitê poderia ser uma forma pioneira de incentivar a participação da população, notadamente do sertanejo, na gestão das águas. Contudo, isto não vem ocorrendo na prática. A forma como os Comitês foram criados dificulta a verdadeira conscientização da população. A não-constituição como pessoa jurídica

dos Comitês inviabiliza também seu papel como definidor legítimo das políticas de água no Ceará. Seus membros acabam acatando as instruções da Cogerh, o que não-necessariamente corresponde aos interesses da população ali representada. E como órgão representativo, o Comitê é ainda passível de ser capturado por grupos de poder locais, comprometendo ainda mais seu papel. As prioridades das políticas públicas no Ceará continuam sendo definidas pelo governo do Estado e a participação não se verifica na prática.

A participação efetiva da população é fundamental para a construção de uma nova condição de sujeito para o sertanejo, que assim começaria a deixar de ser apenas objeto de ações públicas e conquistaria voz diante de sua vida e de seu lugar.

O principal objetivo desta tese foi responder por que as políticas públicas não conseguem reverter o processo agudo de exclusão social e promover um processo sustentável de desenvolvimento para o Sertão. A resposta está na base de formulação dessas políticas. Elas partem do pressuposto de que o Sertão é um espaço inviável economicamente e que o principal conflito nesse espaço é relativo ao acesso à água, imputando aos aspectos ambientais o não-desenvolvimento da região. Ignoram a história, os valores e a cultura do Sertão e ainda têm contribuído para agravar o verdadeiro conflito que norteia os sertanejos: a perda de identidade, que os desmobiliza, paralisa-os e expulsa-os de seu lugar. As modernas políticas de águas não fogem à tradição do modo de fazer política no Sertão: a condição de sujeição das populações trabalhadoras não se modifica. Os sertanejos seguem submetidos a um estado de coisas em que a política (no sentido de *politics*) e a política (no sentido de *policy*) se entrelaçam de forma promíscua. Ao invés de modernizarem, servem para manter o que de mais perverso tem na tradição da região: o coronelismo. Ao desprezar aspectos como a cultura, a prática do discurso da sustentabilidade tem mostrado a falácia da preeminência da dimensão econômica de mercado, que é apenas uma das faces do desenvolvimento sustentável.

A pesquisa esteve balizada pela noção de que não é possível promover um processo de desenvolvimento sustentável, que melhore a qualidade de vida de todos, sem que haja disposição para conhecer o outro. Ou seja, os fazedores de políticas públicas deveriam dispor-se a encontrar aquele que é o suposto beneficiado pelas ações das políticas. A mobilização para a participação dessas pessoas, no entanto, não tem passado de uma exigência buro-

crática, o que agrava ainda mais o processo de perda de identidade do sertanejo e contribui para a desmobilização do Sertão. A construção da condição de sujeito para acontecer deve partir do respeito à alteridade e do resgate da identidade perdida.

Alguns pontos podem ser enumerados como etapas do processo de resgate da identidade do sertanejo:

- Incentivar a comunidade a se organizar em torno de sua história, relembrar essa história, seus valores, sua cultura e, assim, garantir o respeito à alteridade de cada um e do grupo, reconhecendo seu passado e resgatando sua auto-estima.
- A partir da história e da cultura, descobrir uma vocação produtiva que garanta as condições para a geração de emprego e renda no Sertão. Essa vocação tem maiores chances de sustentabilidade e o emprego de recursos localmente tem também maior chance de sucesso. A condição de dominação política e social foi gestada ao longo da história do Sertão, o que a torna um fator mais arraigado, que necessitará de mais tempo para ser superado. A dependência econômica, contudo, é um fator que pode mais facilmente ser revertido, dando condições concretas para a (re)descoberta do Sertão como um espaço viável e autônomo.
- Esse processo de longo prazo parte de um ponto essencial: a educação. Não a simples transferência de conteúdos programáticos, mas a educação completa, integrada ao objetivo de resgate da identidade do sertanejo por meio da sua própria conscientização. A educação é o fundamento primeiro de um Projeto de longo prazo.
- O sucesso da implantação de um novo processo educacional passa pela adoção de uma comunicação adequada, que siga o princípio de respeito à alteridade, à liberdade, e de reconhecimento do outro; que assuma a necessidade do diálogo, que torna a comunicação a base das relações humanas e, portanto, da própria condição humana.
- As mulheres, os idosos e as crianças guardam as possibilidades de resgate do Sertão. A memória dos idosos é o principal meio para esse resgate, que deve partir da educação das crianças, numa perspecti-

va de duas gerações para ser efetivada. As mulheres, por sua vez, estão em posição privilegiada, ocupando cargos essenciais nesse processo como professoras e agentes de saúde, além de seu papel tradicional de mãe, que sempre garantiu a organização familiar e a continuidade do Sertão, mesmo com todas as dificuldades.

- A ênfase na modernização econômica pode ser diminuída, de modo a permitir uma maior ênfase na modernização da comunicação, que tenha como base o respeito à diversidade. Isto é necessário, pois o ser não suporta muito tempo não se sentir como parte de um lugar particular, no qual se sinta seguro, abrigado, com o qual se identifique integralmente.

O cenário aqui apresentado indica uma tendência de esvaziamento do Sertão. Os idosos, que hoje garantem a renda de suas famílias com a aposentadoria, desaparecerão aos poucos. As crianças crescerão e irão para as cidades em busca de condições de sobrevivência. Mesmo que alguns permaneçam, a desmobilização do Sertão parece irreversível, a persistirem as tendências atuais. Essa constatação leva a um dilema: ou as políticas públicas, especialmente a de águas, revêem seus princípios, adaptam-se à realidade descrita e adotam mecanismos de emergência para evitar a morte social do Sertão, ou simplesmente continuam a ignorar esse espaço e suas necessidades, confirmando o cenário do esvaziamento fatal.

Para uma escolha de revisão das ações políticas que afetam o Sertão, esta tese sugere uma política que teria como objetivo central promover uma “piracema” de sertanejos. Ou seja, um retorno às origens daqueles que desceram pelo *caminho das águas* e vivem nas cidades, no litoral. Esta política seria parte de uma estratégia maior, de longo prazo, com forte esteio na educação, que reverteria a condição de subordinação do sertanejo. Prioritariamente, essa política estaria voltada para aposentados que buscam uma melhor qualidade de vida, com mais saúde, mais segurança, melhor espaço de realização de suas práticas culturais, maior valorização relativa dos seus rendimentos monetários (em função do custo de vida mais baixo) e ainda com possibilidade de uma vida ativa, de contribuição para o fortalecimento da sociedade no Sertão.

Essa política consistiria basicamente em instituir mecanismos que incentivassem essa volta ao Sertão. Uma ação simples é usar o poder da mídia para reverter a imagem de pobreza do Sertão e mostrá-lo como um lugar de

novas possibilidades. Para quem parte do meio urbano, alguns pontos podem ser ressaltados:

- o valor da terra no Sertão é bem mais baixo que nas cidades do litoral;
- a violência ainda é bem menor e ainda é possível contê-la, caso se revitalize o Sertão;
- a renda se torna relativamente maior no Sertão, já que o custo de vida lá é menor;
- o acesso aos serviços de saúde e educação estão relativamente melhores;
- todo o Sertão está eletrificado;
- à medida que o Sertão seja valorizado, também o acesso à água pode ser melhorado.

Para viabilizar concretamente essa política, o Estado pode garantir ações como as seguintes:

- adaptar a política de saúde para garantir o atendimento adequado à terceira idade, tanto para homens como para mulheres;
- garantir crédito para as pessoas que se dispusessem a voltar para o Sertão, em especial para o empreendedorismo em atividades que valorizem a estratégia aqui proposta;
- incentivar as iniciativas locais para a geração de emprego e renda, especialmente aquelas voltadas para a valorização dos aspectos culturais e naturais;
- construir centros culturais no Sertão, com investimentos em atividades tradicionais, como artesanatos e comidas típicas;
- construir centros educacionais que visem ao repasse da cultura. Os idosos que estão no Sertão, e aqueles que retornam, podem ser os responsáveis pelo repasse da história e dos valores do Sertão. A sua memória pode garantir a continuidade desse espaço, como já foi dito antes.

Essa política, além de (re)valorizar o Sertão e permitir a construção da autonomia relativa para esse espaço, garantiria uma drenagem constante de renda para esta região. Não só pela ida definitiva para o Sertão, como também com o turismo para a terceira idade, que pode ser incentivado, pois só essa visita já garantiria a entrada de recursos. Além dos recursos financeiros, essa “piracema” traria um benefício adicional de valor incalculável: um sentimento de valorização para o Sertão, além de um grau maior de informações. Ao se instalarem definitivamente no Sertão, essas pessoas mostrariam na prática que vale a pena ficar e, mais que isso, passariam a lutar pelo reconhecimento e pelo desenvolvimento da região.

Essa é uma proposta diferente, mas que pode ter resultados positivos. Alguns dos entrevistados que saíram do Sertão ainda jovens falam com nostalgia do tempo em que lá viviam, ao mesmo tempo em que lamentam as dificuldades crescentes para viver na cidade. Ao serem indagados sobre a possibilidade de voltar para o Sertão, mostraram-se animados e dispostos a percorrer o caminho de volta à terra, a “piracema”.

O Sertão vai virar mar e o mar vai virar Sertão. A profecia de Antonio Conselheiro parece ganhar um significado sombrio. O modo de vida das cidades do litoral engole o Sertão, enquanto o Sertão é empurrado para as cidades do litoral pela migração constante do sertanejo, que segue o “caminho das águas”. Ao chegar à cidade, contudo, o Sertão é transformado e passa a ser apenas um apêndice do mar. As conclusões desta tese permitem uma releitura do Sertão no alvorecer do século XXI. Há uma encruzilhada que pode significar ruptura e descontinuidade, com o Sertão sendo de forma avassaladora tragado pelo modo de vida urbano, ou um renascimento, à medida que esse lugar possa ser (re)valorizado pelo próprio sertanejo e pelos fazedores e implementadores de políticas públicas.

Referências

ALMEIDA, M. B. de; SILVA, A. B. da. Ceará: crescimento econômico, ajuste fiscal e investimentos (1985-1997). In: AMARAL FILHO, J. do (Org.). **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2000.

AMARAL FILHO, J. do. **Capital social, cooperação e alianças entre os setores público e privado no Ceará**. Fortaleza: IPECE. 2004. Disponível em: <http://www.ipance.ce.gov.br/publicacoes/artigos/ART_2.pdf>. Acesso em 6 set. 2004.

AMARAL FILHO, J. do. **Reformas estruturais e economia política dos recursos hídricos no Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2003. (Texto para discussão, n. 7).

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ. Fortaleza: IPECE, 2003.

ARAGÃO, R. B. **História do Ceará**: síntese didática. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985. V. 5.

ARENDT, H. **A condição humana**. 8. ed. rev. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARENDT, H. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, DF: PNUD, 1998. CD-ROM.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, DF: PNUD, 2003. *Software* Versão 1.0.0 da ESM Consultoria. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2004.

BALTAR, A. M. *et al.* **Sistemas de suporte à decisão para a outorga de direitos de uso da água no Brasil**. Brasília, DF: Banco Mundial/Ministério da Integração Nacional, 2003. (Série Água Brasil, n. 2).

BANCO MUNDIAL. **O Banco Mundial no Brasil**: uma parceria de sucesso. Brasília, DF, 2003a. Folheto.

BANCO MUNDIAL. **Brasil**: estratégias de redução da pobreza no Ceará – desafio da modernização incluyente. Brasília, DF, 2003b.

BANCO MUNDIAL. **Um Brasil mais justo e sustentável e competitivo**: estratégia de assistência ao país 2004-2007. Brasília, DF, 2003c.

BANCO MUNDIAL. **Globalização, crescimento e pobreza**. Tradução: Melissa Kassner. São Paulo: Futura, 2003d. Relatório de pesquisa política do Banco Mundial.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudança da Agenda 21. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BARBOSA, I. C. *Entre a barbárie e a civilização: o lugar do sertão na literatura*. In: SOUZA, S. de (Org.), **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000a.

BARBOSA, I. C. **Sertão, um lugar incomum**: o sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2000b. (Coleção diálogos, 5).

BARNETT, R. **Publicity strategy evaluation**: Northeast rural development project. Recife: World Bank, 1994.

BARRAQUÉ, B. **As políticas da água na Europa**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. (Coleção perspectivas ecológicas).

BARREIRA, I. A. F. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, F. J. (Org.); ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BARROSO, J. P. **Uma história política do Ceará (1889 – 1954)**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1984.

BARTHOLO JÚNIOR, R. S. Ainda sobre a ciência como vocação. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 1, p. 46-49, mar. 2005. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n1/a21v57n1.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2005.

BARTHOLO JÚNIOR, R. S. **Labirintos do silêncio**: cosmovisão e tecnologia na modernidade. São Paulo: Marco Zero, 1986.

BARTHOLO JÚNIOR, R. S. A mais moderna das esfinges: notas sobre ética e desenvolvimento. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001a. (Coleção Terra Mater).

BARTHOLO JÚNIOR, R. S. **Você e eu**: Martin Buber, presença palavra. Rio de Janeiro: Garamond, 2001b. (Idéias sustentáveis).

BARTHOLO JÚNIOR, R. S. Vulnerabilidade: a pessoa ameaçada. In: CARNEIRO, Fernanda (Org.). **A moralidade dos atos científicos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. Disponível em: <<http://157.86.152.2/ghente/publicacoes/moralidade/vulnerabilidade.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2003.

BERTHET, R. S. **Who knows what's best for the poor?** Demand-driven policies and Rural poverty in Northeast Brazil. Cambridge: DUSP/MIT, 1996. Master Thesis in City Plainning.

BEZERRA, M. C. L.; FERNANDES, R. C. (Coord.). **Redução das desigualdades sociais**: subsídios para a elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília, DF: MMA/IBAMA/Consórcio Parceria 21, 2000.

BHATNAGAR, B.; WILLIAMS, A. C. **Participatory development and the World Bank**. Washington, DC: World Bank, 1992. (World Bank Discussion Paper, n. 183).

BNDES. **Bacias hidrográficas**: nova gestão de recursos hídricos. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2001.

BONFIM, W. L. S. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, F. J. (Org.); ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BRANCO, A. M. **Women of the drought**: struggle and visibility in face of a disaster situation. João Pessoa: Ed. Universitária, 2000.

BRANDÃO, C. R. **Memória sertão**: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Editorial Cone Sul, 1998.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.** Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/Legislacao/default2.asp>>. Acesso em: 2 mar. 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/lei.html>>. Acesso em 2 mar. 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável.** Brasília, DF, 1995. Projeto Áridas.

BRUNTLAND, G. H. **Our common future.** London: Oxfor University Press, 1987.

BUARQUE, C. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BUARQUE, C. O pensamento em mundo Terceiro Mundo. In: BURSZTYN, M. (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico.** São Paulo: Perspectiva, 1982. (Coleção debates-filosofia)

BUBER, M. **Eu e tu.** Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 1974.

BURSZTYN, M. Estado e meio ambiente no Brasil. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURSZTYN, M. **O país das alianças:** elites e continuísmo no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

BURSZTYN, M. O poder dos donos, 20 anos depois... ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas. **Revista Raízes**, Campina Grande: UFCG, 2002.

BURSZTYN, M. A. A. **Gestão ambiental**: instrumentos e práticas. Brasília, DF: IBAMA, 1994.

CAMPOS, J. N. B. **Administração e cobrança de água bruta**: o passado e o presente. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 13., Belo Horizonte, 1999. **Anais...** Belo Horizonte: ABRH, 1999a.

CAMPOS, J. N. B. **Mercado de águas em áreas limitadas**: uma experiência proposta. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 13., Belo Horizonte, 1999. **Anais...** Belo Horizonte: ABRH, 1999b.

CANAL do trabalhador: histórico. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 out. 2003. Caderno Regional. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=114035>>. Acesso em: 22 mar. 2005.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARVALHO, O. de. **A economia política do Nordeste**: seca, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CARVALHO, O. de.; EGLER, C. A. G. **Alternativa de desenvolvimento para o Nordeste semi-árido**. Fortaleza: BNB, 2003. (Estudos para o Nordeste: uma proposta de desenvolvimento para o Século 21).

CARVALHO, R. V. A. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: AGUIAR, O. A. (Org.), BATISTA, J. E. (Org.); PINHEIRO, J. (Org.). **Olhares contemporâneos**: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

CARVALHO, R. V. A. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte de chefia. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 1997.

CEARÁ. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. **Programa de apoio ao pequeno produtor rural - PAPP**. Fortaleza, 1986.

CEARÁ. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. **Projeto rural integrado da Serra da Ibiapaba**. Relatório de Avaliação. Fortaleza, 1984.

CEARÁ. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado. **Gestão das águas no Ceará**. Disponível em: <<http://www.cogerh.com.br>>. Acesso em: 25 maio 2001.

CEARÁ. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.cogerh.com.br/versao3/>>. Acesso em: 23 maio 2005.

CEARÁ. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado. Lei n. 11.996, de 24 de julho de 1992. **Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.cogerh.com.br/versao3/>>. Acesso em: 02 mar. 2005.

CEARÁ. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado. **Plano de uso racional da água para irrigação nos Vales do Jaguaribe e Banabuiú**. Disponível em: <<http://www.cogerh.com.br>>. Acesso em: 30 maio 2004.

CEARÁ. Governo do Estado. **Ceará cidadania**: crescimento com inclusão social 2003/2006. Governo Lúcio Alcântara 2003-2006. Fortaleza: SEPLAN, 2003a.

CEARÁ. Governo do Estado. **Consolidando o novo Ceará**: plano de desenvolvimento sustentável - 1999/2002. Governo Tasso Jereissati 1999-2002. Fortaleza: SEPLAN, 2000.

CEARÁ. Governo do Estado. **Fundo de combate à pobreza – FECOP**. Fortaleza, 2004.

CEARÁ. Governo do Estado. **I Plano quinquenal de desenvolvimento do Estado do Ceará** - I PLANDECE. Governo Adauto Bezerra. 1975/1979. Fortaleza, 1975.

CEARÁ. Governo do Estado. Lei n. 12.217, de 18 de novembro de 1993. **Cria a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará-COGERH e**

dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cogerh.com.br/versao3/>>. Acesso em: 2 mar. 2005.

CEARÁ. Governo do Estado. **Mensagem à Assembléia Legislativa – 1974.** Governo César Cals (1971-1974). Fortaleza, 1974.

CEARÁ. Governo do Estado. **Mensagem à Assembléia Legislativa – 1994.** Governo Ciro Gomes 1991-1994. Fortaleza: IPLANCE, 1994.

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento sustentável - 1995/1998.** Governo Tasso Jereissati 1995-1998. Fortaleza: SEPLAN, 1995.

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de metas - PLAMEG II.** Governo Virgílio Távora. 1979/1983. Fortaleza, 1979.

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de mudanças – 1987/1991.** Governo Tasso Jereissati 1987-1990. Fortaleza: SEPLAN, 1987.

CEARÁ. Governo do Estado. **PROURB investe na estruturação urbana de 44 municípios.** Fortaleza, 2003b. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=8063>. Acesso em: 10 set. 2004.

CEARÁ. Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária. **Plano indicativo de desenvolvimento rural - 1995/1998.** Fortaleza, 1995.

CEARÁ. Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano estadual de recursos hídricos.** Fortaleza, 1992.

CHACON, S. S. **Análise da sustentabilidade do projeto de implantação de sistemas de bombeamento de água movidos a energia solar no estado do Ceará -Brasil.** 1994. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

CHACON, S. S. **Projeto São José:** relatório de atividades de 1995. Fortaleza: Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, 1996.

COELHO, J. **As secas do Nordeste e a indústria das secas.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21.** 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

CORDEIRO, C. A cultura política num cabo-de-guerra: um estudo das relações entre Prefeitura e os Conselhos municipais de co-gestão pública no Ceará. In: *O PÚBLICO E O PRIVADO*. Fortaleza: UECE/Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade, ano 1, n. 1, p. 29-35, jan./jun 2003.

COSTA, F. L. da. **Estratégias de gerenciamento de recursos hídricos no Brasil**: áreas de cooperação com o Banco Mundial. Brasília, DF: Banco Mundial/Ministério da Integração Nacional, 2003. (Série Água Brasil n. 1).

CRISPIM, M. **Cidadãos invisíveis: Fortaleza registra famílias sem certidão**. *Jornal Diário do Nordeste*, Fortaleza, 4 maio 2005. **Caderno Cidades**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com>>. Acesso em: 4 maio 2005.

DAMIANI, O. **Report for the government of Brazil - World Bank Commission**: rural poverty. Cambridge, MA: Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology, 1996.

DIAS, A. B. Em tempos de SUDENE: ouvidos e olvidos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, p. 840-855, dez. 1999. Número especial.

DIÓGENES, G. Ciro Gomes: percursos de uma imagem. In: PARENTE, F. J. (Org.); ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DOMINGOS, M. **Coronel, client and excluded in Northeast Brazil**. Miami, 2000. Meeting of the Latin American Studies Association. Hyatt Regency Miami, March 16-18, 2000.

DOWBOR, L. **Capitalismo**: novas dinâmicas, outros conceitos. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.ppbr.com/ld/capitalismo.shtm>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

DUARTE, R. (Org.). **Do desastre natural à calamidade pública**: a seca de 1998-1999. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v. 5).

DUARTE, R. (Org.). **O estado da arte das tecnologias para a convivência com as secas no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v. 6).

DUARTE, R. (Org.). **A seca de 1958**: uma avaliação pelo ETENE. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v. 1).

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 Original alemão – 1990; 1ª. Publicação – 1965.

ENZENBERGER, H.-M. **Contribución a la crítica de la ecología política**. México: Univ. Autónoma de Puebla, 1976.

FARIAS, A. de. **História do Ceará**: dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997.

FERNANDEZ, J. Carrera; GARRIDO, R. S. O instrumento de cobrança pelo uso da água em bacias hidrográficas: uma análise dos estudos no Brasil. ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 5., Fortaleza, 2000. **Anais...**, Fortaleza: ANPEC, 2000.

FORD, R. *et al.* **An introduction to participatory rural appraisal for rural resources management**. Massachusetts: Clark University, 1989.

FREIXINHO, N. **O sertão arcaico do Nordeste do Brasil**: uma releitura. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

FROTA, F. H. S.; SILVA, M. A. L. da. Mass media e política industrial no Ceará. In: O PÚBLICO E O PRIVADO. Fortaleza: UECE/Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade, ano 1, n. 1, p. 22-28, jan./jun. 2003.

FURTADO, B. Projeto de Ciro fracassa no Ceará. **Jornal Correio Braziliense**, Brasília, DF, 6 mar. 2005. Caderno Brasil.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1998a. (Biblioteca Universitária, Série 2; Ciências Sociais, v. 23).

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974a.

FURTADO, C. **Seca e poder**: Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998b. (Ponto de Partida) Entrevistadores: Ma. da Conceição Tavares, Manuel C. de Andrade e Raimundo R. Pereira.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 5. ed. rev. amp. São Paulo: Editora Nacional, 1974b.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. 5. ed. Porto Alegre: LPM, 1997.

GALENO, A. S. **Seca e inverno nas “experiências” dos matutos cearenses**. Fortaleza: Coopcultura, 1998.

GARJULLI, R. **Gestão participativa dos recursos hídricos**. Aracaju: PROÁGUA/ANA, 2001. Relatório Final de Oficina Temática.

GARJULLI, R. *et al.* **Proposta metodológica para a organização de usuários de água**: a experiência do Ceará. Disponível em: <<http://www.cogerh.com.br>>. Acesso em: 25 maio 2001.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

GIRÃO, R. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB, 1986.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GOMES, G. M. (Org.); SOUZA, H. R. de (Org.); MAGALHÃES, A. R. (Org.). **Desenvolvimento sustentável no Nordeste**. Brasília, DF: IPEA, 1995.

GONDIM, L. M. P. O “governo das mudanças” (1987-1994). In: SOUZA, S. de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

GUMPER, D. E. **How to really create a successful marketing plan**. Boston: Inc. Magazine. Boston, 1992.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERRERA, A. A crise da espécie. In: BURSZTYN, M. *et al* (Org.). **Que crise é essa?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOUTZAGER, P. P. **Os últimos cidadãos**: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). Tradução Graziela Schneider. São Paulo: Globo, 2004.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Série Estudos e Pesquisas. Informações Geográficas, n. 2).

INDICADORES SOCIAIS MUNICIPAIS. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IPECE. **Desempenho econômico-social do Ceará**. Fortaleza, 2004a.

IPECE. **Evolução dos indicadores sociais (1992-2002)**. Fortaleza, 2004b.

IPECE. **Síntese dos indicadores sociais (1992-2002/2003)**. Fortaleza, 2005.

JASPERS, K. **Introdução ao pensamento filosófico**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1997.

JODELET, D. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1991

KEMPER, K. E. **O custo da água gratuita**: alocação de recursos hídricos no Vale do Curu, Ceará, Nordeste brasileiro. Tradução de Marcos Felipe. Porto Alegre: ABRH/IPH, 1997.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LEITE, P. S. (Org.). **Subdesenvolvimento e desenvolvimento do Nordeste**. Fortaleza: UFC, 1983.

LESSA, C. **Auto-estima e desenvolvimento social**. Brasília: CDS, 2000.

LÉVINAS, E. **Da existência ao existente**. Tradução de Paul Robert Simon e Lígia Maria de Castro Simon. Campinas-SP: Papirus, 1998. (Coleção Travessia do Século).

LÉVINAS, E. **Totalidade e infinito**. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 2000. (Coleção Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 5).

LÉVINAS, E. **Transcendência e inteligibilidade**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1991. (Coleção Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 16).

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 2. ed. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

LISPECTOR, C. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOBATO, E. Nordeste: indústria da seca gastou R\$ 9,6 bi desde 88. **Folha de São Paulo**, 10 maio 1998.

MAGALHÃES, A. R. (Org.); BEZERRA NETO, E. (Org.). **Impactos sociais e econômicos de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil**. Fortaleza: IOCE, 1991.

MATOS, F. J. L.; ALCÂNTARA, S. V. S.; DUMMAR, W. C. **Cenários de uma política contemporânea**. Fortaleza: Ed. Fundação Demócrito Rocha, 1999.

MAY, P. H. (Org.); MOTA, R. S. (Org.). **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MEJIA, A. *et al.* **Água, redução de pobreza e desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: Banco Mundial/Ministério da Integração Nacional, 2003. (Série Água Brasil, n. 4).

MOTA, S. **Preservação dos recursos hídricos**. Rio de Janeiro: ABES, 1988.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

MOTTA, R S da. **Utilizando critérios econômicos para a valorização da água**. Gramado, 1998. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/iph/simposio/4-3.htm>>. Acesso em: 25 maio 2003.

MOURA, L. L.; CAVALCANTE, R.; SOUZA, M. A. de. Nova Jaguaribara: adaptação e infra-estrutura visando o turismo. ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA, Fortaleza, 2004. **Anais...** Fortaleza: UNIFOR, 2004. Resumo SA-51. p. 231.

MUNOZ, H. R. (Org.). **Interfaces da gestão de recursos hídricos**: desafios da lei das águas de 1997. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000.

NASCIMENTO, E. P. do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001a. (Coleção Terra Mater).

NASCIMENTO, E. P. do. Educação e desenvolvimento na contemporaneidade. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Ciência, ética e**

sustentabilidade: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001b.

NASCIMENTO, E. P. do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua:** nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 56-87.

NOTTINGHAM, P. T. **Polonordeste:** um programa de desenvolvimento rural integrado? 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1989.

NOVAES, W. (Org.). **Agenda 21 brasileira:** bases para discussão. Brasília, DF: MMA/PNUD, 2000.

NUNES, A. C. P. **Industrialização do Ceará:** uma análise crítica. Fortaleza: ENS, 2000.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista.** 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste-planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos sobre o Nordeste, v. 1).

OLIVEIRA, J. L. F. de; GARJULLI, R.; SILVA, U. P. A. da. **Conflitos e estratégias:** a implantação do comitê de bacia do rio do Curu. Disponível em: <<http://www.cogerh.com.br>>. Acesso em: 25 maio 2001.

PARENTE, F. J. O Ceará do “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, S. de (Org.), **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

PARENTE, F. J. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, F. J. (Org.); ARRUDA, J. M. (Org.). **A era Jereissati:** modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PASCAL, B. **O homem perante a natureza.** Disponível em: <<http://www.cultvox.com.br>>. Acesso em: 3 maio 2002.

PERFIL dos idosos. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Microdados. CD-ROM.

PICCIOTTO, R. **Participatory development**: myths and dilemmas. Washington: World Bank, 1992. (Policy Research Working Paper Series).

PORTO, M. **Recursos hídricos e saneamento na Região Metropolitana de São Paulo**: um desafio ao tamanho da cidade. Brasília, DF: Banco Mundial/Ministério da Integração Nacional, 2003. (Série Água Brasil, n. 3).

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1996. (Biblioteca Básica).

REBOUÇAS, O. *et al.* **Gestão compartilhada**: o pacto do Ceará. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998. (Questões de Nossa Época, 41).

RIBEIRO, M. M. R.; LANNA, A. E.; ROCHA, M. S. W. Estruturas de cobrança pelo uso da água: reflexões sobre algumas alternativas. Gramado, 1998. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/iph/simposio/4-3.htm>>. Acesso em: 30 maio 2001.

RIOS, K. S. A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 1932. In: SOUZA, S. de; NEVES, F. C. **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano).

ROCHA, E. E.; CHACON, S. S. **Planejamento industrial no Ceará**. Fortaleza: FEAAC/UFC, 1991. (Textos para Discussão).

RODRIGUEZ, F. A. (Coord.). **Banco Mundial**: gerenciamento dos recursos hídricos. Tradução de Henrique Chaves. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Hídricos, 1998.

ROSA, A. L. T. da; ALVES, F. F. **Efeitos da globalização sobre a economia cearense**. Fortaleza: IPLANCE, 2001.

ROSA, J. G. **Grandes sertões**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SACHS, I. **Brasil rural**: da redescoberta à invenção. Brasília, DF: NEAD, 2001. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=12&titulo=Artigo+do+Mês>> Acesso em: 20 fev.2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. (Coleção Idéias Sustentáveis).

SACHS, I. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Brasília, DF: Sebrae/UNPD, 2002.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. Tradução de E. Araújo. São Paulo: Vertice, 1986a. (Terra dos homens, 1).

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b. (Desenvolvimento endógeno).

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAFRANSKI, R. **Heidegger**: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal. Tradução de Lya Lett Luft. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

SANTOS, B. S. A reinvenção solidária e participativa do Estado. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E A REFORMA DO ESTADO, São Paulo, 1998. **Anais...** São Paulo: MARE, 1998.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade (ensaios)**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAYAGO, D. A. V. **A invenção burocrática da participação**: discursos e práticas no Ceará. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2000.

SCHRÖDER, P. Não tem condições....: agricultura, conhecimentos locais e a questão da sustentabilidade no Cariri cearense. ENCONTRO NORDESTE DA APED, 4., Recife, 1997. **Anais...** Recife: APED, 1997. Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/~debarros/Schroder.html>>. Acesso em: 27 maio 1999.

SEGURADOS especiais do INSS: benefícios rurais crescem 25% em cinco anos no CE. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 jan. 2005. Caderno Negócios.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SOUZA, H. R. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 499-518, out./dez. 1997.

SOUZA, S. de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

SOUZA, S. de (Org.); NEVES, F. C. (Org.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano)

SUDENE. **Constituição de 1988**: as conquistas do Nordeste. Recife, 1988.

SUDENE. **Programa de apoio ao pequeno Produtor Rural - PAPP**. Fortaleza, CEPA: 1986. 5 v.

SUDENE. **Programa de desenvolvimento da agroindústria do Nordeste**. Recife, 1976a.

SUDENE. **Programa especial de apoio ao desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste**: projeto sertanejo. Recife, 1976b.

TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. da. Áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da caatinga. In: LEAL, I.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. da. **Ecologia e conservação da caatinga**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

TEIXEIRA, F. J. C. **Modelos de gerenciamento de recursos hídricos**: análises e propostas de aperfeiçoamento do sistema do Ceará. Brasília, DF: Banco Mundial/Ministério da Integração Nacional, 2003. (Série Água Brasil, n. 6).

TEIXEIRA, F. J. S. **Ceará, terra dos outros**: uma avaliação do projeto do Governo das Mudanças. Fortaleza, 1999. Mimeografado.

TENDLER, J. **Bom governo nos trópicos**: uma visão crítica. Tradução de Maria Cristina Cupertino. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

TENDLER, J. **Projetos antigos, novas lições**: a dinâmica do desenvolvimento rural do Nordeste brasileiro. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1991.

TENDLER, J. **Rural projects through urban eyes**: an interpretation of the World Bank's new style rural development projects. Washington, D.C.: World Bank, 1982. (World Bank Staff Working Papers, n. 532).

UNICEF. **Relatório sobre a situação mundial da infância 2005**. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/sowc05/index.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2005.

VALDES, A. *et al.* **Impactos e externalidades sociais da irrigação no semi-árido brasileiro**. Brasília, DF: Banco Mundial/Ministério da Integração Nacional, 2003. (Série Água Brasil, n. 5).

VASCONCELOS, J. R. de; ALMEIDA, M. B.; SILVA, A. B. da. **Ceará: economia, finanças públicas e investimentos de 1986 a 1996**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, n. 627).

VIEIRA, P. P. B. V. (Coord.). **A água e o desenvolvimento sustentável no Nordeste**. Brasília, DF: IPEA, 2000.

VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2003.

VILLAMEÁ, L. Faturando com a seca. **Revista ISTO É**. 13 maio 1998. Disponível em: <<http://www.zaz.com.br/istoe/politica/149327.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2004.

WEITZ, R. **Desenvolvimento rural integrado**. Tradução de José Alexandre R. Orrico. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

WEITZ, R. **Uma nova estratégia de desenvolvimento rural**. Tradução de Armando Sanford Lima e José Alexandre R. Orrico. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1978.

WORLD BANK. **Brazil irrigated agriculture in the Brazilian Semi-arid region: social impacts and externalities**. Washington, D.C., 2004. Brazil Country Management Unit. Latin America and the Caribbean Region. (Main Report. Report no. 28785-BR).

WORLD BANK. **Rural poverty alleviation in Brazil: toward an integrated strategy**. Washington, D.C., 2003.

WORLD BANK. **World development report 1992: development and the environment. Washington, D.C, 1992.**

WORLD BANK. **World development report 2000: Attacking poverty**. Washington, D.C.: Oxford University Press, 2000.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época, 106).

SITES VISITADOS:

<http://www.ana.gov.br>

<http://www.aneel.gov.br/cgrh/atlas>

http://www.anpec.org.br/regional_fortaleza/artigos.html

<http://www.bndes.gov.br>

<http://www.cogerh.com.br>

<http://www.ipea.gov.br>

<http://www.ipeadata.gov.br>

<http://www.mma.gov.br>

<http://www.proagua.gov.br>

<http://www.snirh.gov.br>

<http://www.srh.ce.gov.br>

<http://www.worldbank.org>

ANEXOS

FIGURAS

*Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
...Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas
...Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas
...Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas
...Temem por seus maridos, heróis e amantes de Atenas
...Secam por seus maridos, orgulho e raça de Atenas
 As jovens viúvas marcadas
 E as gestantes abandonadas
 Não fazem cenas
Vestem-se de negro, se encolhem
 Se conformam e se recolhem
 Às suas novenas
 Serenas.*

Chico Buarque
(Mulheres de Atenas)



FOTO 1 – D. JUDITE, PARTEIRA, E AS FILHAS QUE FICARAM.



FOTO 2 – ANELITA, AGENTE DE SAÚDE, VAI CRIANDO OS FILHOS SOZINHA ENQUANTO O MARIDO TRABALHA EM MATO GROSSO.

FIGURA A – FACES DO SERTÃO: AS MULHERES FAZEM O SERTÃO CONTINUAR (QUIXERAMOBIM, 2004)

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTO 1 – “SEU” OSMAR, AGRICULTOR.



FOTO 2 – D. JUDITE, PARTEIRA.

FIGURA B – FACES DO SERTÃO: OS IDOSOS QUE GUARDAM O SERTÃO NA MEMÓRIA (QUIXADÁ E QUIXERAMOBIM, 2004)

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTO 1 – D. LUZIA, VIVE SÓ EM UM QUARTO FECHADO AO LADO DA CASA DA FILHA, QUE ADMINISTRA OS RECURSOS DE SUA APOSENTADORIA



FOTO 2 – D. MARIA E ALGUNS DOS NETOS QUE VIVEM COM ELA E O MARIDO

FIGURA C – FACES DO SERTÃO: IDOSOS E CRIANÇAS, PASSADO E FUTURO GUARDAM A POSSIBILIDADE DE FAZER O SERTÃO CONTINUAR (QUIXERAMOBIM, 2004).

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTO 1 – CASAL DE IDOSOS CARREGANDO ÁGUA HÁ DEZ ANOS.



FOTO 2 – D. MARIA E “SEU” JOÃO, APOSENTADOS COM CONDIÇÃO MELHOR DE VIDA HOJE.

FIGURA D – IDOSOS NO SERTÃO: HÁ DEZ ANOS VIVENDO COM SACRIFÍCIO E HOJE COM MELHORES CONDIÇÕES DEPOIS DA APOSENTADORIA (SENADOR POMPEU, 1994 E QUIXERAMOBIM, 2004).

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTOS 1 E 2 – A EDUCAÇÃO DEPENDE DAS PREFEITURAS. O TRANSPORTE ESCOLAR, MESMO PRECÁRIO, É FUNDAMENTAL PARA QUE OS ALUNOS CONSIGAM CHEGAR ÀS ESCOLAS.

FIGURA E – EDUCAÇÃO: TRANSPORTE ESCOLAR FEITO POR PAUS-DE-ARARA QUE LEVAM OS ALUNOS PELAS ÁGUAS OU PELAS ESTRADAS DO SERTÃO (QUIXERAMOBIM E QUIXADÁ, 2004).

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTO 1 – POSTO DE SAÚDE NO SERTÃO HÁ DEZ ANOS.



FOTO 2 – POSTO DE SAÚDE NO SERTÃO DE HOJE.

FIGURA F – SAÚDE: MELHORIA NAS INSTALAÇÕES (SENADOR POMPEU, 1994 E QUIXADÁ, 2004).

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTO 1 – CASA DE TAIPA ISOLADA NO MEIO DA CAATINGA.



FOTO 2 – CONSTRUÇÕES PRECÁRIAS AINDA SÃO COMUNS NO SERTÃO.

FIGURA G – MORADIAS NO SERTÃO: CASAS DE TAIPA ISOLADAS (QUIXERAMOBIM E QUIXADÁ, 2004).

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTO 1 – CASA COM PARABÓLICA NO SERTÃO.



FOTO 2 – CASA EM RUÍNAS, SEM HIGIENE, MAS COM LUGAR DE DESTAQUE PARA TV, SOM E CDS PIRATEADOS.



FOTO 3 – PARABÓLICA E FEIJÃO SECANDO NO TERREIRO.

FIGURA H – MORADIAS DO SERTÃO: A SIMPLICIDADE E POBREZA DAS CASAS CONTRASTAM COM A TECNOLOGIA DAS PARABÓLICAS E APARELHOS ELETRÔNICOS (QUIXADÁ E QUIXERAMOBIM, 2004)

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTO 1 – ÁGUA DE POTE (SERTÃO DO CEARÁ, 2005)



**FOTO 2 – FOGÃO À LENHA
(SERTÃO DO CEARÁ,
2005)**



**FOTO 3 – BICICLETA SUBSTITUI O
JUMENTO
(QUIXERAMOBIM, 2004)**

FIGURA I – COSTUMES DO SERTÃO: VELHOS COSTUMES CONVI- VEM COM OS NOVOS.

Fonte: Diário do Nordeste (Fotos 1 e 2); Suely Salgueiro Chacon (Foto3).



FOTO 1 – MANDACARU VERDINHO.



FOTO 2 – CAATINGA VERDE DEPOIS DA CHUVA.

FIGURA J – FACES DO AMBIENTE NO SERTÃO: CAATINGA VERDE EM ANO DE INVERNO BOM (QUIXADÁ E QUIXERAMOBIM, 2004).

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTO 1 – CAATINGA SECA



FOTO 2 – VEGETAÇÃO RESSEQUIDA

**FIGURA K – FACES DO AMBIENTE NO SERTÃO: CAATINGA SECA
EM ANO DE POUCA CHUVA (MORADA NOVA, 2003)**

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



FOTO 1 – RELIGIÃO E POLÍTICA NA VIDA DO VELHO SINDICALISTA (QUIXERAMOBIM, 2004)



FOTOS 2 E 3 – REIVINDICAÇÕES EM AÇÕES DE PROTESTO CONTRA AS POLÍTICAS DO GOVERNO. (SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ, 2005).

FIGURA L – POLÍTICA NO SERTÃO: ANTIGOS E NOVOS MOVIMENTOS POPULARES

Fonte: Suely Salgueiro Chacon (Foto 1); Diário do Nordeste (Fotos 2 e 3).



FOTO 1 – ANCORETAS: UTENSÍLIO PARA CARREGAR ÁGUA NO JUMENTO.



FOTOS 2 E 3 – CAPTAÇÃO DE ÁGUA DENTRO DE AÇUDES E RIOS SEM QUALQUER CUIDADO HIGIÊNICO.



FOTOS 4 E 5 – SACRIFÍCIO PARA CONSEGUIR ÁGUA AINDA É COMUM, PRINCIPALMENTE PARA CRIANÇAS E VELHOS.

FIGURA M – FACES DO ACESSO À ÁGUA NO SERTÃO: PRECARIIDADE E SACRIFÍCIO (SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ, 2004).

Fonte: Suely Salgueiro Chacon (Foto 1); Diário do Nordeste (Fotos 2 a 5)



FOTO 1 – BOMBA MANUAL USADA EM POÇO NO MEIO DO SERTÃO



FOTO 2 – BOMBA MANUAL USADA EM CISTERNA CONSTRUÍDA EM CASA DO SERTÃO.

FIGURA N – FACES DO ACESSO À ÁGUA NO SERTÃO: A BOMBA D'ÁGUA RESISTE AO TEMPO (SENADOR POMPEU, 1994 E QUIXADÁ, 2004).

Fonte: Suely Salgueiro Chacon.



FOTOS 1 E 2 – CISTERNAS EM CASAS ISOLADAS NO SERTÃO

FIGURA O – FACES DO ACESSO À ÁGUA NO SERTÃO: CISTERNAS COMO ALTERNATIVA VIÁVEL (SERTÃO CENTRAL, 2004).

Fonte: Diário do Nordeste.



FOTO 1 – CARRO-PIPA: A POPULAÇÃO DEPENDE DA LIBERAÇÃO DA PREFEITURA OU PAGA PELA ÁGUA TRANSPORTADA.

FIGURA P – FACES DO ACESSO À ÁGUA NO SERTÃO: O CARRO-PIPA PERSISTE COMO SOLUÇÃO POLÍTICA (QUIXADÁ, 2004)

Fonte: Suely Salgueiro Chacon.



FOTO 1 – RIO JAGUARIBE VIRA DEPÓSITO DE LIXO



**FOTO 2 – TRANSPORTE FLUVIAL SEM
CONTROLE E OUTRAS
ATIVIDADES PRODUTIVAS
INFRINGEM CÓDIGO FLO-
RESTAL**



**FOTO 3 – IRRIGAÇÃO DE JARDIM EM
FAZENDA PARTICULAR**

**FIGURA Q – FACES DO ACESSO À ÁGUA NO SERTÃO: USO
INDISCRIMINADO SEM CONTROLE DA ÁGUA ES-
CASSA DO SERTÃO (SERTÃO CENTRAL, 2004)**

Fonte: Diário do Nordeste (Fotos 1 e 2); Suely Salgueiro Chacon (Foto 3).



FOTOS 1 E 2 – AÇUDE CEDRO – QUIXADÁ – CE, 2004



FOTO 3 – AÇUDE QUIXERAMOBIM – QUIXERAMOBIM – CE, 2004



FOTO 4 – AÇUDE BANABUIÚ – BANABUIÚ – CE, 2004

FIGURA R – FACES DO ACESSO À ÁGUA NO SERTÃO: AÇUDES DA BACIA DO BANABUIÚ

Fonte: Suely Salgueiro Chacon



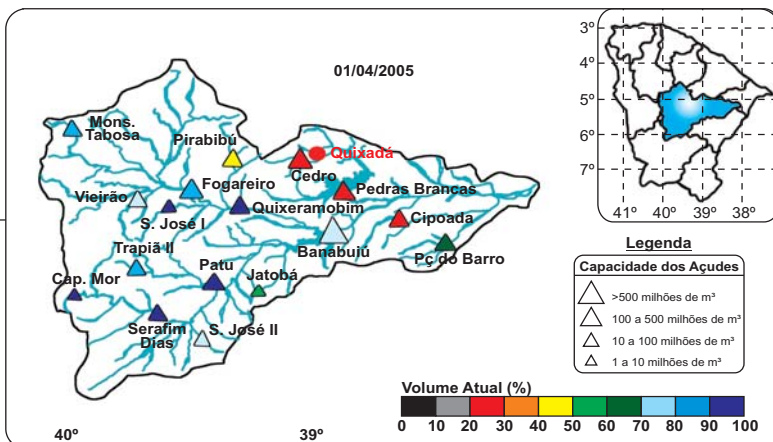
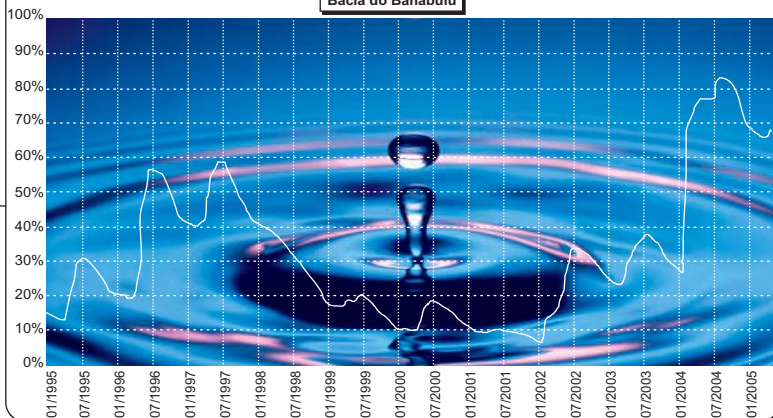
FIGURA S – FACES DO ACESSO À ÁGUA NO SERTÃO: EQUIPAMENTOS MODERNOS DA GESTÃO DE ÁGUA NO CEARÁ.

Fonte: COGERH

EVOLUÇÃO DO VOLUME ARMazenADO

Convênio: COGERH/DNOCS

Bacia do Banabuiú



Apoio: Gerências Limoeiro do Norte e Crateús.

FIGURA T – EVOLUÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA ARMazenADO NA BACIA DO BANABUIÚ NO ESTADO DO CEARÁ DE JAN./1995 A JAN./2005 E SITUAÇÃO EM 01-04-2005.

Fonte: COGERH

Açude	Município	Capacidade (M3)	Cota (m)	Volume (m3)	Volume	Situação	Vazão (L/s)
BANABUIÚ	Banabuiú	1.601.000.000	138,58	1.240.750.000	77,4%		2000
CAPITÃO-MOR	Pedra Branca	6.000.000	96,70	5.550.000	92,5%		0
CEDRO	Quixadá	126.000.000	107,89	32.910.000	26,1%		15
CIPOADA	Morada Nova	86.090.000	97,67	28.760.000	33,4%		50
FOGAREIRO	Quixeramobim	118.820.000	235,36	101.190.000	85,1%		200
JATOBÁ	Milhã	1.070.000	212,05	560.000	52,3%		0
MONS. TABOSA	Monsenhor Tabosa	12.100.000	653,65	9.710.000	80,2%		0
PATU	Senador Pompeu	71.829.000	130,0	71.830.000	100,0%		150
PEDRAS BRANCAS	Quixadá	434.040.000	121,18	153.940.000	35,4%		50
PIRABIBU	Quixeramobim	74.000.000	242,69	31.840.000	43,0%		25
POÇO DO BARRO	Morada Nova	52.000.000	117,75	33.790.000	64,9%		100
QUIXERAMOBIM	Quixeramobim	54.000.000	102,04	54.000.000	100,0%	SANGRANDO	250
SERAFIM DIAS	Mombaça	43.000.000	254,63	43.000.000	100,0%	SANGRANDO	50
SÃO JOSÉ I	Boa Viagem	7.670.000	100,03	7.670.000	100,0%	SANGRANDO	0
SÃO JOSÉ II	Piquet Carneiro	29.140.000	248,20	21.860.000	75,0%		70
TRAPILÁ II	Pedra Branca	18.190.000	509,10	16.360.000	89,9%		14
VIEIRÃO	Boa Viagem	20.960.000	100,32	16.450.000	78,4%		0

Última Atualização: 15/4/2005

FIGURA U – SITUAÇÃO DOS AÇÚDES DA BACIA DO BANABUIÚ NO ESTADO DO CEARÁ EM 15/04/2005.

Fonte: COGERH



FOTO 1 – MENINO CARREGANDO ÁGUA EM JUMENTO (SENADOR POMPEU, 1994).



FOTO 2 – MENINO CARREGANDO ÁGUA EM JUMENTO (QUIXERAMOBIM, 2004)

FIGURA V – FACES DO ACESSO À ÁGUA NO SERTÃO – DEZ ANOS DE GESTÃO DAS ÁGUAS NO CEARÁ E NADA MUDOU, O JUMENTO E AS CRIANÇAS AINDA SÃO OS PRINCIPAIS PROVEDORES DE ÁGUA NO SERTÃO. (SERTÃO CENTRAL, 1994-2004).

Fonte: Suely Salgueiro Chacon

CRÉDITOS DAS FOTOGRAFIAS

Fotografias das Figuras A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, N, P, R e V = Suely Salgueiro Chacon.

Fotografias 1 e 2 da Figura I = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 17/04/2005.

Fotografia 3 da Figura I = Suely Salgueiro Chacon

Fotografia 1 da Figura L = Suely Salgueiro Chacon

Fotografia 2 da Figura L = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 03/04/2005.

Fotografia 3 da Figura L = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 18/04/2005.

Fotografia 1 da Figura M = Suely Salgueiro Chacon

Fotografia 2 da Figura M = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 28/12/2004.

Fotografia 3 da Figura M = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 28/12/2004.

Fotografia 4 da Figura M = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 28/12/2004.

Fotografia 5 da Figura M = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 28/12/2004.

Fotografia 1 da Figura O = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 10/01/2005.

Fotografia 2 da Figura O = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 24/12/2004.

Fotografias 1 e 2 da Figura Q = Jornal Diário do Nordeste – Caderno Regional – 18/07/2004.

Fotografia 3 da Figura Q = Suely Salgueiro Chacon

TABELAS

*Onde se recebe a Renda per capita?
Tem muito morto de fome querendo saber.
Em nossas terras, os numerinhos
têm melhor sorte que as pessoas.
Quanto vão bem quando a economia vai bem?
Quanto se desenvolvem com o desenvolvimento?*

Eduardo Galeano
(O livro dos abraços)

TABELA A – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ, RMF E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E POR SEXO EM HABITANTES (1970-2000).

Continua

Localidade	População Total				
	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	157.070.163	169.799.170
Nordeste	28.111.551	34.815.439	42.497.540	44.766.851	47.741.711
Ceará	.361.603	5.288.429	6.366.647	6.809.290	7.430.661
RMF	.091.117	1.651.744	2.401.878	2.693.996	2.984.689
Banabuiú	-	-	14.364	15.112	16.173
Boa Viagem	41.825	46.562	47.918	47.751	50.306
Ibicuitinga	-	-	8.598	8.876	9.435
Madalena	-	-	12.660	13.948	14.864
Mombaça	40.789	46.457	40.833	39.403	41.215
Monsenhor Tabosa	13.931	15.852	15.527	15.451	16.344
Morada Nova	53.552	64.533	58.912	60.426	64.400
Pedra Branca	31.558	35.770	38.800	37.823	40.742
Piquet Carneiro	15.305	15.402	13.097	12.765	13.131
Quixadá	98.509	99.290	72.224	64.442	69.654
Quixeramobim	66.740	66.163	59.100	56.697	59.235
Senador Pompeu	24.693	26.900	26.597	25.164	27.225

Localidade	População Urbana				
	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	52.097.260	80.437.327	110.990.990	123.076.831	137.953.959
Nordeste	11.756.451	17.568.001	25.776.279	29.191.749	32.975.425
Ceará	1.781.068	2.810.373	4.162.007	4.713.049	5.315.318
RMF	889.373	1.532.445	2.305.192	2.594.959	2.881.264
Banabuiú	-	-	4.021	6.266	7.622
Boa Viagem	5.830	9.668	14.566	17.304	20.820
Ibicuitinga	-	-	2.424	3.902	4.387
Madalena	-	-	3.645	4.865	5.459
Mombaça	7.362	11.100	13.638	14.706	16.052
Monsenhor Tabosa	2.959	4.123	5.652	6.883	7.823
Morada Nova	9.568	19.047	26.499	30.232	33.869
Pedra Branca	6.629	7.070	12.320	14.710	17.347
Piquet Carneiro	3.315	3.433	4.329	5.056	5.582
Quixadá	20.287	29.492	39.404	43.477	46.888
Quixeramobim	13.090	17.966	25.759	26.835	30.600
Senador Pompeu	9.658	10.776	14.580	14.478	15.682

TABELA A – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ, RMF E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E POR SEXO EM HABITANTES (1970-2000).

Continuação

Localidade	População Rural				
	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	41.037.586	38.573.725	35.834.485	33.993.332	31.845.211
Nordeste	16.355.100	17.247.438	16.721.261	15.575.102	14.766.286
Ceará	2.580.535	2.478.056	2.204.640	2.096.241	2.115.343
RMF	201.744	119.299	96.686	99.037	103.425
Banabuiú	-	-	10.343	8.846	8.551
Boa Viagem	35.995	36.894	33.352	30.447	29.486
Ibicuitinga	-	-	6.174	4.974	5.048
Madalena	-	-	9.015	9.083	9.405
Mombaça	33.427	35.357	27.195	24.697	25.163
Monsenhor Tabosa	10.972	11.729	9.875	8.568	8.521
Morada Nova	43.984	45.486	32.413	30.194	30.531
Pedra Branca	24.929	28.700	26.480	23.113	23.395
Piquet Carneiro	11.990	11.969	8.768	7.709	7.549
Quixadá	78.222	69.798	32.820	20.965	22.766
Quixeramobim	53.650	48.197	33.341	29.862	28.635
Senador Pompeu	15.035	16.124	12.017	10.686	11.543

Continuação

Localidade	Homens				
	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	46.327.250	59.142.833	72.485.122	77.442.865	83.576.015
Nordeste	13.718.960	17.043.570	20.783.292	21.908.223	23.413.914
Ceará	2.130.318	2.573.250	3.090.243	3.317.342	3.628.474
RMF	517.814	779.028	1.134.352	1.281.981	1.421.108
Banabuiú	-	-	7.347	7.721	8.312
Boa Viagem	20.907	23.236	24.073	24.009	25.339
Ibicuitinga	-	-	4.453	4.641	4.903
Madalena	-	-	6.561	7.169	7.565
Mombaça	20.170	23.043	20.113	19.466	20.506
Monsenhor Tabosa	6.896	7.956	7.753	7.693	8.214
Morada Nova	27.126	32.848	29.756	30.426	32.650
Pedra Branca	15.703	17.719	19.216	18.574	20.090
Piquet Carneiro	7.657	7.770	6.538	6.435	6.564
Quixadá	49.405	50.017	35.564	31.575	34.214
Quixeramobim	33.651	33.315	29.492	28.327	29.707
Senador Pompeu	11.977	13.106	12.872	12.207	13.297

TABELA A – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ, RMF E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E POR SEXO EM HABITANTES (1970-2000).

Conclusão

Localidade	Mulheres				
	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	46.807.596	59.868.219	74.340.353	79.627.298	86.223.155
Nordeste	14.392.591	17.771.869	21.714.248	22.858.628	24.327.797
Ceará	2.231.285	2.715.179	3.276.404	3.491.948	3.802.187
RMF	573.303	872.716	1.267.526	1.412.015	1.563.581
Banabuiú	-	-	7.017	7.391	7.861
Boa Viagem	20.918	23.326	23.845	23.742	24.967
Ibicuitinga	-	-	4.145	4.235	4.532
Madalena	-	-	6.099	6.779	7.299
Mombaça	20.619	23.414	20.720	19.937	20.709
Monsenhor Tabosa	7.035	7.896	7.774	7.758	8.130
Morada Nova	26.426	31.685	29.156	30.000	31.750
Pedra Branca	15.855	18.051	19.584	19.249	20.652
Piquet Carneiro	7.648	7.632	6.559	6.330	6.567
Quixadá	49.104	49.273	36.660	32.867	35.440
Quixeramobim	33.089	32.848	29.608	28.370	29.528
Senador Pompeu	12.716	13.794	13.725	12.957	13.928

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE.

TABELA B – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – TAXA DE URBANIZAÇÃO (1970-2000)

Localidade	Taxa de Urbanização				
	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	55,94	67,59	75,59	78,36	81,25
Nordeste	41,82	50,46	60,65	65,21	69,07
Ceará	40,84	53,14	65,37	69,21	71,53
Banabuiú	-	-	27,99	41,46	47,13
Boa Viagem	13,94	20,76	30,40	36,24	41,39
Ibicuitinga	-	-	28,19	43,96	46,50
Madalena	-	-	28,79	34,88	36,73
Mombaça	18,05	23,89	33,40	37,32	38,95
Monsenhor Tabosa	21,24	26,01	36,40	44,55	47,86
Morada Nova	17,87	29,52	44,98	50,03	52,59
Pedra Branca	21,01	19,77	31,75	38,89	42,58
Piquet Carneiro	21,66	22,29	33,05	39,61	42,51
Quixadá	20,59	29,70	54,56	67,47	67,32
Quixeramobim	19,61	27,15	43,59	47,33	51,66
Senador Pompeu	39,11	40,06	54,82	57,53	57,60

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE.

TABELA C – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – PERCENTUAL DE ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS COM ACESSO AO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUÊNTAM O ENSINO MÉDIO, QUE ESTÃO NA ESCOLA E COM MENOS DE OITO ANOS DE ESTUDO (1991-2000).

Município	Adolescentes de 15 a 17 anos com acesso ao Ensino Médio (%)		Adolescentes de 15 a 17 anos que estão frequentando o Ensino Médio (%)		Adolescentes de 15 a 17 anos na Escola (%)		Adolescentes de 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	3,29	17,17	3,29	16,47	43,75	67,89	96,62	80,72
Boa Viagem	5,11	15,38	5,11	14,04	49,99	73,93	93,20	82,20
Ibicuitinga	5,24	14,99	5,21	14,09	45,44	82,22	94,48	84,20
Madalena	3,46	17,14	3,45	17,10	46,76	69,82	95,97	79,08
Mombaça	4,02	9,56	4,02	9,26	36,71	75,14	95,37	88,74
Monsenhor Tabosa	1,71	17,79	1,70	16,20	49,86	81,05	96,16	80,10
Morada Nova	4,83	14,53	4,50	14,30	46,32	72,18	93,74	84,01
Pedra Branca	2,52	9,08	2,52	9,08	35,37	71,74	97,22	89,83
Piquet Carneiro	3,37	13,76	3,37	13,72	41,36	72,26	94,42	84,89
Quixadá	9,67	28,46	9,67	27,76	57,79	76,71	89,86	68,74
Quixeramobim	8,77	24,42	8,77	22,72	54,68	74,82	89,28	73,36
Senador Pompeu	4,23	19,34	4,23	18,84	53,85	73,66	92,61	75,45

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

TABELA D – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, PERCENTUAL DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO ENTRE 15 E 17 ANOS COM FILHOS E PERCENTUAL DE CRIANÇAS DO SEXO FEMININO COM FILHOS (1991-2000).

Município	Taxa de fecundidade total		Adolescentes do sexo feminino entre 15 a 17 anos com filhos (%)		Crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos com filhos (%)
	1991	2000	1991	2000	2000
Banabuiú	5,04	4,16	9,24	18,42	0,02
Boa Viagem	4,54	3,33	4,39	9,14	0,19
Ibicuitinga	4,86	3,31	4,32	8,75	0,04
Madalena	4,88	4,21	10,34	10,94	0,02
Mombaça	5,26	3,30	5,51	5,26	0,21
Monsenhor Tabosa	3,45	3,43	10,92	7,43	0,02
Morada Nova	3,96	2,85	5,11	9,48	0,20
Pedra Branca	3,81	2,57	6,15	5,80	0,32
Piquet Carneiro	4,54	2,49	1,52	6,71	0,60
Quixadá	4,61	3,79	4,19	8,05	0,40
Quixeramobim	4,11	3,14	3,26	11,89	0,52
Senador Pompeu	3,66	2,97	4,60	11,05	0,61

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

TABELA E – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO NA ÁREA DE SAÚDE POR CATEGORIA (2002).

Localidade	Médicos	Enfermeiros	Odontólogos	Técnico Auxiliar	Auxiliar de enfermagem	Técnicos de enfermagem
Boa Viagem	34	22	6	70	55	2
Banabuiú	13	8	3	32	18	3
Ibicuitinga	8	7	6	15	15	0
Madalena	7	10	3	19	15	2
Mombaça	16	8	2	56	44	1
Monsenhor Tabosa	15	4	3	41	33	0
Morada Nova	68	29	7	90	65	10
Pedra Branca	31	15	11	66	47	0
Piquet carneiro	15	5	3	22	14	2
Quixadá	86	31	18	140	91	10
Quixeramobim	62	41	9	208	103	1
Senador Pompeu	36	17	8	74	56	13

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados do Banco do Nordeste (com base em dados do IBGE), 2004.

TABELA F – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – NÚMERO DE MÉDICOS RESIDENTES POR MIL HABITANTES (1991- 2000).

Município	Número de médicos residentes por mil habitantes	
	1991	2000
Banabuiú	...	...
Boa Viagem	...	...
Ibicuitinga	...	...
Madalena	...	...
Mombaça	...	0,47
Monsenhor Tabosa	...	...
Morada Nova	0,31	...
Pedra Branca	0,41	...
Piquet Carneiro	...	...
Quixadá	...	0,45
Quixeramobim	...	0,32
Senador Pompeu	0,72	0,30

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

**TABELA G – CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ –
CLASSE DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
(2000).**

Municípios	Classe de consumo de energia elétrica - 2000			
	Total	Residencial	Rural	Residencial + Rural
Ceará	90.392	72.646	9.570	82.216
Banabuiú	2.819	2.208	406	2.614
Boa Viagem	9.748	8.783	201	8.984
Ibicuitinga	1.881	1.400	329	1.729
Madalena	2.796	2.397	91	2.488
Mombaça	7.739	6.556	419	6.975
Monsenhor Tabosa	3.221	2.729	163	2.892
Morada Nova	14.751	10.199	3.359	13.558
Pedra Branca	7.133	6.035	238	6.273
Piquet Carneiro	2.840	2.446	118	2.564
Quixadá	16.345	14.225	604	14.829
Quixeramobim	13.943	11.931	823	12.754
Senador Pompeu	7.176	3.737	2.819	6.556

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados do Banco do Nordeste (com base em dados da COELCE), 2004.

TABELA H – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ, RMF E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES TOTAL E PORCENTUAIS POR SITUAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (2000).

Localidade	Nº de domicílios particulares permanentes	Ligados à rede geral (%)	Com poço ou nascente na propriedade (%)	Outra forma (1) (%)	Outra forma (2) (%)	Outra forma (3) (%)
Brasil	44.795.101	77,82	15,58	1,10	0,32	5,18
Nordeste	11.401.385	66,39	16,14	1,06	0,70	15,71
Ceará	1.757.888	60,80	20,52	0,88	0,52	17,28
RMF	723.336	78,53	13,86	0,54	0,23	6,83
Banabuiú	3.567	46,51	22,46	0,78	0,34	29,91
Boa Viagem	12.203	44,31	29,26	0,47	0,27	25,70
Ibicuitinga	2.201	55,79	1,68	0,05	0,05	42,44
Madalena	3.356	39,39	26,43	1,07	0,45	32,66
Mombaça	9.796	33,30	32,86	0,99	0,13	32,72
Monsenhor Tabosa	3.930	28,40	32,98	0,15	0,03	38,45
Morada Nova	15.367	54,70	9,96	1,03	0,21	34,11
Pedra Branca	9.926	41,87	17,27	0,34	0,07	40,45
Piquet Carneiro	3.473	44,66	36,37	0,60	0,14	18,23
Quixadá	16.371	60,43	11,62	0,64	0,31	27,01
Quixeramobim	14.391	51,43	19,41	1,06	0,82	27,28
Senador Pompeu	6.923	50,48	21,88	1,23	0,56	25,84

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE.

- (1) Outra forma – canalizada em pelo menos um cômodo
 (2) Outra forma – canalizada só na propriedade ou terreno
 (3) Outra forma – não canalizada

TABELA I – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ, RMF E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES TOTAL E PERCENTUAIS POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (2000).

Localidade	Tipo de esgotamento sanitário							
	Total	Rede geral de esgoto ou Pluvial (%)	Fossa séptica (%)	Fossa rudimentar (%)	Vala (%)	Rio, lago ou mar (%)	Outro escoadouro (%)	Sem banheiro ou sanitário (%)
Brasil	44.795.101	47,24	14,96	23,65	2,58	2,48	0,83	8,27
Nordeste	11.401.385	25,11	12,84	33,97	2,13	1,42	0,97	23,56
Ceará	1.757.888	21,44	12,44	39,42	0,96	0,54	0,66	24,53
RMF	723.336	38,34	19,94	32,91	1,01	1,01	0,78	6,01
Banabuiú	3.567	2,92	1,01	47,18	0,76	-	0,14	48,00
Boa Viagem	12.203	16,36	19,06	19,36	1,83	0,33	0,44	42,62
Ibicuitinga	2.201	0,09	12,59	55,66	0,14	-	0,95	30,58
Madalena	3.356	0,03	4,20	55,90	0,77	0,12	0,21	38,77
Mombaça	9.796	10,88	3,42	28,96	4,87	0,44	0,30	51,13
Mons. Tabosa	3.930	0,20	0,48	51,30	1,93	0,03	0,56	45,50
Morada Nova	15.367	2,20	15,87	45,84	0,83	0,14	0,53	34,60
Pedra Branca	9.926	8,73	21,05	15,13	0,71	0,01	0,46	53,91
Piquet Carneiro	3.473	0,17	51,05	2,62	0,95	0,03	0,40	44,77
Quixadá	16.371	39,12	8,06	24,57	0,48	0,54	0,31	26,91
Quixeramobim	14.391	23,38	1,31	42,95	0,71	0,97	0,50	30,18
Senador Pompeu	6.923	10,60	2,90	54,72	0,75	0,25	0,42	30,36

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE.

TABELA J – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS COM ACESSO A BENS DE CONSUMO DURÁVEIS (1991 E 2000).

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com TV		% de pessoas que vivem em domicílios com telefone		% de pessoas que vivem em domicílios com carros		% de pessoas que vivem em domicílios com geladeira		% de pessoas que vivem em domicílios com computador	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	15,28	52,93	1,98	6,92	3,98	9,69	13,96	42,98	...	0,97
Boa Viagem	22,3	59,15	3,73	6,53	2,89	7,61	16,43	42,73	...	0,66
Ibicuitinga	14,87	63,95	1,96	4,71	3,55	8,34	12,3	46,69	...	0,4
Madalena	16,71	62,77	0,57	5,32	1,82	7,02	12,22	47,12	...	1,09
Mombaça	16,25	51,13	4,13	6,49	4,42	10,36	11,58	38,84	...	1,1
Monsenhor Tabosa	23,47	57,35	3,44	3,93	2,53	6,94	14,28	34,85	...	0,93
Morada Nova	29,72	64,8	4,33	8,93	4,86	11	27,11	51,79	...	0,97
Pedra Branca	16,42	49,07	2,85	10,45	1,96	6,3	7,67	31,13	...	0,63
Piquet Carneiro	15,54	56,3	2,65	7,98	2,37	8,74	9,94	34,18	...	0,54
Quixadá	38,45	77,46	5,96	17,27	6,85	10,7	31,46	58,17	...	1,76
Quixeramobim	31,49	71,22	2,87	6,12	2,93	9,21	19,85	54,12	...	1,15
Senador Pompeu	34,45	73,63	4,77	11,05	3,94	9,2	24,05	51,91	...	1,32

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

TABELA K – CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES TOTAL E PERCENTUAL POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA EM SALÁRIOS MÍNIMOS (2000).

Localidade	Domicílios particulares permanentes						
	Total	Classes de salário mínimo (%)					
		Até ¼	De ¼ a ½	De ½ a 1	De 1 a 2	De 2 a 3	Mais de 3
Ceará	1.757.249	26,9	22,6	25,1	12,9	4,2	8,3
Banabuiú	3.567	38,3	24,3	21,4	10,1	2,3	3,6
Boa Viagem	12.147	42,1	23,2	21,6	7,8	2,0	3,3
Ibicuitinga	2.205	42,3	26,7	21,7	7,9	0,6	0,9
Madalena	3.356	41,5	20,3	25,9	7,4	1,9	3,0
Mombaça	9.804	45,8	21,4	20,8	7,5	1,8	2,7
Monsenhor Tabosa	3.916	43,7	23,0	22,1	7,7	2,4	1,0
Morada Nova	15.299	28,4	28,1	27,5	10,6	2,5	2,9
Pedra Branca	9.926	37,9	24,5	23,3	9,4	2,8	2,2
Piquet Carneiro	3.473	44,9	21,5	21,9	7,7	1,5	2,5
Quixadá	16.350	31,5	24,7	24,8	11,7	3,1	4,0
Quixeramobim	14.420	35,2	23,1	28,3	8,1	2,4	2,9
Senador Pompeu	6.923	31,2	23,5	27,2	11,9	2,6	3,7

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE.

Nota: Salário mínimo de julho de 2000: R\$ 151,00.

**TABELA L – CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ –
NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR DOMICÍLIO
PARTICULAR PERMANENTE, SEGUNDO AS CLASSES
DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOMICILIAR PER
CAPITA EM SALÁRIOS MÍNIMOS (2000).**

Localidade	Número médio de moradores por domicílio particular permanente						
	Total	Classes de salário mínimo (%)					
		Até ¼	De ¼ a ½	De ½ a ¾	De ¾ a 1	De 2 a 3	Mais de 3
Ceará	4,1	5,1	4,4	3,6	3,5	3,4	3,2
Banabuiú	4,4	5,5	4,4	3,3	3,5	3,5	3,1
Boa Viagem	4,1	4,9	4,2	3,0	3,1	3,3	3,1
Ibicuitinga	4,1	4,7	4,0	3,5	3,0	3,1	4,3
Madalena	4,4	5,1	4,4	3,5	3,8	4,0	2,2
Mombaça	4,1	4,9	4,3	2,9	2,9	3,2	3,1
Monsenhor Tabosa	4,1	5,1	3,8	3,0	2,8	2,9	2,2
Morada Nova	4,1	5,0	4,5	3,4	3,4	3,3	2,9
Pedra Branca	4,0	4,8	4,3	3,0	3,1	3,3	2,8
Piquet Carneiro	3,7	4,2	3,8	2,8	3,0	2,7	3,0
Quixadá	4,2	5,0	4,3	3,5	3,6	2,9	3,0
Quixeramobim	4,0	5,0	4,2	3,0	3,4	3,3	3,0
Senador Pompeu	3,9	4,7	4,2	3,3	2,9	2,9	2,7

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE.

Nota: Salário mínimo de julho de 2000: R\$ 151,00.

TABELA M – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – NÚMERO DE HOMICÍDIOS (1980-2002).

Localidade	ANOS						
	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002
Ceará	441	544	554	845	1.229	1.298	1.443
Nordeste	2.861	4.422	6.209	7.246	9.202	10.545	10.946
Brasil	13.877	19.665	31.936	37.041	45.340	47.832	49.587
Banabuiú	...	...	...	2	1	3	2
Boa Viagem	...	3	3	2	7	5	9
Ibicuitinga	...	...	...	...	...	...	2
Madalena	...	...	...	...	...	3	4
Mombaça	...	...	1	4	14	7	14
Monsenhor Tabosa	...	...	...	...	1	...	2
Morada Nova	6	3	6	3	14	18	13
Pedra Branca	...	1	...	3	7	4	9
Piquet Carneiro	...	...	...	2	2	1	...
Quixadá	15	12	14	12	13	19	20
Quixeramobim	...	1	1	...	9	5	11
Senador Pompeu	...	...	...	6	7	3	10

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados do Banco do Nordeste (com base em dados do IPEA), 2004.

TABELA N – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – PERCENTUAL DE CRIANÇAS E PESSOAS EM DOMICÍLIOS SITUAÇÃO ABAIXO DA INDIGÊNCIA E PERCENTUAL DE CRIANÇAS E PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM SITUAÇÃO ABAIXO DA POBREZA. (1991-2000).

Município	Crianças em domicílios com situação abaixo da indigência (%)		Pessoas em domicílios com situação abaixo da indigência (%)		Crianças em domicílios com situação abaixo da pobreza (%)		Pessoas em domicílios com situação abaixo da pobreza (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	75,55	62,82	64,78	48,40	93,23	82,91	88,27	70,80
Boa Viagem	73,37	65,54	63,50	51,53	91,82	85,86	86,10	74,48
Ibicuitinga	62,48	61,16	55,17	47,32	86,49	83,40	82,53	73,39
Madalena	77,97	66,63	68,29	50,19	94,30	85,46	89,48	71,34
Mombaça	81,17	70,39	70,66	55,91	91,51	88,68	86,23	77,71
Monsenhor Tabosa	80,41	67,91	73,37	54,15	94,55	87,88	90,46	77,27
Morada Nova	61,50	46,91	50,21	33,73	85,56	77,76	78,94	64,95
Pedra Branca	75,75	60,07	65,75	45,58	93,02	84,14	88,97	71,26
Piquet Carneiro	69,94	65,55	60,16	50,24	91,65	86,13	85,45	73,27
Quixadá	59,39	52,34	47,03	38,67	81,25	75,62	73,15	63,48
Quixeramobim	66,85	58,98	55,49	43,21	89,03	81,00	83,48	67,64
Senador Pompeu	67,36	53,74	52,76	37,30	89,13	78,36	79,77	62,33

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003.

TABELA O – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – PORCENTAGEM DA RENDA DOMICILIAR APROPRIADA POR FAIXAS DA POPULAÇÃO (1991-2000).

Municípios	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres		% da renda apropriada pelos 40% mais pobres		% da renda apropriada pelos 80% mais pobres		% da renda apropriada pelos 20% mais ricos		% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	4,45	0,75	12,33	5,90	42,27	33,94	57,73	66,06	43,58	49,61
Boa Viagem	3,65	0,53	10,76	4,73	41,39	30,85	58,61	69,15	43,24	53,79
Ibicuitinga	2,90	0,00	10,23	6,45	45,17	41,53	54,83	58,47	38,01	41,00
Madalena	3,50	0,93	11,05	6,65	41,48	38,49	58,52	61,51	43,64	44,06
Mombaça	1,91	0,00	6,23	2,00	28,96	28,17	71,04	71,83	57,27	56,04
Monsenhor Tabosa	2,59	0,65	8,54	5,95	36,01	38,59	63,99	61,41	50,23	42,96
Morada Nova	4,23	2,56	12,25	10,07	43,05	41,53	56,96	58,48	42,17	42,84
Pedra Branca	4,22	0,47	12,61	5,86	43,83	36,37	56,17	63,63	42,02	46,84
Piquet Carneiro	3,49	0,00	11,07	1,93	42,08	33,58	57,92	66,42	42,75	47,90
Quixadá	2,97	1,23	9,04	7,14	35,40	37,70	64,60	62,30	49,92	46,21
Quixeramobim	2,80	0,59	8,46	6,45	31,51	37,84	68,49	62,16	57,68	45,63
Senador Pompeu	2,95	1,70	8,45	7,65	30,75	37,84	69,25	62,16	57,99	47,12

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

TABELA P – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – INDICADORES SINTÉTICOS DA DESIGUALDADE DE RENDA (1991 E 2000).

Município	10 % mais ricos/40% mais pobres		20 % mais ricos/40% mais pobres		Índice de Gini	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	14,14	33,63	9,37	22,40	0,53	0,63
Boa Viagem	16,08	45,51	10,90	29,25	0,54	0,67
Ibicuitinga	14,86	25,43	10,72	18,14	0,51	0,57
Madalena	15,80	26,52	10,60	18,51	0,54	0,60
Mombaça	36,79	112,18	22,82	71,89	0,67	0,71
Monsenhor Tabosa	23,54	28,89	14,99	20,65	0,59	0,60
Morada Nova	13,77	17,03	9,30	11,62	0,52	0,55
Pedra Branca	13,33	31,98	8,91	21,72	0,51	0,62
Piquet Carneiro	15,45	99,06	10,47	68,69	0,54	0,66
Quixadá	22,09	25,91	14,29	17,46	0,60	0,60
Quixeramobim	27,26	28,29	16,19	19,27	0,65	0,61
Senador Pompeu	27,45	24,63	16,39	16,25	0,65	0,60

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

TABELA Q – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA (2001).

Municípios	Receita orçamentária arrecadada (R\$ mil)					
	Total	Receitas correntes				Receitas de capital
		Total	Receita tributária	Transferências correntes	Outras receitas	
Banabuiú	6.303	6.234	87	6.105	42	69
Boa Viagem	15.736	15.301	174	14.275	852	435
Ibicuitinga	4.654	4.227	65	4.131	30	428
Madalena	5.325	5.325	54	5.223	47	...
Mombaça	12.505	12.359	215	12.009	135	146
Monsenhor Tabosa	6.070	5.969	65	5.865	39	101
Morada Nova	19.818	19.119	362	17.922	836	698
Pedra Branca	13.080	12.335	143	11.816	376	745
Piquet Carneiro	5.203	5.203	34	5.078	91	...
Quixadá	23.606	22.144	403	20.303	1.437	1.462
Quixeramobim	20.175	19.160	390	18.411	358	1.015
Senador Pompeu	9.535	9.259	81	9.142	36	276

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados do Banco do Nordeste (com base em dados do Tribunal de Contas dos Municípios), 2004.

**TABELA R – CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ –
PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO
(1996-2002).**

Localidade	PIB TOTAL (R\$ 1.000)						Taxa de crescimento 1997/2000 (%)
	1996	1997	1998	1999	2000	2002	
Ceará	15.641.983	17.589.000	18.836.000	19.511.000	20.800.000	24.354.000	8,02
Banabuiú	22.983	17.972	17.690	19.836	21.985	26.831	2,95
Boa Viagem	48.896	51.946	50.959	57.209	65.130	79.088	8,1
Ibicuitinga	15.774	9.998	9.991	11.248	13.106	15.988	10,46
Madalena	15.126	15.029	15.937	17.949	21.265	25.986	20,67
Mombaça	40.374	45.666	45.185	49.271	55.102	67.022	2,97
Monsenhor Tabosa	18.261	16.391	17.197	17.718	20.661	25.124	8,15
Morada Nova	68.758	101.137	133.242	108.018	110.518	131.625	-4,67
Pedra Branca	28.343	38.503	40.089	41.600	47.652	57.727	6,04
Piquet Carneiro	18.409	14.006	14.388	15.152	17.384	21.120	5,89
Quixadá	121.876	121.856	111.646	125.384	135.557	164.404	-4,69
Quixeramobim	74.025	77.746	97.486	104.178	112.338	133.563	25,25
Senador Pompeu	38.024	32.508	34.047	34.586	38.425	46.482	2,62

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IPECE

**TABELA S – CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ –
PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA (1996-
2002).**

Município	PIB per capita (R\$)					
	1996	1997	1998	1999	2000	2002
Ceará	2.291	2.465	2.602	2.658	2.794	3.182
Banabuiú	1.517	1.173	1.141	1.264	1.359	1.621
Boa Viagem	1.021	1.089	1.069	1.201	1.295	1.557
Ibicuitinga	1.772	1.120	1.113	1.247	1.389	1.664
Madalena	1.082	1.048	1.087	1.197	1.431	1.695
Mombaça	1.022	1.168	1.163	1.276	1.337	1.720
Monsenhor Tabosa	1.179	1.069	1.130	1.172	1.264	1.521
Morada Nova	1.135	1.664	2.181	1.760	1.716	2.008
Pedra Branca	747	1.026	1.075	1.122	1.170	1.403
Piquet Carneiro	1.438	1.106	1.144	1.213	1.324	1.608
Quixadá	1.886	1.866	1.691	1.878	1.946	2.303
Quixeramobim	1.302	1.381	1.743	1.875	1.896	2.257
Senador Pompeu	1.507	1.307	1.383	1.419	1.411	1.710

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IPECE.

TABELA T – CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PIB POR SETORES (2000).

Município	PIB Por setores (%) - 2000		
	Agropecuária	Indústria	Comércio
Ceará	6,6	36,0	57,3
Banabuiú	29,1	2,0	68,9
Boa Viagem	20,0	1,7	78,3
Ibicuitinga	28,7	2,2	69,1
Madalena	31,2	1,9	66,8
Mombaça	22,7	1,6	75,7
Monsenhor Tabosa	21,9	1,4	76,8
Morada Nova	14,7	21,0	64,3
Pedra Branca	16,4	2,0	81,5
Piquet Carneiro	21,8	2,4	75,8
Quixadá	24,2	6,0	69,9
Quixeramobim	16,6	24,4	59,0
Senador Pompeu	15,1	2,9	82,0

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IPECE.

TABELA U – BRASIL, CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – IDH MUNICIPAL (1970, 1980, 1991 E 2000).

Localidade	IDH Municipal			
	1970	1980	1991	2000
Brasil	0,462	0,685	0,696	0,766
Ceará	0,293	0,440	0,593	0,700
Banabuiú	...	...	0,486	0,629
Boa Viagem	0,233	0,296	0,494	0,611
Ibicuitinga	...	...	0,508	0,642
Madalena	...	...	0,494	0,634
Mombaça	0,258	0,340	0,478	0,604
Monsenhor Tabosa	0,278	0,341	0,507	0,628
Morada Nova	0,256	0,346	0,565	0,67
Pedra Branca	0,193	0,281	0,453	0,605
Piquet Carneiro	0,210	0,328	0,505	0,622
Quixadá	0,265	0,363	0,572	0,673
Quixeramobim	0,280	0,358	0,558	0,64
Senador Pompeu	0,294	0,383	0,538	0,618

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003 (para 1991 e 2000); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998 (para 1970 e 1980).

TABELA V – BRASIL, CEARÁ E MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH-M. (1970, 1980, 1991 E 2000)

Município	IDH - M LONGEVIDADE				IDH - M EDUCAÇÃO				IDH - M EDUCAÇÃO			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Brasil	0,440	0,531	0,638	0,727	0,501	0,577	0,645	0,849	0,444	0,947	0,942	0,723
Ceará	0,393	0,460	0,595	0,713	0,325	0,411	0,502	0,772	0,162	0,449	0,454	0,616
Banabuiú	...	...	0,628	0,700	...	...	0,339	0,675	...	...	0,164	0,511
Boa Viagem	0,429	0,456	0,571	0,659	0,219	0,279	0,368	0,664	0,052	0,154	0,169	0,510
Ibicuitinga	...	...	0,585	0,731	...	...	0,375	0,718	...	...	0,168	0,477
Madalena	...	...	0,585	0,700	...	...	0,385	0,712	...	...	0,144	0,490
Mombaca	0,386	0,475	0,546	0,677	0,286	0,300	0,362	0,641	0,103	0,246	0,190	0,494
Monsenhor Tabosa	0,480	0,516	0,616	0,715	0,265	0,333	0,398	0,708	0,089	0,175	0,127	0,461
Morada Nova	0,400	0,482	0,649	0,749	0,294	0,321	0,406	0,705	0,075	0,236	0,238	0,556
Pedra Branca	0,386	0,403	0,549	0,674	0,136	0,240	0,318	0,632	0,058	0,199	0,163	0,508
Piquet Carneiro	0,293	0,390	0,590	0,684	0,263	0,315	0,372	0,694	0,075	0,280	0,184	0,488
Quixadá	0,438	0,498	0,560	0,743	0,258	0,339	0,447	0,733	0,099	0,252	0,300	0,543
Quixeramobim	0,471	0,494	0,626	0,700	0,282	0,342	0,409	0,704	0,087	0,237	0,291	0,516
Senador Pompeu	0,393	0,429	0,536	0,618	0,312	0,371	0,426	0,687	0,176	0,351	0,331	0,549

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003 (para 1991 e 2000); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998 (para 1970 e 1980)..

**TABELA X – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
SEGUNDO GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA (2000).**

Grandes grupos de atividade no trabalho principal	Banabuiú	Boa viagem	Ibicuitinga	Madalena	Mombaca	Monseñor Taboasa	Morada Nova	Pedra Branca	Piquet Carneiro	Quixadá	Quixeramobim	Serra-dor-Pompeu
0. Branco	803	1.709	222	365	1.453	332	2.371	1.011	344	3.823	1.904	1.103
1. Agricultura, pecuária, silvicultura	1.927	12.229	1.448	3.378	8.208	3.406	9.729	10.819	2.714	7.300	9.619	4.202
2. Pesca	230	42	30	19	38	..	137	8	..	155	133	68
3. Indústria extrativa	53	30	..	..	30	..	182	29	..	104	155	..
4. Indústria de transformação	224	695	116	211	370	198	1.464	489	102	1.468	1.830	541
5. Produção, distrib. de eletricidade, gás e água	48	27	..	..	33	..	49	37	5	160	54	42
6. Construção	181	770	116	184	425	217	1.449	516	238	948	915	455
7. Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	382	1.972	284	379	1.267	455	2.708	1.361	300	3.533	1.962	1.108
8. Alojamento e alimentação	193	311	85	167	224	140	608	243	108	776	593	289
9. Transporte, armazenagem e comunicação	174	388	107	145	308	70	651	355	74	1.163	703	387
10. Intermediação financeira	..	38	..	..	32	..	..	23	6	72	27	19
11. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	122	216	56	98	145	95	324	204	52	650	288	307
12. Administração pública, defesa e seguridade social	230	835	321	190	466	205	815	354	325	1.013	723	582
13. Educação	259	723	214	250	928	403	1.926	1.130	205	1.479	1.162	587
14. Saúde e serviços sociais	88	62	..	72	236	145	228	155	5	497	280	147
15. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	95	376	54	65	188	83	623	319	82	734	337	298
16. Serviços domésticos	306	831	79	227	759	348	1.312	763	189	1.596	1.200	534
18. Outras ativid.ou atividades não classificadas	24	79	32	..	18	12	83	15	..	25.53	59	8
Total	5.339	21.33	3.164	5.750	15.12	6.110	24.65	17.83	4.749	0	21.928	10.677

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE. Microdados da Amostra do Censo Demográfico, 2000.

TABELA Z – MUNICÍPIOS DA BACIA DO BANABUIÚ – N° DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ATIVOS POR RAMO DE ATIVIDADE (2002).

Município	Extrativismo mineral	Agropecuária, ext. vegetal, casa e pesca	Indústria de transformação	Serviços e indústria de util. pública	Construção civil	Comércio	Serviço	Administração pública
Brasil	0,43	3,97	18,16	1,08	3,86	16,83	32,01	23,66
Nordeste	0,49	4,02	13,30	1,30	4,29	14,65	27,41	34,52
Ceará	0,32	2,04	19,51	0,88	3,54	13,45	29,23	31,02
RMF	0,14	1,34	19,75	1,01	4,22	14,75	33,64	25,15
Banabuiú	1,12	0,45	21,80	1,35	0,00	3,37	8,09	63,82
Boa Viagem	0,00	0,00	2,64	1,06	0,33	11,48	5,28	79,22
Ibicuitinga	0,00	0,15	0,31	0,00	0,00	1,07	0,31	98,16
Madalena	0,00	4,30	0,00	0,81	0,13	6,31	6,58	81,88
Mombaça	0,00	0,11	0,54	0,00	0,00	4,36	11,10	83,89
Monsenhor Tabosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,78	0,76	96,46
Morada Nova	0,09	0,24	11,03	0,62	12,65	6,35	9,24	59,79
Pedra Branca	0,00	0,31	0,39	0,00	0,00	2,20	3,70	93,39
Piquet Carneiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,45	0,27	94,28
Senador Pompeu	0,00	0,00	19,50	0,79	4,16	17,13	20,79	37,62
Quixadá	0,00	5,48	5,78	1,39	2,05	19,45	21,95	43,90
Quixeramobim	0,00	2,53	10,35	0,92	12,58	11,96	20,02	41,64

Fonte: RAIS/MTE, 2002.



**Banco do
Nordeste**



SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Recursos Logísticos
Célula de Produção Gráfica
OS 2006-08/1.343 - Tiragem: 1.500

978-85-87062-96-3



9 788587 062963